**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE –
UNICENTRO
CAMPUS DE IRATI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -
PPGE**

TATIANE PECORARO

**DISCURSOS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE
SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)**

IRATI

2015

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE –
UNICENTRO
CAMPUS DE IRATI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -
PPGE**

TATIANE PECORARO

**DISCURSOS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA
FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)**

Dissertação apresentada como exigência parcial para
obtenção do título de Mestre do Programa de Pós-
Graduação em Educação, *stricto sensu* pela
Universidade Estadual do Centro Oeste –
UNICENTRO.

Orientador: Prof. ^o Dr.^o Rafael Siqueira de Guimarães.

IRATI

Ficha elaborada pela Biblioteca da Unicentro-Guarapuava, Campus Santa Cruz

P369d Pecoraro, Tatiane
Discurso sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogas(os) / Tatiane Pecoraro.– Irati: Unicentro, 2015.
xiii, 348 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Educação, stricto sensu.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães;

Banca examinadora: Prof. Dr. Álvaro Marcel Palomo Alves, Profª. Drª.
Luciana Klanovicz, Profª. Drª. Carla Luciana Blum Vestena.

Bibliografia

1. Relações de Gênero. 2. Diversidade Sexual. 3. Discurso. 4. Teorias Psicológicas. 5. Pós-estruturalismo. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação em Educação.

CDD 20. ed. 155.33

TERMO DE APROVAÇÃO

TATIANE PECORARO

DISCURSOS SOBRE RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA FORMAÇÃO DE PSICÓLOGAS(OS)

Dissertação aprovada em 30/09/2015 como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, área de concentração em Educação, pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Rafael Siqueira de Guimarães
(Orientadora/UNICENTRO)

Prof. Dr. Alvaro Marcel Palomo Alves
(UEM)

Prof.ª Dr.ª Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
(UNICENTRO)

Prof.ª Dr.ª Carla Luciane Blum Vestena
(UNICENTRO)

Dedico ao Francis, que aceitou construir comigo uma relação em que o amor e a generosidade vencem os estereótipos sexistas, tornando a vida muito mais prazerosa. Obrigada ao apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

A história desta dissertação está composta por muitas pessoas e instituições. Ela se mistura a narrativa da minha vida, aos meus discursos e lutas. Um pouquinho de cada um de nós fica aqui.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UNICENTRO, e aos professores Alessandro de Melo, Carla Luciane Blum Vestena, Emerson Luís Velozo e Marisa Schnckenberg.

Ao orientador Rafael Siqueira de Guimarães, minha eterna gratidão. Obrigada pela amizade, coragem e exemplo. Gratidão por dar voz a diversidade e promover outras possibilidades de significar as vivências na Universidade e fora dela, por encorajar, legitimar inquietações e “transgressões” no meio acadêmico e profissional.

As (aos) minhas (meus) amigas e amigos do Mestrado, pelas discussões e novas perspectivas: Vania Galliciano, Everton Ribeiro, Francine Bobato, Juliana Berg, Maria Amélia Inglês e Jossiane Luviza.

Ao grupo de pesquisa *Lacult* pelas vivências diversas e importantes considerações sobre essa dissertação.

A minha mãe professora, que me ensinou a olhar o mundo na perspectiva de quem se emociona, afeta - se compromete - se com o sofrimento humano. Agradeço por me ensinar que a responsabilidade de todo profissional é melhorar o mundo com competência, ética e amor.

Ao meu pai, com quem aprendi que diferenças de gênero não devem existir, que possibilitou que elas não existissem na minha infância e me incentivou durante minha vida a ser independente e forte, encarar a vida de modo simples e alegre.

Ao Francis e a Mery, que convivem comigo e respeitam meus espaços, tempos e estresses. Ao Francis por se preocupar e ajudar em todas as viagens, deixar o carro pronto e facilitar minha rotina de trabalho, estudo e viagens, mas principalmente apoiar incondicionalmente minhas escolhas.

As minhas amigas Moni, Clau, Cari, Fran, Naty e Lu, pelos conselhos, críticas, orientações, risadas e apoios. Ao Murilo e a Isa, que tornaram nossos dias mais felizes, próximos e ternos.

A tia Neiva pelos apoios logísticos à rotina de estudos, ao carinho e cuidado de sempre.

A Prefeitura Municipal de Salgado Filho – PR, e aos administradores Beto Arisi e Helton Pedro Pfeifer, por apoiarem e reconhecerem a importância da formação, e flexibilizarem a rotina profissional para que eu pudesse cumprir as exigências do mestrado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ESTABELECENDO UM CAMPO DE ANÁLISE	37
1.1. Da estratégia para a análise	37
1.2. Estudo I: O Ministério da Educação e as Diretrizes Curriculares	38
1.2.1. Diretrizes Curriculares curso de graduação em Psicologia	41
1.3. Estudo II: Legislação do Conselho Federal de Psicologia	45
1.4. Estudo III: Das Universidades	48
1.4.1. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO: Curso de Graduação em Psicologia	48
1.4.2. Universidade Estadual de Maringá – UEM: Curso de Graduação em Psicologia	50
1.4.3. Universidade Estadual de Londrina – UEL: Curso de Graduação em Psicologia	51
1.4.4. Universidade Federal do Paraná – UFPR: Curso de Graduação em Psicologia	52
1.5. E os discursos fazem silêncio	54
1.6. Dispositivos disciplinares: os documentos	58
2. RELAÇÕES DE GÊNERO E AS PSICOLOGIAS	63
2.1. Gênero e feminismo	63
2.2. As Psicologia e o Gênero	69
2.3. A gramática: forma de resistência	72
3. DIVERSIDADE SEXUAL NOS DISCURSOS DA PSICOLOGIA	76
3.1. Um pouco mais de história: do gênero a teoria queer	76
3.2. A Psicanálise e os anormais	79

3.3. Psicologia, educação e a diversidade sexual	82
3.4. A política <i>queer</i>	85
3.5. Psicólogas(os) e as diversidades sexuais: sem preconceito	87
4. CONSIDERAÇÕES	90
5. REFERÊNCIAS	94
ANEXO I	102
ANEXO II	124
ANEXO III	146
ANEXO IV	161
ANEXO V	169
ANEXO VI	172
ANEXO VII	185
ANEXO VIII	196
ANEXO IX	206
ANEXO X	208
ANEXO XI	210
ANEXO XII	212
ANEXO XIII	213
ANEXO XIV	218
ANEXO XV	225
ANEXO XVI	229
ANEXO XVII	238
ANEXO XVIII	267
ANEXO XIX	269
ANEXO XX	294
ANEXO XXI	302
ANEXO XXII	320

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso

CFP – Conselho Federal de Psicologia.

CRP – Conselho Regional de Psicologia.

LACULT - Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura e Diversidade.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OMS – Organização Mundial de Saúde.

SESu – Secretaria de Educação Superior

UEL – Universidade Estadual de Londrina.

UEM – Universidade Estadual de Maringá.

UFPR – Universidade Federal do Paraná.

UNICENTRO – Universidade Estadual do Centro-Oeste.

RESUMO

Este estudo se constrói a partir das inquietações da atuação da (o) psicóloga (o) em diversos contextos, nos quais as relações de gênero e diversidade sexual emergem como demandas cotidianas. Objetiva-se investigar os discursos sobre o referido tema, na formação de psicólogas (os) das universidades públicas do Estado do Paraná, a partir dos documentos normativos do curso. Como parâmetro de análise, contemplam-se as teorias feministas e de gênero pós-estruturalistas, as quais baseiam outras possibilidades discursivas sobre as relações humanas e a Psicologia. Fundamenta-se pela Análise do Discurso de Michel Pêcheux, a arqueogenealogia de Michel Foucault e Estudos Culturais de Tomaz Tadeu da Silva. Assume-se a educação e a ciência como viabilizadoras destas construções. Assim, gênero e/ou relações de gênero, diversidade sexual, *queer*, discursos, monstros, dispositivos disciplinares e Análise do Discurso, interligam-se como modo de interrogar esse objeto. O gênero corresponde à construção social, por meio da qual são estabelecidas subjetividades, estrutura relações de poder e da diferença sexual. O *queer* representa a diferença e surge de um grupo de movimento político, o qual se posiciona contra a normalização. Esses dois conceitos são assumidos como analisadores. Ao considerar os documentos oficiais da Graduação de Psicologia, revelou-se a invisibilidade de dispositivos disciplinares sobre Relações de Gênero e diversidade sexual. Tais documentos silenciam a temática e resistem em incluí-la na Graduação em Psicologia. Os silêncios concebidos pelo Ministério da Educação e Cultura evocam a necessidade de posicionamento maior do Conselho Federal de Psicologia. Pois, os discursos da Psicologia legitimam violências de gênero e diversidade sexual. A psicanálise domina os discursos sobre sexualidade e tem papel determinante sobre a patologização desses discursos. Nesse sentido, a gramática pode se instituir em movimento de resistência e a(o) profissional psicóloga(o) pode e deve assumir posicionamento político, que não tolera discursos fóbicos. Os conceitos sistematizados nesta pesquisa atravessam a reflexão e a construção de articulações discursivas na produção desses saberes. Pois, vinculam-se ao contexto e produzem posicionamentos, que tratam a identidade e a diferença como questões políticas, as quais necessitam problematizações e centralizam, nesses

discursos, os processos de produção das diferenças. Para tanto, defende-se uma estratégia pedagógica e curricular da identidade e da diferença, que leve em conta as contribuições da teoria cultural recente, principalmente as de inspiração pós-estruturalista, somadas à possibilidade de repensar e recriar as condições de existência, de educação e de psicologias.

Palavras Chaves: Relações de Gênero, Diversidade Sexual, discurso, teorias psicológicas, pós-estruturalismo.

ABSTRACT

This paper is built upon the concerns of the actions of psychologists in several contexts, in which gender relations and sexual diversity emerge as everyday demands. It aims to investigate the discourses on the said topic, in the formation of psychologists at public universities in the State of Paraná, from the course normative documents. As analysis parameter, it contemplates feminist theories and post-structuralist gender, which underlie other discursive possibilities on human relations and Psychology. It underlies on the Discourse Analysis of Michel Pêcheux, the archeogenealogy of Michel Foucault and Cultural Studies of Tomaz Tadeu da Silva. It is assumed the education and science to enable these constructions. Thus, gender and/or gender relations, sexual diversity, *queer*, speeches, monsters, disciplinary devices and Discourse Analysis, are interconnected so as to interrogate this object. The genre corresponds to the social construction, whereby subjectivities are established, it frames power relations and sexual difference. The *queer* represents the difference and comes from a group of political movement, which is against normalization. These two concepts are assumed to be analyzers. By analyzing the official documents of the Psychology Graduation, It was revealed the invisibility of disciplinary devices on Gender Relations and sexual diversity. Such documents silence the theme and resist including it in the Psychology Graduation Course. The silences also conceived by Ministério da Educação e Cultura evoke the need of greater positioning of the Federal Council of Psychology. For, the speeches of Psychology legitimize gender and sexual diversity violence. Psychoanalysis dominates the discourses on sexuality and has a decisive role on the pathologization of these speeches. In this sense, the grammar may be established in the resistance movement and the practicing psychologist can and must take a political position, which does not tolerate phobic speeches. The concepts systematized in this research go through reflection and discursive construction articulations in the production of such knowledge. For, they are linked to the context and produce positionings, which deal with the identity and the difference as political issues, which require problematizations and centralize, in such speeches, the production processes of differences. Therefore, it is defended a pedagogical and curricular strategy of the identity and difference, that takes into

account the contributions of recent cultural theory, especially the post-structuralist inspired ones, added to the possibility of rethinking and recreating the living, education and psychology conditions.

Key Words: Gender Relations, Sexual Diversity, speeches, psychological theories, post-structuralism.

INTRODUÇÃO

Os que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as ideias e as coisas que elas significam, tem uma história.

- Joan Scott

Como? Onde? Por quê? Quando começa a se registrar a necessidade, que extrapola a curiosidade e se configura como desejo intenso, de se dedicar ao esclarecimento de um assunto de maneira profunda. Certa de que o mesmo faz parte de você. Atravessa-lhe. Assujeita e subjetiva seu ser. Exige que se externalize os afetos, os estudos e os sentidos, de alguma maneira.

Assim nasceu o interesse de pesquisar sobre relações de gênero e diversidade sexual. Pode ter iniciado desde a concepção de minha vida. A partir das expectativas dos meus pais pelo nascimento do primeiro filho, homem. Sempre deixaram claro a preferência pelo falo, mas ao contrário do que possa imaginar, nunca me senti rejeitada ou diminuída por isso.

Na vida familiar quem administrava e financiava a casa foi sempre minha mãe. Meu pai, com sua simplicidade de viver me levava para espaços como: pescaria em dias de chuva, futebol aos domingos, jantares “só para homens” e atividades na lavoura. A maioria dos meus amigos eram meninos, companheiros nas brincadeiras com carrinhos, casinha, luta, de faz de conta, pega-pega, entre outras que inventávamos.

Na adolescência iniciou a controvérsia. Assim, passei a ser controlada, vigiada, com espaços de convivências limitados. Não era mais permitido ir a “certos lugares” para participar das atividades com meninos. As mudanças em meu corpo entraram no discurso da sexualidade. De alguma maneira eu era cobrada a mudar os hábitos. Alocuções principalmente das mulheres de minha família exigiam mudanças comportamentais como: adaptar-se às “coisas exclusivas” de meninas. Sendo assim, adaptei-me ao modelo heteronormativo, mas frequentemente ouvia que tinha pensamentos muito feministas, sem entender direito o que isso significava. Fazia militância por compaixão e afetos a mim, as outras e outros. Para

Foucault (2014) a sexualidade não pertence às crianças, sobre elas não são dirigidos tais discursos, apenas os que se referem a corpos sexuados.

Nesse tempo, interessei-me pela filosofia. Questionava-me sobre a diversidade humana. Ingressei na Universidade Estadual do Centro-Oeste, na segunda turma de Psicologia, um curso frequentado principalmente por mulheres, entre quarenta alunas(os), apenas sete homens. Índice alto, ao considerar que a cada 10 profissionais de psicologia, 9 são mulheres¹. Concluí a graduação em 2009. Fiz especialização na área de Saúde Pública na Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Durante a especialização fui convidada a trabalhar como psicóloga escolar.

Na escola recebia demandas dos professores. Dentre elas, destacavam-se a necessidade de orientações e aconselhamentos sobre diversidade sexual. Problematisa-se principalmente: Como assumir a orientação sexual perante pais e amigos? Como resolver relações conflituosas entre gêneros? Qual seria a conduta adequada de um professor perante as questões de sexualidade e orientação sexual, que surgem na sala de aula? Que caminhos proceder com meninas e mulheres vítimas de violência física e psicológica do companheiro? Nesta mesma época me preparava para casar, com todas as expectativas sobre essa convivência.

Após dois anos assumi como psicóloga na cidade de Salgado Filho – PR. Era a única psicóloga da Prefeitura, mesmo lotada na Secretaria de Saúde, prestei serviço para o Centro de Referência de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação. As questões emergentes do espaço escolar se tornaram torrenciais. O contexto se compunha carregado de situações como: Mulheres e meninas vítimas de violência dos maridos, companheiros e pais, sem condições de serem independentes, estupros, mulheres submissas que psicossomatizavam uma vida de violência psicológica e física, famílias sexistas na educação dos filhos, conflitos dentro da sala de aula com crianças de orientação sexual distinta da maioria, condutas sexistas e homofóbicas de algumas professoras(es) que iam da educação infantil ao término do ensino médio, crianças encaminhadas pela escola (pelos

¹ Índice apontado pelo texto Uma profissão de muitas e diferentes mulheres: Resultado preliminar da pesquisa 2012.

professores ou funcionários) ou trazidas pelos pais para serem “curadas”, pois aparentavam ser homossexuais.

Dentre os casos, um deles soou como grito. Foi o pedido desesperado de uma mãe, a qual solicitou que desse um jeito de “curar” seu filho gay. Argumentando que isso poderia provocar a perda da guarda do menino para o pai. Afirmou procurar minha ajuda após orientações de uma professora, que enfatizou que a cura só seria possível antes que ele completasse seis anos, porque depois não tinha mais jeito.

Essa temática me inquieta. Acima de tudo, se constituem em perguntas, que se assentam em minha história pessoal e se fortalecem de diversas devido as pessoas que procuram o serviço de psicologia. Traz à tona não só as deficiências de minha formação. Agrega-se a isso, meus preconceitos e desconhecimento sobre a diversidade. Neste ínterim complexo, diagnostica-se: Como a rede institucional que deveria protege-las(os), contribuía com os silênciamentos! Revela-se os abusos e sofrimentos vividos, evidenciando a falta de preparo das Redes de Saúde, Assistência Social e Justiça, para trabalhar com sujeitos em condições particulares de vulnerabilidade social e de gênero implicadas. Esta Dissertação emerge, tanto no âmbito profissional, quanto em minha posições como filha, esposa, mulher e aluna do mestrado.

Na busca por outras possibilidades de atuação fui convidada pelo professor Rafael a fazer parte do Grupo de Pesquisa Lacult, que permitiu sistematizar e direcionar essas questões. Compreendi que a demanda trazida à psicologia, atravessa todas as áreas de atuação. Pois, os instrumentos teóricos e pessoais tidos à disposição, nem sempre podiam ajudar essas pessoas vítimas de variadas formas de sofrimento. Os saberes da Psicologia enquanto ciência não são abstratos e neutros, mas produtos de pessoas concretas, relacionados ao modo como estas se incluem no mundo, ou seja, são vivos, dinâmicos e construídos historicamente.

A psicologia enquanto campo de pesquisa, consolida-se por meio de estudos entre a relação de Educação e Cultura, formação e atuação têm muito a contribuir no que se refere à desconstrução de desigualdades sociais e de gênero. Reconhece-se a importância da formação, como meio de desenvolvimento de outras potencialidades de vivências. Por isso, apresentei a proposta de estudo, aqui desenvolvido, para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade

Estadual do Centro-Oeste, na linha de pesquisa de Educação, Cultura e Diversidade.

As articulações teóricas assumidas como possibilidades interpretativas entre o campo de pesquisa e a vinculação a esta Linha de Pesquisa de Educação, Cultura e Diversidade, pautam-se na teoria cultural, que coloca as questões do multiculturalismo e da diferença como centrais na teoria educacional crítica e até mesmo nas pedagogias oficiais. Essas teorias ainda assumem posições marginais, sendo tratadas como temas transversais, mas não são negadas, são assumidas e legitimadas pelos oficialismos como questões do conhecimento (SILVA, 2014).

No entanto inexistem uma teoria de identidade e de diferença que estabeleçam um posicionamento pedagógico, o que encontramos são estratégias pedagógicas possíveis e mais utilizadas como: a liberal, que consiste em estimular e cultivar bons sentimentos à diversidade cultural; a abordagem terapêutica que aceita a diversidade como boa, mas atribuiu rejeição da diferença e do outro a distúrbios psicológicos; ou a mais praticada nas escolas, que consiste em apresentar uma visão superficial e distante das diferenças culturais (SILVA, 2014).

Tomaz Tadeu da Silva (2014) considera a ineficiência dessas estratégias pedagógicas enquanto práticas, que rompem com os estereótipos e violências para com a diversidade. Propõe a partir da conceitualização de identidade e diferença como estreitamente associadas aos sistemas de representações, que tem na linguagem as suas significações, estrutura instável e indeterminada. Ele mantém perspectiva de se tornar, a partir do incluir e excluir. Argumenta em favor de uma estratégia pedagógica e curricular da identidade e da diferença que leve em conta as contribuições da teoria cultural recente, principalmente àquelas de inspiração pós-estruturalista. Essa abordagem trata a identidade e a diferença como questões de política, que precisam ser questionadas, as quais tem no centro dessa discussão os processos de produção das diferenças. As estratégias dessa pedagogia devem possibilitar aos estudantes explorar possibilidades de perturbação, transgressão e subversão das identidades existentes.

“Em certo sentido, “pedagogia” significa precisamente “diferença”: Educar significa introduzir a cunha da diferença em um mundo que sem ela se limitaria a reproduzir o mesmo e o idêntico, um mundo parado, um mundo morto. É nessa

possibilidade de abertura para um outro mundo que podemos pensar na pedagogia como diferença. Dessa forma, talvez possamos dizer sobre a pedagogia aquilo que Maurice Blanchot (1969:115) disse sobre a fala e a palavra: fazer pedagogia significa “procurar acolher o outro como o outro e o estrangeiro como estrangeiro; acolher outrem, pois, em sua irreduzível diferença, em sua estrangeiridade infinita, uma estrangeiridade tal que apenas uma descontinuidade essencial pode conservar a afirmação que lhe é própria”. (SILVA, 2014, p. 101)

Esses poderiam ser os direcionamentos de um currículo e uma pedagogia da diferença. Que questione a identidade e o poder ao qual ela está associada, um currículo e uma pedagogia que acolha como legítimo a diferença e a multiplicidade. Assim, estabelecem-se os princípios que serão desenvolvidos.

Nessa pesquisa se investiga os discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual na formação de psicólogas(os) das universidades públicas do Estado do Paraná, a partir dos documentos normativos para o curso. De tal modo como objetivos específicos analisarei as instruções normativas do Ministério da Educação para construção dos currículos de psicologia, analisar os documentos informativos sobre relações de gênero e diversidade sexual, divulgados pelo Conselho Federal de Psicologia e examinar discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual nos Projetos Políticos Pedagógicos, grades curriculares e ementas dos cursos de Psicologia do Estado do Paraná, das seguintes universidades: Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual e Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Desde o surgimento, a psicologia vive crise permanente, assim como outras ciências humanas. Esta crise se configura por uma grande diversidade de “posturas metodológicas e teóricas em persistente e irreduzível oposição”. (FIGUEIREDO, 2003, p. 11) O século XIX foi um período de convergências históricas, políticas e de construção de conhecimentos e discursos que possibilitaram a autonomização da Psicologia. Esta pluralidade de enfoques se instalou no exato momento em que nasce a Psicologia e se destaca neste processo a persistência dessas diversidades.

A crise para Canguilhem (1999) centra-se na dificuldade da psicologia determinar sua essência, e por não definir exatamente o que é, tornou-se difícil responder sobre o que faz. Então o psicólogo procura justificar sua eficácia na importância de ser especialista. Apesar da multiplicidade de projetos metodológicos, a definição possível para a psicologia está na teoria geral da conduta, que é síntese das várias psicologias (experimental, psicanalítica, clínica, social).

Assim, vou referir “As Psicologias”, que embora assumam divergências significativas quanto aos seus métodos, objetos e doutrinas, é a ciência da conduta, que se distinguem mais pelo objeto do que pelo método (CANGUILHEM, 1999). Na compreensão de Figueiredo, conduta significa “o conjunto das respostas significativas mediante as quais o ser vivente em situação integra as tensões que ameaçam a integridade e o equilíbrio do organismo” (FIGUEIREDO, 2003, p. 196). Mas aqui, mais do que a unificação sobre a psicologia, como aponta Figueiredo, nos cabe assumir a contradição.

A história da psicologia também é história da cultura, seus processos não são dissociados. Como histórias de culturas psicológicas é história de tradições de pensamento psicológico, e as tradições temos como práticas sociais de longa duração, consequentemente tradições de pensamento psicológico são culturas, ou práticas culturais. Deste modo entendemos que “como práticas culturais ou culturas, tradições de pensamento psicológico se constituem como práticas de pesquisa, com desfecho favoráveis para algumas e desfavoráveis para outras” (ABIB, 2009).

As verdades que são instituídas nos processos discursivos, culturais e descobertas sucessivamente, fornecem uma visão de algo que subsistiria independente de nossa forma de atuar e de perceber. O conhecimento científico seria o de um objeto que se transforma, efetuado por um sujeito também em transformação, e também, um conhecimento das formas históricas das relações práticas, instaurado pela matéria, criando e recriando as ordens naturais. Este enfoque na Psicologia faz reconhecer que:

“as diferentes modalidades de teorização e prática psicológica correspondem as diferentes formas de

relações que os sujeitos instauram entre si no contexto da vida em sociedade. Nesta medida, não é à complexidade da “natureza humana” que podemos atribuir a multiplicidade dos enfoques, mas à complexidade e contraditoriedade das formas de relação social. O que se precisa reconhecer é que cada uma destas formas exige uma determinada maneira de ser elucidada, ou seja, um conhecimento rigoroso mas pertinente ao tipo de relação social que ela reflete e legitima. Mas, em contrapartida, deve ficar claro que estas variadas formas de relação social não existem separadas em compartimentos estanques, mas compõe o todo cindido e conflitivo do indivíduo humano.” (FIGUEIREDO, 2003, p. 205)

Essa construção dos saberes pautada na observação e registros dos comportamentos humanos e dos grupos sociais, foram enunciados como teorias científicas, constituindo assim, a Psicologia, entre outras ciências humanas (NARVAZ, 2009). Essas teorias eram necessárias ao conhecimento e ao controle dos corpos individuais e sociais. Foram chamadas por Foucault (2006) como “práticas disciplinares”, que eram disciplinarizantes e normalizantes.

Assim, inicia-se a construção dos fundamentos para essa dissertação, que se centram nas ideias pós-estruturalistas, que recusa dicotomias, coloca a atividade de pesquisa como integrante da dimensão sociopolítica dos tempos e dos espaços vividos. Assumo postura contra a naturalização da realidade e dos sujeitos, propondo o discurso e a linguagem como elementos centrais nas produções teóricas. Desse modo, os processos culturais e políticos são considerados elementos fundantes na construção do conhecimento. (SCARPARO, 2008)

Ao centralizar a compreensão do sujeito na rede discursivas na qual ele é produzido, a análise de comportamentos, de perspectivas individualistas e da interioridade do sujeito é deslocada para o diálogo com as práticas culturais nas quais ele é produzido. Temos assim, o conhecimento como resultados de construções coletivas inseparáveis de ações sociais. Ao mesmo tempo, ao analisar os efeitos dos discursos, se problematizam as práticas que cercam e produzem os objetos e sujeitos. (SCARPARO, 2008, p. 23)

Nesta proposta, os conceitos que atravessaram a reflexão e a construção de articulações discursivas na produção desses saberes, vinculam-se ao contexto e

produzem posicionamentos políticos. Assim, gênero e/ou relações de gênero, diversidade sexual, *queer*, discursos, monstros, dispositivos disciplinares e Análise do Discurso, se ligaram como modo de interrogar esse objeto.

O conceito de gênero na gramática é compreendido como um meio de classificar masculino e feminino, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes (JOAN SCOTT, 1995).

Nesta proposição, Joan Scott quer assinalar o momento em que as feministas passam a usar o conceito de gênero mais seriamente, como categoria de análise, que se refere a organização social da relação entre os sexos, convertida em desigualdades hierárquicas entre homens e mulheres. Assim, ela estrutura o conceito de gênero como construção histórica, que não é universal, nem natural, mas sim um conceito mutante e polissêmico concebido como forma de organização social da diferença sexual (NARVAZ, 2009).

Na mesma direção Louro (2003) e Sabat (2001) descrevem gênero enquanto categoria de análise pós-estruturalista, que se refere a masculinos e femininos de forma diferente do que a compreendida como sexo. As identidades sexuais são constituídas em meio a representações culturais e a relações de poder estabelecidas por um sistema de significados dominantes, que impõe formas de comportamento e naturalizam relações que são construídas num âmbito histórico. Denuncia que as relações de gênero articuladas às relações de poder e dominação criam formas de opressão, discriminação e violências. Assinalam o efeito discursivo de desigualdades ideologicamente construídas, tomados pelo discurso científico, como forma de melhor instrumentar a sujeição.

De acordo com Louro (2003), não existe a pretensão de negar que gênero se constitui sobre corpos sexuais, tampouco negar a biologia, mas de enfatizar a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas. Assim problematiza-se como essas características são representadas e valorizadas? O que se diz ou se pensa sobre elas? O que constrói o masculino e o feminino em uma dada sociedade, e em um dado momento histórico?

O gênero corresponde então a uma construção social através da qual são estabelecidas subjetividades, estruturando relações de poder nesse contexto. Esses posicionamentos trazidos e conceituados por Scott (1995) têm sido associados além dos estudos clássicos sobre homens e mulheres por Butler (2003)

aos estudos *queer*, voltado à crítica das sexualidades heteronormativas e permitem repensar os conceitos de sexo e de gênero, esboçando a fluidez característica desta época. Esta discussão profunda do conceito de pluralidade de gêneros e a crítica radical do sujeito unitário do feminismo promovem um confronto reflexivo deste com as diferenças apagadas pelo feminismo em prol de um sujeito político “mulher” hegemônico e heterocêntrico. E reivindicam uma construção pós-feminista descrita por Beatriz Preciado (2011) como multidões *queer*.

Queer é um conceito que emerge para a discussão da diversidade sexual e pode ser “traduzido por estranho, talvez ridículo, excêntrico, raro, extraordinários” (LOURO, 2001. Pg 546). *Queer* representa a diferença, surge de um grupo que se posiciona contra a normalização, estabelecendo um movimento político, que assinala a diferença e não quer ser tolerado. Beatriz Preciado (2011) descreve os sujeitos da política *queer* e acrescenta que a diferença sexual não é mais importante que uma “multidão de corpos: corpos transgêneros, homens sem pênis, gounis garous, ciborgues, femmes butchs, bichas lesbianas... A “multidão sexual” aparece, assim, como o sujeito possível de uma política *queer*.” (PRECIADO, 2011. p. 11). Os corpos da multidão *queer* são, segundo ela, as reapropriações e os desvios dos discursos da medicina anatômica e da pornografia, entre outros, que construíram o corpo *straight* e o corpo desviante moderno. E a grande reviravolta epistemológica está nesta reapropriação dos discursos de produção poder/saber sobre o sexo.

Nesse sentido, constitui-se menos numa questão de explicar a repressão ou expressão das minorias, do que uma análise da figura hetero/homossexual como regime de poder/saber que molda a ordenação dos desejos, dos comportamentos e das instituições sociais, das relações sociais à constituição do *self* da sociedade.

A política das multidões *queer* emerge de uma posição crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitária, de uma desorganização do sujeito da política das identidades: Não há uma base natural (“mulher”, “gay” etc) que possa legitimar a ação política. (...)Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os

sistemas de produção dos saberes científicos dos “normais”. Nesse sentido, as políticas das multidões queer se opõem não somente as instituições políticas tradicionais, que se querem soberanas e universalmente representativas, mas também as sexopolíticas *straight*, que dominam ainda a produção da ciência. (PRECIADO, 2011. p. 18)

O que tem em comum nesses autores é uma postura crítica com relação a aceitação da patologização e normatização da diversidade sexual, que encontram um forte aparato nos discursos científicos como forma de manter relação de poder desiguais, que marginalizam os desvios.

Abordo o conceito de discurso de acordo com a perspectiva foucaultiana, que se refere a um conjunto de práticas que mesmo distintas, obedecem regras de funcionamento comuns. Tem uma “função normativa e reguladora que colocam em funcionamento mecanismos de organização do real por meio da produção de saberes, de estratégias e de práticas” (REVEL, 2005, p. 37). Deste modo, Foucault compreende discursos enquanto práticas concretas, que constituem os sujeitos e que estão disseminados nas mais diversas instituições na forma de práticas normalizadoras, vinculadas a processos que são historicamente determinados (FOUCAULT, 2006).

Ou seja, “o discurso não é apenas uma análise linguística, mas uma interrogação sobre as condições de emergência de dispositivos que sustentam práticas (como em *História da Loucura*) ou as engendram (como em *As Palavras e as Coisas* ou em *A arqueologia do Saber*).” (REVEL, 2005, p. 38). E, nesse sentido, cumprem papel importante ao impor normas à constituição das subjetividades em cada tempo e contexto históricos, como é o caso da Medicina, da Psicologia e da Educação.

Neste processo de construção da subjetividade, ocorrem reconfigurações e reposicionamentos dentro das estruturas nas quais se constitui o sujeito, dentro dos artifícios da linguagem (FOUCAULT, 2006). Deste modo, não há espaço apenas à submissão, mas também à resistência aos discursos, e ao discurso dominante, que o constitui.

De tal modo, inscreve-se a Educação em Psicologia como campo de militância, usa-se das teorias da “pedagogia dos monstros” de Tomaz Tadeu da

Silva (2000) para evidenciar que o monstro resiste a qualquer classificação construída com base em uma hierarquia ou uma oposição meramente binária (SILVA, 2000). O monstro exige a construção de um sistema, que permita a diversidade, as reações mistas, a assimilação das práticas de nas bases da natureza humana.

A concepção desenvolvida por Donald (2000) ao examinar as técnicas de escolarização pública e de massa que surgem nos séculos XIX e XX, evidencia que persistentemente elas tentam “moldar as crianças de acordo com seus (da sociedade) padrões”, por meio de disciplinas que pretendem não apenas compreender a natureza da criança e adolescente, mas ser capazes de emancipá-las (DONALD, 2000.p.80).

Neste processo, propõe-se a recuperar para a sociedade civil as virtudes de seu “incorrupto” estado, e seguem técnicas de autoformação e automonitoramento, baseadas num ideal de “liberdade de expressão” no interior de um ambiente moralmente administrado (DONALD, 2000). Esses ideais se mantêm na Universidade, em que o monstro é poderoso aliado da “sociedade panóptica” de Foucault (1987), que com seu olhar do outro, sobre o outro e si mesmo, desenvolve múltiplos dispositivos de poder a partir da marca da existência do diferente.

O monstro surge no intervalo no qual a diferença é percebida como a divisão entre, de um lado a voz que registra a “existência” do “diferente” e, do outro, o sujeito assim definido; o critério dessa divisão é arbitrário, e pode ir desde a anatomia ou a cor da pele até a crença religiosa, ao costume e a ideologia política. A destrutividade do monstro é realmente uma desconstrutividade: ele ameaça revelar que a diferença tem origem no processo e não no fato (e que o “fato” está sujeito a constante reconstrução e mudança). Dado que os que tem registrado a história do Ocidente têm sido principalmente europeus e masculinos, as mulheres (*Ela*) e os não-brancos (*Eles!*) viram-se repetidamente transformados em monstros, seja para validar alinhamentos específicos de masculinidade e branquitude, seja simplesmente para serem expulsos do seu domínio de pensamento. Os outros femininos e culturais já são bastante monstruosos se considerados isoladamente, na sociedade patriarcal, mas quando eles ameaçam se misturar é toda uma economia do desejo que se vê atacada (COHEN, 2000. Pg. 45).

O jogo de metáforas entre os monstros que Cohen (2000) faz, dizem respeito às representações de outras culturas, generalizadas e demonizadas, com a finalidade intrínseca às práticas de governo para impor a mesmice grupal. A pedagogia dos monstros faz uma crítica ao modelo de educação e currículo vigente, e denuncia que o objetivo da educação não deveria ser o de fixar um currículo, pois seus conteúdos deveriam permanecer sempre sob revisão, e adaptável as mudanças de saberes e sociedade (HUNTER, 2000).

Donald (2000) se vale da teoria dos monstros para examinar a pedagogia e o currículo, e a maneira que os conceitos, as categorias e os valores considerados como tendo autoridade e relevância estão assimilados nas rotinas da educação. O conceito que emerge pela análise proposta na pedagogia dos monstros, refere-se aos currículos silenciados, que por representarem os monstros devem ficar fora, não se inserir, não ter autoridade.

Em jogo de forças, esses documentos se configuram como autoridades à Educação, os quais entram nas discursividades como dispositivos disciplinares. Tais dispositivos são apresentados por Foucault (1987) em *Vigiar e Punir*, quando discorre sobre a vigilância hierárquica, diz:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzam a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. Lentamente, no decorrer da época clássica, são construídos esses “observatórios” da multiplicidade humana para as quais a história das ciências guardou tão poucos elogios. Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida a função da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos; uma arte obscura da luz e do visível preparou em surdina um saber novo sobre o homem, através de técnicas para sujeita-lo e processos para utilizá-lo. (FOUCAULT, 1987. p. 143-144)

Os dispositivos disciplinares estão articulados em uma trama ampla e complexa na sociedade, com papel fundamental para tornar possível uma

governamentabilidade, e com ela os modos de dominação e subordinação. Assim, colocar a área da *Educação* nessas discursividades e direcionar o olhar investigativo sobre a formação da(o) psicóloga(o), é questionar as produções discursivas/práticas destes conhecimentos.

Conforme Narvaz e Koller (2007) enfatizam, os discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual acabam veiculados ao senso comum, nos saberes científicos, diversas pedagogias culturais, saberes e práticas, que se outorgam estatuto de verdade que regulam o comportamento dos sujeitos. Estes saberes e práticas se articulam tão profundamente na trama social, ao trazer à tona esta discussão à área da Educação significa compreender esta, enquanto formadora de produções discursivas que, contribuem para legitimar, normatizar papéis e lugares de gênero nas relações afetivas, sexuais e familiares.

Assim, os efeitos tidos como verdades e saberes produzidos pelos discursos científicos, atestam o poder das teorias psicológicas, mais do que outras, para se voltar aos sujeitos na produção da subjetividade (NARVAZ, 2009). Estas teorias de acordo com Pêcheux (2014) tem uma história que é política e ideológica. Remonta-se alguns processos históricos considerados relevantes à construção de ciência e organização social característica de nosso tempo.

Os discursos sobre sexo nem sempre na história foram tomados desta maneira, Foucault (2014b) fala da sexualidade nas suas manifestações e formas historicamente singulares e retorna da época moderna até a Antiguidade. Nesse movimento identifica como características daquela sociedade tida como mais liberal com relação as práticas sexuais o fato de que para eles a mulher era objeto do homem livre, assim como os escravos; a monogamia não era exigência para o casamento e as práticas homossexuais não eram opostas as heterossexuais, (FOUCAULT, 2014b). Nesta sociedade o uso que o homem faz dos prazeres está relacionado ao seu desenvolvimento moral e com seu lugar social, e a descrição das práticas sexuais em si não eram objetos prioritários nas preocupações morais.

Foucault (2014b) se utiliza dos escritos greco-romanos para descrever como a sexualidade era analisada sobre a perspectiva de uma problematização moral no uso dos prazeres, e assim, as recomendações e discursos eram dirigidos aos prazeres sexuais como práticas, que elevariam ou degradariam a moral do homem. Estes deveriam fazer uso comedido dos prazeres sexuais, de maneira a beneficiar

o corpo, desenvolver uma economia que assegura a temperança do homem não só com relação ao sexo, mas também relacionado ao lugar que os gêneros ocupam, e a erótica se dirigiria para o objeto do prazer, na medida em que o homem tem que ser o senhor no prazer, que se tem com os outros (FOUCAULT, 2014b).

A homossexualidade e o sujeito homossexual, os discursos normativos sobre o sexo, a emergência dos prazeres no discurso da ciência, a apreensão moralista sobre os corpos e desejos são invenções do século XIX. Apresentado por Foucault (2014a) a partir do momento em que a sexualidade entra no campo da linguagem, e passa a ser uma produção discursiva da ciência, do direito e do pastorado cristão. O pastorado cristão com as práticas de confissão que esquadriham os atos, a ciência e sua necessidade de conceituar, bem como as necessidades econômicas da revolução industrial que inserem um discurso de direito. Essa correlação de forças formou lentamente um sistema de saber legítimo e uma economia de prazeres múltiplos.

“Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível, mas, pelo contrário, de processos que disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer. (FOUCAULT, 2000. Pg. 81-82)

A mecânica do poder põem em funcionamento um mapeamento da sexualidade e, atribui ao que seria diverso, por meio dos psiquiatras do século XIX, uma ampla e criativa nomenclatura que passa a ser usada (exibicionistas, fetichistas, zoófilos, automonossexualistas, invertidos sexoestéticos, mulheres disparêunicas) para colocar o discurso sobre sexo em uma análise visível e permanente para serem classificados (FOUCAULT, 2014a). A longa tradição cristã atribui valores e condutas integradas no exercício de um poder pastoral, que no ato da confissão produz as discursividades sobre o permitido e proibido. Todo esse

movimento, entra em um amplo e complexo desenvolvimento de tecnologias de governo, que dota todo o corpo social de um “corpo sexual”. Refiro-me ao momento em que as condições econômicas, com o crescimento das grandes indústrias exigem, a necessidade de mão de obra estável e competente, e que os fluxos de população sejam controlados e marcados demograficamente. Assim, passam a se desenvolver tecnologias para manter a vigilância e controle sobre esse corpo e essa sexualidade, que finalmente é reconhecida para as massas.

Os discursos sobre sexo até este período não eram para todos. Inscrevendo as condutas de virgindade, as normativas do sangue legítimo e a seriedade atribuída a reprodução, a sexualidade passava a ser confiscada para dentro de casa, encerrada e reprimida, tais comportamentos eram tidos como exclusividade da burguesia. Foucault (2014a) destaca que os dispositivos de sexualidade são construídos na burguesia e para a burguesia, para inicialmente marcar um corpo social e assegurar sua hegemonia, a partir da construção de um amplo aparato de tecnologias de controle, como: a escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral das populações, todo um aparelho administrativo construído para assegurar, que o controle e a hegemonia continuam sendo da burguesia.

Esses movimentos históricos e econômicos incluem a mulher no mercado de trabalho, não que ela não o fizesse antes, mas era quase que exclusividade nas atividades domésticas. Com as grandes indústrias a mulher começa a assumir os domínios do público, e assim, visualizar as diferenças tão marcadas, criando novas possibilidades de relações e inaugurando movimentos de resistência mais organizados. Ao atingir os domínios do público, também conferido a mulher um outro lugar, este com mais autoridade para inferir sobre si. As questões feministas emergem também no século XIX, juntamente com os primeiros estudos de Darwin sobre a evolução das espécies, que legitimava as diferenças biológicas (CITELI, 2001).

Outras questões convergem com este período, Citeli (2001), na observação deste processo da história na ciência, expõe que formas diferentes de dominação masculina foram produzidas nos discursos científicos com objetivo de naturalizar as diferenças sexuais e de comportamento entre homens e mulheres, do século XIX até a contemporaneidade, muitas formas de questionamentos sobre essas

produções científicas foram apresentadas, mas é na atualidade, com os estudos pós-estruturalistas, que ocorre a intensificação na busca de desnaturalizar as oposições binárias sexo/gênero, ao defender o sexo como uma categoria anatômica e fisiológica, e o gênero como cultural e social.

Narvaz e Koller (2007) ao tratar da psicologia denunciam a grande resistência para incorporar a temática de relações de gênero e diversidade sexual nos currículos universitários e escolares. Destaca que esse tema é marginalizado, sobretudo, dentro da Psicologia, que relega a temática a outros campos do saber, como a História e as Ciências Sociais. Constatado que na graduação de Psicologia que cursei, não existia um conhecimento sistematizado sobre relações de gênero e diversidade sexual.

As teorias eram advindas em sua grande maioria de outras áreas de conhecimento; a sexualidade era delegada exclusivamente a disciplina da psicanálise. Após fazer um levantamento das principais teorias psicológicas e como elas se posicionam diante da temática, Narvaz e Koller apontam ainda que tais teorias perpetuam visões binárias e estáticas entre sexos/gêneros, como se as diferenças estivessem situadas dentro dos indivíduos, sendo, portanto, impermeáveis ao questionamento e à modificação.

A partir da exposição desses conceitos, considerando a recusa em aceitar dicotomias, os diversos instrumentos de coleta de dados inerentes a atividade de pesquisa serão compreendidos como integrantes da dimensão sociopolítica dos tempos e dos espaços vividos.

Assim, conforme aponta Scarparo e Guareschi (2008) a epistemologia pós-estruturalista centraliza o sujeito na rede discursiva em que ele é inserido, e as ações coletivas são tidas como inseparáveis de ações sociais. Consciente ou não de seus efeitos e implicações, os discursos das teorias psicológicas as quais nos filiamos, que ensinamos e que fundamentam nossas investigações são importantes instrumentos políticos e de luta (PÊCHEUX, 2014). Começa-se a desenvolver o método aqui empregado compreendendo que, as análises acadêmicas também funcionam como uma intervenção na vida política e social e implicam a ciência como constituinte das práticas culturais (SCARPARO E GUARESCHI, 2008).

O campo que analisarei é construído por documentos que estabelecem regras, normas e padrões ao que se espera de um curso de formação em psicologia

nos três perfis de formação: a(o) bacharel em Psicologia, a(o) professora(o) de Psicologia e a(o) psicóloga(o). O qual está composto pelos pareceres e normativas propostas pela Câmara de Educação Superior no Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; do Conselho Federal de Psicologia e os Projetos Políticos Pedagógicos, grades curriculares e ementas dos cursos de Graduação em Psicologia das Universidades Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual e Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Estes documentos são disponibilizados nos sites das Universidades, do Conselho Federal de Psicologia e do Ministério da Educação, ou seja, de domínio público.

O objetivo constitutivo da técnica de análise documental de acordo com Hernandez (2008) é recopilar e categorizar documentos, a fim de gerar informações de interesse público sobre um fenômeno. É ainda, um processo informativo que tem como finalidade elaborar elemento de resgate para ser conhecido, armazenado e difundido no âmbito social. Documentos, discursos, textos e outras construções linguísticas são elementos potentes para a autora, que ajudam a situar, definir, e dar sentido a realidade pois operam no âmbito público, com elementos de identificação de um grupo e acabam incorporados a memória cultural das sociedades.

Esses documentos foram examinados a partir de duas categorias analisadoras: relações de gênero e diversidade sexual. A leitura desses documentos pode ser entendida como “atribuição de sentidos” (ORLANDI, 2012. p. 7). A linguagem, de qualquer natureza, tem a possibilidade de leitura. Pode significar concepções e sentidos. Pode ser usada para refletir a relação com a noção de ideologia. Refiro-me à perspectiva da Análise do Discurso (AD) de Michel Pêcheux² (1997), a qual propõe, que a linguagem se materializa na ideologia, como esta acaba por se manifestar na linguagem, e assim o discurso é o lugar onde a relação particular ocorre, a partir daí podemos compreender como as relações de

² Michel Pêcheux é o iniciador da Escola Francesa de Análise do Discurso, que hoje se desenvolve sob várias perspectivas com autores que tem produzido um campo de reflexão que fez deslocar o quadro das ciências humanas e sociais em sua relação com a linguagem, com o sujeito e os sentidos. A partir de Pêcheux sabe-se que nenhum campo do conhecimento, é indiferente a linguagem.

poder são significadas e simbolizadas nos dispositivos linguísticos (PÊCHEUX, 1997).

O Discurso para Michel Pêcheux não se confunde com o discurso empírico de um sujeito, nem com sua função comunicacional, não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas sim, com a língua no mundo, com homens e mulheres falando e atribuindo significado (NARVAZ, 2009).

Assim, o que acontece é um complexo processo de constituição tanto dos sujeitos quanto dos sentidos. Deste modo, nos estudos da linguagem, Orlandi (2012) aponta para o fato de que a linguagem e a sociedade se constituem mutuamente. Os processos que entram em jogo são histórico-sociais, e a análise do discurso propõe assim que “o discurso é um objeto histórico-social, cuja especificidade está em sua materialidade, que é linguística” (ORLANDI, 2012, p. 21).

A Análise do Discurso (AD) rompe com a visão estritamente linguística da língua e se propõe a analisar a inter-relação da história e da língua através determinação histórica dos processos de significação (NARVAZ, 2009; ORLANDI, 2012). O fundamental para a AD está em trabalhar com os processos de constituição do fenômeno linguístico e não simplesmente o produto dessa constituição.

Assim, procura-se situar como a relação que liga o sentidos, as condições em que eles são produzidos, configura-se como relação necessária da própria significação. O campo de abrangência dessas condições incluem o contexto histórico-social, ideológico, a situação, os interlocutores e o objeto do discurso, de maneira que o que é dito assume um significado relacionado ao que não é dito, partindo de um lugar social do qual se fala, para quem se fala, e em relação aos outros discursos, etc (ORLANDI, 2012). É de suas condições de produção que estamos falando.

Na tensa relação das condições de produção do discurso, e da leitura, cabe lembrar a noção de incompletude, a partir da qual definimos outras duas: implícito e intertextualidade. Cito:

“Quando se lê, considera-se não apenas o que está dito, mas também o que está implícito: aquilo que não está dito e que

também está significando. E o que não está dito pode ser de várias naturezas: o que não está dito mas que, de certa forma, sustenta o que está dito; o que está suposto para que se entenda o que está dito; aquilo a que o que está dito se opõe; outras maneiras diferentes de se dizer o que se disse e que significa com nuances distintas.” (ORLANDI, 2012, p. 13).

Ao considerar esta forma, compreende-se a relação de sentidos entre o que o texto diz, o que ele deixa de dizer, o que poderia ser dito por ele, ou ainda a relação entre ele e outros textos. Evidencia-se nessa relação a intertextualidade, a qual compreende: “a relação de um texto com outros (existentes, possíveis, ou imaginários)” (ORLANDI, 2012, pg. 13).

A intertextualidade e o implícito serão dois conceitos utilizados na análise dos documentos, considerando que esse campo escolhido se relaciona muito mais com o não dito, e com isso, o que evidencia enquanto discursos e práticas, do que o que foi explicitado. Nessa relação de forças entre o que o texto diz e o que ele não diz é que ele se constitui significativamente.

Outro ponto destacado por Orlandi (2012) é o lugar social dos interlocutores, sendo considerado parte constitutiva do processo de significação. Assim, o sentido de um texto está determinado pela posição dos que produzem, ou seja, os que emitem, leem e ocupam. Neste sentido, a posição do sujeito ocupada na interlocução intervém nas condições de produção dos discursos, o lugar social/institucional é determinante do/no que se diz. (NARVAZ, 2009).

A posição-sujeito designa, assim, o lugar ocupado pelo sujeito no processo discursivo (PÊCHEUX, 2014). Nesta perspectiva da análise do discurso, o ato de tomar a palavra é social em todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades etc. Deste modo Pêcheux defende que:

“A análise de discurso não pretende se instituir em especialistas da interpretação, dominando “o” sentido dos textos, mas somente construir procedimentos expondo o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, com o efeito do interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que aí emerge, como discurso outro, discurso de um outro ou discurso do Outro). Não se trata

de uma leitura plural em que o sujeito joga para multiplicar os pontos de vista possíveis para melhor a si se reconhecer, mas de uma leitura em que o sujeito é ao mesmo tempo despossuído e responsável pelo sentido que lê. (PÊCHEUX, 2014, pg. 291).

Deste trecho podemos construir uma relação direta da Análise do Discurso com o sujeito e o texto. De início a afirmação de que a constituição do texto pelo sujeito é heterogênea, pois marcas várias posições que o sujeito ocupa com relação ao texto. Foucault (2006) definiria essa heterogeneidade como descontinuidade, em que o texto é atravessado por várias posições do sujeito. Acrescentaria ainda que as formas de assujeitamento são ideológicas e governam os mecanismos enunciativos.

A enunciação para a Análise do Discurso é um processo complexo, em que não há liberdade para o sujeito falante. As marcas que atestam a relação entre sujeito e linguagem, não são, perceptíveis mecânica e empiricamente. Na verdade, segundo Orlandi (2012), são sempre construções discursivas, que só podem ser acessadas pela teorização, sem existência direta entre as marcas e o que elas significam, entre o texto e suas condições de produção. A caracterização do discurso não é um conjunto de textos, mas sim uma prática (FOUCAULT, 2006). Essa prática não é evidente, nem coerente, nem horizontal, mas ela reside no sistema que rege e torna possível a sua formação. Assim, para encontrar sua regularidade há necessidade de analisar seus processos de produção, seu modo de inscrição histórica, que permite uma definição de regularidades enunciativas.

Deste modo, o discurso não pretende reproduzir fielmente uma realidade, mas assegurar a permanência de uma certa representação (ORLANDI, 2012). E assim, na gênese de todo discurso está o projeto de um sujeito, que se converte em autor ao construir o texto. “O autor é o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. É onde se realiza seu projeto totalizante.” (ORLANDI, 2012, p. 74). Esse princípio de autoria de Foucault estabelece, que o autor é o princípio do agrupamento do discurso, a unidade de origem de suas significações, e explicita o quanto o autor/sujeito falante é afetado pelo contato social e suas coerções.

Então, o autor é a função que o eu assume como produtor da linguagem. Sendo que a produção da dimensão discursiva é a mais determinada pelo contexto

social e histórico, ou a exterioridade, está mais submetido as regras das instituições e os procedimentos disciplinares. As formações discursivas assumem, enfim o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito (ORLANDI, 2012).

Neste sentido, Pêcheux (apud ORLANDI, 2012), ao pensar o discurso se refere a forma-sujeito, que é historicamente determinada. Orlandi explica: “a relação com a linguagem, da forma-sujeito característica das nossas formações sociais, é constituída da ilusão (ideológica) de que o sujeito é a fonte do que se diz quando, na verdade, ele retoma sentidos preexistentes e inscritos em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2012, p.103). É dessa forma-sujeito, que é atribuído ao autor autonomia e responsabilidade.

Cabe destacar que os processos discursivos não tem origem no sujeito. Para a Análise do Discurso o sujeito é efeito, e não causa ou origem de si, ou de seu dizer. (NARVAZ, 2009). Assim, rompendo com as teorias inatistas e as teorias essencialistas do sujeito, constitui-se como uma teoria materialista e não subjetivista da subjetividade. Para Narvaz, o processo de subjetivação ou de constituição dos sujeitos é um efeito de linguagem. O sujeito perde sua universalidade, sua ilusão de autonomia e centralidade para integrar o funcionamento dos discursos, dentro da língua e da história.

A subjetividade se constitui no acontecimento discursivo, pelo assujeitamento a língua, na história. Não há sentido nem sujeito se não houver assujeitamento à língua. O acontecimento significativo que é o discurso tem como lugar fundamental a subjetividade. A subjetividade permite compreender como a língua acontece no sujeito, uma vez que ela (a subjetividade) é estruturada no/pelo discurso. A materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (outros) lugares (NARVAZ, 2009. p. 155).

Nesta passagem, a autora ao se referir a AD de Pêcheux, exemplifica como e em que medida o sujeito se projeta do seu lugar no mundo para a posição de discurso. Deste modo, não é no conteúdo que a ideologia afeta o sujeito, mas na estrutura pela qual o sujeito (e o sentido) funcionam (NARVAZ, 2009). Discurso e

sujeito, atravessam-se sobre si mesmos para se constituírem, imaginariamente, a partir dos dizeres que circulam a matéria prima do interdiscurso³.

As abordagens discursivas tanto de Michel Pêcheux como as de Michel Foucault, que venho tecendo neste texto, não ignora que ambas surgem de matrizes do pensamento epistemológico distintas. A Análise do Discurso proposta por Pêcheux (2014) compreende o discurso como ferramenta de desmistificação ideológica, pois, a ideologia é o princípio organizador e constitutivo dos processos discursivos.

Para Foucault (2006) a expressão ideologia seria carregada de consequências inadequadas, e assim se afasta do materialismo histórico na compreensão dos discursos. A negação foucauldiana de qualquer continuidade epistêmica, das possibilidades de reciprocidade entre o dito e a exterioridade, não prevê reapropriação crítica na relação entre linguagem, formas de subjetivação e objetividade (BUTTURI JUNIOR, 2009), essas são marcas das distinções.

No entanto, são muitas as semelhanças encontradas, e sobre elas fundamento esta aproximação. A AD e a arqueologia “compartilham do debate acerca da desnaturalização da linguagem e da negação tanto da especularidade quanto da sua redução aos aspectos formais” (BUTTURI JUNIOR, 2009. p. 12). Podemos referenciar ambas as teorias como pertencentes a ascensão e queda do pensamento estrutural. As duas estabelecem um movimento de institucionalização no campo dos saberes, pertencem a um período de grande influência intelectual francesa. Essas teorias compartilham da crença do formalismo estrutural como forma de garantir uma teorização radical os fenômenos ligados às práticas discursivas e a constituição dos saberes. (BUTTURI JUNIOR, 2009).

Demonstrar esses lugares dos quais Foucault e Pêcheux escrevem, significa assumir um posicionamento de eu leitor/autor na perspectiva de um discurso descontínuo. Ou seja, não tenho pretensão em apresentar uma linearidade entre as proposições discursivas desses autores, mas com certeza, marcar sua intertextualidade.

³ Interdiscurso remete a dimensão vertical, constitutiva e histórico-ideológica dos discursos, e fornece a matéria prima na qual o sujeito se constitui como falante.

Este trabalho se estrutura em três capítulos. No primeiro são apresentados os campos da pesquisa, que se subdivide em três estudos: o primeiro se refere aos pareceres e normativas propostas pela Câmara de Educação Superior no Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação; o segundo estudo apresenta as orientações e resoluções do Conselho Federal de Psicologia; e o terceiro compreende a análise dos Projetos Políticos Pedagógicos, grades curriculares e ementas dos cursos de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Londrina (UEL) e Universidade Federal do Paraná (UFPR). Este campo será analisado na perspectiva de dispositivos disciplinares.

O segundo capítulo se relaciona aos discursos de Gênero como analisador. No terceiro capítulo se contempla as produções discursivas sobre a diversidade sexual nas dimensões deste campo de análise.

1. ESTABELECENDO UM CAMPO DE ANÁLISE

1.1. Da estratégia para a análise

Esta investigação está estruturada em três Estudos, cujos objetivos foram: examinar a inscrição dos discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual nos documentos normativos do Ministério da Educação para a constituição dos cursos de Psicologia; examinar as Resoluções e Normas do Conselho Federal de Psicologia sobre relações de gênero e diversidade sexual; examinar a inscrição dos discursos de relações de gênero e diversidade sexual no contexto particular das grades curriculares e ementas de cada uma das universidades do Paraná aqui analisadas, cito UEL, UEM, UNICENTRO E UFPR.

Essas instituições são selecionadas por assumirem um lugar de poder no referente a institucionalização das normas para a disciplinarização da formação em Psicologia. Tendo referencial de destaque na circulação de discursos oficiais, que legitimam a ordem das coisas e apresentam o discurso dominante, dentro de uma estrutura de Estado e organização social.

No início pensávamos que todos os documentos poderiam ser investigados a partir da estratégia de coleta de dados. Mas, ao se aproximar das fontes consideramos a necessidade de desenvolver um método específico para cada fonte de dados, devido a heterogeneidade de como se apresentam. Assim, optamos por descrever em cada Estudo as estratégias utilizadas de maneira específica, adequada a fonte.

Os documentos compilados nesses três estudos serão tratados como estudo qualitativo, centrado na compreensão da situação como única, que será incorporada a memória cultural da sociedade (HERNANDEZ, 2008).. Cientes que esse processo é vinculado à realidade determinada por processos históricos e linguísticos dos tempos vividos (ORLANDI, 2012). Assim, a partir dos dados selecionados, buscamos por meio da descrição, compreensão e interpretação aprofundar os conhecimentos sobre o objeto pesquisado.

O olhar investigativo sobre esses textos parte de palavras chaves que compreendemos como suscitadoras dos discursos proposto como objeto de análise, que são elas: gênero ou relações de gênero e diversidade sexual. No

entanto, após a leitura inicial, percebendo os silêncios sobre esta temática, decidi-se incluir orientação sexual e sexualidade, pois se referem aos nossos discursos. Mas os analisadores serão sob a perspectiva dos dois primeiros temas.

Após o levantamento inicial desses documentos, considerando que esta pesquisa teve um prolongamento no tempo de execução, constantemente eram revisadas as postagens, para ver se novos pareceres, resoluções ou documentos haviam sido emitidos. Desde o início se mantiveram os que aqui serão analisados.

Conforme a proposta da Análise do Discurso de Michel Pêcheux, foi elaborado um Dispositivo Analítico para os Estudos I, II e III, e a partir desses estudos empíricos, foi construído um Dispositivo Teórico que marca uma posição em relação a outras posições teóricas possíveis. O Dispositivo Teórico se referem aos campos disciplinares em que a eu autora se inscreve, e remete a filiação específica da analista do discurso nesta Dissertação, que são os estudos feministas, pós-estruturalistas de relações de gênero e diversidade sexual (BUTLER, 2003; FOUCAULT 2014 a, b, c; LOURO 2001, 2003; PRECIADO 2011; SCOTT, 1995).

1.2. Estudo I: O Ministério da Educação e as Diretrizes Curriculares

Este estudo se concentra no levantamento histórico da construção da política nacional de educação e como estas fundamentam as Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia. Esse percurso histórico, quase arqueológico é base para a compreensão das discussões que seguem.

O Ministério da Educação e Cultura é um órgão federal, que trata da política nacional da educação, compreendendo: educação infantil; educação em geral (ensino fundamental, médio e superior, educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial e educação à distância, exceto ensino militar); avaliação, informação e pesquisa educacional; pesquisa e extensão universitária; magistério; e assistência financeira a famílias carentes para a escolarização de seus filhos ou dependentes (BRASIL, 2015).

Assim consideramos que a política educacional tem seu início no século XIX, e Patto (1990) aponta três vertentes de visão de mundo dominante como propulsoras de uma política de implantação de redes públicas de ensino: a crença

no poder da razão e da ciência, herdados do iluminismo; o projeto liberal de um mundo onde a igualdade de oportunidades viesse a substituir a indesejável desigualdade baseada na herança familiar; e a luta pela consolidação dos estados nacionais, este último com destaque especial. Assim tece como os sistemas nacionais de ensino se vinculam a discursos dominantes e acentuam as desigualdades e discriminações, que levam ao fracasso escolar.

O Ministério da Educação e Cultura foi criado em 1930, logo após a chegada de Getúlio Vargas ao poder. Na época com o nome de Ministério da Educação e Saúde Pública, desenvolvia atividades pertinentes a saúde, esporte, educação e meio ambiente. Os assuntos ligados à educação eram tratados pelo Departamento Nacional do Ensino, ligado ao Ministério da Justiça. Naquela época as preocupações dos movimentos feministas eram centradas no “sufragismo” voltado a estender o direito de voto das mulheres, que foi sancionado pelo então presidente em 1932 como direito apenas para mulheres que tivessem autorização dos maridos, ou viúvas e solteiras com renda própria. Em 1934 foi conquistado como direito a todas as mulheres, porém promulgado como dever, em 1946.

Em 1932, um grupo de intelectuais lança o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, redigido por Fernando de Azevedo, que propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e definisse a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Nessa época, a igreja era concorrente do Estado na área da educação. Foi em 1934, com a nova Constituição Federal, que a educação passa a ser vista como um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos (BRASIL, 2015). Apesar das diversas mudanças, os discursos dos Pioneiros da Educação Nova ainda ecoam nas falas dos professores nos dias de hoje, mais como ideias do que vislumbres e desejos de como adquiri-los. (PATTO, 1990).

Desde então várias mudanças foram promovidas neste Ministério, como a autonomia do Ministério da Saúde em 1953, a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1961. Em 1971 a nova LDB institui que o ensino passa a ser obrigatório dos sete aos quatorze anos, e prevê um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada em função das diferenças regionais. A criação do Ministério da Cultura em 1985. O que findou por centralizar o Ministério da Educação e Cultura como exclusivo desta área na qual

se mantém até os dias atuais. Uma nova reforma na educação brasileira foi implantada em 1996, com a mais recente LDB, que trouxe diversas mudanças às leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola), e a formação dos profissionais da educação básica (BRASIL, 2015).

As exigências da formação para a educação básica, não incluíram as discussões sobre relações de gênero e diversidade sexual, mesmo tendo como maioria as professoras, continuamos identificando muito fortemente na escola educação sexistas e por vezes machista que reproduzem as normas culturais. O magistério neste processo foi lenta e fortemente se feminizando, principalmente nas séries iniciais e educação infantil. As representações sobre as professoras e professores inicialmente combinavam elementos religiosos e atributos femininos representando o magistério como atividade que implica doação, dedicação, amor e vigilância. As mulheres professoras precisavam ser compreendidas como “mães espirituais”.

O trabalho fora de casa não deveria perturbar essas atividades femininas do lar. Então, a princípio quem se dedica a essas atividades são as mulheres solteiras, órfãs e as viúvas, ou seja, as mulheres “sós”, que não conseguiram o casamento e a maternidade, e por isso assumiam essas atividades em analogia ao cuidar.

Assim, a professora ocupava um lugar ambíguo, por um lado ela falhara como mulher, mas por outro assumia privilégios de ocupar espaços públicos e de maior circularidade, por ser mais instruída, de domínio masculino, podia exercer uma atividade remunerada e garantir seu sustento. Elas eram rigidamente vigiadas, suas roupas, seus gestos, seus afetos, a ausência de companheiros amorosos, e consequentemente de gestação, tudo para representá-las como desprovidas de sexualidade. As representações do professor homem “eram mais ligadas a autoridade e ao conhecimento, e provavelmente ainda seja”. (LOURO, 2003)

Na mesma época, consonante a esse desenvolvimento da educação articula-se o que chamamos de Segunda Onda do feminismo, que iniciou no final da década de 1960, em que as militantes feministas começam a participar do mundo acadêmico, inserindo-se nas escolas e universidades, no seu fazer intelectual como estudiosas, docentes e pesquisadoras vão produzir os estudos da mulher. Esses estudos tem por objetivo tornar visível aquela que fora ocultada, a

invisibilidade desse sujeito que foi segregado social e politicamente, inclusive na Ciência. (LOURO, 2003)

Assim foram mudando as representações do que é ser professora ou professor. Construíram práticas representativas novas, se engajaram em lutas políticas reivindicando melhores condições de trabalho e salário, marcando uma inserção mais profissional e política. Mas, a emergência de novas práticas sociais não apagou ou superou as tradicionais, hoje os discursos e representações coexistem, provocando divisões e impasses. Não cabendo a concepção de uma identidade uma, coerente e estável, e assim afeta os próprios sujeitos. (LOURO, 2003).

É de competência do Ministério da Educação e Cultura os discursos sobre a formação, atuando como o principal organizador dos processos educativos, e como tal, sendo uma das suas atribuições, propõe orientações gerais a constituição de todos os cursos de formação profissional superior instituídos no Brasil. Assim sendo, nos dirigimos aos pareceres normativos do curso de Psicologia.

1.2.1. Diretrizes Curriculares do curso de graduação em Psicologia

Este campo de pesquisa é acessado on-line no Portal do Ministério da Educação, no ícone de Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação (BRASIL, 2015) que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais aos cursos de graduação em Psicologia e estabelece normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia. No qual somam entre pareceres e resoluções oito documentos. Os documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura, do Conselho Nacional de Educação da Câmara de Educação Superior: Parecer 1.314/2001; Parecer 072/2002; Parecer 0062/2004; Resolução Nº 8, de 7 de maio de 2004; Parecer 153/2007; Parecer 338/2009; Resolução Nº 5/2011 serão especificados quanto ao seu conteúdo, e foram Anexados a esta dissertação correspondendo aos Anexos I ao VII conforme data de publicação.

Após a leitura inicial desses documentos, o Parecer CNE/CES nº 119/2010 não foi incluído nos documentos analisados por se referir a situação específica de consulta sobre a recusa de Registro Profissional dos Concluintes do Curso de Psicologia da Faculdade de Americana por parte do Conselho Regional de

Psicologia de São Paulo. Assim, nos concentramos aos documentos que são dirigidos a formação para todos.

O Parecer CNE/CES Nº 1.314/2001 (Anexo I) dispõe sobre as Diretrizes Curriculares para o curso de Graduação em Psicologia. Este documento refere-se a uma primeira discussão sobre as novas diretrizes curriculares para o curso de Psicologia, e a mudança do antigo, que estava vigente a mais de quarenta anos. Ele propõe a substituição da tradição curricular com a enunciação de disciplinas e conteúdos programáticos por diretrizes curriculares baseadas em competências e habilidades profissionais, que se refere a acordos sobre o conjunto de desempenhos e habilidades sobre a identidade profissional. Esta nova legislação teria que refletir o impacto das mudanças sociais e na profissão no decorrer desses anos da vigência do modelo antigo e assegurar um grau de liberdade para os desenvolvimentos futuros.

Nessa proposta, o curso de Psicologia prevê três perfis de formação: o bacharel em Psicologia, o professor de Psicologia e o psicólogo, a referência no documento é sempre ao psicólogo, no gênero masculino. Essa diferenciação se apoia em um núcleo comum de formação de base homogênea para o país, com a capacitação básica para o formando lidar com os conteúdos de Psicologia enquanto campo de conhecimento e atuação. E atendendo as demandas da LDB de 1996, foi estruturado de maneira a assegurar um núcleo comum, e a possibilidade de arranjos curriculares diversificadores das atividades profissionais em Psicologia. Neste documento a formação obrigatória estabelecida era a oferta do perfil de formação do psicólogo para todos os cursos: bacharel, formação do psicólogo e licenciatura.

Este Projeto de Resolução que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia, nesta primeira proposta que foi aprovada em 07 de novembro de 2001 não faz menção em nenhum momento, aos três perfis propostos, que os *psicólogos* deveriam desenvolver as competências e habilidades para atuar com relações de gênero e diversidade sexual. Esta proposta sofreu muitas alterações até ser instituída enquanto resolução.

O Parecer CNE/CES Nº 072/2002 aprovado em 20 de fevereiro de 2002 (Anexo II), trata de uma retificação do Parecer CNE/CES Nº 1.314/2001, após ser considerado as manifestações de Instituições de Ensino Superior e entidades

interessadas na formação em Psicologia. Neste documento é mantido o parecer original, no tocante às competências gerais a serem desenvolvidas pelo curso de Psicologia. Porém, são inclusas as temáticas de gênero e diversidade sexual. Este parecer foi encaminhado à homologação, no entanto, em 03 de julho de 2002, o Secretário da SESu (Secretaria de Educação Superior), devolveu o parecer ao CNE, atendendo a uma ordem do Ministro da Educação.

Ao considerar as mudanças que ocorreram no CNE, foi montado uma outra comissão para a discussão das Diretrizes Curriculares do curso de Psicologia, que decidiu por realizar uma audiência pública na qual participaram as entidades representativas da área da Psicologia no país. Nessa audiência as entidades se agruparam em dois grupos distintos quanto as propostas para o curso apresentado nos Pareceres 1.314/2001 e 072/2002, principalmente ao que se referia as terminalidades e/ou perfis para o curso.

Deste modo, representantes dos dois agrupamentos encaminharam um documento consensual a comissão que constitui a referência de base para o Parecer CNE/CES 0062/2004 (Anexo III). Este parecer contempla a formação ampla do psicólogo, respeitando a multiplicidades de suas concepções teóricas e metodológicas, que são originadas em diferentes paradigmas e modos distintos de compreender a ciência, assim como a diversidade de suas práticas e contextos de atuação.

Neste documento são definidos eixos estruturantes ao redor dos quais os cursos de Psicologia devem se articular. Ao considerar esses apontamentos as diretrizes propõem que a formação em Psicologia se diferencie em ênfases curriculares, entendida como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Assim as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia, apresentado no estudo do Parecer CNE/CES Nº 0062/2004 como um Projeto de Resolução, definem a identidade de um núcleo comum que garante a homogeneidade do curso no país, prevêem procedimentos que asseguram a qualidade e a coerência interna dos projetos pedagógicos e propõem mecanismos que asseguram a criação de cursos suficientemente diversificados para atender

aos vários pressupostos, teorias, métodos de investigação, técnicas, estratégias e possibilidades de ação que compõem a área (BRASIL, 2013).

A partir dessas discussões e no modelo último citado, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do país, por meio da Resolução Nº 8, de 7 de maio de 2004 (Anexo IV). Esta Resolução, mesmo tendo avançado em relação as especificidades metodologias e teóricas da Psicologia, não conseguiu efetivar entre suas propostas, de maneira específica a temática relações de gênero e diversidade sexual, mantiveram-se concepções generalistas sobre os sujeitos.

O Parecer CNE/CES Nº 153/2007 (Anexo V) se refere a uma consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, por parte do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Juizados Especiais juntamente com o Conselho Federal de Psicologia solicitaram maiores esclarecimentos sobre os estágios supervisionados.

O Parecer CNE/CES Nº 338/2009 (Anexo VI) se refere a alteração do art.13 da Resolução CNE/CES nº 8/2004, que atende a uma Indicação CNE/CES nº 2/2007, considera-se que a redação do art. 13 não define com clareza a questão da formação de professores de Psicologia. Assim é alterado a redação do artigo mencionado, e a partir das considerações deste parecer propõe-se um Projeto de Resolução, com objetivo de estabelecer as normas para o Projeto Pedagógico Complementar da Formação de Professores de Psicologia, e revogar a Resolução CNE/CES nº 8/2004.

A Resolução Nº 5, de 15 de março de 2011 (Anexo VII), institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo as normas para o projeto pedagógico complementar da Formação de Professores de Psicologia. Ela revoga a resolução vigente, pois exigiu a adequação e revisão de vários outros artigos. Assim, essa Resolução comporta as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferta e procedimentos de planejamento, a implementação e a avaliação do curso. Contudo, não foram inseridos apontamentos específicos sobre relações de gênero e diversidade sexual, após a reformulação.

1.3. Estudo II: Legislação do Conselho Federal de Psicologia

O Conselho Federal de Psicologia de acordo com as informações disponíveis no site (<http://site.cfp.org.br/>), é uma autarquia de direito público. É o órgão central do sistema de conselhos, com autonomia administrativa, financeira e jurídica em todo o território nacional. Tem como principais objetivos regulamentar, orientar e fiscalizar o exercício profissional. Promove espaços de discussão sobre os grandes temas da Psicologia que levem à qualificação dos serviços profissionais prestados pela categoria à sociedade.

No site do Conselho Federal de Psicologia acessamos o ícone de Legislação. O primeiro documento selecionado é o Código de Ética do Profissional *do Psicólogo* (grifos meus) - (Anexo VIII). Quanto ao ícone Leis e Normas são investigados, no indexador do site para refinar a busca, as palavras chaves já mencionadas são citadas individualmente e nenhum resultado é apresentado para qualquer das palavras propostas. No ícone Notas Técnicas são selecionados “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans” (Anexo IX), o Parecer do CFP sobre o PLC 003/2013 (Anexo X). No ícone Resoluções do CFP, após as palavras chaves serem verificadas no indexador sem nenhum resultado, resolvi buscar um a um, e assim é destacado a RESOLUÇÃO CFP Nº 014 /11 (Anexo XI), RESOLUÇÃO CFP Nº 007/11(Anexo XII). Esses documentos serão especificados.

O Código de Ética Profissional do Psicólogo instituído pela Resolução CFP Nº 010/05, é um instrumento de reflexão quanto as práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, busca incentivar a autorreflexão de cada indivíduo sobre sua práxis, a fim de assumir responsabilidades por suas ações e consequências no exercício profissional. Ele se traduz em princípios e normas pautadas no respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. É estruturado sobre os princípios fundamentais das responsabilidades do psicólogo. E recortamos aqui:

Art. 2º – Ao psicólogo é vedado:

- a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;
- b) Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

Este excerto pode ser compreendido como posicionamento do Conselho Federal de Psicologia diante das questões de gênero e diversidade sexual. Nestes documentos começamos a perceber uma preocupação maior com a temática, sendo especificado em diversos documentos.

No documento “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”, o Conselho Federal de Psicologia orienta quanto a atuação do psicólogo no processo transexualizador considerando a Portaria Ministério da Saúde nº 1.707/2008⁴. Mesmo a ênfase dada nesta portaria a “patologia trans” o conselho se posiciona quanto ao trabalho do psicólogo pautado no respeito à diversidade, a garantia de direitos humanos, ao conhecimento científico de pesquisas e estudos culturais na área de gênero, sexualidade e principalmente que a assistência psicológica não deve ser orientada por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade, de outras vivências trans, e que os sofrimentos psíquicos não correlatos a vivência trans e/ou ao processo transexualizador devem ser devidamente considerados com a finalidade de promoção de saúde do sujeito.

O Parecer do CFP sobre o Projeto de Lei Complementar 003/2013 dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, e assim marca uma luta pela promoção da saúde integral da mulher e pelo reconhecimento de sua autonomia e diversidade, favorável aos direitos das mulheres e à soberania destas sobre o próprio corpo. Assim, após apresentar alguns indicadores correlatos entre violência sexual e abortos, ou de abortos e morte materna, o CFP argumenta a necessidade de pensar em políticas públicas

⁴ Esta portaria instituiu no Sistema Único de Saúde(SUS) o processo transexualizador de competência tripartite, considera transexualismo no âmbito patológico. Foi revogada pela Portaria MS/GM Nº 2.803, De 19 de novembro de 2013.

de saúde, como o planejamento reprodutivo e prevenção da gestação indesejada, que compreendam violência sexual numa esfera mais ampla em que as mulheres são as mais atingidas, mais que homens, crianças, adultos ou adolescentes, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e pessoas que exercem a prostituição.

A partir dessa compreensão se defende o acolhimento e a escuta as mulheres em situação de violência sexual, de modo a auxiliá-las na tomada da própria decisão, acerca de uma possível gravidez, e pela promoção da saúde física e mental, além de reconhecer as diversas vivências de subjetividade, incluindo a decisão de ter filhos e estendendo esses direitos a todos os tipos de violência sexual.

A Resolução CFP Nº 007/11 cria o Prêmio Profissional Democracia e Cidadania Plena das Mulheres a qual aprova o regulamento sobre as monografias que concorrerão. Este prêmio considera a importância da presença das mulheres na profissão de Psicólogo, por decisão da diretoria do CFP em abordar o tema da cidadania feminina de das relações de gênero, como transversal as ações do Conselho.

A Resolução CFP Nº 014/11 dispõe sobre a inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo, especifica que este deve ser incluso no campo “observação”, após solicitação por escrito o Conselho Regional de Psicologia. Com a inclusão *a(o) psicóloga(o)*⁵ poderá assinar nos documentos o nome social, juntamente com o nome e o número do CRP.

Enfim, pode ser que exista outros textos do Conselho Federal de Psicologia direcionados às discussões de relações de gênero e diversidade sexual. Mas, nessa pesquisa, o objeto dessa discussão são os textos legitimados como normativos a construção das psicologias.

⁵ Uso conforme escrito no documento original. Primeiro documento a reconhecer na gramática a diversidade de gênero.

1.4. Estudo III: Das Universidades

1.4.1. Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO: Curso de Graduação em Psicologia

Na UNICENTRO acessamos a página on-line da Universidade. Ao direcionar para o *Campus* Irati no ícone Graduação foi selecionado o curso de Psicologia, o qual apresenta uma breve descrição do perfil profissional que formam. Em sequência foi possível acessar a grade curricular e as ementas dos que foram anexados como XIII, XIV, XV e XVI. No entanto o Projeto Pedagógico é de difícil acesso na página da Universidade, e também não consta na página do Departamento de Psicologia, em que é disponibilizado a grade curricular e ementas. Assim, os dois documentos que encontramos foram acessadas pela ferramenta de busca Google, e se referem ao Parecer CEE/CES Nº 57/12 aprovado em 03 de outubro de 2012, e a Resolução Nº 119-COU/UNICENTRO, de 27 de dezembro de 2013, os quais serão analisados junto a grade curricular e ao ementário.

O curso de Psicologia da UNICENTRO teve sua primeira turma iniciada no ano de 2003, as modalidades Bacharelado e Formação do Psicólogo. Em dezembro de 2013 foi apresentado um Projeto Pedagógico para o Curso de Complementação à Licenciatura em Psicologia, que entrou em vigor no ano de 2014. Desde então, os três perfis de formação são oferecidos pela Unicentro.

O profissional que se forma na Unicentro na graduação em psicologia deve estar comprometido com práticas marcadas pela competência e compromisso ético e político permeados pela contínua construção e aplicação do conhecimento científico, conforme descrição do Projeto Pedagógico apresentado no Parecer CEE/CES Nº 57/12.

O Parecer CEE/CES Nº 57/12 trata do pedido de renovação do reconhecimento do curso de graduação em Psicologia ofertado na Unicentro. Foi selecionado por apresentar informações do Projeto Pedagógico, em que consta ser um curso de 4.148 (quatro mil cento e quarenta e oito) horas, de regime de matrícula seriada anual. O turno de funcionamento é integral e é disponibilizado 30 (trinta) vagas anuais. Consta ainda os dados gerais do curso, a matriz curricular, os

objetivos do curso, o perfil do egresso e do quadro docente. Este parecer aprova com unanimidade a renovação do reconhecimento do curso de Psicologia.

A Resolução Nº 119-COU/UNICENTRO, de 27 de dezembro de 2013, aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Complementação para a Licenciatura em Psicologia. Neste documento constam informações sobre o curso, os objetivos, em que destacamos no Art. 7º:

II – Possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação para a diversidade.

Este documento apresenta o perfil profissional que o Licenciado em Psicologia deve possuir. As competências e habilidades que devem ser adquiridos com os conhecimentos propostos para o exercício profissional, dentre elas no Art. 9º, destacamos:

VII – identificar e respeitar a diversidade que compõe o conjunto da sociedade;

Nesse íterim, o texto é aprovado tendo em anexo o Currículo Pleno e o ementário das disciplinas de complementação para a Licenciatura em Psicologia. Em que destacamos a disciplina de Psicologia, Educação e Diversidade II, com carga horária de 51 horas, em que citamos a descrição da ementa:

“Constituição da subjetividade na perspectiva das relações de gênero. Diversidade sexual e os processos de subjetivação. Processos educativos, espaços de atuação do licenciado em Psicologia e a educação para as relações de gênero e diversidade sexual.”

Ao analisarmos a matriz curricular do curso de Psicologia identificamos a disciplina de “Psicologia, Educação e Diversidade II” no currículo pleno, e a inserção da disciplina Relações de Gênero, com 68 horas, nas Disciplinas Optativas.

E na investigação do ementário a Disciplina de Relações de Gênero tem como ementa: *“Caminhos históricos da constituição das relações de gênero. As*

relações de gênero na cultura latino-americana e brasileira”. Uma outra disciplina também se propõe a discutir esta temática, Antropologia Cultural com carga horária de 102 horas, tem a seguinte ementa: *Os seres humanos e as sociedades. Os seres humanos e a subjetividade. Relações de poder. Relações de gênero. Relações étnico-sociais na sociedade.*

Assim, constatamos que a UNICENTRO insere de forma organizada e legítima espaços de discursos sobre Relações de Gênero e diversidade sexual. Isso acontece em disciplinas distintas e que atingem pelo menos em algum momento todos os alunos dos três perfis profissionais.

1.4.2. Universidade Estadual de Maringá – UEM: Curso de Graduação em Psicologia

A UEM apresenta o Projeto Pedagógico de maneira bastante objetiva na página on-line da Universidade, ao acessar no ícone Cursos de Graduação – Psicologia já acessa o Projeto Pedagógico que inclui no corpo do documento a Grade Curricular e as ementas. Este documento, que foi anexado como XVII.

O curso de Psicologia da UEM, segundo informações do Projeto Pedagógico foi criado em 1979. Busca uma proposta alternativa ao modelo médico/clínico historicamente predominante no Brasil. Com as novas diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia, aprovadas em 2001, o curso de Psicologia da UEM foi reformulado.

O projeto pedagógico vigente desde 2007, “visa contemplar componentes curriculares integrados e integradores que deem base para uma sólida e pluralista formação profissional mantendo a meta em defesa da saúde mental e da contextualização histórica e social da constituição do sujeito” (UEM). Este documento apresenta ainda que o curso de Psicologia da UEM tem por “objetivo formar psicólogos com condições para a reflexão crítica acerca dos conhecimentos e práticas produzidas pela Psicologia, bem como as circunstâncias históricas, sociais, econômicas e políticas de sua construção e consolidação” (UEM).

Ao apresentar a seriação das disciplinas é proposto o núcleo comum, e após, Ênfase em Saúde e Processos Clínicos, Ênfase em Educação e Ênfase em

Trabalho, e finalmente um rol de disciplinas optativas. Nenhuma disciplina cita gênero ou diversidade sexual.

Na análise das ementas e objetivos das disciplinas Antropologia Cultural que é do núcleo comum e obrigatório, apresenta-se a seguinte ementa: *Estudo antropológico das relações sócio-culturais, de gênero, cognitivas e das representações simbólicas*. Esta disciplina contempla carga horária de 68 horas. Nenhuma outra disciplina propõe a discussão de diversidade sexual.

1.4.3. Universidade Estadual de Londrina – UEL: Curso de Graduação em Psicologia

Ao acessar no Portal da Universidade o ícone graduação, a página direciona para o Catálogo de Cursos de Graduação 2014, em que é selecionado “PSICOLOGIA - Habilitação: Formação de Psicólogo com Ênfase em Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção em Saúde; Psicologia e Processos Clínicos e Psicologia e Processos Institucionais e Educativos”, é deste modo que o curso é apresentado. Na sequência a página disponibiliza seis ícones sobre o curso: 1) Informações do curso (Bacharelado e Formação de Psicólogo); 2) Organização curricular; 3) Ementas; 4) Corpo docente; 5) Estrutura/Recursos; 6) Contato com o colegiado do curso. Os três primeiros documentos citados serão objetos desta análise.

O curso de Psicologia da UEL foi criado pela portaria 53/71 de 26 outubro de 1971. Seu primeiro currículo vigorou até 1980, quando foi implantado o segundo currículo. Esse currículo esteve em vigor até 1984. A partir dessa data foi implantado o terceiro currículo, em vigor até Dezembro de 1991. O atual currículo (IV) foi implantado em fevereiro de 1992. O curso de Psicologia está alocado no Centro de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Londrina, sendo que três departamentos de Psicologia respondem pelos conteúdos principais do curso. Os três Departamentos são: Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento; Departamento de Psicologia e Psicanálise e Departamento de Psicologia Social e Institucional.

O Perfil Profissional do curso visa formar psicólogos capacitados teórica e

tecnicamente com sólida visão das linhas filosóficas e ideológicas, que sustentam os conhecimentos em Psicologia, em condições de avaliar criticamente os novos conhecimentos que surgem na Psicologia, capaz de procurar, desenvolver informações teóricas e técnicas para uma atuação efetiva e responsável” (UEL). Assume como principais objetivos “formar profissionais em condições de produzir, utilizar e transmitir conhecimentos em Psicologia frente às condições específicas da população envolvida. Ao final do curso o aluno deverá estar apto a iniciar investigação científica através de metodologia adequada à Psicologia” (UEL).

Na análise da grade curricular não foi encontrada nenhuma referência a disciplinas sobre relações de gênero e diversidade sexual. O mesmo se estende para as ementas. Apenas há referência na Disciplina de Psicologia Geral a sexualidade, conforme consta na ementa: “*A psicologia como ciência. Objeto(s) de estudo da psicologia. Temas de psicologia geral: consciência; inteligência; memória - atenção; linguagem - pensamento; emoção - motivação; sensações - percepção; sexualidade*”. Da maneira como é apresentado aqui não inclui as relações entre gêneros ou discussão sobre diversidade sexual.

2.4.4 Universidade Federal do Paraná – UFPR: Curso de Graduação em Psicologia

Na página da Universidade on-line é acessado Ensino: Graduação: Cursos de Graduação em Curitiba: Psicologia. Neste último acesso é aberto um portal de Psicologia da UFPR, em que seleciono no ícone Graduação desta página as Ementas, e a Resolução 95/08, que estão em anexo, e será aqui objetos de análise.

O Curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná está organizado em cinco anos, possui duas ênfases: Produção de Pesquisa e Promoção da Saúde. Para tanto, o currículo contempla estágios nas áreas básicas e nas áreas de saúde, educação e trabalho, bem como disciplinas voltadas à elaboração de projeto de pesquisa e redação de trabalho monográfico. É organizado em um núcleo profissionalizante composto por disciplinas obrigatórias, o currículo contempla um rol de disciplinas optativas e atividades complementares (UFPR).

Não constam informações sobre o histórico do curso na página da UFPR, apenas que este currículo está em vigor desde novembro de 2008, conforme Resolução 95/08. Na análise do núcleo básico e do núcleo de aprofundamento, incluindo as disciplinas optativas, não foram encontrados disciplinas que tratem de relações de gênero e diversidade sexual.

No ementário a disciplina Relacionamento amoroso: Teoria e pesquisa, com carga horaria de 45 horas, trata de diferenças de gênero, conforme a ementa:

Relacionamento amoroso humano: perspectivas histórica, etológica, psicológica, antropológica e sociológica. A química da paixão, do amor e da separação. O cortejamento e a seleção de parceiros. Manutenção de um relacionamento amoroso e diferenças de gênero: estilos de amor, apego, sexualidade, ciúme e infidelidade. Estratégias de enfrentamento: traição e timidez. Trabalho de campo.

Da maneira como está apresentada nesta ementa, as diferenças estão marcadas a partir de comportamentos instituídos. Sexualidade também é incluída a partir desse viés. Não parece estar no foco as discussões sobre como essas diferenças foram sendo instituídas nos processos históricos e sociais.

Aparece em outras três disciplinas o tema de sexualidade. São elas: Pessoas com Necessidades Especiais II, Desenvolvimento Humano, Psicanálise e Educação. A primeira disciplina, com carga horária de 60 horas, traz como ementa: *Aspectos Psicossociais da deficiência: atitudes, as interações sociais, família e sexualidade. Os direitos das pessoas com necessidades especiais: saúde, educação e trabalho. O papel do psicólogo na inclusão social deste grupo.* A outra disciplina que é Desenvolvimento Humano, conta com uma carga horária de 45 horas, e tem a seguinte ementa:

Desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Equacionamento dos fatores biológicos, sociais, psicológicos e culturais que permeiam o desenvolvimento humano ao longo de sua trajetória. O adulto jovem, sexualidade, profissão e projeto de vida. O desenvolvimento adulto, a terceira idade e a preparação para a aposentadoria. Metodologias de intervenção na área.

Essas duas disciplinas incluem a discussão de sexualidade como parte do ciclo vital. A última disciplina analisada trata das discussões de sexualidade sob a perspectiva da Psicanálise.

A disciplina Psicanálise e Educação, com carga horária de 30 horas, tem a seguinte ementa: *Sexualidade infantil e educação. A impossibilidade de educar. Do poder ao desejo: a transferência na relação professor - aluno. O desafio: o encontro da psicanálise com a educação.*

1.5. E os discursos fazem silêncio

As análises empreendidas apontam um significativo silêncio na maioria dos documentos e instituições analisadas. No referente a Relações de Gênero, e muito mais silenciado a questão da diversidade sexual. A ínfima localização das proposições analíticas de Relações de Gênero e Diversidade Sexual permite concluir que estas são categorias minoritárias nos documentos que instituem o curso de Graduação em Psicologia.

A insignificância e a marginalidade dos discursos Relações de Gênero e Diversidade Sexual no contexto da Psicologia é revelada pelo âmbito geral dos documentos analisados do campo da pesquisa. Salvo iniciativas do Conselho Federal de Psicologia e da Graduação em psicologia da UNICENTRO, que tem crédito pelas iniciativas de inserir esses discursos, ainda tem muitos silêncios sobre essa temática, que trata de uma população que procura e demanda tantas questões à Psicologia.

Essa (in)significância é significativa. Aquilo que não está dito, também significa algo (Orlandi, 2012). Assim, o que não é dito e é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito. Existe toda uma margem de não ditos que também significam. E assim para compreender esses discursos temos que nos perguntar não só o que ele diz, mas também o que ele cala.

Deste modo, não dizer sobre Relações de Gênero e Diversidade sexual é resultado de complexas operações, jogos de forças, e de interesses que agem nesses espaços institucionais para ocultar ou negar interesses que expressam a posição de sujeitos ou grupos sociais e científicos sobre determinados temas.

A presença de análises estatísticas aqui apontam o quanto esses discursos são silenciados. Para exemplificar dois quadros de análise são estabelecidos: o primeiro refere-se a um demonstrativo sobre o Estudo I e o Estudo II, que no total referem-se a sete documentos do Ministério da Educação e a cinco documentos do Conselho Federal de Psicologia. Lembrando que este demonstrativo representa a totalidade dos documentos do Ministério da Educação direcionados a constituição dos cursos de Graduação em Psicologia, e a uma parcela pré-selecionada dos documentos do Conselho Federal de Psicologia, mas no tocante a esta temática se atribuem sentidos distintos à leitura, mas, são igualmente significantes a nossa proposição de análise.

Assim, de acordo com a Quadro 1, observamos a distribuição desses discursos dentro das instituições. Na presença-ausência dos discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual, no campo desses Estudos há muitos não ditos, implícitos ou subentendidos que produzem poderosos efeitos sobre as práticas profissionais da(o) psicóloga(o).

Quadro 1: Demonstrativo entre Estudo I e Estudo II

INSTITUIÇÕES →	MEC	CFP
DISCURSOS ↓		
Relações de Gênero		Parecer do CFP sobre o PLC 003/2013
		Resolução CFP Nº 007/11
Diversidade Sexual		“Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans”
		Parecer do CFP sobre o PLC 003/2013
		Resolução CFP Nº 014/11
Orientação Sexual		Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Outra conclusão é possível, por não apresentar proposição direta sobre inserir nas competências e habilidades exigidas a(ao) profissional psicóloga(o) durante seu processo de Graduação/Formação, as diretrizes curriculares mantêm esses discursos no campo dos saberes comuns, e não outorga relevância científica a estes enquanto necessários aos saberes da(o) psicóloga(o) para a sua ação prática.

O que entra em conflito com as produções discursivas do Conselho Federal de Psicologia, que tem em seu papel de orientador e fiscalizador dos discursos instituídos como práticas, a necessidade de constantemente reforçar os posicionamentos sobre relações de gênero e diversidade sexual, operacionalizado através de dispositivos disciplinares como os Pareceres e Resoluções, incluem-se os incentivos a publicações que tratem de diversidade sexual e relações de gênero por parte do CFP.

Dito de outra maneira, uma preocupação que não é assumida de forma central pelo MEC, pode sim, estar instituindo práticas não tão pautadas no rigor do conhecimento científico e ético exigidos a profissão. E nesses discursos que legitimam violências e abusos no exercício profissional, necessitam de maior atenção do CFP enquanto regulador de práticas. Assim, no que um cala, o outro precisa intervir, por isso essa disparidade na produção de discursos de referência entre a Graduação em Psicologia, e o exercício profissional de Psicologia.

A pesquisa apresenta que não são todas as instituições que se calam, como vemos no Quadro 2, iniciativas vem inserindo essa amplitude de discursos de forma legítima nos currículos de Psicologia. A exemplo da UNICENTRO, que apresenta ampla discussão da temática de Relações de Gênero e Diversidade Sexual na Graduação. Inserindo não apenas nas ementas, nas Disciplinas que visam discutir os processos históricos e sociais de construção das diferenças de gênero e relações de poder. E também incluir a diversidade sexual, discutindo aspectos de populações trans, gays, lésbicas, travestis e bissexuais e outros representantes dessa diversidade.

A UEM mesmo colocando no escopo de uma Disciplina que não é específica dos discursos psicológicos, mas que contribui para a formação profissional, como é o caso de Antropologia Cultural, demonstram esta preocupação de garantir os discursos de relações de gênero articulados as produções históricas e sociais. No

entanto, não evidencia que esse espaço seja estendido a discursos sobre diversidade sexual.

Quadro 2: Demonstrativo do Estudo III.

Universidades e Disciplinas Ementas	UNICENTRO	UEM	UEL	UFPR
Disciplina Relações de Gênero				
Disciplina de Diversidade Sexual	Psicologia, Educação e Diversidade II			
Disciplina Optativa de Relações de Gênero	Relações de Gênero			
Disciplina Optativa de Diversidade Sexual				
Ementa com temática de Gênero	Antropologia Cultural	Antropologia Cultural		Relacionamento amoroso: Teoria e pesquisa
	Psicologia Educação e Diversidade II			
Ementa com temática de Diversidade Sexual				
Ementa com temática de Sexualidade			Psicologia Geral	Pessoas com necessidades especiais II
				Desenvolvimento Humano
				Psicanálise e Educação
				Relacionamento Amoroso: Teoria e Pesquisa.

As outras duas universidades analisadas não propõem discursos sobre relações de gênero e diversidade sexual nesta perspectiva. Discutem sob aspectos instituídos ou biológicos, considerando a referência desses discursos de análise no ementário.

A (in)visibilidade do gênero e da diversidade sexual denunciada não significa desgendramento real e material dos corpos e dos discursos, uma vez que somos marcados pelo gênero, subjetivados pelo gênero (BUTLER, 1998). Antes de qualquer possibilidade de enunciação do nosso desejo, somos subjetivados por processos discursivos (FOUCAULT, 2006). A (in)visibilidade do gênero e da diversidade sexual nos discursos acadêmicos é aparente efeito de processos discursivos que está nas palavras, nas ideias, nas categorias e nas formas de pensamento, estruturando os enunciados e as teorias científicas, que não são neutras e nem isentas dos poderes da língua, da história e da ideologia (ORLANDI, 2012). Deste modo, mesmo não dito e não explicitado, relações de gênero e diversidade sexual estão invisivelmente materializados no campo composto pelos documentos analisados.

Mesmo sem estar definitivamente silenciados, os discursos de gênero e diversidade sexual são regulados pela estrutura institucional, permanecendo contidos nos “guetos” (NARVAZ, 2009). Esses discursos aparecem como um saber menor, subordinado, que aparece em um campo discursivo no qual disputam diferentes formações discursivas (PÊCHEUX, 2014). Nesse sentido, a necessidade de hierarquizar as disciplinas em relações de poder que são constituídas dentro das estruturas sociais.

Em suma, não nego que outras formas de inserção das teorias feministas, e *queer* são possíveis dentro do espaço da Universidade, através de grupos de pesquisa, projetos de extensão, movimentos das estudantes feministas. Mas, questionar esse currículo oficial, e expô-lo enquanto deficitário em sua função de formação generalista das competências e habilidades, que deveriam ser desenvolvidas pelos psicólogos, visa promover possibilidades outras sobre os sujeitos e o fazer da Psicologia.

1.6. Dispositivos disciplinares: os documentos

A preocupação com a marginalidade, em que relações de gênero e diversidade sexual assumem nos currículos de Psicologia remontam a ordem dos dispositivos disciplinares, pois ao analisarmos os documentos oficiais do Ministério da Educação, do Conselho Federal de Psicologia e dos Projetos Pedagógicos dos

cursos de Graduação das Universidades, encontramos as sutilezas dos discursos disciplinadores que reproduzem a organização do lugar de gênero e diversidade sexual, ao manter este poder longe dos “olhos” vigilantes da disciplina, silenciados, e com eficiência reproduzir a legitimação do lugar de poder.

A construção de dispositivos hierárquicos de disciplinamento utilizam de várias tecnologias, aqui compreendidos os documentos oficiais criados dentro do MEC e do CFP, e na sequência dentro das Universidades, os colegiados e departamentos, que institucionalizam as disciplinas curriculares em uma hierarquia na Graduação em Psicologia, delegam o caráter marginal ao tema de relações de gênero e diversidade sexual, apresentado em pequenos trechos como estudos transversais, que se espreitam entre as disciplinas, e os temas que surgem para além da grade curricular e não assumem caráter de poder legitimado.

Se os produtos da ciência podem ser considerados regimes de verdade, resultantes de processos históricos determinados a cada contexto social, segundo Foucault (1979) se territorializam e desterritorializam desde as forças de poder circulantes no discurso social, passando igualmente de estruturantes e estruturados por ela, a moderna estratégia de governar se centraliza em produzir um cidadão governável, obediente e cumpridor das leis. Este é produzido por técnicas que transformam as características desejáveis em normais e naturais. Assim, há que se reconhecer segundo Fonseca (2008) a eficácia da ciência quanto ao seu poder performativo estruturante capaz de dizer as espécies que o mundo contém e as que dele se encontram excluídas.

Propostas subversivas dentro dos currículos de Psicologia se mantêm inertes à dominação masculina, ao recriar corpos adestrados e fabricados a irreflexão deste dispositivo de poder. Foucault ao falar da correta disciplina como arte para o bom adestramento refere:

O poder disciplinar é com efeito um poder que, em vez de se apropriar e se retirar, tem como função maior “adestrar”; ou sem dúvida adestrar para retirar e se apropriar ainda mais e melhor. Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo. Em vez de dobrar uniformemente e por massa tudo o que lhe está submetido, separa, analisa, diferencia, leva seus processos de decomposição até as singularidades necessárias e suficientes.

“Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais (...). A disciplina “fabrica” indivíduos, ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. Não é um poder triunfante que, a partir de seu próprio excesso, pode se fiar em seu superpoderio; é um poder modesto, desconfiado, que funciona a modo de uma economia calculada, mas permanente. (...) O sucesso do poder disciplina se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame. (FOUCAULT, 1987. p. 143)

E assim, esses documentos produzidos assumem lugar de poder que sanciona a construção dos meios pelos quais os profissionais serão adestrados. E ao compartimentalizar as disciplinas curriculares em pontos específicos e distintos produzem um não sentido histórico, uma impossibilidade de análise dos meios pelos quais produzimos e reproduzimos enquanto objetos do poder, a dominação e a subordinação à norma. Mesmo quando em alguns processos e experiências se tenta criar subversões a esta forma de poder, os desdobramentos e divisões de análise microscópica impossibilitam um rompimento a esta estrutura profundamente interligada.

Esta relação disciplinar é articulada e sutil, de forma que os próprios criadores das normas e regras disciplinares entendidas como “necessárias” ao bom profissional são submetidos e criados pelos mesmos dispositivos de poder, e expressam em sua forma de legitimar o poder, através dos documentos oficiais essas subordinações.

Considero ainda, que esta organização curricular que prioriza determinadas disciplinas e correntes teórico-ideológicas devem ser compreendidas como dispositivos disciplinares, e assim, na Psicologia as normativas propostas pela Câmara de Educação Superior no Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação sancionam dentro das diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Psicologia o “necessário” para compor este curso, e ser adquirido durante a formação, os princípios, compromissos político-ideológicos e teórico-metodológicos, competências, habilidades gerais. Propostas que são incorporadas aos Projetos Político Pedagógicos dos cursos analisados, documentos

disciplinadores, que exercem um poder de legitimar e ignorar a temática de relações de gênero e diversidade sexual em seus princípios norteadores, fortalecendo a predileção por processos psicológicos individualizantes da constituição das relações.

Assim, as discussões mantêm concepções que compreendem os seres humanos como generalizáveis em suas diferenças. Tentam formar homogênea e genericamente profissionais que assim como em suas formações humanas e educacionais, reproduzam essas relações de poder, de forma arbitrária e culturalmente associadas as discursividades.

São poucas as proposições que refletem sobre as relações de gênero e diversidade sexual enquanto construção social, e assim, esses currículos consentem em manter e tornar a eficácia simbólica dos discursos psicológicos, que quando não generalizam, universalizam e homogeneízam os sujeitos sociais (FONSECA, 2008). Deste modo, as teorias psicológicas androcêntricas e individualistas contribuem para produzir e legitimar crenças no indivíduo como entidade autônoma, abstrata, universal e masculina, perpetuando visões binárias e imutáveis entre sexo/gênero, como se elas estivessem dentro dos indivíduos.

Como vemos, na totalidade dos documentos analisados fazem uso gramatical do sujeito do gênero masculino, como ao referir-se a formação do “psicólogo”. A universalidade do sujeito que é enunciada aqui, é a do sujeito (que se escreve no masculino), que se estende a todos os seres humanos, em todos os tempos e lugares (NARVAZ, 2009). Deste modo ele é supostamente assexuado, desracializado, sem classe social, sem cor, sem crenças políticas ou religiosas, mas no entanto, esse sujeito é masculino, branco, burguês e europeu, o Homem, pois a representação da subjetividade, pressupõe a masculinidade como sinônimo universal de “Humanidade”. Assim, o homem é o Sujeito, e a mulher é o Outro (BUTLER, 2003).

Fonseca (2008) acrescenta que a psicologia é implicada no poder de influenciar com as palavras, com o poder de nomear e subjetivar. Assim, ocultam o poder de suas “verdades” que são consideradas absolutas e inquestionáveis, e se colocam como discursos de violência produzidos por sujeitos, para sujeitos que formam sujeitos.

Assim, os compromissos políticos suscitados pelos estudos feministas assumem inicialmente a necessidade de assumir que a Psicologia e as ciências estão distantes de estabelecer parâmetros para a problemática. Da mesma maneira esses compromissos denotam uma profunda articulação com a necessidade de transformação social, sua estruturação com as lutas contra as exclusões, podem se tornar, aos olhos das psicólogas(os), um exemplo ético de ciência, como modo criativo e subversivo na produção de conhecimentos que possibilitem uma outra governamentalidade social, acolhedora da multiplicidade como da pluralidade e criatividade das populações apontadas na política queer.

Deste modo, retomar o que Foucault (1987), Louro (2001), Butler (2003), Preciado (2011) e Scott (1995) propõem ao problematizar lugares sociais, públicos e privados ocupados por homens e por mulheres, desconstruir as certezas em relação as subjetividades, aos corpos e aos desejos, bem como desvelar os discursos produzidos na psicologia, seus efeitos na produção de saberes, vão produzir e legitimar determinadas formas de pensar e fazer psicologia(s).

2. RELAÇÕES DE GÊNERO E AS PSICOLOGIAS

A gente não nasce mulher, torna-se mulher.

- Simone de Beauvoir

2.1. Gênero e feminismo

O uso do termo gênero pelas feministas se fundamentava na proposição de que esta categoria pautada na pesquisa sobre mulheres transformaria os paradigmas no seio de cada disciplina. O que Joan Scott (1995) aponta é que não existe uma paridade entre os termos como “classe, raça e gênero”, e no caso de “gênero”, o seu uso comporta de posições teóricas até simples referências descritivas sobre as relações entre os sexos.

O fato que ocorreu com a maioria dos historiadores não feministas que reconheceram a história das mulheres e que estas participaram das principais mudanças políticas da civilização ocidental. Logo, descartaram e colocaram em um domínio separado, principalmente de domínio do campo privado.

Estes tipos de reações são entendidos por Scott como um desafio teórico. Pois, exige a análise da relação entre experiências masculinas e femininas no passado e a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais. As respostas só seriam possíveis com o gênero como uma categoria de análise.

Esse uso rejeita a validade interpretativa da idéia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo. Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira

de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres. (JOAN SCOTT, 1995, p. 7)

Deste modo, gênero se constrói como uma palavra útil porque distingue a prática sexual dos papéis atribuídos as mulheres e aos homens. Enfatiza o sistema de relação que pode incluir sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade. Ao concluir sua exposição do desenvolvimento do conceito de gênero, Scott salienta que este é um tema novo, que abre novos campos de pesquisas históricas, no entanto, não tem força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes.

O feminismo que surge no século XIX, caracteriza-se por criar novos espaços sociais e outras condições subjetivas para as mulheres, como forma de luta contra a feminilidade e dominação classista e sexista. Segundo Margareth Rago (2006), as manifestações pelo direito ao voto, igualdade de salários para as mulheres, as lutas para alterar as condições de educação para meninas e moças, para que procurem se constituir autonomamente, rejeitando as sujeições impostas cotidianamente pelo sistema patriarcal e experimentadas na própria carne. “Críticas da definição biológica da mulher, como estreitamente vinculada ao útero, da maternidade obrigatória e da mistificação da esfera privada do lar, elas têm lutado para que outras formas de invenção de si se tornem possíveis para as próprias mulheres”(RAGO, 2006. p. 166).

Rago destaca a experiência histórica do Grupo “Mujeres Libres”, ativo durante a Guerra Civil espanhola, entre 1936-1939. As mudanças que essas ativistas visavam apontava para a criação de novos estilos de vida fundados em uma ética libertária. Mudar as condições de existência das mulheres pobres da Espanha, capacitando-as para o trabalho e a vida pública, retirando-as do confinamento doméstico e do obscurantismo religioso, proporcionando meios práticos para a participação na vida social, política e cultural, através de cursos de alfabetização e profissionalizantes com uma variedade de atividades que não eram tradicionalmente oferecidos as mulheres, como mecânica e contabilidade, e serviços de apoio como creches, assistência médica e de orientação sexual.

Para o Grupo as questões sociais se aliam às lutas pela autonomia feminina. Assim procuram promover novos modos de constituição de si, subvertendo códigos burgueses de definição das mulheres como esposas, mães, figuras exclusivas do lar, ou como seu avesso. Para elas a transformação revolucionária não exigia renúncia de si, como aparece em geral, mas um trabalho sobre si, como forma de reação ao poder, que implementaram muitas iniciativas pioneiras.

As propostas do grupo não foram muito difundidas, pois com a vitória dos franquistas, em 1939, muitas das ativistas foram mandadas para o exílio com milhares de outras pessoas, e assim foi destruído a experiência libertária.

O feminismo que defendiam é muito diferente do feminismo liberal vigente na época que não questionava os códigos da feminilidade hegemônicos. Por isso chegaram a se declarar não-feministas por não se identificarem com o feminismo da época.

Na verdade os discursos e práticas do grupo se parecem mais com o feminismo contemporâneo, que sustenta uma reconceitualização do que se entende por subjetividade, e não mais de libertar as mulheres, que significaria a manutenção de uma política servil.

Segundo Rago (2006) o feminismo contemporâneo assume uma luta para tornar mais móveis, fluidos e transformáveis, os meios pelos quais o sujeito feminino é produzido e representado, assumindo uma luta para mobilizar e transformar a posição das mulheres, o alinhamento das forças que constituem identidade, posição e a estratificação que se estabiliza como um lugar e uma identidade.

Assim, retomo Joan Scott para discutir as diferentes abordagens nas análises do gênero desenvolvido pelas feministas, que foram resumidas em três posições teóricas: a primeira é um esforço feminista para explicar as origens do patriarcado, que concentra sua atenção na subordinação das mulheres e explicando através da “necessidade” do macho dominar as fêmeas como um efeito do desejo dos homens de transcender a sua privação dos meios de reprodução da espécie, assim a ênfase na paternidade obscurece o trabalho real do parto e criação dos filhos, e a libertação das mulheres viria da compreensão adequada dos meios de reprodução e transformações da tecnologia de reprodução que poderiam no futuro retirar a necessidade do uso do corpo das mulheres.

A segunda abordagem é situada no seio marxista. Procura um compromisso com as críticas feministas, que busca acima de tudo uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas e naturais. Até o surgimento de Joan Kelly, que segundo Scott (1995), defende que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero agem reciprocamente uns sobre os outros para produzir experiências sociais e históricas, que não são causais, mas operam simultaneamente para reproduzir estruturas socioeconômicas e de dominação masculina. Aqui os problemas com os quais as feministas se deparam é o inverso do que coloca a teoria do patriarcado. E assim no interior do marxismo o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes, e o gênero não tem o seu próprio estatuto de análise.

A terceira é dividida entre o pós-estruturalismo francês, baseado nas leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem figurados por Jacques Lacan, que sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (sistemas de significação, ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra, leitura e escrita) tendo no inconsciente o lócus da divisão sexual, um lugar de instabilidade e não compreensão consciente.

As teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspirada nas escolas da psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito, dão ênfase a experiência concreta, e para Chodorow (apud Scott, 1995) o inconsciente é suscetível a compreensão consciente. Ambas as teorias se interessam pelos processos dos quais foi criada a identidade do sujeito e se centram nos primeiros anos de vida da criança.

Outro apontamento importante feito por Scott (1995) é que todas as teorias perpetuam uma noção ahistórica, definindo uma categoria homem/mulher como antagonistas que se auto-reproduzem sempre da mesma forma. Acabam por reforçar o tipo de pensamento que desejam combater, pois ao reforçar a categoria do feminino, não tratam da oposição binária em si mesmo.

Precisamos rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual. Temos que ficar mais atentas as distinções entre nosso vocabulário de

análise e o material que queremos analisar. Temos que encontrar os meios (mesmo imperfeitos) de submeter sem parar, as nossas categorias á crítica, nossas análises a autocrítica. Se utilizarmos a definição da desconstrução de Jacques Derrida, esta crítica significa analisar no seu contexto a maneira como opera qualquer oposição binária, revertendo e deslocando, a sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como óbvia ou como estando na natureza das coisas. (...) A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino; nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos. Os(as) historiadores(as) feministas estão atualmente em condições de teorizar as suas práticas e de desenvolver o gênero como uma categoria de análise. (JOAN SCOTT, 1995, p. 18-19)

Em vista disso, partimos para uma discussão contemporânea do gênero como uma categoria de análise que fala de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, e que surge nesta configuração apenas no final do século XX. Joan Scott em sua definição sobre gênero propõe uma divisão em duas partes e várias subpartes, ligadas entre si mas analiticamente distintas, e baseia-se na conexão integral das proposições: “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 21). A partir desta ideia central a autora elenca quatro elementos relacionados entre si:

- Primeiro: símbolos culturalmente disponíveis que remetem a representações múltiplas e com freqüência contraditórias;
- Segundo: conceitos normativos que colocam em evidencia interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas;
- Terceiro: inclui uma noção do político tanto quanto uma referência as instituições e organizações sociais e assume como objetivo de pesquisa histórica explodir a noção de fixidade, descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência eterna na representação binária dos gêneros.
- Quarto: É a identidade subjetiva, como um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana.

Para Foucault, estabelecido um conceito para gênero, reconhecemos que mesmo não colocando os estudos feministas no centro de seus estudos, não o passou despercebido, principalmente por seu potencial transformador amparado nas críticas às formas de organização da vida social, foi Michel Foucault, que diz:

“... o fato de que as mulheres tenham sido por séculos e séculos isoladas na sociedade, frustradas, desprezadas de várias maneiras lhes proporcionou uma possibilidade real de construir uma sociedade, de criar um tipo de relação social entre elas, fora de um mundo dominado pelos homens.”
(Foucault *apud* RAGO, M. 2006, p. 167)

E assim, consonante com essa possibilidade de construir novas possibilidades de relações se instala o feminismo, ou os feminismos no Brasil, como um fruto de resistência e desejo de mudança. Mesmo que as bandeiras de luta tenham se deslocado da insistência sobre o patriarcado e reconhecendo que este ainda é contemporâneo, as ideias feministas encontram cada vez mais certa receptividade no meio das mulheres (Teles, 2010). É certo que a luta continua e recria bandeiras e novas formas de se apresentar em público.

Sendo assim, a riqueza do feminismo está em “possibilitar a articulação da nossa história de vida com a história da sociedade que oprime as mulheres” (TELES, 2010. Pg. 167). E os feminismos se estendem e levam a questionar a ausência das mulheres nas direções, a enfrentar as relações desiguais de gênero, e coloco aqui a questionar a não inserção das teorias feministas nos currículos universitários, principalmente na Graduação em Psicologia.

O Brasil está sendo considerado um dos países que mais mantém as desigualdades de gênero entre os demais latino-americanos, e segundo Teles (2010), mesmo assim apresentou duas candidatas mulheres para a Presidência da República, com trajetórias voltadas para a defesa da justiça social. Os nossos feminismos estão rompendo barreiras, sem dúvidas, as próximas precisão ser no âmbito da Psicologia.

2.2. As Psicologias e o Gênero

A produção do conhecimento não é neutra em relação ao social, ao cultural, ao político, ao econômico, ao ético e ao emocional. (CITELI, 2001). Louro (2003) acrescenta que uma das grandes marcas dos Estudos Feministas era o caráter político. Assumia-se finalmente que as pesquisas eram interessadas, que tinham origem numa trajetória histórica específica e que os estudos tinham pretensão de mudança.

No entanto a participação da ciência como forma de poder a serviço da dominação e domesticação social é uma via de reprodução das desigualdades e subordinações, sejam elas de classe, gênero, etnia e de idade. Como diria Fonseca sobre a Psicologia:

A ciência psicológica tradicionalmente tem se dito apolítica; nega o poder simbólico que contem e que se torna o sustentáculo legitimador da categorização conveniente dos agentes sociais em homens e mulheres, fixados/as rigidamente em estereótipos de papéis sexuais; ... As atuais formas de generificar machos e fêmeas enquanto herdeiros sociais, nada mais fazem do que enfatizar as desigualdades entre os gêneros, impondo tanto aos homens como as mulheres, formas de domínio/subordinação alocados numa economia de trocas simbólicas que torna os homens dominados por sua própria dominação e as mulheres, dominadas pelos homens e distantes do estatuto de humano. (FONSECA, 2008. p. 299)

Teorias psicológicas, como as de Carol Gilligan, Nanci Chodorow e de Sandra Bem, refutam determinações biologicistas em relação as diferenças de gênero, e baseiam-se em concepções ainda essencialistas (SIQUEIRA, 2008). Assinalam ainda que a Psicologia ao postular diferenças intrínsecas as experiências masculinas e femininas, adotando conceitos convencionais de masculinidade e feminilidade, as diferenças de gênero são teorizadas como entidades psicológicas internas.

Assim, traços como independência, agressividade e racionalidade são percebidas e difundidas como características masculinas, enquanto sensibilidade, docilidade e emotividade são descritas como características tipicamente femininas. Pesquisas sobre o desenvolvimento moral nos estudos de Piaget (1994) e sobre etapas do desenvolvimento são estudadas como se as diferenças de gênero não existissem, ou como se tivesse um único gênero, o masculino.

Embora ele tenha observado essas diferenças, enfatizava que elas não importavam, pois os meninos e as meninas apresentavam o mesmo respeito místico pela regra. O que demonstra como os teóricos acaba ignorando o gênero por estarem interessados em outros aspectos (NARVAZ, 2009).

Outras correntes baseiam as diferenças de gênero a partir de bases biológicas e genéticas, são as influenciadas pelas concepções evolucionistas. Essas psicologias evolucionistas explicam que o ser humano é um animal, e a sofisticação e complexidade de seus comportamentos são explicados pelo processo evolutivo, como nas demais espécies. E são as diferenças psicológicas, morfológicas e funcionais do cérebro dos homens e mulheres são determinados por aspectos genéticos e biológicos, e aí se incluem a atração sexual, a homossexualidade, a transexualidade, a monogamia feminina e a poligamia masculina (NARVAZ, 2009).

Diversos autores, entre eles biólogas, neuropsicólogas e antropólogas afirmam que a complexidade da vida cultural humana não pode ser reduzida a apenas um aspecto, como a genética. Além do mais essas teorias cometem falhas metodológicas graves ao promover generalizações de observação das sociedades animais transpostas para as humanas, e assim, legitimam como naturais a agressividade, o estupro, a competição e a dominação do macho (NARVAZ, 2009).

A Psicanálise é a grande detentora do saber sobre a sexualidade. Ela centraliza esses discursos, e se insere como imperativa nos currículos da psicologia. A sexualidade na Psicanálise gira sempre em torno do falo, e coloca os pensamentos sobre a mulher em função de ter ou não ter pênis, ser ou não ser o falo e por isso é tão questionada e contraditória as feministas. (ARÁN 2006). Assim, a diferença sexual gira em torno do falo e da castração, e constituem-se dentro dos domínios do corpo, nos registros da heterossexualidade, do recalçamento do desejo edípico, da interdição e da culpa. (NARVAZ, 2009). Outras possibilidades

de prazer que não as descritas como não normativas, estão na ordem da perversão (FOUCAULT, 2014).

Os mecanismos de poder instalados, e dentre eles a Psicanálise como dispositivo disciplinar, foram empregados mais para suscitar e irritar a sexualidade do que para reprimi-la. Isto é, de acordo com Foucault (2014a), uma desconsideração sobre o sexo, que a psicanálise não desconheceu no indivíduo, mas foi incapaz de reportar ao corpo social, transpondo apenas processos difusos.

A análise da sexualidade como dispositivo político elaborada pela Psicanálise, coloca o sexo referido a funções biológicas e a um aparelho anatômico e fisiológico para lhe atribuir um sentido e uma finalidade, também a um instinto. Esse instinto em seu próprio desenvolvimento e de acordo com os objetos que se pode vincular, possibilita o aparecimento das condutas perversas, que se tornaram o fio condutor à análise de todos os outros desvios (FOUCAULT, 2014a).

A Terapia Familiar Sistêmica ao postular sobre as constelações familiares, acaba evidenciando ou colocando em maior relação de poder o lugar do pai, que legitima o patriarcado, colocando a mulher ou a mãe, em lugar de poder menor.

Inspirado pelas epistemologias pós-estruturalistas, feministas e de estudos de gênero, vem se apontando, muito timidamente, outras práticas psicológicas. O que Narvaz (2009) chama de uma psicologia feminista, que resgata o papel da emoção, do corpo e da experiência a produção do saber e das subjetividades.

Essas perspectivas apresentadas aqui são consideradas a partir da Análise do Discursos, e também como produções discursivas, que foram construídas em condições históricas e sociais, e seguem interesses políticos de grupos científicos e sociais que denotam Psicologias, comprometidas com diferentes projetos, mas que em sua maioria adotam posicionamentos que legitimam violências de gênero e que não se põem de maneira crítica sob essas questões.

No escopo de teorias psicológicas também identificamos o desenvolvimento delas na história de culturas psicológicas (ABIB, 2009), e nesse sentido, resgatando uma perspectiva antropológica. Observamos em todas as teorias como essas relações de poder estão inseridas em suas construções sobre a subjetividade.

Ganguilhem (1957) propõe que a psicologia enquanto ciência das reações e do comportamento, tem se generalizado na prática de especialidade, como determinação de competência e despistamento. Assim como Patto (1990) ele

propõe a fundamentação do advento da psicologia em alguns pilares: as razões científicas pautadas na biologia, as razões técnicas e econômicas, e as razões políticas que se resumem no fim da crença nos valores do privilégio social e na difusão do igualitarismo. Canguilhem (1957) e Patto (1990) denunciam que os psicólogos esquecem de situar seu comportamento específico, e com ele as atribuições de especialista, em relação as circunstâncias históricas e aos meios sociais nos quais são levados a propor seus métodos ou técnicas e fazer aceitar seus serviços.

Deste modo, se pôr em movimento de resistência e subversão pode levar as vias de questionamento desse lugar de especialista, ou pelo menos, de que tipo de especialista estamos falando. Nietzsche (apud Canguilhem 1957) se pergunta o que havia conduzido as psicólogas(os) em direção ao cinismo, na explicação das condutas humanas pelo interesse, a utilidade, e pelo esquecimento dessas motivações fundamentais, de analisar e conhecer a nós mesmos e as relações sociais.

2.4. A gramática: forma de resistência

Dentre os muitos espaços e muitas instituições em que podemos observar as marcas de distinção e desigualdades, a linguagem é o campo mais eficaz e persistente, porque ela atravessa nossas práticas, e nos parece quase sempre muito natural. (LOURO, 2003). Em suas observações sobre os marcadores sociais da diferença na infância Souza (2006) aponta que através da linguagem as crianças aprendem a comportar-se apropriadamente como garota ou garoto, e essa instituição é anterior a escola, é uma das primeiras instituições. Assim a linguagem é uma forma de prática social que incorpora e sustenta valores, inclusive aqueles que estipulam o “ser” masculino ou feminina numa cultura. E desde muito cedo marcamos nas crianças como representamos o mundo, e “a criança constrói um “sistema interno de regras de gênero” a partir de sua experiência e das representações disponíveis na cultura em que está inserida” (SOUZA, 2006, p. 172). Enquanto este novo sujeito se forma e adquire a linguagem e todos os outros processos cognitivos, já estão se registrando marcas das relações de poder sobre os gêneros.

As regras cultas da linguagem definidas por gramáticas e dicionários, não são apenas eficientes veículos de comunicação, mas de acordo com Louro (2003) também, expressam relações, poderes, lugares. A linguagem os institui, não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças. Silva (2014), enfatiza que a linguagem é fundamentalmente, um sistema de diferenças, na medida em que para nomear uma identidade, tem que nomear uma diferença, e ambas só fazem sentido em uma cadeia infinita de conceitos e sentidos.

Neste sentido Orlandi (2012) constata que a mulher ao aspirar a igualdade de direitos, ao nomear essa diferença de direitos, está também configurando sua diferença. Ou seja, o direito a diferença tem suas ambiguidades:

O “nós, mulheres” estabelece a possibilidade de promover a organização, pois as diferenças que aí se anunciam (pelo próprio fato de serem explicitadas) têm a “virtude” de fundar uma comunidade, mas também o “defeito” de autorizar exclusões”. (ORLANDI, 2012. Pg. 128)

Neste sentido um cidadão não deveria ter de ser antes de tudo mulher (intelectual etc), mas deveria poder ser mulher porque o direito não lhe exige que preste contas. Outra analítica é que a permissão expressa restringe mas que a proibição. Assim Orlandi (2012) denuncia que quando a mulher diz “as mulheres são tão capazes quanto os homens” ela antes pressupõe uma negação, de que “as mulheres não são capazes”. Assim os discursos seriam mais radicais se ela não negasse a negação, mas sim, trabalhasse com a falta e com a contradição.

Tanto Orlandi (2012), quanto Silva (2014) que trabalham com a linguagem, sabem que ela é o sentido, a identidade, a história, o cotidiano, e não podem ser compreendidas fora dos sistemas de significações nos quais adquirem sentido. A linguagem é um sistema instável, fluxo, dinâmico, e assim numa postura aberta, crítica, possibilita manter e sustentar um discurso, sem jamais impor na relação com os outros.

As armadilhas da linguagem atravessam todas as práticas escolares, uma das primeiras lições que as meninas aprendem na escola é que quando a professora se referir a alunos, as alunas deverão se sentir contempladas, e isso persiste em todos os espaços públicos que elas frequentarem (Louro, 2003). Assim

as regras gramaticais são utilizadas na grande maioria dos documentos analisados, na verdade apenas na Resolução CFP N° 007/11 encontramos o seguinte excerto que incluiu outra possibilidade gramatical:

Considerando decisão da diretoria do CFP de tratar o tema de cidadania das mulheres e das relações de gênero como transversal às ações do Conselho, valorizando a atuação feminina na profissão e dialogando com *as psicólogas e psicólogos* sobre seu papel na construção de cidadania e na consolidação dos direitos das mulheres. (Resolução CFP N° 007/11)

Essas diferenças são marcadas nos órgãos normativos da psicologia no Brasil e no estado do Paraná, como observamos nos documentos oficiais. Há que se considerar que o machismo não está tão longe assim, em uma profissão em que 9 a cada 10 profissionais são mulheres, os documentos oficiais nem abrem possibilidade na gramática de se inserirem outros gêneros ou uso de (a), /a, ou abrindo espaço a diversidade sexual com o uso do “x” ou @. Afinal os documentos são para *o profissional psicólogo* conforme enfatiza o Código de Ética. Antes de assumir noções dadas, parece importante refletir sobre o processo de inscrição destas nos fazeres cotidianos, e assumir que no interior de uma cultura específica que essas características praticas assumem significado. Assim pode se dizer que a diferença não é natural, mas é naturalizada nos processos de relações entre pessoas. É produzida em processos discursivos e culturais.

Nesta perspectiva de resistência para Orlandi (2012) as concepções de leitura e de linguagem devem ser pensadas discursivamente. Pode encarar o estereótipo como argumento para uma troca de linguagem eficiente (na sua posição de subalterna) ou uma comunicação mais econômica. Enfatiza e defende que:

“a mulher vive historicamente uma situação tensa, repleta de conflitos, cheia de duplicidades, por outro lado, ninguém mais do que ela aprendeu historicamente a caminhar no interior das ambiguidades, a trilhar as contradições, e exercer sua resistência num jogo em que, na maior parte das vezes, não foi ela quem deu as cartas. (ORLANDI, 2012, p. 133).

Já para os pós-estruturalistas, as definições discursivas e linguísticas, estão sujeitas a vetores de forças, a relações de poder. Elas não são apenas definidas, mas impostas. Não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias, mas são disputadas (SILVA, 2014). Estudiosas(os) feministas vem se ocupando com essas questões, e propondo fórmulas não sexistas de tratamento. Considerando que Louro (2003) destaca que a linguagem demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, mas também pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, através da escolha de usos de diminutivos, dos verbos, das associações e analogias feitas entre qualidades determinadas. A proposta de resistência se concretiza através da escuta do que é dito sobre os sujeitos e a percepção do não-dito, o que é silenciado, os sujeitos que não são nomeados por não corresponderem aos atributos desejados, ou talvez na pretensão de eliminá-los(as). Questionar as estruturas da linguagem, e como elas são difundidas propondo novas possibilidades de relações pelas discursividades, através de inserções e subversões as normas da língua é o central para esta proposta.

3. DIVERSIDADE SEXUAL NOS DISCURSOS DA PSICOLOGIA

Não é a sexualidade que produz fantasmas na sociedade, mas, sobretudo, a sociedade que fantasma na sexualidade, o corpo.
Maurice Godelier

3.1. Um pouco mais de história: do gênero a teoria queer

A diversidade sexual é o ponto de partida para questionarmos as considerações sobre o Outro, é o que desloca as fronteiras identitárias e põem em movimento um processo de ensino sobre o corpo e o que é subjetivo. O transsexual, que é descrito em relatos mitológicos, fontes literárias e antropológicas como sujeitos do outro sexo não é próprio nem da nossa cultura, nem da nossa época. Mas transgredir as fronteiras do corpo fazendo emergir novas possibilidades de relações, que questionam o poder e a ordem heteronormativa.

As produções discursivas normativas da sexualidade emergiram a partir de uma convergência de discursos sobre o sexo e o corpo no século XIX, que configuraram o que Preciado (2011) chamou de império sexual. Nesse processo se considera que as normativas disciplinares sobre a sexualidade, instauram junto com as rupturas binárias criadas nessas produções discursivas, em que a Psicologia tem um papel importante enquanto legitimadora, uma ordem que coloca os corpos em identidades pretensamente fixas. Isso corresponde as necessidades dos discursos de dar nome as coisas, e colocar sobre a gramática, categorias distintas de gênero, em que o múltiplo pode ser complexo demais para ser assimilado pelas produções discursivas.

A Antiguidade analisada por Foucault (2014b) apresenta em a História da Sexualidade, o quanto para os gregos a noção de homossexualidade não seria adequada. Existiam outros binários. Mas os gregos “não opunham, como duas escolhas excludentes, como dois tipos de comportamento radicalmente diferentes,

o amor ao seu próprio sexo ao amor pelo sexo oposto” (FOUCAULT, 2014b. p. 231).

Os gregos ao refletirem sobre a prática bissexual as motivações para se desejar um homem ou uma mulher era o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que lhes são belos, qualquer que seja o sexo, o mesmo desejo se dirigia a tudo que era desejável. O homem que preferia os rapazes não se experimentava como o Outro, em face aos que gostavam de mulheres. É certo que esses apontamentos sobre o amor masculino não recobrem todo o campo possível das relações sexuais entre os homens. E assim Foucault começa a delinear o que seria mais tarde a sexopolítica.

Para Preciado (2011) ao diferenciarmos o biopoder da potência de vida, é possível compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não apenas efeitos dos discursos sobre o sexo. Assim, em continuidade a história da sexualidade iniciada por Foucault, a sexualidade moderna está relacionada ao Império sexual. O sexo é correlato ao capital. Preciado (2011) coloca que os órgãos sexuais, a capacidade de reprodução, os papéis sexuais, são para as disciplinas modernas, entre elas a psicologia, produtos de uma divisão do trabalho, que territorializa a sexualidade ao órgão e a sua função: a boca, a vagina, o ânus. O sexo assim revela uma questão central de política e governabilidade.

O sexo do capitalismo levou a proliferação das tecnologias do corpo sexual no século XX, e assim, as disciplinas biopolíticas se transformam em máquinas de naturalizar o sexo.

“Medicalização e tratamento das crianças intersexos, gestão cirúrgica da transexualidade, reconstrução e “aumento” da masculinidade e da feminilidade normativas, regulação do trabalho sexual pelo Estado, boom das indústrias pornográficas...(PRECIADO, 2011. p. 13)

Essas máquinas não são legitimadas pela consciência, mas pela medicina. A medicina começa a utilizar a noção de gênero para construir uma regulação normativa do corpo da massa *straight*. E junto com os discursos do direito legitimam essas práticas.

Pensar a sexuação sobre uma base binária é manter os discursos imperativos da heterossexualidade compulsória normativa dominante (CECCARELLI, 2010). Esse movimento inaugurado por Butler (2003) defende que os intersexuados sejam deixados como estão, considerando que um recém-nascido pseudo-hermafrodita constitui uma prática abusiva em consequência do imperativo social que determina a existência de dois sexos excludentes. As cirurgias corretivas são entendidas como mutilações que impediriam que os intersexuados descobrissem uma sexualidade pseudo-hermafrodita (CECCARELLI, 2010).

Mesmo que muito antes tenham surgido movimentos sociais e críticas à organização social heteronormativa, é nas teorias de Foucault, ao lado de Deleuze e Guattari, quem trazem conceitos adequados e um enorme refinamento teórico às discussões sobre a produção da subjetividade (RAGO, 2006). As discussões de relações de gênero, principalmente as críticas feministas são precursoras de uma sistematização de operadores para pensar politicamente questões pouco aclaradas ou visíveis, e suscitar as discussões sobre diversidade sexual.

Assim, a crítica que é dirigida ao sujeito unitário, colonial, branco do feminismo põe em marcha e desencadeia novas formas desse pensar sobre o sujeito. Estabelecido um conceito de análise de gênero, encontramos em Judith Butler (2003) que defende uma proposição semelhante à de Joan Scott e pretende historicizar o corpo e o sexo, dissolvendo as dicotomias sexo/gênero.

Para Butler, nossa sociedade exige a coerência total entre sexo/gênero/desejo no discurso hegemônico do masculino, o falocentrismo, e silenciando o feminino como o subversivo. E assim retoma Foucault para argumentar que a regulação binária da sexualidade suprime a multiplicidade subversiva de uma sexualidade que rompe as hegemonias heterossexual, reprodutiva e médico-jurídica. O termo gênero, para Butler, passa a ser considerado categoria múltipla e relacional que compreende códigos lingüísticos institucionalizados e representações políticas e culturais.

A autora apresenta o conceito de heterossexualidade compulsória criado por Wittig, que para inaugurar um verdadeiro humanismo da pessoa, deveria se destruir a categoria sexo. Em outras palavras, na ordem gramatical autodeterminadora, só os homens são “pessoas” e não existe outro gênero senão o feminino: “O gênero é

o índice linguístico da oposição política entre os sexos. E gênero é usado aqui no singular porque sem dúvidas não há dois gêneros. Há somente um: o feminino, o “masculino” não sendo um gênero. Pois o masculino não é o masculino, mas o geral.” (Wittig *apud* JUDITH BUTLER, 2003, p. 42).

De acordo com o conceito de genealogia desenvolvido por Nietzsche e Foucault, para a partir dessa investigação genealógica mapear os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia significa,

Declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade, em que se compreende que esses termos residam no interior de um binário que compõem como opostos o “real” e o “autêntico”. Como genealogia da ontologia do gênero, a presente investigação busca compreender a produção discursiva da plausibilidade dessa relação binária, e sugerir que certas configurações culturais do gênero assumem o lugar do “real” e consolidam e incrementam sua hegemonia por meio de uma autonaturalização apta e bem-sucedida. (JUDITH BUTLER, 2003, p. 58)

Para a autora são dimensões culturais e independentes. Assim, na medida em que gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo ele se torna um artifício flutuante, e é isso que permite romper com a ideia de sistema binário de gêneros, pois eles podem assumir um caráter plural, e não se fixar em apenas dois, masculino e feminino. E assim reivindicam um movimento pós-feminista, ou *queer* (PRECIADO, 2011).

3.2. A Psicanálise e os anormais

No decorrer das discussões sobre diversidade sexual nos questionamos como tantos discursos patologizantes foram empregados para nomear esses sujeitos, e assim nos deparamos com dois grandes produtores destes discursos: a psicanálise e a psiquiatria. A Psicanálise de modo particular, por ser a detentora dos discursos sobre sexualidade no meio acadêmico, por ter suas teorizações difundidas no senso comum, por ser uma das teorias psicológicas mais utilizadas nas produções de conhecimento e discursos sobre normal e anormal. Mesmo com

diversas iniciativas de profissionais críticos a essas colocações consideramos necessário discutir mais de perto sobre este lugar específico ocupado pela Psicanálise.

A Psicanálise, desde sua invenção, não pode ser considerada de um discursos unívoco, havendo várias versões, dispares e incongruentes, cuja disseminação tem sérias implicações nos discursos e nas práticas relativas à constituição da sexualidade humana. (NARVAZ, 2009). Foucault (2014a) expõe que a Psicanálise não seria bem compreendida se fosse desconhecido a ruptura que ela operou relativo ao grande sistema de degenerescência: “ela retomou o projeto de uma tecnologia médica própria do instinto sexual, mas procurou liberá-la de suas correlações com a hereditariedade e, portanto, com todos os racismos e os eugenismos” (FOUCAULT, 2014a, p. 129). E portanto na grande família das tecnologias do sexo que recua tanto na história, ela foi até a década de 1940, a única que se opôs, rigorosamente, aos efeitos políticos e institucionais do sistema perversão-hereditariedade-degenerescência.

Mas também como aponta Foucault (2014a) podemos fazer uma revisão crítica da vontade normalizadora em Freud, e denunciar o papel desempenhado a anos pela instituição psicanalítica, como o fato de não se construir como uma reflexão crítica sobre a estrutura patriarcal da sociedade e da família. O que Lago (2010) destaca como a grande polêmica para as feministas é que o saber construído por Freud se fundamentou muito especialmente no tratamento das pacientes diagnosticadas como histéricas pelo discurso médico da época, e de tal modo seus pensamentos direcionaram as consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos; a centralidade do complexo de castração na dissolução do complexo de Édipo; para pensar na sexualidade feminina, na feminilidade, quando se viu diante da importância das vivência pré-edípicas na organização psíquica da criança (especialmente meninas); e contudo utilizou-se do falo como referência.

Uma série de críticas foram tecidas sobre as argumentações de Freud, e os conteúdos unívocos de conceitos para compreender homens, mulheres e sexualidades. Estes processos instaurados pela psicanálise levam-nos a reconhecer que o psicólogo contemporâneo, de acordo com Canguilhem (1999), se torna na maioria das vezes “um profissional cuja “ciência” é totalmente inspirada na

pesquisa das “leis” da adaptação a um meio sócio técnico – e não a um meio natural – o que confere sempre a essas operações de “medida” uma significação de apreciação e um alcance de perícia” (CANGUILHEM, 1999, p. 10).

E retomo aqui a batalha entre os movimentos de mulheres e de homossexuais devido a evolução da Psicanálise, principalmente nos Estados Unidos, onde a tradição clínica fetichizou a anatomia, e forneceu uma descrição dos mecanismos pelos quais os sexos são divididos e deformados, de como bebês bissexuais, andróginos, são transformados em meninos e meninas. (LAGO, 2010). Foucault (2014a) já denunciava a crescente de nomenclaturas advindas da psiquiatria e também da psicanálise é como elas atuaram como dispositivos de regulação sobre o sexo.

A psicanálise edipizante, sob o falo, constituiu-se em muitos aspectos como um dispositivo moral de regulação das individualidades e opera como uma tecnologia de adaptação dos indivíduos a ordem social (NARVAZ, 2009), e com isso oficializou uma série de discursos sobre os corpos e os desejos, que mais produziu anormais na ordem dos discursos.

Como vemos na exposição dos ementários nas disciplinas de Psicologia clínica dos cursos de graduação, a psicanálise é a grande normalizadora do sexo e do gênero, centralizando os discursos sobre a sexualidade humana no âmbito da Psicologia. E mesmo trabalhando com as diferenças masculino-feminino, com parentesco, família, sexualidade, subjetividades, não se posicionaram em relação as estruturas que subjugam as mulheres em lugares sociais e familiares de opressão. (LAGO, 2010)

Se a Psicologia está longe para as relações de gênero, muito mais distante o é das diversidades sexuais. Como vimos, as trajetórias acadêmicas dessas profissionais que visam questionar esses lugares de poder apresentado nas produções discursivas da psicologia, terão que iniciar esse movimento partindo de suas formações humanas e inquietações. Por que a Graduação em Psicologia não se abre legitimamente, na maioria das instituições Universitárias, para essas questões.

No entanto, teóricas feministas importantes como Scott e Butler se apropriam dos conceitos de Freud e promovem um diálogo crítico com a psicanálise. Assim postula:

Considerando que as identificações substituem as relações de objeto e são a consequência de uma perda, a identificação de gênero é uma espécie de melancolia em que o sexo do objeto perdido é internalizado como proibição. Esta proibição sanciona e regula identidades de gênero distintas e a lei do desejo heterossexual. A resolução do complexo de Édipo afeta a identificação de gênero por via não só do tabu do incesto, mas antes disso, do tabu contra a homossexualidade (BUTLER, 2003, p. 98).

Em desdobramentos atuais as relações entre psicanálise e teorias feministas, e estudos de gênero, teoria queer são tensos e produtivos. E são evidenciados pela emergência de novas configurações familiares, pelas disputas políticas em torno da parentalidade homossexual, e em torno da concepção de diferença sexual e do tema lacaniano da sexuação (LAGO, 2010). Este debate deve ser tomado com cuidado de acordo com Ceccarelli (2010), para não correremos o risco de que a diferença, de sexo ou de gênero, sirva para sustentar desigualdades graças a poderosos dispositivos da ordem simbólica, apoiados na antropologia estrutural e em certas práticas psicanalíticas. Reforçando que essas diferenças só podem ser pensadas historicamente.

3.3. Psicologia, educação e a diversidade sexual

Se as discussões de gênero deflagram a (in)visibilidade dentro dos currículos de psicologia, muito menos se observam com relação a diversidade sexual. Junqueira (2011) diz que o cotidiano escolar é atravessado por discursos que manifestam valores, crenças e preconceitos. Esses são manifestos em seus currículos, a Psicologia não é inerte a este processo. Como vimos se encontra no seio dessa ciência, fatores curriculares reprodutoras de violências de gênero, legitimadoras das desigualdades. No entanto, contra a banalização, naturalização e aceitação é que nos colocamos aqui, em busca de uma prática que configure espaços seguros de oportunidades pedagógicas para a vida, por meio de

interrogações constantes sobre os discursos e práticas que ainda levam a ser diferente disso.

Ao longo de sua história, a escola brasileira (estende-se aqui também a Universidade), estruturou-se a partir de pressupostos vinculados à valores, normas e crenças que reduzam a figura do Outro, ou dos monstros de Cohen (2000) que incluía as marginalidades do modelo masculino, heterossexual, branco. Assim, a escola se tornou um espaço que cotidianamente circulam preconceitos, discriminações de classe, cor, raça/etnia, sexo, gênero, orientação sexual, capacidade físico-mental (Louro, 1999). As normas de gênero costumam aparecer numa visão nua e crua da pedagogia do insulto e da desumanização (JUNQUEIRA, 2011).

As produções discursivas sobre as diferenças não estão apenas nos setores formalmente responsáveis pelo controle social e curricular no âmbito das Universidades, mas instituídas entre as pessoas. Essas práticas de desumanização degradam ao mesmo tempo quem agride e quem sofre a agressão, exibindo também baixos índices de rendimento escolar (JUNQUEIRA, 2011).

Um exemplo significativo são meninas com altas habilidades, em que os estudos sobre gênero mostram que na adolescência, a necessidade de aceitação pelo grupo que reproduz discursos violentos, faz com que estas assumam um processo de esconder/mascarar sua inteligência, para serem aceitas. Essas situações ocorrem dentro da escola, com seus currículos institucionalizados e também os apontados como silenciados, nas ações pedagógicas em todo o complexo social.

As diversidades sexuais deflagram que não são só os discursos que nem chegam, muitas vezes a escola. Para os sujeitos, trans, desviantes e anormais, se inserir e se manter nessas instituições como estudantes, é muito difícil. A escola desde sua fundação como sistema nacional de ensino utilizou de diversas teorias para justificar o fracasso escolar (a carência cultural, as teorias racistas, entre outras), mas principalmente sancionava quem seria educado. (PATTO, 1990). Assim, se no passado a exclusão atingia os que não tinham acesso ao ensino, hoje atinge os que ingressam na escola, e assim de forma menos transparente, trabalha para a evasão das minorias, entre elas as de gênero.

Patto (1990) vai além e expõe que os conteúdos dos programas, os métodos pedagógicos e os padrões de desempenho exigidos da clientela de escola pública baseiam-se em modelos psicopedagógicos para crianças ideais que retratam os padrões de criança de classe média e branca. Realidade que nem sempre condiz com o que encontramos nas escolas. Assim, essa estrutura escolar vai se reproduzindo, e a Universidade nem sempre consegue romper com esse modelo, condenando as diversidades ao fracasso, num sistema obviamente não igualitário.

As pessoas que formam esse corpo social da instituição não agem em seus próprios nomes (JUNQUEIRA, 2011). Assim, as Universidades se colocam como instituição disciplinar (FOUCAULT, 1987). Seus dispositivos, técnicas, e redes de controle e sujeição conseguem alcançar, microfisicamente, cada espaço, situação e agente. (JUNQUEIRA, 2011).

Disciplinar conforme emprego aqui, está num contexto muito mais amplo do que o controle, “é um exercício de poder que tem como objeto os corpos e como objetivo a sua normalização, por meio da qual uma identidade específica é arbitrariamente eleita e naturalizada, e passa a funcionar como parâmetro para na avaliação e na hierarquização das demais” (JUNQUEIRA, 2011. p 106). Quem não se mostrar adaptável e normalizável pode se tornar digno de repulsa e abjeção, ocupando um grau inferior ou nulo de humanidade. Sendo absorvido pelo gênero dos monstros.

Os monstros, como aponta Cohen (2000), estão continuamente ligados a práticas proibidas:

“O monstro é transgressivo, demasiadamente sexual, perversamente erótico, um fora-da-lei: o monstro e tudo o que ele corporifica devem ser exilados ou destruídos. O reprimido, entretanto, como o próprio Freud, parece sempre retornar. (COHEN, 2000. Pg. 48)

Essa questão do retornar torna o monstro atraente, e uma possibilidade de fuga temporária da imposição. Nesse movimento de repulsa e atração simultâneas é que se inserem as possibilidades do monstro, explica sua popularidade cultural, explica que ele não pode ser contido em uma dialética simples e binária, e assim, expressa sua liberdade e desespero. Mas sempre emerge recriando novas

possibilidades de ser, e formar outros tipos de identidades (pessoal, nacional, cultural, econômica, sexual, psicológica), reconfigurar as fronteiras, se tornar produto de uma variedade de morfogêneses (COHEN, 2000).

O que percebemos, é que o monstro, ao se colocar como Outro, estabelece as fronteiras do Nós, e assim, ele oferece uma base crítica, uma margem para ler os paradigmas dominantes (COHEN, 2000). O monstro se torna um problema pedagógico, curricular e social na medida em que coloca em cheque nossa própria identidade (SILVA, 2014). Assim, o monstro se torna a possibilidade de repensar e recriar as condições de existência, de educação e de psicologias.

3.4. A política *queer*

Nessas emergências que põe as minorias sexuais em visibilidade, o grande desafio para a educação e formação em Psicologia, é lidar com esse movimento complexo e contínuo de multiplicidades de relações de gênero e diversidade sexual. Temos que reconhecer que é impossível utilizar de esquemas binários para lidar com elas (LOURO, 2001).

A política *queer* se constrói nesses engendramentos históricos e sociais de produção sobre os sujeitos. Reconhece-se como uma política da diferença, que pode inserir novas possibilidades de se pensar e fazer discursos sobre a educação, a ciência e a Psicologia.

Queer está articulado a um grupo de intelectuais apoiados na teoria pós-estruturalista francesa, e na desconstrução⁶ como um método de crítica literária e social, que passou a utilizar este termo para descrever seu trabalho, a partir dos anos 90 (LOURO, 2001).

A partir do momento em que Michel Foucault (2014 a, b, c) problematiza as questões da sexualidade, e evidencia que o sexo colocado em discurso, fez proliferar de classificações sobre as espécies e os tipos de sexualidade. Esse processo tornou possível um discurso reverso (LOURO, 2001). Ou seja, a partir

⁶ Desconstruir não significa desfazer, mas sim está mais próximo a palavra análise, que etimologicamente significa desfazer.

desse lugar discursivo que são as patologias, desvios e perversões – a homossexualidade – se constituem possibilidades de rompimento com o binário sexo/gênero.

Assim, para os teóricos *queer*, a desconstrução como procedimento metodológico deve começar pelos binarismos, que ao serem desconstruídos manifestariam sua interdependência (LOURO, 2011). Assim, os teóricos *queer* sugerem uma política pós-identitária, que para não se tornar cúmplice de sistemas contra os quais ela pretende lutar, toma como alvo a “crítica da oposição homossexual/heterossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais, o conhecimento e as relações entre os sujeitos” (LOURO, 2001. p. 549).

Para Preciado (2011) a política das multidões *queer* surgem principalmente de uma crítica a respeito dos efeitos normalizantes e disciplinares de toda formação identitárias, deste modo não é possível constituir uma base identitária sobre a qual construir uma política. Deste modo se estabelece que na política *queer* não existe a diferença, existe sim a multidão de diferenças:

Não existe diferença sexual, mas uma multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida. Essas diferenças não são “representáveis” porque são “monstruosas” e colocam em questão, por esse motivo, os regimes de representação política, mas também os sistemas de produção de saberes científicos dos “normais” (PRECIADO, 2011. Pg. 18)

Ao questionar essa história que se conta nas ciências, entre elas a Psicologia, os teóricos *queer* questionam as epistemologias sexopolíticas *straight*, que se faz dentro da ciência. E neste movimento de desconstrução, que se pode transitar entre os lugares e construir um autoconhecimento e conhecimento humano, e reavaliar o que estamos tentando representar (COHEN, 2000).

Nessas possibilidades discursivas flexíveis, móveis, fluidas é que se insere as possibilidades, através da teoria *queer* que permitem pensar não apenas identidades sexuais e de gênero, mas também a cultura, o conhecimento, o poder e a educação (LOURO, 2001). Uma pedagogia e um currículo *queer* para a

Psicologia significaria trabalhar a instabilidade e precariedade de todas as identidades.

A Psicologia nesse movimento *queer* assimilaria essa diferença, em seus currículos e discursos, essa diferença passaria a fazer sentido, estar do lado de dentro, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao se construir os currículos se exigiria prestar atenção nos jogos políticos que aí seriam implicados, e dar-se conta dessas disputas. Como já apontou Silva (2014) é nessa possibilidade de abertura para um outro mundo que podemos pensar essa pedagogia da diferença.

3.5. Psicólogas(os) e as diversidades sexuais: sem preconceito

Uma última consideração é evidenciar que assim como nas esferas sociais, as(os) psicólogas(os) reproduzem preconceitos. Pesquisas do CFP indicam que cerca de 50% das(os) profissionais assumem algumas práticas homofóbicas, transfóbicas, mesmo contrariando as orientações expressas no Art. 2 no *Código de ética profissional do Psicólogo*, como já mencionamos, que ao psicólogo é vedado qualquer tipo de preconceito e discriminação, inclusive os de orientação sexual. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 estabelece como objetivo fundamental a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de sexo e quaisquer outras formas de discriminação. E ainda é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual estabelece que toda pessoa tem capacidade para gozar direitos e liberdades, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, de cor, de sexo e outras.

Deste modo é simplesmente incompatível ser Psicólogo e ter atitudes e condutas fóbicas. Canguilhem (1999) nos advertiria para o fato que as psicólogas(os) não querem ser senão um instrumento, sem procurar saber de quem ou de que ele é instrumento. Desde antes dos profissionais se posicionarem contra o homossexualismo, que acabou por retirar esta inserção das nomenclaturas oficiais de modo patológico como no DSM (a mais de 40 anos) novas questões vem se colocando para o atendimento dessas pessoas em situação de sofrimento psíquico, no entanto, as transformações das esferas sociais que formam essas psicólogas(os) são lentas, e continuam reproduzindo discursos acríticos que não condizem com os princípios e competências profissionais.

A Psicologia é considerada como uma profissão da área da saúde de acordo com os pareceres do MEC, e deve assegurar certa responsabilidade pela promoção da saúde de indivíduos e grupos. Sendo assim, em qualquer contexto no qual trabalhe, o objetivo de uma(o) psicóloga(o) sempre será promover o bem-estar físico, mental e social das pessoas. E assim, a Psicologia tem o desafio de garantir às população da diversidade sexual o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde.

Outrossim, cabe ressaltar ainda que embora o conceito de violência sexual seja considerado mormente como tipo de violência de gênero, cujas principais destinatárias continuam sendo as mulheres, este abrange outros diversos tipos de violência sexual, para os quais também urge que sejam revistas as políticas públicas de referência, de forma que seja oportunizado atendimento imediato e obrigatório também para essa população. Assim, consideremos que não raro “homens, crianças, adultos ou adolescentes, notadamente em situação de cárcere ou internação e, crianças, em especial, em ambiente intrafamiliar/doméstico, sofrem essa violência..., lésbicas, gays, bissexuais, mulheres e homens transexuais ou que vivenciam a transexualidade, travestis, transgêneros, bem como pessoas que exercem a prostituição...” (Parecer do CFP sobre o PLC 003/2013).

Este excerto é parte do argumento do Parecer do CFP sobre o PLC 003/2013, que dispõe sobre o atendimento as pessoas em situação de violência sexual, o que destaco é a sensibilidade do Conselho Federal de Psicologia de compreender essa amplitude de pessoas que podem sofrer violência sexual. Essas preocupações do Conselho são correspondentes a realidade desse país, que as violências de gênero vitimam muitas pessoas, e especialmente lésbicas, gays, bissexuais, mulheres e homens transexuais ou que vivenciam a transexualidade, travestis, transgêneros, e os que exercem a prostituição, que são alvos das mais variadas violências, mas especialmente as de extrema agressividade, colocando o Brasil entre os país que mais matam por questões de gênero, com requintes na maioria das vezes de crueldade.

Trago dois excertos do documento “Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans” do Conselho Federal de Psicologia que se referem a assistência psicológica das pessoas trans,

no entanto, possibilita refletirmos o atendimento da diversidade sexual em um sentido amplo, considerando as multiplicidades implicadas nesse olhar:

3. A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social.

4. É objetivo da assistência psicológica a promoção da autonomia da pessoa, a partir de informações sobre a diversidade de gênero e esclarecimentos sobre os benefícios e riscos dos procedimentos de modificação corporal e social. O sujeito deve ter clareza de que a atenção é singular e flexível e que o projeto terapêutico pode ser modificado de acordo com as necessidades de cada um.

Como percebemos nas diversas exposições do Conselho Federal de Psicologia, existe uma preocupação crescente com esses posicionamentos diante dos discursos psicológicos, e que visa a contemplar e dar visibilidade a esta crescente demanda que surge a psicologia. Louro (2003) enfatiza que “tornar visível aquela que fora ocultada” desencadeia um movimento de grande visibilidade, e assim a segregação social e política a que as mulheres e as populações das minorias sexuais foram submetidas ao longo da história, precisam ser recriadas. Tornar visível de acordo com Foucault (1987) pode fortalecer os mecanismos de controle, e esses mecanismos podem ser violentos não só no simbólico.

É este fazer da psicologia que é politicamente implicado, e que buscamos dar visibilidade neste estudo, traz a necessidade de acordo com Narvaz(2009) como no mito da Fênix, morrer e renascer das cinzas, e assim inovar os próprios discursos. Assim, acredito que reconstruir currículos de Psicologia que tratem de relações de gênero e diversidade sexual contribuirá muito para desfazer essa norma e ordem sobre os sujeitos, os discursos e as práticas da Educação, da ciência, da psicologia, e principalmente entre os seres humanos.

4. CONSIDERAÇÕES

Este estudo investigou as possibilidades de enunciação e a inscrição dos discursos de relações de gênero e diversidade sexual nos documentos normativos para a graduação em psicologia, partindo das instruções normativas do MEC e do Conselho Federal de Psicologia, para os Projetos Pedagógicos, grades curriculares e ementas das graduações em Psicologia nas Universidades Estaduais e Federal do Paraná.

Para tanto, tal como nos ensinaram as abordagens discursivas de Pêcheux e de Foucault, cada uma a seu modo, recorre a história da constituição dos saberes psicológicos e pedagógicos. Busca compreender como se constituíram esses discursos de relações de gênero e diversidade sexual, e como o desenvolvimento de um suscitou e possibilitou a visibilidade do outro nos discursos da Psicologia.

Nesta articulação, desvelaram-se os interesses de manutenção da ordem heteronormativa e patriarcal, a qual busca ocultar seus interesses, naturalizam as desigualdades produzidas, dentre elas as de gênero e diversidade sexual.

Mesmo sendo temas marginalizados pela ciência, pensar sobre relações de gênero e diversidade sexual, nos incita a falar de feminismo, de poder, de educação. Assim evocamos Foucault, Pêcheux e seus discursos, Tomaz Tadeu da Silva para observarmos as identidades e as diferenças até os monstros.

Nesse ínterim, revemos os princípios de uma pedagogia possível para a diversidade. Do feminismo ao pós-feminismo e *queer* através de Scott, Louro, Butler, Preciado, entre outras para observar esses movimentos desde o surgimento do feminismo até o desenvolvimento de uma política queer como possibilidade de legitimação da diversidade sexual.

Olhamos ainda para a psicologia e como seus discursos vem se inscrevendo por meio de Patto, Piaget, Ceccarelli, Narvaz, Fonseca, Scarparo e Guareschi. Neste percurso, revelou-se o compromisso da Psicologia, com a naturalização dos fenômenos humanos, como essa articulação entre o saber e o poder regulam e normatizam os corpos e as almas dos homens, e principalmente das mulheres e ditas sexualidades minoritárias.

Na investigação das possibilidades de discursos de gênero e diversidade sexual na graduação em psicologia, representado aqui pelos documentos

normativos, revelaram-se coerções sobre a enunciação destes que insistem e resistem. Mas que na grande maioria são silenciados, e assim como os monstros, a punição pelo desafio as normas é a proibição que circulem livremente pelos oficialismos universitários, se refugiando para resistir. Porém, esses discursos são veiculados a Psicologia, e tendo consciência ou não, fazem política. Foi revirando e inquietando-me com esses discursos e práticas, permeados de nossos fazeres cotidianos, que tecemos esta dissertação.

Nesse sentido, evidencia-se como os discursos oficiais silenciam relações de gênero e diversidade sexual, e vão se constituindo enquanto dispositivos disciplinares articulados a uma ampla e complexa rede que ao longo da história garantiu a marginalização desses discursos. Mas é na transgressão a estes dispositivos de poder que deflagramos como o feminismo inaugurou possibilidades de reconfigurar relações de gênero, e tornou visível as diversidades sexuais.

Neste processo, o papel da psicologia com seus discursos imbuídos das representações sexistas e heteronormativas sobre homens e mulheres, produziu e legitimou as diversidades sexuais e a estes o lugar de anormais, e contribuiu para manter não só os discursos distantes da Universidade, como também as pessoas que representam essa diversidade, dificultando nos processos institucionalizados das práticas pedagógicas e nas microrrelações a permanência dessas pessoas na rede de ensino.

Assim, marcamos como movimento de resistência a necessidade de promover, a partir da gramática, novas possibilidades de inserção destes sujeitos nos discursos, e instituir através da política *queer* e da pedagogia dos monstros novos horizontes para a Educação e Graduação em Psicologia, que por seus princípios ético-políticos não deve legitimar preconceitos e desigualdades.

Isso, porque é através das discursividades da Psicologia que irão se constituir os pressupostos sobre o normal e o anormal, sobre saúde e doença. São esses discursos ensinados e aprendidos na Universidade, espaço privilegiado de saber, que irão desenhar as possibilidades consideradas válidas para homens, mulheres, gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais, assexuais, interssexuais, viverem seus corpos, seus desejos, suas sexualidades, suas maternidades e paternidades, suas relações afetivas, suas relações sexuais, suas formas de trabalhar, de pesquisar, de escrever e de ensinar.

Esses discursos veiculados na formação universitária constituirão as ferramentas e instrumentos para pensar sobre as condutas, os sujeitos, os comportamentos e desejos, e fazer Psicologia no âmbito da clínica, do trabalho, das políticas públicas, da escola, da família, e fundamentar pesquisas e novos saberes científicos.

Exponho minhas dificuldades e limitações ao aproximarmos deste campo de investigação, dentre elas se enfatiza a restrição metodológica relativa a pesquisa documental em base de dados digital. Novas investigações em outras instituições de ensino, ou nas produções científicas dessas instituições, ou que se utilizem de outras estratégias metodológicas como entrevistas com a comunidade acadêmica, com os profissionais de psicologia formados nessas instituições e com olhar direcionado a suas práticas, e até grupos focais nas instituições podem evidenciar outros olhares, ampliar os meios a se veicular relações de gênero e diversidade sexual no espaço da Universidade e Graduação em Psicologia. Nesta investigação contribui com a reflexão sobre os discursos de relações de gênero e diversidade sexual na formação em Psicologia, assumimos nossa posição militante e advogamos por uma legitimação dessa perspectiva nos saberes acadêmicos, especialmente os discursos *psi*.

Se as verdades enunciadas por psicólogas e psicólogos são “as mais verdadeiras”, não podemos silenciar o compromisso ético-político implicado nas nossas teorias e a necessidade de reflexão sobre nossas práticas, dado o efeito que produzem nos sujeitos que acreditam e recorrem a nós na busca de alívio para suas dores psíquicas. Estou me referindo a todos os espaços que a psicologia ocupa, pois é nesses encontros que os sujeitos deflagram seu sofrimento por não corresponderem as normas da sociedade patriarcal, consumista, sexista na qual vivemos.

É deste sofrimento que fala esta Dissertação. É do lugar de escuta cotidiana de meninas e mulheres vítimas de violências e estupros; de meninos e meninas que sofrem e se pensam doentes e anormais porque desejam prazeres diferentes dos normativos da sociedade; de mulheres culpabilizadas pelas dificuldades familiares, condenadas por serem mães solteiras, por terem muitos filhos, ou não terem filhos, por decidirem sobre seus corpos e assumirem o que desejam; de gays, lésbicas, transexuais, travestis, e os demais que vivem com medo de demonstrar

seus afetos em público, pois a punição é a morte; é da escuta de homens e mulheres que adoecem de tristeza e sofrem por viverem relações esvaziadas de sentido, mas que se mantêm por que o modelo de sociedade vigente assim o exige.

Estes discursos familistas, heteronormativos, fóbicos, reguladores das formas de vida foram produzidos, legitimados pelos discursos científicos e algumas psicologias, e operam de acordo com Narvaz (2009) na contramão das psicologias ético-políticas que se afetam, se implicam, que se colocam não a serviço da regulação e da normalização da vida, mas a favor da vida e das resistências e que lutam por liberar a vida lá onde ela é prisioneira.

Escrever essa Dissertação foi uma experiência atravessada de sentimentos e sentidos que foram escrevendo e inscrevendo em mim, e saio transformada. Mais consciente que há que se interrogar nosso saberes psicológicos de dentro, de perto e dar visibilidade aos seus interesses, as forças que os produzem e aos efeitos que eles tem. Por que nomear de acordo com Foucault (2006) já é uma forma de luta, de desnudamento e de inversão do poder.

5. REFERÊNCIAS

ABIB, J.A.D. Epistemologia pluralizada e história da psicologia. *Scientle studia*. São Paulo, v. 7, n. 2, pg. 195-208, 2009.

ARÂN, M. Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2003. 11(2), 399 – 422.

AZAMBUJA, M.P.R.; NOGUEIRA, C. Potencialidades investigativas para a violência de gênero: utilização da análise de discurso. *Ciência e saúde coletiva* [online]. 2009, vol.14, n.5, pp. 1721-1730. Disponível em www.scielo.com.br. Acessado em 01 de março de 2010.

BELLOTO, H.L. As fronteiras da documentação. In: CASTILHO, A.T.(org) *A sistematização de arquivos públicos*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 1991. p. 25-35.

BOOTH, W.C.; COLOMB, G.G. e WILLIAMS, J.M. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 4024, 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 5692, 11 de agosto de 1971.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC. *Diretrizes Curriculares – Cursos de Graduação*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 02 de agosto de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. MEC. *História do MEC*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2:historia&catid=97:omec&Itemid=171. Acessado em 02 de agosto de 2015.

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: O feminismo e a questão do “pós modernismo”. *Cadernos Pagu*. Vol. 11, p. 11-42.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero – Feminismo e Subversão da Identidade*. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANGUILHEM, G. O que é a psicologia? *Impulso*. Piracicaba, 26 (11), 11-26.

CARDOSO, R.C.L. “Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: Cardoso, R.C.L. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-105.

CASAGRANDE, L.S.; LUZ, N.S.; CARVALHO, M.G. (Org.) *Igualdade na Diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia*. Curitiba: Editora UTFPR, 2011.

CASTRO, J.L. *Protagonismo Silencioso: a presença da OPAS na formação de recursos humanos em saúde no Brasil*. Natal: Observatório RH-NESC UFRN; Ministério da Saúde; OPAS/OMS, 2008.

CECCARELLI, P.R. Psicanálise, sexo e gênero: algumas reflexões. In: RIAL, C; PEDRO, J.M.; AREND, S.M.F. (Org.) *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

CITELI, M.T. Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento. *Revista de Estudos Feministas*. v. 9, n. 1, Florianópolis, 2001, p. 131-145.

COHEN, J.J. A cultura dos monstros: sete teses. In: SILVA, T.T. (org) *Pedagogia dos monstros – os prazeres e o perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução 001/99*. Disponível em: www.pol.com.br. Acessado em Julho de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Uma profissão de muitas e diferentes mulheres: Resultado preliminar da pesquisa 2012*. 2013. Disponível em: <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Uma-profissao-de-muitas-e-diferentes-mulheres-resultado-preliminar-da-pesquisa-2012.pdf>. Acessado em 12 de junho de 2015.

DONALD, J. Liberdade bem-regulada. In: SILVA, T.T. (org) *Pedagogia dos monstros – os prazeres e o perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000a.

FIGUEIREDO, L.C.M. *Matrizes do Pensamento Psicológico*. 10ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1991.

FONSECA, T.M.G. Psicologia e relações de gênero: o gênero da ciência psicológica. In: ZANELLA, AV., et al., org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 422 p. ISBN: 978-85-99662-87-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. 13ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: O uso dos prazeres*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014b.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: O cuidado de si*. 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014c.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. 32ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

HUNTER, I. Subjetividade e governo. In: SILVA, T.T. (org) *Pedagogia dos monstros – os prazeres e o perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JUNQUEIRA, R.D. Heteronormatividade e homofobia no currículo em ação. In: CASAGRANDE, L.S.; LUZ, N.S.; CARVALHO, M.G. (Org.) *Igualdade na Diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia*. Curitiba: Editora UTFPR, 2011.

LAGO, M.C.S. A psicanálise nas ondas dos feminismos. IN: RIAL, C; PEDRO, J.M.; AREND, S.M.F. (Org.) *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LOURO, G.L. Teoria Queer – Uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*. V.9 n.2 Florianópolis: IFCH, 2001.

LOURO, G.L. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MINAYO, M.C.S. (org) *Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade*. 23ª ed. Editora Vozes: Petrópolis, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Parecer 1.314/2001. *Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia*. 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Parecer 072/2002. *Retificação do Parecer CNE/CES de 1.314/2001 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Parecer 0062/2004. *Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia*. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Aces-sado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Resolução Nº 8, de 7 de maio de 2004. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Psicologia*. 2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Parecer 153/2007. *Consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.* 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Parecer 338/2009. *Aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.* 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Parecer CNE/CES Nº 119/2010. *Consulta sobre a recusa de Registro Profissional dos Concluintes do Curso de Psicologia da Faculdade de Americana por parte do Conselho Regional de Psicologia (SP).* Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior/Conselho Nacional de Educação-BRASIL. Resolução Nº 5. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia* 2011. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao. Acessado em 29 de outubro de 2013.

NARVAZ, M.G. *A (in)visibilidade do Gênero na Psicologia Acadêmica: onde os discursos fazem(se) política.* 2009. P. 305. Tese Doutorado em Psicologia – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NARVAZ, M.G.; KOLLER, S.H. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na psicologia acadêmica contemporânea. *Psico.v.* 38, n. 3, Porto Alegre, set/dez 2007, p. 216-223.

ORLANDI, E. Discurso e Leitura. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PATTO, M.H.S. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1990.

PÊCHEUX, M. *Análise de discurso: Michel Pêcheux*. Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 5ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PIAGET, J. O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994.

PRECIADO, B. Multidões queer: nota para uma política dos “anormais”. *Estudos Feministas*. Florianópolis. Vol. 19, n. 1. Janeiro-Abril/2011.

RAGO, M. Foucault e as artes de viver o anarco-feminismo. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (org) *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 165-175.

REVEL, J. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Paulo: Claraluz, 2005.

RIAL, C; PEDRO, J.M.; AREND, S.M.F. (Org.) *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

ROMERO, S.M. A utilização da metodologia dos grupos focais na pesquisa em psicologia. In: SCARPARO, H. (org) *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas*. 2ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 84-104.

SABAT, R. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. *Revista de estudos Feministas*. v. 9, n. 1, Florianópolis, 2001, p. 9-21.

SCARPARO, H.; GUARESCHI, N.M.F. Refletindo sobre pesquisa e produção do conhecimento. In: SCARPARO, H. (org) *Psicologia e pesquisa: perspectivas metodológicas*. 2ª Ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*. Vol. 20(2) jul/dez.1995.

SILVA, T.T. (Org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA, T.T. (org) *Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, T.T. (org) *Pedagogia dos monstros – os prazeres e o perigos da confusão de fronteiras*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SIQUEIRA, M.J.T. (A)s psicologia(s) e a categoria gênero: anotações para discussão. In ZANELLA, AV., et al.(org). *Psicologia e práticas sociais*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. pp. 251-259

SOUZA, E.R. Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar. *Cadernos pagu*. (26), janeiro-junho de 2006.

TELES, M.A.A. Caminhos transversais dos feminismo e dos movimentos sociais. In: RIAL, C; PEDRO, J.M.; AREND, S.M.F. (Org.) *Diversidades: Dimensões de gênero e sexualidade*. Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010.

UNIVERSIDA FEDERAL DO PARANÁ. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Psicologia*. Disponível em: http://www.ufpe.br/depsi/index.php?option=com_content&view=article&id=316:graduacao-em-psicologia&catid=2:curso&Itemid=244&Itemid=122. Acessado em Julho de 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE. *Projeto Político Pedagógico Psicologia*. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Pareceres%202012/CES/pa_ces_57_12.pdf. Acessado em julho de 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA. *Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos de Graduação: Psicologia Bacharelado e Psicologia Formação do Psicólogo*. Disponível em : <http://www.uel.br/prograd/?content=pp/pp.html>. Acessado em julho de 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ. *Projeto Político Pedagógico: Psicologia*. Disponível em: <http://sites.uem.br/dpi/graduacao/projeto-politico-pedagogico>. Acessado em julho de 2014.

ZANELLA, AV., *et al.*, org. *Psicologia e práticas sociais* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. 422 p. ISBN: 978-85-99662-87-8. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ANEXO I

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior - **UF:** DF

ASSUNTO: Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia **RELATOR(A):** Silke Weber (Relatora), Vilma de Mendonça Figueiredo **PROCESSO(S) Nº(S):**

PARECER Nº: CNE/CES 1.314/2001 - COLEGIADO: CES - APROVADO EM: 7/11/2001

I – RELATÓRIO

A proposta de substituição de uma tradição curricular caracterizada pela enunciação de disciplinas e conteúdos programáticos por diretrizes curriculares baseadas em competências e habilidades profissionais exige o estabelecimento de acordos acerca de um conjunto de desempenhos e habilidades sobre a identidade profissional, considerando, no entanto, uma difundida consciência de que a legislação que instituiu o currículo mínimo para os cursos de Psicologia havia cumprido seu importante papel histórico, mas precisava ser substituída face aos substanciais desenvolvimentos científicos e profissionais, acumulados ao longo das quase quatro décadas de sua vigência. Enquanto ciência ampliaram-se as categorias de questões estudadas, novas sub-áreas de investigação emergiram, sofisticaram-se e diferenciaram-se metodologias e instrumentais de pesquisa. Enquanto profissão observou-se crescente possibilidade de atuação voltada para a promoção da qualidade de vida e para a prevenção. Observou-se também uma migração para o trabalho em equipe multidisciplinar e uma expansão dos contextos de atuação. Neste mesmo período foram criadas as pósgraduações na área e surgiram associações científicas e profissionais específicas. A nova legislação teria, não só que refletir o impacto desses eventos como assegurar grau de liberdade para desenvolvimentos futuros.

As diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia foram organizadas em uma estrutura cuja seqüência e conteúdo são articulados em princípios e fundamentos, que orientam o planejamento, a implementação e a avaliação do curso de Psicologia. A estrutura prevê o curso de Psicologia, diferenciando-se em três perfis de formação: o bacharel em Psicologia, o professor de Psicologia e o psicólogo. Essa diferenciação apóia-se em um núcleo comum de formação que estabelece uma base homogênea no país e uma capacitação básica para o formando lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação. Tanto o núcleo comum como os perfis profissionalizantes foram definidos em termos de competências e habilidades. O núcleo comum concentra-se no domínio dos conhecimentos básicos e estruturantes da formação. Os perfis concentram-se na diferenciação e domínio de conhecimentos psicológicos e de áreas afins, e na capacitação para utilizá-los em diferentes contextos de atuação.

Definida a estrutura geral, estabeleceram-se limites e possibilidades para que as instituições configurem o seu projeto de curso de acordo com condições institucionais e regionais. Estabeleceu-se como obrigatória a oferta do perfil de formação do psicólogo para todos os cursos. No entanto, os cursos podem diferenciar-se em cada perfil oferecido ao fazerem escolhas quanto a ênfases, competências e habilidades específicas.

Um conjunto de princípios gerais deve nortear a formação em Psicologia, os quais remetem à necessidade de uma formação que desenvolva um forte compromisso com uma perspectiva científica e com o exercício da cidadania; que assegure rigorosa postura ética; que garanta uma visão abrangente e integrada dos processos psicológicos, permitindo uma ampliação dos impactos sociais dos serviços prestados à sociedade; e que desenvolva um profissional detentor de uma postura pró-ativa em relação ao seu contínuo processo de capacitação e aprimoramento. Esse conjunto de valores se afigura indispensável face à velocidade com que os conhecimentos científicos se ampliam e os procedimentos profissionais se diferenciam, atingindo particularmente a área da saúde da qual faz parte a Psicologia. Estes princípios são fundamentais também para coibir a banalização, a superficialidade e o anticientificismo que frequentemente caracterizam a abordagem aos processos psicológicos em importantes espaços públicos, com claros reflexos no espaço acadêmico.

A preocupação com uma sólida formação científica e com a possibilidade de o aluno vir a contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como área de conhecimento científico se concretiza, por exemplo, na definição de competências e habilidades do núcleo comum da formação, além das competências gerais para a área de saúde. Esta definição é ancorada na concepção de que a iniciação científica desenvolve uma postura crítica sobre o conhecimento disponível e uma atitude flexível ao gerar capacidade de análise e ajustamento a diferentes contextos e problemas. As competências e habilidades que configuram o perfil do psicólogo refletem a visão de prática profissional como necessariamente alicerçada em conhecimentos científicos e em uma postura de pesquisa. A formação do Bacharel em Psicologia, deve reafirmar a consciência da necessidade de se fomentar o desenvolvimento da ciência psicológica no país. A substituição de “licenciatura” por “formação do professor”, acena para a propriedade de se preparar o formando para o ensino da Psicologia nos diversos níveis, modalidades e ambientes em que esta atuação profissional possa ocorrer.

Na definição dos eixos que organizam os conhecimentos, habilidades e competências ao longo do processo de formação – daí denominados eixos estruturantes – procurou-se uma posição de equilíbrio entre as muitas dicotomias que ainda se alojam no interior da área. Os aspectos priorizados são a importância da diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas no estudo dos fenômenos psicológicos e suas múltiplas interfaces com as ciências da vida, e com as ciências humanas e sociais. Afirmar-se, outrossim, a necessidade de mecanismos integrativos e críticos, que podem ser oferecidos pelos fundamentos epistemológicos e históricos que embasam tal diversidade no interior do campo.

O domínio de técnicas e ferramentas voltadas para a ação profissional é ressaltado cuidando-se, no entanto, para não reduzir a formação ao domínio de tecnologias de intervenção. Procurou-se obter um equilíbrio entre a formação básica e a profissionalizante. O peso atribuído aos estágios profissionais indicam o valor alocado à melhoria nos padrões de serviços prestados pelo profissional de Psicologia. Foram indicadas sérias exigências para realização e reconhecimento de estágios e também apresentadas recomendações para a articulação entre os estágios e as habilidades e competências específicas.

Atendendo à concepção de formação em nível superior consagrada na LDB, define-se uma estrutura para a formação em Psicologia que garanta, simultaneamente, uma unidade configurada no núcleo comum e a possibilidade de arranjos curriculares, diversificadores das atividades profissionais em Psicologia. Essa preocupação se manifesta tanto na oferta dos perfis de formação, como na definição das ênfases curriculares previstas para a formação do psicólogo. Tais ênfases, que não podem ser entendidas como o estabelecimento de especializações prematuras, configuram oportunidades de aprofundamento de estudos que permitam ao egresso lidar com a diversidade de problemas e contextos possíveis de atuação do psicólogo, amparado por um sólido suporte científico e técnico. Abrem-se, assim, perspectivas para que cada curso possa, criativamente, acoplar suas condições institucionais às demandas da comunidade na qual se insere, concebendo uma formação que reflita, igualmente, os desenvolvimentos científicos universais e o caráter específico requerido de qualquer atuação profissional.

Espera-se assim, a formação de cidadãos capazes de atuarem dentro de padrões profissionais elevados e de participarem ativa e inovadoramente do desenvolvimento da Psicologia como área de conhecimento científico e como prática profissional no Brasil. Profissionais que, respeitando as conquistas importantes incorporadas pela Psicologia ao patrimônio cultural da humanidade, sejam capazes de olhar os desafios que o futuro coloca, atuando dentro de padrões éticos e com claro compromisso com a superação dos problemas sociais e humanos que marcam o nosso tempo.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste Curso,

devendo a formação em Psicologia estruturar-se em curso intitulado curso de Psicologia tendo como meta central a formação para a pesquisa em Psicologia, para o ensino de Psicologia, e para a atuação do psicólogo.

O Curso de Psicologia deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- c) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- d) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- e) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas;
- f) Aprimoramento e capacitação contínuas.

A identidade do Curso de Psicologia é conferida através de um *núcleo comum* de formação, diferenciando-se em *perfis*, segundo seus objetivos.

Entende-se por *perfil* de formação um conjunto amplo e articulado de competências que configuram possibilidades diferenciadas de inserção profissional do egresso: Bacharel em Psicologia, Professor de Psicologia e Psicólogo.

2. PERFIL DO FORMANDO

A. Bacharel em Psicologia

A formação do Bacharel deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, aprofundando o domínio da Psicologia enquanto campo de conhecimento científico e a iniciação na atividade de pesquisa em Psicologia.

O aprofundamento preconizado para o Bacharel exigirá o aprimoramento de competências e habilidades para, dentre outras:

- a) Analisar a Psicologia como campo de conhecimento, e os seus desafios teóricos e metodológicos contemporâneos;

- b) Formular questões de investigação científica em Psicologia;
- c) Problematizar o conhecimento científico disponível em um domínio da Psicologia, como fonte para avaliar e delimitar questões significativas de investigação;
- d) Planejar estratégias para encaminhamento das questões de investigação coerentes com pressupostos teóricos e epistemológicos;
- e) Definir e utilizar procedimentos e instrumentos para a coleta de informações;
- f) Elaborar e utilizar procedimentos apropriados de investigação para análise e tratamento de dados de diferentes natureza;
- g) Consolidar decisões relativas ao processo de investigação em projetos de pesquisa, articulando elementos conceituais, metodológicos e recursos necessários;
- h) Redigir relatório de pesquisa dentro de normas academicamente reconhecidas;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Bacharel em Psicologia.

B. Professor em Psicologia

A formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, considerando as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores em nível superior, bem como as diretrizes nacionais para a educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, e as modalidades de educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos.

A formação do Professor de Psicologia deve desenvolver as competências e habilidades de, dentre outras:

- a) Analisar o sistema educacional brasileiro, nos seus diferentes níveis e modalidades, identificando os seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar a unidade do sistema educacional em que atua ou vai atuar, nas suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica de interação entre os seus agentes sociais;
- c) Ajustar sua atividade de ensino à diversidade de contextos institucionais em que ocorrem as práticas educativas, às finalidades da educação e à população-alvo;

- d) Planejar as condições de ensino, considerando as características e necessidades dos aprendizes;
- e) Utilizar recursos de ensino apropriados aos contextos, população-alvo e finalidades da educação;
- f) Acompanhar e avaliar o processo de ensino que desenvolve.

Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Professor em Psicologia.

C. Formação do Psicólogo

A formação do Psicólogo deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, garantindo a esse profissional o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida.

A formação do Psicólogo deve desenvolver, adicionalmente, competências para, dentre outras:

- a) Analisar o campo de atuação do Psicólogo e seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- c) Atuar profissionalmente, em diferentes contextos, na promoção da saúde, do desenvolvimento e da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- d) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de intervenção, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- e) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- f) Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia.
- g) Intervir em processos grupais em diferentes contextos;
- h) Elaborar laudos, relatórios e outras comunicações profissionais;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de

inserção profissional, a formação do Psicólogo deve incluir *ênfases curriculares* de aprofundamento.

A *ênfase curricular* configura oportunidade de concentração e aprofundamento de estudos em algum domínio de atuação profissional, circunscrevendo um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos que estabelece a diferenciação a ser imprimida na formação do Psicólogo.

A formação profissional do psicólogo deve incorporar um estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas na *ênfase curricular* escolhida pelo aluno.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A) Competências Gerais:

- Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custoefetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;
- Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força

de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

- Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

B) Competências Específicas

O *núcleo comum* do Curso de Psicologia define-se por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos, organizados em torno de eixos estruturantes, estabelecendo uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

São competências básicas do formado em Psicologia:

- a) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e intervir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;
- b) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa;
- c) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a pertinência e os problemas quanto ao uso, construção e validação;
- d) Avaliar problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
- e) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;
- f) Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças de formação e de valores dos seus membros;
- g) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- h) Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
- i) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação.

As *competências básicas* devem se apoiar nas *habilidades de*:

- a) Levantar informação bibliográfica através de meios convencionais e eletrônicos;
- b) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios técnicos na área da Psicologia;
- c) Utilizar os métodos experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- d) Planejar e realizar entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- f) Analisar, descrever e interpretar manifestações verbais e corporais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- g) Utilizar recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

4. CONTEÚDOS CURRICULARES

A proposta do curso deve articular os conhecimentos em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando uma visão do processo de construção do conhecimento psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em Psicologia.
- b) *Fenômenos e processos psicológicos básicos* para o desenvolvimento de compreensão aprofundada dos fenômenos e processos psicológicos que classicamente constituem campo da Psicologia como ciência e, também, dos desenvolvimentos recentes nas diversas áreas de investigação psicológica.
- c) *Fundamentos metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível e capacitação para a produção de novos conhecimentos, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
- d) *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio técnico envolvido no uso de instrumentos de avaliação e de intervenção, quanto a competência para avaliar e adequar instrumentos a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.

- e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.
- f) *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

5. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A organização do Curso de Psicologia deve estabelecer, obrigatoriamente, a formação do Psicólogo, podendo contemplar a formação do Bacharel e do Professor de Psicologia, detalhando sua concepção e estrutura. No que concerne a formação do Psicólogo, deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará. No caso de o projeto do curso contemplar mais de um perfil de formação, deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher um ou mais dentre os perfis propostos. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de auto-avaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

O processo de formação deve incluir atividades acadêmicas que aproximem de forma sistemática e gradual, o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

O planejamento acadêmico deve assegurar o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- a) Aulas, conferências e palestras;
- b) Exercícios em laboratórios de Psicologia;
- c) Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- d) Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- e) Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- f) Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;

- g) Aplicação e avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas;
- h) Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- i) Projetos de Extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- j) Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

6. ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, obrigatórios em todos os perfis do curso e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas, podendo estruturar-se em dois níveis - básico e específico: o estágio supervisionado básico incluindo o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características do núcleo comum e o estágio supervisionado específico incluindo o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características de cada perfil.

O Estágio supervisionado para a formação do Bacharel em Psicologia deverá acentuar o treino na atividade de pesquisa, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado sejam distribuídas ao longo do curso e incluam o desenvolvimento de um projeto vinculado às pesquisas dos docentes do curso. O estágio supervisionado para a formação do Professor em Psicologia deve envolver a Prática de ensino e outras atividades que assegurem a consolidação de competências necessárias para o exercício da atividade de ensino. O estágio supervisionado para a Formação do Psicólogo deve garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas na ênfase curricular escolhida pelo aluno, dentre as oferecidas pelo curso.

As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas e avaliadas segundo parâmetros da Instituição utilizados para a avaliação das demais atividades acadêmicas, devendo ser articuladas com as demais atividades acadêmicas.

A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras entidades, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências inerentes ao exercício das atividades do graduado.

O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruentes com as competências que o curso visa a desenvolver e a demandas de atendimento psicológico da comunidade na qual está inserido, articulando-se com outros serviços existentes, internos e externos à Instituição, favorecendo o desenvolvimento de uma visão integrada e multiprofissional do atendimento prestado à comunidade.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

Diante do exposto e com base nas discussões e sistematização das sugestões apresentadas pelos diversos órgãos, entidades e Instituições à SESu/MEC e acolhida por este Conselho, voto favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia e do projeto de resolução, na forma ora apresentada.

Brasília-DF, 07 de novembro de 2001

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

Conselheiro(a) Vilma de Mendonça Figueiredo

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2001.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS PARA OS CURSOS
DE
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CES/2001, dedede 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Sr. Ministro da Educação em de de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste Curso.

Art. 3º - O Curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação para a pesquisa em Psicologia, para o ensino de Psicologia, e para a atuação do psicólogo e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- c) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- d) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- e) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas; f) Aprimoramento e capacitação contínuas.

Art. 4º - A identidade do Curso de Psicologia é conferida através de um *núcleo comum* de formação em *perfis*, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos, organizados em torno de eixos estruturantes.

Art. 5º - O Curso de Psicologia diferencia-se em perfis de Bacharel em Psicologia, do Professor de Psicologia e do Psicólogo, entendidos com um conjunto amplo e articulado de competências que configuram possibilidades diferenciadas de inserção profissional do egresso.

Art. 6º - A formação em Psicologia tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- a) Atenção à saúde: os profissionais de saúde, dentro de seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e continua com as demais instâncias do sistema de saúde. Sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo;
- b) Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- c) Comunicação: os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação;
- d) Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz;

e) Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde;

f) Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base

homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º - As *competências básicas* reportam-se a desempenhos e atuações

requeridas do formado em Psicologia. São elas:

a) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e intervir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

b) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa;

c) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a pertinência e os problemas quanto ao uso, construção e validação;

d) Avaliar problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;

e) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;

f) Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças de formação e de valores dos seus membros;

g) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;

h) Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;

- i) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação.

Art. 9º - As *competências básicas* devem se apoiar nas *habilidades de*:

- a) Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- b) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios técnicos na área da Psicologia;
- c) Utilizar os métodos experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- d) Planejar e realizar entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- f) Analisar, descrever e interpretar manifestações verbais e corporais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- g) Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10º - O núcleo comum da formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando uma visão do processo de construção do conhecimento psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em Psicologia.
- b) *Fenômenos e processos psicológicos básicos* para o desenvolvimento de compreensão aprofundada dos fenômenos e processos psicológicos que classicamente constituem campo da Psicologia como ciência e, também, dos desenvolvimentos recentes nas diversas áreas de investigação psicológica.
- c) *Fundamentos metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível e capacitação para a produção de novos conhecimentos, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
- d) *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio técnico envolvido no uso de instrumentos de avaliação e de intervenção, quanto a competência para avaliar e adequar instrumentos a

problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.

e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.

f) *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 11 - A formação do Bacharel deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, devendo aprofundar o domínio da Psicologia enquanto campo de conhecimento científico e a iniciação na atividade de pesquisa em Psicologia.

Art. 12 – O aprofundamento preconizado para o Bacharel exige o aprimoramento de competências e habilidades para:

- a) Analisar a Psicologia como campo de conhecimento, e os seus desafios teóricos e metodológicos contemporâneos;
- b) Formular questões de investigação científica em Psicologia;
- c) Problematicar o conhecimento científico disponível em um domínio da Psicologia, como fonte para avaliar e delimitar questões significativas de investigação;
- d) Planejar estratégias para encaminhamento das questões de investigação coerentes com pressupostos teóricos e epistemológicos;
- e) Definir e utilizar procedimentos e instrumentos para a coleta de informações;
- f) Elaborar e utilizar procedimentos apropriados de investigação para análise e tratamento de dados de diferentes natureza;
- g) Consolidar decisões relativas ao processo de investigação em projetos de pesquisa, articulando elementos conceituais, metodológicos e recursos necessários;
- h) Redigir relatório de pesquisa dentro de normas academicamente reconhecidas;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Parágrafo Único. A essas competências e habilidades básicas a Instituição poderá acrescentar outras, coerentes com seu projeto de curso e demais exigências legais.

Art. 13 - Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Bacharel em Psicologia.

Art. 14 - A formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, daquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação do professor da Educação Básica, em nível superior, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes.

Art. 15 - A formação do Professor de Psicologia deve desenvolver as competências e habilidades de:

- a) Analisar o sistema educacional brasileiro, nos seus diferentes níveis e modalidades, identificando os seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar a unidade do sistema educacional em que atua, nas suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica de interação entre os seus agentes sociais;
- c) Ajustar sua atividade de ensino à diversidade de contextos institucionais em que ocorrem as práticas educativas, às finalidades da educação e à população-alvo;
- d) Planejar as condições de ensino, considerando as características e necessidades dos aprendizes;
- e) Utilizar recursos de ensino apropriados aos contextos, população-alvo e finalidades da educação;
- f) Acompanhar e avaliar o processo de ensino que desenvolve.

Parágrafo Único - A essas competências e habilidades básicas a Instituição poderá acrescentar outras, coerentes com seu projeto de curso e demais exigências legais.

Art. 16 - Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Professor em Psicologia.

Art. 17 - A formação do Psicólogo deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes.

Art. 18 - A formação do Psicólogo deve garantir a esse profissional o domínio de

conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida.

Art. 19 - A formação do Psicólogo deve desenvolver, adicionalmente, competências para:

- a) Analisar o campo de atuação do Psicólogo e seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- c) Atuar profissionalmente, em diferentes contextos, na promoção da saúde, do desenvolvimento e da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- d) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de intervenção, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- e) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- f) Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia.
- g) Intervir em processos grupais em diferentes contextos;
- h) Elaborar laudos, relatórios e outras comunicações profissionais;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Parágrafo Único - A essas competências e habilidades básicas a Instituição poderá acrescentar outras, coerentes com seu projeto de curso.

Art. 20 - Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação do Psicólogo deve incluir *ênfases curriculares* de aprofundamento, configuradas como oportunidade de concentração e aprofundamento de estudos em algum domínio de atuação profissional.

Art. 21 - A formação profissional do psicólogo deve incorporar um estágio supervisionado estruturado que atinja pelo menos 10% da carga horária total do curso, para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas na *ênfase curricular* escolhida pelo aluno.

Art. 22 - A organização do Curso de Psicologia deve estabelecer, obrigatoriamente, a formação do Psicólogo.

Art. 23 - A organização do curso deverá explicitar os perfis de formação oferecidos, descrevendo detalhadamente sua concepção e estrutura.

Art. 24 - A organização do curso no perfil de formação do Psicólogo deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará.

Art. 25 - A organização do curso de Psicologia deve integrar o núcleo comum e as partes diversificadas - perfis e ênfases - operacionalizando-os no decorrer de todo o curso, de forma articulada e concomitante.

Art. 26 - O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo básico e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso, para cada perfil de formação oferecido.

Art. 27 - No caso de o projeto do curso contemplar mais de um perfil de formação, ele deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher um ou mais dentre os perfis propostos.

Art. 28 - O projeto de curso, no perfil de formação do Psicólogo, deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 29 - O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de auto-avaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 30 - As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 31 - Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 32 - O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e

de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- a) Aulas, conferências e palestras;
- b) Exercícios em laboratórios de Psicologia;
- c) Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- d) Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- e) Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- f) Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- g) Aplicação e avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas;
- h) Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- i) Projetos de Extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- j) Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 33 - Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora.

Art. 34 - Os estágios supervisionados são atividades obrigatórias em todos os perfis do curso e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Art. 35 - Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 36 - Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis - básico e específico - cada um com sua carga horária própria.

Parágrafo 1º - O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de

práticas integrativas relacionadas a competências características do núcleo comum.

Parágrafo 2º - Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características de cada perfil.

Art. 37 - As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas e avaliadas segundo parâmetros da Instituição utilizados para a avaliação das demais atividades acadêmicas.

Art. 38 - A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras entidades, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências inerentes ao exercício das atividades do graduado.

Art. 39 - O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e a demandas de atendimento psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 40 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF),dede

Arthur Roquete de Macedo
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO II

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Retificação do Parecer CNE/CES de 1.314/2001 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.		
RELATOR(A): Silke Weber		
PROCESSO(S) Nº(S): 23001.000321/2001-99		
PARECER Nº: CNE/CES 072/2002	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 20/2/2002

I – RELATÓRIO

Trata a presente de retificação do Parecer CNE/CES 1.314/2001, relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Psicologia, de 07 de novembro de 2001, tendo em vista manifestações providas de Instituições de Ensino Superior e de entidades interessadas na formação em Psicologia. São mantidos, no entanto, a estrutura e o conteúdo do Parecer original, salvo o item que concerne às competências gerais a serem desenvolvidas pelo curso de Psicologia.

A proposta de substituição de uma tradição curricular caracterizada pela enunciação de disciplinas e conteúdos programáticos por diretrizes curriculares baseadas em competências e habilidades profissionais exige o estabelecimento de acordos acerca de um conjunto de desempenhos e habilidades sobre a identidade profissional, considerando, no entanto, uma difundida consciência de que a legislação que instituiu o currículo mínimo para os cursos de Psicologia havia cumprido seu importante papel histórico, mas precisava ser substituída face aos substanciais desenvolvimentos científicos e profissionais, acumulados ao longo das quase quatro décadas de sua vigência. Enquanto ciência ampliaram-se as categorias de questões estudadas, novas sub-áreas de investigação emergiram, sofisticaram-se e diferenciaram-se metodologias e instrumentais de pesquisa. Enquanto profissão observou-se crescente possibilidade de atuação voltada para a promoção da qualidade de vida e para a prevenção. Observou-se também uma migração para o trabalho em equipe multidisciplinar e uma expansão dos contextos de atuação. Neste mesmo período foram criadas as pósgraduações na área e surgiram associações científicas e profissionais específicas. A nova legislação teria, não só que refletir o impacto desses eventos como assegurar grau de liberdade para desenvolvimentos futuros.

As diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Psicologia foram organizadas em uma estrutura cuja sequência e conteúdo são articulados em princípios e fundamentos, que orientam o planejamento, a implementação e

a avaliação do curso de Psicologia. A estrutura prevê o curso de Psicologia, diferenciando-se em três perfis de formação: o bacharel em Psicologia, o professor de Psicologia e o psicólogo. Essa diferenciação apóia-se em um núcleo comum de formação que estabelece uma base homogênea no país e uma capacitação básica para o formando lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação. Tanto o núcleo comum como os perfis profissionalizantes foram definidos em termos de competências e habilidades. O núcleo comum concentra-se no domínio dos conhecimentos básicos e estruturantes da formação. Os perfis concentram-se na diferenciação e domínio de conhecimentos psicológicos e de áreas afins, e na capacitação para utilizá-los em diferentes contextos de atuação.

Definida a estrutura geral, estabeleceram-se limites e possibilidades para que as instituições configurem o seu projeto de curso de acordo com condições institucionais e regionais. Estabeleceu-se como obrigatória a oferta do perfil de formação do psicólogo para todos os cursos. No entanto, os cursos podem diferenciar-se em cada perfil oferecido ao fazerem escolhas quanto a ênfases, competências e habilidades específicas.

Um conjunto de princípios gerais deve nortear a formação em Psicologia, os quais remetem à necessidade de uma formação que desenvolva um forte compromisso com uma perspectiva científica e com o exercício da cidadania; que assegure rigorosa postura ética; que garanta uma visão abrangente e integrada dos processos psicológicos, permitindo uma ampliação dos impactos sociais dos serviços prestados à sociedade; e que desenvolva um profissional detentor de uma postura pró-ativa em relação ao seu contínuo processo de capacitação e aprimoramento. Esse conjunto de valores se afigura indispensável face à velocidade com que os conhecimentos científicos se ampliam e os procedimentos profissionais se diferenciam, atingindo particularmente a área da saúde da qual faz parte a Psicologia. Estes princípios são fundamentais também para coibir a banalização, a superficialidade e o anticientificismo que frequentemente caracterizam a abordagem aos processos psicológicos em importantes espaços públicos, com claros reflexos no espaço acadêmico.

A preocupação com uma sólida formação científica e com a possibilidade de o aluno vir a contribuir para o desenvolvimento da Psicologia como área de conhecimento científico se concretiza, por exemplo, na definição de competências e habilidades do núcleo comum da formação, além das competências gerais para a área de saúde. Esta definição é ancorada na concepção de que a iniciação científica desenvolve uma postura crítica sobre o conhecimento disponível e uma atitude flexível ao gerar capacidade de análise e ajustamento a diferentes contextos e problemas. As competências e habilidades que configuram o perfil do psicólogo refletem a visão de prática profissional como necessariamente alicerçada em conhecimentos científicos e em uma postura de pesquisa. A formação do Bacharel em Psicologia, deve reafirmar a consciência da necessidade de se fomentar o desenvolvimento da ciência psicológica no país. A substituição de “licenciatura” por “formação do professor”, acena para a

propriedade de se preparar o formando para o ensino da Psicologia nos diversos níveis, modalidades e ambientes em que esta atuação profissional possa ocorrer.

Na definição dos eixos que organizam os conhecimentos, habilidades e competências ao longo do processo de formação – daí denominados eixos estruturantes – procurou-se uma posição de equilíbrio entre as muitas dicotomias que ainda se alojam no interior da área. Os aspectos priorizados são a importância da diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas no estudo dos fenômenos psicológicos e suas múltiplas interfaces com as ciências da vida, e com as ciências humanas e sociais. Afirma-se, outrossim, a necessidade de mecanismos integrativos e críticos, que podem ser oferecidos pelos fundamentos epistemológicos e históricos que embasam tal diversidade no interior do campo.

O domínio de técnicas e ferramentas voltadas para a ação profissional é ressaltado cuidando-se, no entanto, para não reduzir a formação ao domínio de tecnologias de intervenção. Procurou-se obter um equilíbrio entre a formação básica e a profissionalizante. O peso atribuído aos estágios profissionais indicam o valor alocado à melhoria nos padrões de serviços prestados pelo profissional de Psicologia. Foram indicadas sérias exigências para realização e reconhecimento de estágios e também apresentadas recomendações para a articulação entre os estágios e as habilidades e competências específicas.

Atendendo à concepção de formação em nível superior consagrada na LDB, define-se uma estrutura para a formação em Psicologia que garanta, simultaneamente, uma unidade configurada no núcleo comum e a possibilidade de arranjos curriculares, diversificadores das atividades profissionais em Psicologia. Essa preocupação se manifesta tanto na oferta dos perfis de formação, como na definição das ênfases curriculares previstas para a formação do psicólogo. Tais ênfases, que não podem ser entendidas como o estabelecimento de especializações prematuras, configuram oportunidades de aprofundamento de estudos que permitam ao egresso lidar com a diversidade de problemas e contextos possíveis de atuação do psicólogo, amparado por um sólido suporte científico e técnico. Abrem-se, assim, perspectivas para que cada curso possa, criativamente, acoplar suas condições institucionais às demandas da comunidade na qual se insere, concebendo uma formação que reflita, igualmente, os desenvolvimentos científicos universais e o caráter específico requerido de qualquer atuação profissional.

Espera-se assim, a formação de cidadãos capazes de atuarem dentro de padrões profissionais elevados e de participarem ativa e inovadoramente do desenvolvimento da Psicologia como área de conhecimento científico e como prática profissional no Brasil. Profissionais que, respeitando as conquistas importantes incorporadas pela Psicologia ao patrimônio cultural da humanidade, sejam capazes de olhar os desafios que o futuro coloca, atuando dentro de padrões éticos e com claro compromisso com a superação dos problemas sociais e humanos que marcam o nosso tempo.

DIRETRIZES CURRICULARES PARA OS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

1. PRINCÍPIOS GERAIS

As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste Curso, devendo a formação em Psicologia estruturar-se em curso intitulado curso de Psicologia tendo como meta central a formação para a pesquisa em Psicologia, para o ensino de Psicologia, e para a atuação do psicólogo.

O Curso de Psicologia deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- c) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- d) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- e) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas;
- f) Aprimoramento e capacitação contínuas.

A identidade do Curso de Psicologia é conferida através de um *núcleo comum* de formação, diferenciando-se em *perfis*, segundo seus objetivos.

Entende-se por *perfil* de formação um conjunto amplo e articulado de competências que configuram possibilidades diferenciadas de inserção profissional do egresso: Bacharel em Psicologia, Professor de Psicologia e Psicólogo.

2. PERFIL DO FORMANDO

A. Bacharel em Psicologia

A formação do Bacharel deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, aprofundando o domínio da Psicologia enquanto campo de conhecimento científico e a iniciação na atividade de pesquisa em Psicologia.

O aprofundamento preconizado para o Bacharel exigirá o aprimoramento de competências e habilidades para, dentre outras:

- a) Analisar a Psicologia como campo de conhecimento, e os seus desafios teóricos e metodológicos contemporâneos;
- b) Formular questões de investigação científica em Psicologia;
- c) Problematicar o conhecimento científico disponível em um domínio da Psicologia, como fonte para avaliar e delimitar questões significativas de investigação;
- d) Planejar estratégias para encaminhamento das questões de investigação coerentes com pressupostos teóricos e epistemológicos;
- e) Definir e utilizar procedimentos e instrumentos para a coleta de informações;
- f) Elaborar e utilizar procedimentos apropriados de investigação para análise e tratamento de dados de diferentes natureza;
- g) Consolidar decisões relativas ao processo de investigação em projetos de pesquisa, articulando elementos conceituais, metodológicos e recursos necessários;
- h) Redigir relatório de pesquisa dentro de normas academicamente reconhecidas;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Bacharel em Psicologia.

B. Professor em Psicologia

A formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, considerando as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores em nível superior, bem como as diretrizes nacionais para a

educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, e as modalidades de educação especial, educação profissional e educação de jovens e adultos.

A formação do Professor de Psicologia deve desenvolver as competências e habilidades de, dentre outras:

- a) Analisar o sistema educacional brasileiro, nos seus diferentes níveis e modalidades, identificando os seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar a unidade do sistema educacional em que atua ou vai atuar, nas suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica de interação entre os seus agentes sociais;
- c) Ajustar sua atividade de ensino à diversidade de contextos institucionais em que ocorrem as práticas educativas, às finalidades da educação e à população-alvo;
- d) Planejar as condições de ensino, considerando as características e necessidades dos aprendizes;
- e) Utilizar recursos de ensino apropriados aos contextos, população-alvo e finalidades da educação;
- f) Acompanhar e avaliar o processo de ensino que desenvolve.

Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Professor em Psicologia.

C. Formação do Psicólogo

A formação do Psicólogo deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, garantindo a esse profissional o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida.

A formação do Psicólogo deve desenvolver, adicionalmente, competências para, dentre outras:

- a) Analisar o campo de atuação do Psicólogo e seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- c) Atuar profissionalmente, em diferentes contextos, na promoção da saúde, do desenvolvimento e da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

- d) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de intervenção, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- e) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- f) Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia.
- g) Intervir em processos grupais em diferentes contextos;
- h) Elaborar laudos, relatórios e outras comunicações profissionais;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação do Psicólogo deve incluir *ênfases curriculares* de aprofundamento.

A *ênfase curricular* configura oportunidade de concentração e aprofundamento de estudos em algum domínio de atuação profissional, circunscrevendo um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos que estabelece a diferenciação a ser imprimida na formação do Psicólogo.

A formação profissional do psicólogo deve incorporar um estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas na *ênfase curricular* escolhida pelo aluno.

3. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

A formação em Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades:

A) Competências Gerais:

- Atenção à saúde: os profissionais, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética.
- Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- Comunicação: os profissionais devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.
- Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade.

- Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativa, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a ser empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de trabalho;
- Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

B) Competências Específicas

O *núcleo comum* do Curso de Psicologia define-se por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos, organizados em torno de eixos estruturantes, estabelecendo uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação. São competências básicas do formado em Psicologia:

- a) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e intervir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;
- b) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa;
- c) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a pertinência e os problemas quanto ao uso, construção e validação;
- d) Avaliar problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
- e) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;
- f) Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças de formação e de valores dos seus membros;
- g) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- h) Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
- i) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação.

As *competências básicas* devem se apoiar nas *habilidades de*:

- a) Levantar informação bibliográfica através de meios convencionais e eletrônicos;
- b) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios técnicos na área da Psicologia;
- c) Utilizar os métodos experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- d) Planejar e realizar entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- f) Analisar, descrever e interpretar manifestações verbais e corporais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- g) Utilizar recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

4. CONTEÚDOS CURRICULARES

A proposta do curso deve articular os conhecimentos em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando uma visão do processo de construção do conhecimento psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em Psicologia.
- b) *Fenômenos e processos psicológicos básicos* para o desenvolvimento de compreensão aprofundada dos fenômenos e processos psicológicos que classicamente constituem campo da Psicologia como ciência e, também, dos desenvolvimentos recentes nas diversas áreas de investigação psicológica.
- c) *Fundamentos metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível e capacitação para a produção de novos conhecimentos, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
- d) *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio técnico envolvido no uso de instrumentos de avaliação e de intervenção, quanto a competência para avaliar e adequar instrumentos a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.
- e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo

em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.

f) *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

5. ORGANIZAÇÃO DO CURSO

A organização do Curso de Psicologia deve estabelecer, obrigatoriamente, a formação do Psicólogo, podendo contemplar a formação do Bacharel e do Professor de Psicologia, detalhando sua concepção e estrutura. No que concerne a formação do Psicólogo, deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará. No caso de o projeto do curso contemplar mais de um perfil de formação, deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher um ou mais dentre os perfis propostos. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de auto-avaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

O processo de formação deve incluir atividades acadêmicas que aproximem de forma sistemática e gradual, o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

O planejamento acadêmico deve assegurar o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- a) Aulas, conferências e palestras;
- b) Exercícios em laboratórios de Psicologia;
- c) Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- d) Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- e) Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- f) Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- g) Aplicação e avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas;

- h) Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- i) Projetos de Extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- j) Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

6. ESTÁGIOS E ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, obrigatórios em todos os perfis do curso e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas, podendo estruturar-se em dois níveis - básico e específico: o estágio supervisionado básico incluindo o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características do núcleo comum e o estágio supervisionado específico incluindo o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características de cada perfil.

O Estágio supervisionado para a formação do Bacharel em Psicologia deverá acentuar o treino na atividade de pesquisa, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado sejam distribuídas ao longo do curso e incluam o desenvolvimento de um projeto vinculado às pesquisas dos docentes do curso. O estágio supervisionado para a formação do Professor em Psicologia deve envolver a Prática de ensino e outras atividades que assegurem a consolidação de competências necessárias para o exercício da atividade de ensino. O estágio supervisionado para a Formação do Psicólogo deve garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas na ênfase curricular escolhida pelo aluno, dentre as oferecidas pelo curso.

As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas e avaliadas segundo parâmetros da Instituição utilizados para a avaliação das demais atividades acadêmicas, devendo ser articuladas com as demais atividades acadêmicas.

A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras entidades, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências inerentes ao exercício das atividades do graduado.

O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as

funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruentes com as competências que o curso visa a desenvolver e a demandas de atendimento psicológico da comunidade na qual está inserido, articulando-se com outros serviços existentes, internos e externos à Instituição, favorecendo o desenvolvimento de uma visão integrada e multiprofissional do atendimento prestado à comunidade.

II – VOTO DO(A) RELATOR(A)

A Relatora recomenda a retificação do Parecer nos termos aqui propostos.

Diante do exposto e com base nas discussões e sistematização das sugestões apresentadas pelos diversos órgãos, entidades e Instituições à SESu/MEC e acolhida por este Conselho, voto favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia e do projeto de resolução, na forma ora apresentada.

Brasília-DF, 20 de fevereiro de 2002

Conselheiro(a) Silke Weber – Relator(a)

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 20 de fevereiro de 2002.

Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente

Conselheiro José Carlos Almeida da Silva – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

INSTITUI AS DIRETRIZES CURRICULARES
NACIONAIS PARA OS CURSOS
DE
GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “C”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CES/2001, dedede 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Sr. Ministro da Educação em de de 2001.

RESOLVE:

Art. 1º - A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2º - As Diretrizes Curriculares para o Curso de Graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste Curso.

Art. 3º - O Curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação para a pesquisa em Psicologia, para o ensino de Psicologia, e para a atuação do psicólogo e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- c) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- d) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- e) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas; f) Aprimoramento e capacitação contínuas.

Art. 4º - A identidade do Curso de Psicologia é conferida através de um *núcleo comum* de formação em *perfis*, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos, organizados em torno de eixos estruturantes.

Art. 5º - O Curso de Psicologia diferencia-se em perfis de Bacharel em Psicologia, do Professor de Psicologia e do Psicólogo, entendidos com um conjunto amplo e articulado de competências que configuram possibilidades diferenciadas de inserção profissional do egresso.

Art. 6º - A formação em Psicologia tem por objetivo dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- a) Atenção à saúde: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética.
- b) Tomada de decisões: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- c) Comunicação: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.
- d) Liderança: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade.
- e) Administração e gerenciamento: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de trabalho;
- f) Educação permanente: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º - As *competências básicas* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia. São elas:

- a) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e intervir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;
- b) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa;
- c) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a pertinência e os problemas quanto ao uso, construção e validação;
- d) Avaliar problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
- e) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional;
- f) Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças de formação e de valores dos seus membros;
- g) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- h) Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
- i) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação.

Art. 9º - As *competências básicas* devem se apoiar nas *habilidades de*:

- a) Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- b) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios técnicos na área da Psicologia;
- c) Utilizar os métodos experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- d) Planejar e realizar entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- f) Analisar, descrever e interpretar manifestações verbais e corporais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- g) Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10º - O núcleo comum da formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando uma visão do processo de construção do conhecimento psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente diferentes teorias e metodologias em Psicologia.
- b) *Fenômenos e processos psicológicos básicos* para o desenvolvimento de compreensão aprofundada dos fenômenos e processos psicológicos que classicamente constituem campo da Psicologia como ciência e, também, dos desenvolvimentos recentes nas diversas áreas de investigação psicológica.
- c) *Fundamentos metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível e capacitação para a produção de novos conhecimentos, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
- d) *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio técnico envolvido no uso de instrumentos de avaliação e de intervenção, quanto a competência para avaliar e adequar instrumentos a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.
- e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.
- f) *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 11 - A formação do Bacharel deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes, devendo aprofundar o domínio da Psicologia enquanto campo de conhecimento científico e a iniciação na atividade de pesquisa em Psicologia.

Art. 12 – O aprofundamento preconizado para o Bacharel exige o aprimoramento de competências e habilidades para:

- a) Analisar a Psicologia como campo de conhecimento, e os seus desafios teóricos e metodológicos contemporâneos;

- b) Formular questões de investigação científica em Psicologia;
- c) Problematizar o conhecimento científico disponível em um domínio da Psicologia, como fonte para avaliar e delimitar questões significativas de investigação;
- d) Planejar estratégias para encaminhamento das questões de investigação coerentes com pressupostos teóricos e epistemológicos;
- e) Definir e utilizar procedimentos e instrumentos para a coleta de informações;
- f) Elaborar e utilizar procedimentos apropriados de investigação para análise e tratamento de dados de diferentes natureza;
- g) Consolidar decisões relativas ao processo de investigação em projetos de pesquisa, articulando elementos conceituais, metodológicos e recursos necessários;
- h) Redigir relatório de pesquisa dentro de normas academicamente reconhecidas;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Parágrafo Único. A essas competências e habilidades básicas a Instituição poderá acrescentar outras, coerentes com seu projeto de curso e demais exigências legais.

Art. 13 - Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Bacharel em Psicologia.

Art. 14 - A formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia, daquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação do professor da Educação Básica, em nível superior, e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes.

Art. 15 - A formação do Professor de Psicologia deve desenvolver as competências e habilidades de:

- a) Analisar o sistema educacional brasileiro, nos seus diferentes níveis e modalidades, identificando os seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar a unidade do sistema educacional em que atua, nas suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica de interação entre os seus agentes sociais;
- c) Ajustar sua atividade de ensino à diversidade de contextos institucionais em que ocorrem as práticas educativas, às finalidades da educação e à população-alvo;

- d) Planejar as condições de ensino, considerando as características e necessidades dos aprendizes;
- e) Utilizar recursos de ensino apropriados aos contextos, população-alvo e finalidades da educação;
- f) Acompanhar e avaliar o processo de ensino que desenvolve.

Parágrafo Único - A essas competências e habilidades básicas a Instituição poderá acrescentar outras, coerentes com seu projeto de curso e demais exigências legais.

Art. 16 - Um Estágio Supervisionado deverá integrar o conjunto de atividades específicas da formação do Professor em Psicologia.

Art. 17 - A formação do Psicólogo deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no *núcleo comum* do Curso de Psicologia e o domínio dos conhecimentos articulados em torno dos eixos estruturantes.

Art. 18 - A formação do Psicólogo deve garantir a esse profissional o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida.

Art. 19 - A formação do Psicólogo deve desenvolver, adicionalmente, competências para:

- a) Analisar o campo de atuação do Psicólogo e seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- c) Atuar profissionalmente, em diferentes contextos, na promoção da saúde, do desenvolvimento e da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- d) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de intervenção, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- e) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- f) Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia.
- g) Intervir em processos grupais em diferentes contextos;

- h) Elaborar laudos, relatórios e outras comunicações profissionais;
- i) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

Parágrafo Único - A essas competências e habilidades básicas a Instituição poderá acrescentar outras, coerentes com seu projeto de curso.

Art. 20 - Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação do Psicólogo deve incluir *ênfases curriculares* de aprofundamento, configuradas como oportunidade de concentração e aprofundamento de estudos em algum domínio de atuação profissional.

Art. 21 - A formação profissional do psicólogo deve incorporar um estágio supervisionado estruturado que atinja pelo menos 10% da carga horária total do curso, para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas na *ênfase curricular* escolhida pelo aluno.

Art. 22 - A organização do Curso de Psicologia deve estabelecer, obrigatoriamente, a formação do Psicólogo.

Art. 23 - A organização do curso deverá explicitar os perfis de formação oferecidos, descrevendo detalhadamente sua concepção e estrutura.

Art. 24 - A organização do curso no perfil de formação do Psicólogo deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará.

Art. 25 - A organização do curso de Psicologia deve integrar o núcleo comum e as partes diversificadas - perfis e ênfases - operacionalizando-os no decorrer de todo o curso, de forma articulada e concomitante.

Art. 26 - O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo básico e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso, para cada perfil de formação oferecido.

Art. 27 - No caso de o projeto do curso contemplar mais de um perfil de formação, ele deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher um ou mais dentre os perfis propostos.

Art 28 - O projeto de curso, no perfil de formação do Psicólogo, deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 29 - O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de auto-avaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 30 - As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 31 - Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 32 - O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- a) Aulas, conferências e palestras;
- b) Exercícios em laboratórios de Psicologia;
- c) Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- d) Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- e) Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- f) Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- g) Aplicação e avaliação de instrumentos e técnicas psicológicas;
- h) Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- i) Projetos de Extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- j) Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade

variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 33 - Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora.

Art. 34 - Os estágios supervisionados são atividades obrigatórias em todos os perfis do curso e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Art. 35 - Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 36 - Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis - básico e específico - cada um com sua carga horária própria.

Parágrafo 1º - O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características do núcleo comum.

Parágrafo 2º - Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas relacionadas a competências características de cada perfil.

Art. 37 - As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas e avaliadas segundo parâmetros da Instituição utilizados para a avaliação das demais atividades acadêmicas.

Art. 38 - A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras entidades, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências inerentes ao exercício das atividades do graduado.

Art. 39 - O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e a demandas de atendimento psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 40 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília(DF),dede

Arthur Roquete de Macedo
Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO III

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 12/4/2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia		
CONSELHEIROS: Marília Ancona-Lopez (relatora) e Éfrem de Aguiar Maranhão		
PROCESSO N.º: 23001.000321/2001-99		
PARECER N.º: CNE/CES 0062/2004	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 19/2/2004

I – RELATÓRIO

A Comissão de Especialistas de Ensino da Psicologia apresentou ao MEC, em dezembro de 1999, o projeto das Diretrizes Curriculares para o curso de Psicologia. O projeto foi encaminhado para apreciação do CNE que elaborou o Parecer CNE/CES 1.314/2001. Com base nas discussões e sistematização das sugestões apresentadas por diversos órgãos, entidades e instituições à SESu/MEC e acolhidas pela comissão que discutia as diretrizes curriculares do curso de Psicologia no CNE, composta pelos professores Éfrem de Aguiar Maranhão, Silke Weber e Yugo Okida, a relatora, conselheira Silke Weber, retificou o Parecer 1314/2001, o que resultou no Parecer CNE/CES 072/2002, que foi aprovado em 20 de fevereiro de 2002 e encaminhado para homologação. No entanto, em 3 de julho de 2002, o Secretário da SESu devolveu o parecer ao CNE, atendendo à ordem do Sr. Ministro da Educação.

Considerando mudanças ocorridas na composição do CNE, foi montada uma nova comissão para discussão das Diretrizes Curriculares do curso de Psicologia, inicialmente composta pelos conselheiros Éfrem de Aguiar Maranhão, Marília Ancona-Lopez e Tereza Roserley Neubauer, sendo que esta última conselheira desligou-se da comissão, por acúmulo de trabalho, em dezembro de 2003.

A fim de esclarecer o posicionamento dos diferentes segmentos da área, no que diz respeito às diretrizes propostas para homologação, a comissão decidiu pela realização de nova audiência pública, que teve lugar em dezembro de 2003. Dessa audiência participaram as entidades representativas da área da Psicologia no país.

As discussões e colocações que ocorreram na audiência pública evidenciaram o agrupamento das entidades em dois grupos distintos, divergindo, principalmente, no que se refere à proposta de diferentes terminalidades ou perfis, para o curso de Psicologia, presentes nos Pareceres 1314/2001 e 072/2002. Estes pareceres propunham três terminalidades para o curso de Psicologia – Bacharelado, Licenciatura e Formação de Psicólogo, a primeira voltada para a formação centrada em preparo para a pesquisa, a segunda voltada à formação de professores e a terceira dirigida à formação profissional, cabendo a cada instituição decidir se ofereceria, ou não, as duas primeiras terminalidades, já que a Formação de Psicólogos era obrigatória.

O grupo de entidades que discordou dos pareceres citados relatou vários movimentos anteriores ocorridos na área nos quais as diretrizes curriculares foram amplamente debatidas e que apontaram para a escolha de uma terminalidade única, oferecendo uma formação do psicólogo abrangente e pluralista, fundamentada em pilares epistemológicos e teóricos com vistas a consolidação de práticas profissionais comprometidas com a realidade sócio-cultural. Vale lembrar que a necessidade de tal fundamentação já estava presente nas Diretrizes discutidas nos Pareceres 1314/2001 e 072/2002. Este grupo acentuou, outrossim, a necessidade de considerar os princípios norteadores para a formação do psicólogo resultantes dos debates citados e integrados no documento “Projeto de Resolução – Diretrizes Curriculares” apresentado pelo Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia e anexado a este processo por ocasião da audiência pública de dezembro de 2003.

O encaminhamento sugerido pela Comissão, na Câmara de Educação Superior por ocasião da audiência, foi de que os dois grupos que apresentaram diferentes propostas para as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia estabelecessem interlocução na busca da elaboração de um documento comum, superando as dissensões. Foi estabelecido um prazo para as negociações intra-área. Nesse gesto, a Comissão da Câmara de Educação Superior reconheceu o trabalho intenso desenvolvido pelas Comissões de Especialistas que se dedicaram à elaboração das diretrizes, assim como as reflexões e elaborações resultantes do envolvimento das entidades e órgãos da área da Psicologia que se empenharam na discussão da formação do psicólogo. A comissão, enfim, valorizou a participação dos diferentes segmentos da área, apostando na possibilidade dos representantes dos grupos estabelecerem diálogo e ultrapassarem embates de diferentes ordens.

De fato, representantes dos dois agrupamentos se encontraram em São Paulo, em fevereiro de 2004, e encaminharam à comissão um documento consensual que, respeitando grande parte dos documentos anteriores, supera as principais divergências até agora apontadas. Esse documento constitui a referência de base para a elaboração deste Parecer e do Projeto de Resolução anexo.

A proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia aqui apresentada contempla uma formação ampla do psicólogo, respeitando a multiplicidade de suas concepções teóricas e metodológicas, originadas em diferentes paradigmas e modos distintos de compreender a ciência, assim como a diversidade de suas práticas e contextos de atuação.

Considerando a complexidade do campo, as diretrizes definem eixos estruturantes ao redor dos quais os cursos de Psicologia devem se articular. Tais eixos têm por finalidade garantir a congruência dos cursos que devem explicitar seus pressupostos e fundamentos epistemológicos e históricos, teórico-metodológicos, de procedimentos, interfaces e práticas, além de assegurar a assimilação de conhecimentos já sedimentados no campo da Psicologia.

A identidade do curso de Psicologia no país, por sua vez, é garantida por um núcleo comum que assegura uma base homogênea para a formação e para a capacitação para aprender e lidar com os conhecimentos da área.

O núcleo comum é definido por um conjunto de competências básicas que se reportam a desempenhos e atuações iniciais requeridas do formando em Psicologia e visam garantir ao profissional o domínio de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e intervenção em processos psicológicos.

As diretrizes pretendem que o núcleo comum prepare o aluno para analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos, analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, planejar e intervir de forma coerente com referenciais teóricos, formular questões de investigação científica vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa, com conseqüente seleção e utilização de instrumentos e procedimentos de coletas de dados.

Pretendem, ainda, que o psicólogo formado seja capaz de diagnosticar, avaliar e atuar em problemas humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, coordenar e manejar processos grupais, atuar inter e multiprofissionalmente, realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia, levantando questões teóricas e de pesquisa e gerando conhecimentos a partir de sua prática profissional. O psicólogo deve, outrossim, ser capaz de elaborar relatos científicos, pareceres e laudos técnicos, apresentar trabalhos e discutir idéias em público.

As diretrizes elencam o conjunto de habilidades a serem desenvolvidas pelo curso e as competências nas quais se apóiam.

Considerando a diversidade das orientações teórico-metodológicas, das práticas e contextos de inserção profissional, as diretrizes propõem que a formação em Psicologia se diferencie em ênfases curriculares, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Dessa forma, cada instituição poderá organizar em seu curso sub-conjuntos de competências e habilidades articuladas ao redor de seus eixos estruturantes, definindo domínios da Psicologia que concentrarão atividades, estudos e estágios. Entre esses domínios coloca-se, como possibilidade de escolha institucional, a ênfase em processos de investigação científica que permitirá a concentração em habilidades e competências de pesquisa, capacitando o formando para conceber, conduzir e relatar investigações científicas de diferentes naturezas. Outras possibilidades de ênfases sugeridas pelas diretrizes abordam processos educativos, de gestão, prevenção e promoção da saúde, processos clínicos de avaliação, aconselhamento e psicoterapias. Salienta-se, no entanto, que cada curso poderá definir e criar outras ênfases atendendo a abrangência da área e as inúmeras possibilidades de avanço do conhecimento e ação psicológicos.

As diretrizes salientam que as ênfases devem ser suficientemente abrangentes para não constituírem especializações mas assegurar o respeito às singularidades institucionais, às vocações específicas e aos contextos regionais, atendendo à abertura proposta pela nova LDB.

Dessa forma, as diretrizes consideram as inúmeras possibilidades de desenvolvimento das teorias e técnicas psicológicas, recursos e estratégias de ação. Valorizam as ações multidisciplinares, a exploração das interfaces com outras áreas e profissões e levam em conta a expansão da atuação profissional para novos contextos. Além disso, acentuam a dimensão social e ética da profissão e o respeito aos diferentes fenômenos pessoais, grupais e culturais.

Sempre garantindo uma formação abrangente e pluralista, cada curso estará oferecendo em seu núcleo comum um conhecimento amplo da Psicologia e deverá possibilitar ao aluno, pelo menos, duas ênfases curriculares.

As diretrizes curriculares contemplam, também, a formação de professores, que se dará em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no País e que deve contemplar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no núcleo comum do Curso de Psicologia e aquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação do professor da Educação Básica, em nível superior.

No que diz respeito à organização do curso de Psicologia, o núcleo comum e as ênfases não deverão constituir momentos estanques do processo de formação

mas, compreendendo a aprendizagem como processo, as atividades práticas e os estágios devem se distribuir ao longo de todo o curso.

O planejamento acadêmico precisa assegurar, outrossim, em termos de carga horária e planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades individuais e de equipe que incluam diferentes formas de aulas, conferências, palestras, exercícios, projetos, visitas, e outras ações pedagógicas.

As diretrizes, ainda, falam da organização dos estágios que serão supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, assegurando a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Os estágios visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais. Eles devem se estruturar em dois níveis – básico e específico – cada um com sua carga horária própria.

O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento integrado das competências e habilidades previstas no núcleo comum. Os estágios específicos incluirão o desenvolvimento integrado das competências e habilidades que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso. Os estágios básico e específico deverão perfazer pelo menos 15% da carga horária total do curso.

No que diz respeito aos estágios, ainda, as instituições poderão reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

O projeto de curso deverá, também, prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

As diretrizes prevêm, além disso, processos de auto-avaliação que deverão resultar em melhorias constantes do curso.

Acreditamos que as diretrizes aqui propostas respeitam o documento resultante da Comissão de Especialistas em Psicologia, o documento oferecido pelo Fórum de Entidades Nacionais de Psicologia e o documento consensual finalmente elaborado pelos dois grupos que formalizaram suas propostas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia, aqui apresentadas, definem a identidade de um núcleo comum que garante a homogeneidade do curso no país, prevêm procedimentos que asseguram a qualidade e a coerência interna dos projetos pedagógicos e propõem mecanismos que asseguram a criação de cursos suficientemente diversificados

para atender aos vários pressupostos, teorias, métodos de investigação, técnicas, estratégias e possibilidades de ação que compõem a área.

Espera-se, dessa forma, formar um profissional competente que, atuando eticamente, seja capaz de colaborar de forma criativa para o desenvolvimento da sociedade na qual está inserido.

II – VOTO DA RELATORA

Voto favoravelmente à aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, na forma deste Parecer e do Projeto de Resolução em anexo, do qual é parte integrante.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2004

Conselheira Marília Ancona-Lopez – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto do(a) Relator(a).
Sala das Sessões, em 19 de fevereiro de 2004.

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão – Presidente

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os
Cursos de graduação em Psicologia

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CES 1.314, de 7 de novembro de 2001, retificado pelo CNE/CES 72, de 19 de fevereiro de 2002, em adendo ao CNE/CES , de de 2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em de 2004, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os

cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia

constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do Psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia.
- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais.
- c) Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico.
- d) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão.
- e) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades.
- f) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia.
- g) Aprimoramento e capacitação contínuos.

Art. 4º A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos

conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- a) *Atenção à saúde*: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética.

- b) *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- c) *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral.
- d) *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade.
- e) *Administração e gerenciamento*: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;
- f) *Educação permanente*: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º - A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia.
- b) *Fundamentos teórico-metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia.
- c) *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção, quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional.
- d) *Fenômenos e processos psicológicos*, que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente.
- e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais,

assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos.

- f) *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 6º A identidade do curso de Psicologia no país é conferida através de um *núcleo comum* de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos.

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida. São elas:

- a) Analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos.
- b) Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais.
- c) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo.
- d) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa.
- e) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência.
- f) Avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos.
- g) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações.
- h) Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros.
- i) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar.

- j) Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional.
- k) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara.
- l) Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;
- m) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação.
- n) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público.
- o) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

Art. 9º - As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

- a) Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos.
- b) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia.
- c) Utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica.
- d) Planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos.
- e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais.
- f) Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos.
- g) Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos

de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em *ênfases curriculares*, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Art. 11. A organização do curso de Psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases

curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura.

§ 1º A definição das ênfases curriculares, no projeto do curso, envolverá um

subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e ou potenciais, e com a vocação e condições da instituição.

§ 2º A partir das competências e habilidades definidas, o projeto de curso deverá especificar conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

§ 3º A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem possibilidade de escolha por parte do aluno.

§ 4º O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no país podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que no projeto de curso as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo.

§ 1º O subconjunto de competências definido como escopo de cada ênfase deverá ser suficientemente abrangente para não configurar uma especialização em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. São possibilidades de ênfases, entre outras, para o curso de Psicologia:

- a) *Psicologia e processos de investigação científica* que consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas.
- b) *Psicologia e processos educativos* que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas.
- c) *Psicologia e processos de gestão* que abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, planejamento e uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os

processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições.

- d) *Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde* que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas a capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas.
- e) *Psicologia e processos clínicos* que envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos.
- f) *Psicologia e processos de avaliação diagnóstica* que implica na concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

§ 2º. As definições gerais das ênfases propostas no projeto de curso devem ser

acompanhadas pelo detalhamento das competências e pelo conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento pelo formando.

§ 3º. As ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o

desenvolvimento das *competências específicas* previstas.

Art. 13º - A formação do professor de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico

complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no país.

§ 1º. O projeto pedagógico para a formação do Professor de Psicologia deve propiciar

o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no núcleo comum do curso de Psicologia e daquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação do professor da Educação Básica, em nível superior.

Art. 14 - A organização do curso de Psicologia deve, de forma articulada, garantir o

desenvolvimento das competências do núcleo comum, seguido das competências das partes diversificadas - ênfases - sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação.

Art. 15 - O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo comum e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso.

Art. 16 - O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de auto-avaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 17 - As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 18 - Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 19 - O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- a) Aulas, conferências e palestras.
- b) Exercícios em laboratórios de Psicologia.
- c) Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos.
- d) Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso.
- e) Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- f) Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes.
- g) Aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos.
- h) Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia.
- i) Projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição.

- j) Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 20 - Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Art. 21 - Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 22 - Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis - básico e específico - cada um com sua carga horária própria.

§ 1º - O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

§ 2º - Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3º - Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos 15% da carga horária total do curso.

Art. 23 - As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Art. 24 - A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 25 - O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia

com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e a demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 26 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselheiro Éfrem de Aguiar Maranhão

Presidente da Câmara de Educação Superior

ANEXO IV

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR RESOLUÇÃO Nº 8, DE 7 DE MAIO DE 2004. (*)

(**)

Institui as Diretrizes Curriculares
Nacionais para os cursos de graduação
em Psicologia.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos Pareceres CNE/CES 1.314, de 7 de novembro de 2001, retificado pelo CNE/CES 72, de 19 de fevereiro de 2002, em adendo ao CNE/CES 62, de 19, de fevereiro de 2004, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 12 de abril de 2004, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do Psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- a) Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- b) Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- c) Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;
- d) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- e) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- f) Respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;
- g) Aprimoramento e capacitação contínuos.

Art. 4º A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- a) *Atenção à saúde*: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

(*) CNE/CES Resolução 8/2004 Diário Oficial da União, Brasília, 18 de maio de 2004, Seção 1, p. 16 (**) Revogada pela Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011.

- b) *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- c) *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;
- d) *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem estar da comunidade;
- e) *Administração e gerenciamento*: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;
- f) *Educação permanente*: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;
- b) *Fundamentos teórico-metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;
- c) *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção, quanto a competência para selecioná-los,

avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

- d) *Fenômenos e processos psicológicos*, que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;
- e) *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;
- f) *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 6º A identidade do curso de Psicologia no país é conferida através de um *núcleo comum* de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos.

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional um domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais, e na promoção da qualidade de vida. São elas:

- a) Analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;
- b) Analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;
- c) Identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;
- d) Identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta, e análise de dados em projetos de pesquisa;
- e) Escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;
- f) Avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
- g) Realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- h) Coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e sócio-culturais dos seus membros;

- i) Atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
 - j) Relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
 - k) Atuar profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
 - l) Realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;
 - m) Elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
 - n) Apresentar trabalhos e discutir idéias em público;
 - o) Saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.
- Art. 9º As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

- a) Levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- b) Ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;
- c) Utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- d) Planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- e) Analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- f) Descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- g) Utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em *ênfases curriculares*, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Art. 11. A organização do curso de Psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura.

§ 1º. A definição das ênfases curriculares, no projeto do curso, envolverá um subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e ou potenciais, e com a vocação e condições da instituição.

§ 2º A partir das competências e habilidades definidas, o projeto de curso deverá especificar conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

§ 3º A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem possibilidade de escolha por parte do aluno.

4º O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no país podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que no projeto de curso as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo.

§ 1º O subconjunto de competências definido como escopo de cada ênfase deverá ser suficientemente abrangente para não configurar uma especialização em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. São possibilidades de ênfases, entre outras, para o curso de Psicologia:

- a) *Psicologia e processos de investigação científica* que consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas;
- b) *Psicologia e processos educativos* que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas;
- c) *Psicologia e processos de gestão* que abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, planejamento e uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições;
- d) *Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde* que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas a capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas;
- e) *Psicologia e processos clínicos* que envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos

psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos;

- f) *Psicologia e processos de avaliação diagnóstica* que implica na concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

§ 2º As definições gerais das ênfases propostas no projeto de curso devem ser acompanhadas pelo detalhamento das competências e pelo conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento pelo formando.

§ 3º As ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas.

Art. 13º - A formação do professor de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no país.

§ 1º O projeto pedagógico para a formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no núcleo comum do curso de Psicologia e daquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para a formação do professor da Educação Básica, em nível superior.

Art. 14. A organização do curso de Psicologia deve, de forma articulada, garantir o desenvolvimento das competências do núcleo comum, seguido das competências das partes diversificadas - ênfases - sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação.

Art. 15. O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo comum e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso.

Art. 16. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de auto-avaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 17. As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 18. Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 19. O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- a) Aulas, conferências e palestras;

- b) Exercícios em laboratórios de Psicologia;
- c) Observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- d) Projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- e) Práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- f) Consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- g) Aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos;
- h) Visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- i) Projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- j) Práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 20. Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis - básico e específico - cada um com sua carga horária própria.

§ 1º O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

§ 2º Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3º Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos 15% da carga horária total do curso.

Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 25. O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e a demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Conselheiro Edson de Oliveira Nunes
Presidente da Câmara de Educação
Superior

ANEXO V

PARECER HOMOLOGADO(*)

(*) Despacho do Ministro, publicado no Diário Oficial da União de 26/09/2007

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Ministério da Justiça/Secretaria de Reforma do Judiciário e outros		UF: DF
ASSUNTO: Consulta referente à Resolução CNE/CES nº 8/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.		
RELATORA: Marília Ancona-Lopez		
PROCESSO Nº: 23001.000146/2006-44		
PARECER CNE/CES Nº: 153/2007	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 8/8/2007

I – RELATÓRIO

A Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Juizados Especiais e o Conselho Federal de Psicologia encaminharam ao Conselho Nacional de Educação o Ofício nº 143/2006 expondo o que segue.

Considerando que os Juizados Especiais vêm demonstrando, cada vez mais, seu enfoque multidisciplinar;

Considerando que vários profissionais e acadêmicos da área de psicologia estão atuando junto aos Juizados Especiais, cumprindo função de grande relevância para o desempenho dos objetivos desses órgãos jurisdicionais;

Considerando que a Resolução CNE/CES nº 9, de 29 de setembro de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, reconhece a validade do estágio jurídico supervisionado junto aos Juizados Especiais, por meio de convênio da Instituição de Ensino Superior com o Poder Judiciário;

Considerando que a Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelece que a Instituição de Ensino Superior poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno de psicologia para fins de estágio supervisionado obrigatório;

Considerando, por fim, que o reconhecimento do estágio supervisionado dos acadêmicos de psicologia junto aos Juizados Especiais configura um estímulo de grande importância para a atuação dos alunos junto aos referidos órgãos jurisdicionais, formula-se a seguinte consulta:

1 – O estágio supervisionado dos alunos de psicologia junto aos Juizados Especiais pode ser reconhecido para os fins previstos na resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004?

2 – *Caso afirmativa a indagação anterior, quais os requisitos para o reconhecimento pelas Instituições de Ensino Superior do estágio supervisionado junto aos Juizados Especiais?*

PROCESSO Nº: 23001.000146/2006-44

A resposta a esta consulta encontra-se nos seguintes artigos da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004:

Art. 20. Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

(...)

Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Documento publicado no site da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia –

ABEP (agosto/2007), visando uma construção coletiva de acordos sobre a aplicação das Diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia no País, esclarece, ainda, que os estágios estarão sempre sob a responsabilidade técnica de um psicólogo. Isto é, a prática realizada pelos alunos terá sempre como responsável último um docente ou profissional (...) a expressão ‘diretamente supervisionados’ constante nas Diretrizes refere-se ao fato de que estes, como constituintes do projeto de formação, são de responsabilidade direta do curso, implicando a exigência de que os supervisores sejam docentes também vinculados diretamente à IES.

Em função destes documentos, é possível responder às duas perguntas formuladas na consulta, nos seguintes termos:

1. O estágio supervisionado dos alunos de Psicologia junto aos Juizados Especiais pode ser reconhecido para os fins previstos na Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004?

Resposta: O estágio supervisionado junto aos Juizados Especiais, ou outras instituições, pode ser reconhecido como estágio curricular de cursos de Psicologia devidamente autorizados pelo MEC, desde que esteja consonante com o Projeto Pedagógico do curso de Psicologia da Instituição de Ensino Superior que o reconhece e atenda às demais exigências promulgadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia.

2. Caso afirmativa a indagação anterior, quais os requisitos para o reconhecimento pelas Instituições de Ensino Superior do estágio supervisionado junto aos Juizados Especiais?

Resposta: Os requisitos são definidos pelas próprias IES, observada a legislação vigente.

2

PROCESSO Nº: 23001.000146/2006-44

II – VOTO DA RELATORA

O estágio supervisionado junto a outras instituições pode ser reconhecido como estágio curricular de cursos de Psicologia devidamente autorizados pelo MEC, desde que esteja consonante com o Projeto Pedagógico do curso de Psicologia da Instituição que o reconhece e atenda às demais exigências promulgadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Psicologia. Os requisitos são definidos pelas próprias IES, observada a legislação vigente.

Brasília (DF), 8 de agosto de 2007.

Conselheira Marília Ancona-Lopez – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova por unanimidade o voto da Relatora. Sala das Sessões, em 8 de agosto de 2007.

Conselheiro Antônio Carlos Caruso Ronca – Presidente

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Vice-Presidente

3

ANEXO VI

PARECER HOMOLOGADO

Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 7/2/2011, Seção 1, Pág. 13.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior		UF: DF
ASSUNTO: Aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.		
COMISSÃO: Antonio Carlos Caruso Ronca (Presidente) e Marília Ancona-Lopez (Relatora)		
PROCESSO Nº: 23001.000321/2001-99		
PARECER CNE/CES Nº: 338/2009	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 12/11/2009

I – RELATÓRIO

O presente parecer aprecia a Indicação CNE/CES nº 2/2007, que propõe a alteração do art. 13 da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia.

Para apresentar estudo sobre o assunto objeto da referida Indicação, foi designada, pela Portaria CNE/CES nº 3, de 28 de junho de 2007, Comissão composta pelos Conselheiros Antonio Carlos Caruso Ronca (Presidente) e Marília Ancona-Lopez (Relatora).

A formação do Professor de Psicologia, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições e outros, estava prevista no art. 13 das Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia no País, como segue:

(...) dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no país.

§ 1º O projeto pedagógico para a formação do Professor de Psicologia deve propiciar o desenvolvimento das competências e habilidades básicas constantes no núcleo comum do curso de Psicologia e daquelas previstas nas Diretrizes Nacionais para formação do professor da Educação Básica, em nível superior.

Essa redação do art. 13, por não definir com clareza a questão da formação de professores de Psicologia, exigiu revisão, resultando no presente Parecer.

Atendendo às Diretrizes, o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia deve constituir um currículo integrado aos cursos de Psicologia, fundamentado nos pilares da Psicologia e da Educação,

formando o aluno para uma prática profissional diferenciada, sintonizada com as necessidades sociais. O projeto deve incorporar, em seu contexto, a Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; a Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior; e a Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Deve respeitar, especialmente, os artigos 62 e 65 da LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que dispõem:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

(...)

Art. 65. A formação docente, exceto para a educação superior, incluirá prática de ensino de, no mínimo, trezentas horas.

A formação do professor de Psicologia é entendida como o preparo para uma prática pedagógica, social, histórica e política, de relevante função social. Ela implica a construção de valores e saberes necessários ao pleno exercício ético da profissão de professor, considerando as políticas educativas, os sistemas de educação e as instituições educacionais e tendo como perspectiva refletir sobre as relações sociopolíticas e pedagógicas visando à melhoria das condições de vida e de trabalho nos ambientes educacionais.

O projeto para a formação do professor de Psicologia precisa desenvolver-se de forma contextualizada com os problemas da realidade social e educacional do País, levando o aluno a compreendê-las, refletir sobre elas, questioná-las e buscar respostas inovadoras. Nessa direção, o aprofundamento das discussões sobre a política educacional brasileira visa qualificar o psicólogo, técnica e politicamente, para melhor compreender a complexidade do sistema educativo, visando ao aperfeiçoamento da atuação profissional na área da Educação, na perspectiva da inclusão social.

É necessário contemplar a dimensão institucional da educação escolar, o que significa trabalhar a partir de propostas de coletivização das práticas, envolvendo os diversos setores e protagonistas da escola, em articulação com as demais instâncias sociais.

A ação do professor implica, ainda, a responsabilidade pelo planejamento e pela organização das situações de aprendizagem, por meio da sistematização de processos dialógicos, da resolução de problemas e de propostas interdisciplinares. No que diz respeito à relação professor-aluno, cabe ao primeiro transpor, de forma didática, o conhecimento cientificamente produzido para o âmbito do ensino, conferindo-lhe o *status* do saber escolar.

Esse processo requer a capacidade de recortar do conhecimento disponível o que é pertinente para a situação de ensino, de organizar e sistematizar o conhecimento, valendo-se de diferentes linguagens, usá-lo de modo adequado à

situação de ensino-aprendizagem, planejar formas de oferecê-lo ao aluno e avaliar todo o processo, considerando a dimensão psicológica implícita ou explícita nas propostas de formação, respaldada nos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade.

A formação de professores de Psicologia deve integrar, portanto, a formação específica na área da Psicologia e a pedagógica, instrumentalizando o discente para a formação de seus futuros alunos. A articulação teoria e prática é inerente a essa formação, uma vez que é na prática que as teorias apresentam suas incompletudes. A reflexão sobre a prática questiona a teoria e provoca o seu contínuo desenvolvimento e a busca de novas práticas integradoras e inclusivas.

- **Objetivos**

O Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:

- complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;
- possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;
- formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

- **Eixos Estruturantes**

A formação do professor de Psicologia exige que a proposta complementar ao curso articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- **Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais** – prepara o formando para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;
- **Psicologia e Instituições Educacionais** – prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições, em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político-pedagógicos autônomos e emancipatórios;
- **Filosofia, Psicologia e Educação** – proporciona ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;
- **Disciplinaridade e interdisciplinaridade** – possibilita ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas

possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada.

- **Conteúdos Curriculares**

A Formação do Professor de Psicologia deve oferecer conteúdos que:

- destaquem e promovam uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;
- articulem e utilizem conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor;
- considerem as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;
- promovam o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;
- estimulem a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino.

- **Prática de Ensino**

A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade. As atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do país, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

- **Carga Horária**

A carga horária do curso de Psicologia devem ser somadas 800 (oitocentas) horas vinculadas à prática específica para a Formação do Professor. Essas horas serão assim distribuídas:

- Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;
- Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

- **Formação de Professores de Psicologia**

As atividades referentes à Formação do Professor, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao Curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização.

- **Apostilamento**

Os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar terão apostilada, em seus diplomas de Psicólogo, a Licenciatura.

- **Consideração final**

Considerando que a alteração do art. 13 possibilita uma reorganização considerável nos currículos dos cursos de Pedagogia vigentes, a Comissão considera pertinente reeditar as Diretrizes Curriculares para os cursos de Psicologia no País, em sua íntegra, com a alteração do mencionado artigo, conforme proposto neste Parecer, com a consequente revogação da Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004.

Registre-se, ainda, que a Comissão Bicameral de Formação de Professores para a Educação Básica aprovou, por unanimidade, o presente Parecer e respectivo Projeto de Resolução.

II – VOTO DA COMISSÃO

Em face do exposto, os Relatores submetem à aprovação da Câmara de Educação Superior do CNE o Projeto de Resolução anexo a este Parecer, que reformula as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2009.

Conselheiro Antonio Carlos Caruso Ronca – Presidente

Conselheira Marília Ancona-Lopez – Relatora

III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto da Comissão. Sala das Sessões, em 12 de novembro de 2009.

Conselheiro Paulo Monteiro Vieira Braga Barone – Presidente

Conselheiro Mario Portugal Pederneiras – Vice-Presidente

PROJETO DE RESOLUÇÃO

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 62 e 65 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Resoluções CNE/CP nºs 1, de 18 de fevereiro de 2002, e 2, de 19 de fevereiro de 2002, e na Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, com fundamento nos Pareceres CNE/CES nºs 1.314/2001, 72/2002, e 62/2004, e no Parecer CNE/CES nº ____/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de ____/____/2009, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do Psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;
- III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;
- IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;
- V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia; VII - aprimoramento e capacitação contínuos.

Art. 4º A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

- I - *Atenção à saúde*: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;
- II - *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;
- III - *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;
- IV - *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;
- V - *Administração e gerenciamento*: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;
- VI - *Educação permanente*: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica

e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

I - *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;

II - *Fundamentos teórico-metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;

III - *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

IV - *Fenômenos e processos psicológicos* que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;

V - *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;

VI - *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 6º A identidade do curso de Psicologia no País é conferida através de um *núcleo comum* de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos.

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

I - analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;

II - analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões institucionale organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;

III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar, elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

- IV - identificar, definir e formular questões de investigação científica no campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;
- V - escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;
- VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e afetiva, em diferentes contextos;
- VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos, de grupos e de organizações;
- VIII - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças individuais e socioculturais dos seus membros;
- IX - atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;
- X - relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;
- XI - atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;
- XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;
- XIII - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
- XIV - apresentar trabalhos e discutir idéias em público;
- XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

Art. 9º As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

- I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;
- II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;
- III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;
- IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;
- V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;
- VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;
- VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em *ênfases curriculares*, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Art. 11. A organização do curso de Psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura.

§ 1º A definição das ênfases curriculares, no projeto do curso, envolverá um subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e/ou potenciais, e com a vocação e condições da instituição.

§ 2º A partir das competências e habilidades definidas, o projeto de curso deverá especificar conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

§ 3º A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que assegurem a possibilidade de escolha por parte do aluno.

§ 4º O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo no País podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que, no projeto de curso, as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo.

§ 1º O subconjunto de competências definido como escopo de cada ênfase deverá ser suficientemente abrangente para não configurar uma especialização em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. São possibilidades de ênfases, entre outras, para o curso de Psicologia:

- a) *Psicologia e processos de investigação científica*, que consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas;
- b) *Psicologia e processos educativos*, que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas;
- c) *Psicologia e processos de gestão*, que abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições;
- d) *Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde*, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas;
- e) *Psicologia e processos clínicos*, que envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e

outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos;

f) *Psicologia e processos de avaliação diagnóstica*, que implica a concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

§ 2º As definições gerais das ênfases propostas no projeto de curso devem ser acompanhadas pelo detalhamento das competências e pelo conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento pelo formando. § 3º As ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas.

Art. 13. A formação do professor de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no País.

§ 1º O Projeto Pedagógico Complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:

- a) complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;
- b) possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;
- c) formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

§ 2º A proposta complementar para a formação do professor de Psicologia deve assegurar que o curso articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

- a) *Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais*, que prepara o formando para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;
- b) *Psicologia e Instituições Educacionais*, que prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições, em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político- pedagógicos autônomos e emancipatórios;
- c) *Filosofia, Psicologia e Educação*, que proporciona ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;

d) *Disciplinaridade e interdisciplinaridade*, que possibilita ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada.

§ 3º A Formação do Professor de Psicologia deve oferecer conteúdos que:

a) destaquem e promovam uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;

b) articulem e utilizem conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no

curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor;

c) considerem as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;

d) promovam o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino

referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;

e) estimulem a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes

com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

§ 4º Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino.

§ 5º A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

§ 6º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;

b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

§ 7º As atividades referentes à Formação do Professor, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao Curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização.

§ 8º Os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar terão apostilada, em seus diplomas do curso de Psicologia, a Licenciatura.

Art. 14. A organização do curso de Psicologia deve, de forma articulada, garantir o desenvolvimento das competências do núcleo comum, seguido das

competências das partes diversificadas – ênfases – sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação.

Art. 15. O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo comum e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso.

Art. 16. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de autoavaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 17. As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual, aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 18. Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 19. O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- I - aulas, conferências e palestras;
- II - exercícios em laboratórios de Psicologia;
- III - observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- IV - projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- V - práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios, como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;
- VI - consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de fontes relevantes;
- VII - aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos psicológicos;
- VIII - visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;
- IX - projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;
- X - práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 20. Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, e procuram assegurar a consolidação e articulação das competências estabelecidas.

Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis – básico e específico – cada um com sua carga horária própria.

§ 1º O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

§ 2º Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3º Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso.

Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que essas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 25. O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 26. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, e demais disposições em contrário.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
RESOLUÇÃO Nº 5, DE 15 DE MARÇO DE
2011⁽⁷⁾**

Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia.

O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de

Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “c”, da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, nos arts. 62 e 65 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas Resoluções CNE/CP nºs 1, de 18 de fevereiro de 2002, e 2, de 19 de fevereiro de 2002, e na Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, com fundamento nos Pareceres CNE/CES nºs 1.314/2001, 72/2002, e 62/2004, e no Parecer CNE/CES nº 338/2009, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 7 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para

os cursos de graduação em Psicologia, a serem observadas pelas Instituições de Ensino Superior do País.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para os cursos de graduação em Psicologia

constituem as orientações sobre princípios, fundamentos, condições de oferecimento e procedimentos para o planejamento, a implementação e a avaliação deste curso.

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação

do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos: I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia; II - compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude

⁷ (*) Resolução CNE/CES 5/2011. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de março de 2011 – Seção 1 – p. 19.

do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais;

III - reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico;

IV - compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão;

V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;

VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;

VII - aprimoramento e capacitação contínuos.

Art. 4º A formação em Psicologia tem por objetivos gerais dotar o profissional dos conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

I - *Atenção à saúde*: os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo, bem como a realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética;

II - *Tomada de decisões*: o trabalho dos profissionais deve estar fundamentado na capacidade de avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas;

III - *Comunicação*: os profissionais devem ser acessíveis e devem manter os princípios éticos no uso das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral;

IV - *Liderança*: no trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais deverão estar aptos a assumirem posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade;

V - *Administração e gerenciamento*: os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e a administração da força de trabalho, dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou líderes nas equipes de trabalho;

VI - *Educação permanente*: os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmica e profissional, a formação e a cooperação através de redes nacionais e internacionais.

Art. 5º A formação em Psicologia exige que a proposta do curso articule os conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

I - *Fundamentos epistemológicos e históricos* que permitam ao formando o conhecimento das bases epistemológicas presentes na construção do saber psicológico, desenvolvendo a capacidade para avaliar criticamente as linhas de pensamento em Psicologia;

II - *Fundamentos teórico-metodológicos* que garantam a apropriação crítica do conhecimento disponível, assegurando uma visão abrangente dos diferentes métodos e estratégias de produção do conhecimento científico em Psicologia;

III - *Procedimentos para a investigação científica e a prática profissional*, de forma a garantir tanto o domínio de instrumentos e estratégias de avaliação e de intervenção quanto a competência para selecioná-los, avaliá-los e adequá-los a problemas e contextos específicos de investigação e ação profissional;

IV - *Fenômenos e processos psicológicos* que constituem classicamente objeto de investigação e atuação no domínio da Psicologia, de forma a propiciar amplo conhecimento de suas características, questões conceituais e modelos explicativos construídos no campo, assim como seu desenvolvimento recente;

V - *Interfaces com campos afins do conhecimento* para demarcar a natureza e a especificidade do fenômeno psicológico e percebê-lo em sua interação com fenômenos biológicos, humanos e sociais, assegurando uma compreensão integral e contextualizada dos fenômenos e processos psicológicos;

VI - *Práticas profissionais* voltadas para assegurar um núcleo básico de competências que permitam a atuação profissional e a inserção do graduado em diferentes contextos institucionais e sociais, de forma articulada com profissionais de áreas afins.

Art. 6º A identidade do curso de Psicologia no País é conferida através de um *núcleo comum* de formação, definido por um conjunto de competências, habilidades e conhecimentos.

Art. 7º O *núcleo comum* da formação em Psicologia estabelece uma base

homogênea para a formação no País e uma capacitação básica para lidar com os conteúdos da Psicologia, enquanto campo de conhecimento e de atuação.

Art. 8º As *competências* reportam-se a desempenhos e atuações requeridas do

formado em Psicologia, e devem garantir ao profissional o domínio básico de conhecimentos psicológicos e a capacidade de utilizá-los em diferentes contextos que demandam a investigação, análise, avaliação, prevenção e atuação em processos psicológicos e psicossociais e na promoção da qualidade de vida. São elas:

- I - analisar o campo de atuação profissional e seus desafios contemporâneos;
- II - analisar o contexto em que atua profissionalmente em suas dimensões

institucional e organizacional, explicitando a dinâmica das interações entre os seus agentes sociais;

- III - identificar e analisar necessidades de natureza psicológica, diagnosticar,

elaborar projetos, planejar e agir de forma coerente com referenciais teóricos e características da população-alvo;

- IV - identificar, definir e formular questões de investigação científica no

campo da Psicologia, vinculando-as a decisões metodológicas quanto à escolha, coleta e análise de dados em projetos de pesquisa;

- V - escolher e utilizar instrumentos e procedimentos de coleta de dados em

Psicologia, tendo em vista a sua pertinência;

- VI - avaliar fenômenos humanos de ordem cognitiva, comportamental e

afetiva, em diferentes contextos;

- VII - realizar diagnóstico e avaliação de processos psicológicos de indivíduos,

de grupos e de organizações;

- VIII - coordenar e manejar processos grupais, considerando as diferenças

individuais e socioculturais dos seus membros;

- IX - atuar inter e multiprofissionalmente, sempre que a compreensão dos

processos e fenômenos envolvidos assim o recomendar;

- X - relacionar-se com o outro de modo a propiciar o desenvolvimento de

vínculos interpessoais requeridos na sua atuação profissional;

- XI - atuar, profissionalmente, em diferentes níveis de ação, de caráter

preventivo ou terapêutico, considerando as características das situações e dos problemas específicos com os quais se depara;

XII - realizar orientação, aconselhamento psicológico e psicoterapia;
XIII - elaborar relatos científicos, pareceres técnicos, laudos e outras comunicações profissionais, inclusive materiais de divulgação;
XIV - apresentar trabalhos e discutir ideias em público;
XV - saber buscar e usar o conhecimento científico necessário à atuação profissional, assim como gerar conhecimento a partir da prática profissional.

Art. 9º As *competências*, básicas, devem se apoiar nas *habilidades* de:

I - levantar informação bibliográfica em indexadores, periódicos, livros, manuais técnicos e outras fontes especializadas através de meios convencionais e eletrônicos;

II - ler e interpretar comunicações científicas e relatórios na área da Psicologia;

III - utilizar o método experimental, de observação e outros métodos de investigação científica;

IV - planejar e realizar várias formas de entrevistas com diferentes finalidades e em diferentes contextos;

V - analisar, descrever e interpretar relações entre contextos e processos psicológicos e comportamentais;

VI - descrever, analisar e interpretar manifestações verbais e não verbais como fontes primárias de acesso a estados subjetivos;

VII - utilizar os recursos da matemática, da estatística e da informática para a análise e apresentação de dados e para a preparação das atividades profissionais em Psicologia.

Art. 10. Pela diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional, a formação em Psicologia diferencia-se em *ênfases curriculares*, entendidas como um conjunto delimitado e articulado de competências e habilidades que configuram oportunidades de concentração de estudos e estágios em algum domínio da Psicologia.

Art. 11. A organização do curso de Psicologia deve explicitar e detalhar as ênfases curriculares que adotará, descrevendo-as detalhadamente em sua concepção e estrutura.

§ 1º A definição das ênfases curriculares, no projeto do curso, envolverá um

subconjunto de competências e habilidades dentre aquelas que integram o domínio das competências gerais do psicólogo, compatível com demandas sociais atuais e/ou potenciais, e com a vocação e as condições da instituição.

§ 2º A partir das competências e habilidades definidas, o projeto de curso

deverá especificar conteúdos e experiências de ensino capazes de garantir a concentração no domínio abarcado pelas ênfases propostas.

§ 3º A instituição deverá oferecer, pelo menos, duas ênfases curriculares que

asseguem a possibilidade de escolha por parte do aluno.

§ 4º O projeto de curso deve prever mecanismos que permitam ao aluno

escolher uma ou mais dentre as ênfases propostas.

Art. 12. Os domínios mais consolidados de atuação profissional do psicólogo

no País podem constituir ponto de partida para a definição de ênfases curriculares, sem prejuízo para que, no projeto de curso, as instituições formadoras concebam recortes inovadores de competências que venham a instituir novos arranjos de práticas no campo.

§ 1º O subconjunto de competências definido como escopo de cada ênfase

deverá ser suficientemente abrangente para não configurar uma especialização em uma prática, procedimento ou local de atuação do psicólogo. São possibilidades de ênfases, entre outras, para o curso de Psicologia:

a) *Psicologia e processos de investigação científica*, que consiste na concentração em conhecimentos, habilidades e competências de pesquisa já definidas no núcleo comum da formação, capacitando o formando para analisar criticamente diferentes estratégias de pesquisa, conceber, conduzir e relatar investigações científicas de distintas naturezas;

b) *Psicologia e processos educativos*, que compreende a concentração nas competências para diagnosticar necessidades, planejar condições e realizar procedimentos que envolvam o processo de educação e de ensino-aprendizagem através do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores de indivíduos e grupos em distintos contextos institucionais em que tais necessidades sejam detectadas;

c) *Psicologia e processos de gestão*, que abarca a concentração em competências definidas no núcleo comum da formação para o diagnóstico, o planejamento e o uso de procedimentos e técnicas específicas voltadas para analisar criticamente e aprimorar os processos de gestão organizacional, em distintas organizações e instituições;

d) *Psicologia e processos de prevenção e promoção da saúde*, que consiste na concentração em competências que garantam ações de caráter preventivo, em nível individual e coletivo, voltadas à capacitação de indivíduos, grupos, instituições

e comunidades para protegerem e promoverem a saúde e a qualidade de vida, em diferentes contextos em que tais ações possam ser demandadas;

e) *Psicologia e processos clínicos*, que envolve a concentração em competências para atuar, de forma ética e coerente com referenciais teóricos, valendo-se de processos psicodiagnósticos, de aconselhamento, psicoterapia e outras estratégias clínicas, frente a questões e demandas de ordem psicológica apresentadas por indivíduos ou grupos em distintos contextos;

f) *Psicologia e processos de avaliação diagnóstica*, que implica a concentração em competências referentes ao uso e ao desenvolvimento de diferentes recursos, estratégias e instrumentos de observação e avaliação úteis para a compreensão diagnóstica em diversos domínios e níveis de ação profissional.

§ 2º As definições gerais das ênfases propostas no projeto de curso devem ser acompanhadas pelo detalhamento das competências e pelo conjunto de disciplinas que darão o suporte do conhecimento acumulado necessário para o seu desenvolvimento pelo formando.

§ 3º As ênfases devem incorporar estágio supervisionado estruturado para garantir o desenvolvimento das *competências específicas* previstas.

Art. 13. A Formação de Professores de Psicologia dar-se-á em um projeto pedagógico complementar e diferenciado, elaborado em conformidade com a legislação que regulamenta a formação de professores no País.

§ 1º O projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia tem por objetivos:

a) complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso Normal, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação informal como abrigos, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;

b) possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação inclusiva;

c) formar professores de Psicologia comprometidos com os valores da solidariedade e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação.

§ 2º A proposta complementar para a Formação de Professores de Psicologia deve assegurar que o curso articule conhecimentos, habilidades e competências em torno dos seguintes eixos estruturantes:

a) *Psicologia, Políticas Públicas e Educacionais*, que prepara o formando para compreender a complexidade da realidade educacional do País e fortalece a elaboração de políticas públicas que se articulem com as finalidades da educação inclusiva;

b) *Psicologia e Instituições Educacionais*, que prepara o formando para a compreensão das dinâmicas e políticas institucionais e para o desenvolvimento de ações coletivas que envolvam os diferentes setores e protagonistas das instituições, em articulação com as demais instâncias sociais, tendo como perspectiva a elaboração de projetos político- pedagógicos autônomos e emancipatórios;

c) *Filosofia, Psicologia e Educação*, que proporciona ao formando o conhecimento das diferentes abordagens teóricas que caracterizam o saber educacional e pedagógico e as práticas profissionais, articulando-os com os pressupostos filosóficos e conceitos psicológicos subjacentes;

d) *Disciplinaridade e interdisciplinaridade*, que possibilita ao formando reconhecer o campo específico da Educação e percebê-lo nas possibilidades de interação com a área da Psicologia, assim como com outras áreas do saber, em uma perspectiva de educação continuada.

§ 3º A Formação de Professores de Psicologia deve oferecer conteúdos que:

a) destaquem e promovam uma visão abrangente do papel social do educador, assim como a reflexão sobre sua prática e a necessidade de aperfeiçoamento contínuo do futuro professor;

b) articulem e utilizem conhecimentos, competências e habilidades desenvolvidos no curso de Psicologia para a ampliação e o amadurecimento do papel de professor;

c) considerem as características de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos, o contexto socioeconômico e cultural em que atuarão na organização didática de conteúdos, bem como na escolha das estratégias e técnicas a serem empregadas em sua promoção;

d) promovam o conhecimento da organização escolar, gestão e legislação de ensino referentes à educação no Brasil, assim como a análise das questões educacionais relativas à dinâmica institucional e à organização do trabalho docente;

e) estimulem a reflexão sobre a realidade escolar brasileira e as articulações existentes com as políticas públicas educacionais e o contexto socioeconômico mais amplo.

§ 4º Os conteúdos que caracterizam a Formação de Professores de Psicologia

deverão ser adquiridos no decorrer do curso de Psicologia e complementados com estágios que possibilitem a prática do ensino.

§ 5º A prática profissional do professor-aluno deve se desenvolver em uma perspectiva de análise do trabalho educativo na sua complexidade, cujas atividades devem ser planejadas com a intenção de promover a reflexão e a organização do trabalho em equipes, o enfrentamento de problemas concretos do processo ensino-aprendizagem e da dinâmica própria do espaço escolar, e a reflexão sobre questões ligadas às políticas educacionais do País, aos projetos político-pedagógicos institucionais e às ações político-pedagógicas.

§ 6º A carga horária para a Formação de Professores de Psicologia deverá ter, no mínimo, 800 (oitocentas) horas, acrescidas à carga horária do curso de Psicologia, assim distribuídas:

- a) Conteúdos específicos da área da Educação: 500 (quinhentas) horas;
- b) Estágio Curricular Supervisionado: 300 (trezentas) horas.

§ 7º As atividades referentes à Formação de Professores, a serem assimiladas e adquiridas por meio da complementação ao curso de Psicologia, serão oferecidas a todos os alunos dos cursos de graduação em Psicologia, que poderão optar ou não por sua realização.

§ 8º Os alunos que cumprirem satisfatoriamente todas as exigências do projeto complementar terão apostilada, em seus diplomas do curso de Psicologia, a licenciatura.

Art. 14. A organização do curso de Psicologia deve, de forma articulada, garantir o desenvolvimento das competências do núcleo comum, seguido das competências das partes diversificadas – ênfases – sem concebê-los, entretanto, como momentos estanques do processo de formação.

Art. 15. O projeto do curso deve explicitar todas as condições para o seu funcionamento, a carga horária efetiva global, do núcleo comum e das partes diversificadas, inclusive dos diferentes estágios supervisionados, bem como a duração máxima do curso.

Art. 16. O projeto do curso deverá prever, outrossim, procedimentos de autoavaliação periódica, dos quais deverão resultar informações necessárias para o aprimoramento do curso.

Art. 17. As atividades acadêmicas devem fornecer elementos para a aquisição das competências, habilidades e conhecimentos básicos necessários ao exercício profissional. Assim, essas atividades devem, de forma sistemática e gradual,

aproximar o formando do exercício profissional correspondente às competências previstas para a formação.

Art. 18. Os eixos estruturantes do curso deverão ser decompostos em conteúdos curriculares e agrupados em atividades acadêmicas, com objetivos de ensino, programas e procedimentos específicos de avaliação.

Art. 19. O planejamento acadêmico deve assegurar, em termos de carga horária e de planos de estudos, o envolvimento do aluno em atividades, individuais e de equipe, que incluam, entre outros:

- I - aulas, conferências e palestras;
- II - exercícios em laboratórios de Psicologia;
- III - observação e descrição do comportamento em diferentes contextos;
- IV - projetos de pesquisa desenvolvidos por docentes do curso;
- V - práticas didáticas na forma de monitorias, demonstrações e exercícios,

como parte de disciplinas ou integradas a outras atividades acadêmicas;

- VI - consultas supervisionadas em bibliotecas para identificação crítica de

fontes relevantes;

- VII - aplicação e avaliação de estratégias, técnicas, recursos e instrumentos

psicológicos;

- VIII - visitas documentadas através de relatórios a instituições e locais onde

estejam sendo desenvolvidos trabalhos com a participação de profissionais de Psicologia;

- IX - projetos de extensão universitária e eventos de divulgação do conhecimento, passíveis de avaliação e aprovados pela instituição;

- X - práticas integrativas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e

competências em situações de complexidade variada, representativas do efetivo exercício profissional, sob a forma de estágio supervisionado.

Art. 20. Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora, e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

Art. 21. Os estágios supervisionados visam assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que as atividades do estágio supervisionado se distribuam ao longo do curso.

Art. 22. Os estágios supervisionados devem se estruturar em dois níveis – básico e específico – cada um com sua carga horária própria.

§ 1º O estágio supervisionado básico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências e habilidades previstas no núcleo comum.

§ 2º Cada estágio supervisionado específico incluirá o desenvolvimento de práticas integrativas das competências, habilidades e conhecimentos que definem cada ênfase proposta pelo projeto de curso.

§ 3º Os estágios básico e específico deverão perfazer, ao todo, pelo menos, 15% (quinze por cento) da carga horária total do curso.

Art. 23. As atividades de estágio supervisionado devem ser documentadas de modo a permitir a avaliação, segundo parâmetros da instituição, do desenvolvimento das competências e habilidades previstas.

Art. 24. A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que essas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

Art. 25. O projeto de curso deve prever a instalação de um Serviço de Psicologia com as funções de responder às exigências para a formação do psicólogo, congruente com as competências que o curso objetiva desenvolver no aluno e as demandas de serviço psicológico da comunidade na qual está inserido.

Art. 26. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Resolução CNE/CES nº 8, de 7 de maio de 2004, e demais disposições em contrário.

PAULO SPELLER

ANEXO VIII

RESOLUÇÃO CFP Nº 010/05

Aprova o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

O **CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 6º, letra "e", da Lei nº 5.766 de 20/12/1971, e o Art. 6º, inciso VII, do Decreto nº 79.822 de 17/6/1977;

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã, que consolida o Estado Democrático de Direito e legislações dela decorrentes;

CONSIDERANDO decisão deste Plenário em reunião realizada no dia 21 de julho de 2005:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Código de Ética Profissional do Psicólogo.

Art. 2º - A presente Resolução entrará em vigor no dia 27 de agosto de 2005.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução CFP nº 002/87.

Brasília, 21 de julho de 2005.

3

4

Código de Ética Profissional do Psicólogo

APRESENTAÇÃO

Toda profissão define-se a partir de um corpo de práticas que busca atender demandas sociais, norteado por elevados padrões técnicos e pela existência de normas éticas que garantam a adequada relação de cada profissional com seus pares e com a sociedade como um todo.

Um Código de Ética profissional, ao estabelecer padrões esperados quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, procura fomentar a auto-reflexão exigida de cada indivíduo acerca da sua prática, de modo a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional. A missão primordial de um código de ética profissional não é de normatizar a natureza técnica do trabalho, e, sim, a de assegurar, dentro de valores relevantes para a sociedade e para as práticas desenvolvidas, um padrão de conduta que fortaleça o reconhecimento social daquela categoria.

Códigos de Ética expressam sempre uma concepção de homem e de sociedade que determina a direção das relações entre os indivíduos. Traduzem-se em princípios e normas que devem se pautar pelo respeito ao sujeito humano e seus direitos fundamentais. Por constituir a expressão de valores universais, tais como os constantes na Declaração Universal dos Direitos Humanos; sócio-culturais, que refletem a realidade do país; e de valores que estruturam uma profissão, um código de ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo. As sociedades mudam, as profissões transformam-se e isso exige, também, uma reflexão contínua sobre o próprio código de ética que nos orienta.

A formulação deste Código de Ética, o terceiro da profissão de psicólogo no Brasil, responde ao contexto organizativo dos psicólogos, ao momento do país e ao estágio de desenvolvimento da Psicologia enquanto campo científico e profissional. Este Código de Ética dos Psicólogos é reflexo da necessidade, sentida pela categoria e suas entidades representativas,

de atender à evolução do contexto institucional-legal do país, marcadamente a partir da promulgação da denominada Constituição Cidadã, em 1988, e das legislações dela decorrentes.

Consoante com a conjuntura democrática vigente, o presente Código foi construído a partir de múltiplos espaços de discussão sobre a ética da profissão, suas responsabilidades e compromissos com a promoção da cidadania. O processo ocorreu ao longo de três anos, em todo o país, com a participação direta dos psicólogos e aberto à sociedade.

Este Código de Ética pautou-se pelo princípio geral de aproximar-se mais de um instrumento de reflexão do que de um conjunto de normas a serem seguidas pelo psicólogo. Para tanto, na sua construção buscou-se:

a. Valorizar os princípios fundamentais como grandes eixos que devem orientar a relação do psicólogo com a sociedade, a profissão, as entidades profissionais e a ciência, pois esses eixos atravessam todas as práticas e estas demandam uma contínua reflexão sobre o contexto social e institucional.

b. Abrir espaço para a discussão, pelo psicólogo, dos limites e interseções relativos aos direitos individuais e coletivos, questão crucial para as relações que estabelece com a sociedade, os colegas de profissão e os usuários ou beneficiários dos seus serviços.

c. Contemplar a diversidade que configura o exercício da profissão e a crescente inserção do psicólogo em contextos institucionais e em equipes multiprofissionais.

d. Estimular reflexões que considerem a profissão como um todo e não em suas práticas particulares, uma vez que os principais dilemas éticos não se restringem a práticas específicas e surgem em quaisquer contextos de atuação.

Ao aprovar e divulgar o Código de Ética Profissional do Psicólogo, a expectativa é de que ele seja um instrumento capaz de delinear para a sociedade as responsabilidades e deveres do psicólogo, oferecer diretrizes para a sua formação e balizar os julgamentos das suas ações, contribuindo para o fortalecimento e ampliação do significado social da profissão.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural.

IV. O psicólogo atuará com responsabilidade, por meio do contínuo aprimoramento profissional, contribuindo para o desenvolvimento da Psicologia como campo científico de conhecimento e de prática.

V. O psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações, ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão.

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

VII. O psicólogo considerará as relações de poder nos contextos em que atua e os impactos dessas relações sobre as suas atividades profissionais, posicionando-se de forma crítica e em consonância com os demais princípios deste Código.

DAS RESPONSABILIDADES DO PSICÓLOGO

Art. 1º - São deveres fundamentais dos psicólogos:

a) Conhecer, divulgar, cumprir e fazer cumprir este Código;

b) Assumir responsabilidades profissionais somente por atividades para as quais esteja capacitado pessoal, teórica e tecnicamente;

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional;

d) Prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar benefício pessoal;

e) Estabelecer acordos de prestação de serviços que respeitem os direitos do usuário ou beneficiário de serviços de Psicologia;

f) Fornecer, a quem de direito, na prestação de serviços psicológicos, informações concernentes ao trabalho a ser realizado e ao seu objetivo profissional;

g) Informar, a quem de direito, os resultados decorrentes da prestação de serviços psicológicos, transmitindo somente o que for necessário para a tomada de decisões que afetem o usuário ou beneficiário;

h) Orientar a quem de direito sobre os encaminhamentos apropriados, a partir da prestação de serviços psicológicos, e fornecer, sempre que solicitado, os documentos pertinentes ao bom termo do trabalho;

i) Zelar para que a comercialização, aquisição, doação, empréstimo, guarda e forma de divulgação do material pri-

uativo do psicólogo sejam feitas conforme os princípios deste Código;

j) Ter, para com o trabalho dos psicólogos e de outros profissionais, respeito, consideração e solidariedade, e, quando solicitado, colaborar com estes, salvo impedimento por motivo relevante;

k) Sugerir serviços de outros psicólogos, sempre que, por motivos justificáveis, não puderem ser continuados pelo profissional que os assumiu inicialmente, fornecendo ao seu substituto as informações necessárias à continuidade do trabalho;

l) Levar ao conhecimento das instâncias competentes o exercício ilegal ou irregular da profissão, transgressões a princípios e diretrizes deste Código ou da legislação profissional.

Art. 2º - Ao psicólogo é vedado:

a) Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;

b) Induzir a crenças políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais;

c) Utilizar ou favorecer o uso de conhecimentos e a utilização de práticas psicológicas como instrumentos de castigo, tortura ou qualquer forma de violência;

d) Acumular-se com pessoas ou organizações que exerçam ou favoreçam o exercício ilegal da profissão de psicólogo ou de qualquer outra atividade profissional;

e) Ser conivente com erros, faltas éticas, violação de direitos, crimes ou contravenções penais praticados por psicólogos na prestação de serviços profissionais;

f) Prestar serviços ou vincular o título de psicólogo a serviços de atendimento psicológico cujos procedimentos, técnicas e meios não estejam regulamentados ou reconhecidos pela profissão;

g) Emitir documentos sem fundamentação e qualidade técnico-científica;

h) Interferir na validade e fidedignidade de instrumentos e técnicas psicológicas, adulterar seus resultados ou fazer declarações falsas;

i) Induzir qualquer pessoa ou organização a recorrer a seus serviços;

j) Estabelecer com a pessoa atendida, familiar ou terceiro, que tenha vínculo com o atendido, relação que possa interferir negativamente nos objetivos do serviço prestado;

k) Ser perito, avaliador ou parecerista em situações nas quais seus vínculos pessoais ou profissionais, atuais ou anteriores, possam afetar a qualidade do trabalho a ser realizado ou a fidelidade aos resultados da avaliação;

l) Desviar para serviço particular ou de outra instituição, visando benefício próprio, pessoas ou organizações atendidas por instituição com a qual mantenha qualquer tipo de vínculo profissional;

m) Prestar serviços profissionais a organizações correntes de modo que possam resultar em prejuízo para as partes envolvidas, decorrentes de informações privilegiadas;

n) Prolongar, desnecessariamente, a prestação de serviços profissionais;

o) Pleitear ou receber comissões, empréstimos, doações ou vantagens outras de qualquer espécie, além dos honorários contratados, assim como intermediar transações financeiras;

p) Receber, pagar remuneração ou porcentagem por encaminhamento de serviços;

q) Realizar diagnósticos, divulgar procedimentos ou apresentar resultados de serviços psicológicos em meios de comunicação, de forma a expor pessoas, grupos ou organizações.

Art. 3º – O psicólogo, para ingressar, associar-se ou permanecer em uma organização, considerará a missão, a filosofia, as políticas, as normas e as práticas nela vigentes e sua compatibilidade com os princípios e regras deste Código.

Parágrafo único: Existindo incompatibilidade, cabe ao psicólogo recusar-se a prestar serviços e, se pertinente, apresentar denúncia ao órgão competente.

Art. 4º – Ao fixar a remuneração pelo seu trabalho, o psicólogo:

a) Levará em conta a justa retribuição aos serviços prestados e as condições do usuário ou beneficiário;

b) Estipulará o valor de acordo com as características da atividade e o comunicará ao usuário ou beneficiário antes do início do trabalho a ser realizado;

c) Assegurará a qualidade dos serviços oferecidos independentemente do valor acordado.

Art. 5º – O psicólogo, quando participar de greves ou paralisações, garantirá que:

a) As atividades de emergência não sejam interrompidas;

b) Haja prévia comunicação da paralisação aos usuários ou beneficiários dos serviços atingidos pela mesma.

Art. 6º – O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos:

a) Encaminhará a profissionais ou entidades habilitados e qualificados demandas que extrapolem seu campo de atuação;

b) Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

Art. 7º – O psicólogo poderá intervir na prestação de serviços psicológicos que estejam sendo efetuados por outro profissional, nas seguintes situações:

a) A pedido do profissional responsável pelo serviço;

b) Em caso de emergência ou risco ao beneficiário ou usuário do serviço, quando dará imediata ciência ao profissional;

c) Quando informado expressamente, por qualquer uma das partes, da interrupção voluntária e definitiva do serviço;

d) Quando se tratar de trabalho multiprofissional e a intervenção fizer parte da metodologia adotada.

Art. 8º – Para realizar atendimento não eventual de criança, adolescente ou interdito, o psicólogo deverá obter autorização de ao menos um de seus responsáveis, observadas as determinações da legislação vigente:

§1º – No caso de não se apresentar um responsável legal, o atendimento deverá ser efetuado e comunicado às autoridades competentes;

§2º - O psicólogo responsabilizar-se-á pelas encaminhamentos que se fizerem necessários para garantir a proteção integral do atendido.

Art. 9º - É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações, a que tenha acesso no exercício profissional.

Art. 10 - Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afirmações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo.

Parágrafo único - Em caso de quebra do sigilo previsto no caput deste artigo, o psicólogo deverá restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias.

Art. 11 - Quando requisitado a depor em juízo, o psicólogo poderá prestar informações, considerando o previsto neste Código.

Art. 12 - Nos documentos que embasam as atividades em equipe multiprofissional, o psicólogo registrará apenas as informações necessárias para o cumprimento dos objetivos do trabalho.

Art. 13 - No atendimento à criança, ao adolescente ou ao interdito, deve ser comunicado aos responsáveis o essencialmente essencial para se promoverem medidas em seu benefício.

Art. 14 - A utilização de quaisquer meios de registro e observação da prática psicológica obedecerá às normas deste Código e a legislação profissional vigente, devendo o usuário ou beneficiário, desde o início, ser informado.

Art. 15 - Em caso de interrupção do trabalho do psicólogo, por quaisquer motivos, ele deverá zelar pelo destino dos seus arquivos confidenciais.

§ 1º - Em caso de demissão ou exoneração, o psicólogo deverá repassar todo o material ao psicólogo que vier a substituí-lo, ou torná-lo para posterior utilização pelo psicólogo substituto.

§ 2º - Em caso de extinção do serviço de Psicologia, o psicólogo responsável informará ao Conselho Regional de Psicologia, que providenciará a destinação dos arquivos confidenciais.

Art. 16 - O psicólogo, na realização de estudos, pesquisas e atividades voltadas para a produção de conhecimento e desenvolvimento de tecnologias:

a) Avaliará os riscos envolvidos, tanto pelos procedimentos, como pela divulgação dos resultados, com o objetivo de proteger as pessoas, grupos, organizações e comunidades envolvidas;

b) Garantirá o caráter voluntário da participação dos envolvidos, mediante consentimento livre e esclarecido, salvo nas situações previstas em legislação específica e respeitando os princípios deste Código;

c) Garantirá o anonimato das pessoas, grupos ou organizações, salvo interesse manifesto destes;

d) Garantirá o acesso das pessoas, grupos ou organizações aos resultados das pesquisas ou estudos, após seu encerramento, sempre que assim o desejarem.

Art. 17 - Caberá aos psicólogos docentes ou supervisores esclarecer, informar, orientar e exigir dos estudantes a observância dos princípios e normas contidas neste Código.

Art. 18 – O psicólogo não divulgará, ensinará, cederá, emprestará ou venderá a leigos instrumentos e técnicas psicológicas que permitam ou facilitem o exercício ilegal da profissão.

Art. 19 – O psicólogo, ao participar de atividade em veículos de comunicação, zelará para que as informações prestadas disseminem o conhecimento a respeito das atribuições, da base científica e do papel social da profissão.

Art. 20 – O psicólogo, ao promover publicamente seus serviços, por quaisquer meios, individual ou coletivamente:

- a) Informará o seu nome completo, o CRP e seu número de registro;
- b) Fará referência apenas a títulos ou qualificações profissionais que possua;
- c) Divulgará somente qualificações, atividades e recursos relativos a técnicas e práticas que estejam reconhecidas ou regulamentadas pela profissão;
- d) Não utilizará o preço do serviço como forma de propaganda;
- e) Não fará previsão taxativa de resultados;
- f) Não fará auto-promoção em detrimento de outros profissionais;
- g) Não proporá atividades que sejam atribuições privativas de outras categorias profissionais;
- h) Não fará divulgação sensacionalista das atividades profissionais.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21 – As transgressões dos preceitos deste Código constituem infração disciplinar com a aplicação das seguintes penalidades, na forma dos dispositivos legais ou regulamentais:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Censura pública;
- d) Suspensão do exercício profissional, por até 30 (trinta) dias, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia;
- e) Cassação do exercício profissional, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 22 – As dúvidas na observância deste Código e os casos omissos serão resolvidos pelos Conselhos Regionais de Psicologia, ad referendum do Conselho Federal de Psicologia.

Art. 23 – Competirá ao Conselho Federal de Psicologia firmar jurisprudência quanto aos casos omissos e fazê-la incorporar a este Código.

Art. 24 – O presente Código poderá ser alterado pelo Conselho Federal de Psicologia, por iniciativa própria ou da categoria, ouvidos os Conselhos Regionais de Psicologia.

Art. 25 – Este Código entra em vigor em 27 de agosto de 2005.

XVI PLENÁRIO Gestão 2013 / 2016

DIRETORIA

Mariza Monteiro Borges
Presidente
Rogério de Oliveira Silva
Vice-Presidente
Maria da Graça Corrêa Jacques
Secretária
Sergio Luis Braghini
Tesoureiro

Sandra Luzia de Souza Alencar
Suplente Região Sudeste
Vera Lucia Morcelli
Suplente Região Centro-Oeste

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

SUPLENTE

Maria Augusta Rondas Speller
Jefferson de Souza Bernardes

CONSELHEIROS EFETIVOS

Dorotéia Albuquerque de Cristo
Secretária Região Norte
Inara Barbosa Leão
Secretária Região Centro-Oeste
João Baptista Fortes de Oliveira
Secretário Região Sul
Meire Nunes Viana
Secretária Região Nordeste
Lurdes Perez Oberg
Secretária Região Sudeste

COLETIVO AMPLIADO

Ana Maria Jacó-Vilela
Memória da Psicologia
Bárbara de Souza Conte
Psicoterapia
Carla Andréa Ribeiro
Assistência Social
Loliva de Boni
Alcool e Drogas
Luciana Ferreira Ângelo
Psicologia do Esporte e da
Atividade Física
Marco Aurélio Máximo Prado
Direitos Humanos
Raquel Guzzo
Educação e Assistência Social
Rodrigo Torres Oliveira
Psicologia Jurídica
Silvia Koller
Relações com a BVS-PSI
Tânia Grigolo
Saúde Mental
Vera Paiva
Direitos Humanos

COORDENADOR GERAL

José Carlos de Paula

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Nádia Maria Dourado Rocha
Rosano Freire Carualho

CONSELHEIROS SUPLENTE

Eliandro Rômulo Cruz Araújo
Jacqueline de Oliveira Moreira
Silvana Carneiro Maciel
Viviane Moura de Azevedo Ribeiro
João Carlos Alchieri
Suplente Região Nordeste
Madge Porto Cruz
Suplente Região Norte
Roberto Moraes Cruz
Suplente Região Sul

Conselho
Federal de
Psicologia

SAF-SUL - Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Terreo, sala 104 - CEP: 70.070-600
Brasília/DF - Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150

www.cfp.org.br

Conselho Federal de Psicologia
SAF-SUL - Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Terreo, sala 104
CEP: 70.070-600 - Brasília/DF - Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150

Nota técnica sobre processo transsexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans

Breve Histórico

A Constituição Federal brasileira de 1988 prevê, como objetivo fundamental, a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de sexo e quaisquer outras formas de discriminação. A Carta Magna, ainda, prega a saúde como um direito social de todos, determinando a prevalência dos Direitos Humanos. Para tanto, o Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual também estabelece que toda pessoa tem capacidade para gozar direitos e liberdades, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, seja de cor, sexo e outras.

Não obstante, a Lei nº 8.080/1990 (que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes) institui os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), dos quais se destacam o direito à universalidade de acesso aos serviços, a integralidade de assistência, entendida como um conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, a preservação da autonomia das pessoas na defesa de sua integridade física e moral, a igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie.

A fim de garantir a efetividade dos princípios do SUS, as diretrizes nacionais para a realização do Processo Transsexualizador foram regulamentadas pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 457/2008. Essa portaria define como Unidade de Atenção Especializada no Processo Transsexualizador a unidade hospitalar que oferece assistência diagnóstica e terapêutica especializada aos indivíduos com indicação para a realização do processo transsexualizador, além de considerar que o acompanhamento terapêutico possui as dimensões psíquica, social e médica-biológica, contemplando, portanto, a(o) psicóloga(o) como membro da equipe multidisciplinar.

Nos anos de 2011 e 2012, no Relatório do Ano Temático de Avaliação Psicológica do Sistema Conselhos de Psicologia, houve a seguinte recomendação: Que o Sistema Conselhos recomende um Grupo de Trabalho (GT) na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf), para discutir a elaboração de Resolução que normalize a atuação das(os) psicólogas(os) no atendimento a transsexuais e transgêneros, especialmente no que se refere à avaliação do processo psicológico transsexualizador no SUS.

Ressaltamos que a importância da Psicologia no processo transsexualizador também é reconhecida e motivada, pelo Conselho Federal de

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office,
Tereso, Sala 104 – CEP 70070-600 – Brasília - DF
Fone: (61) 2109-0100

Home Page: www.cfp.org.br
E-mail: federalfcfp.org.br

Medicina, mediante as Resoluções 1.482 de 1997 e 1.955 de 2010, as quais dispõe que a(o) psicóloga(o) deve ser membro da equipe multidisciplinar necessária ao acompanhamento das pessoas transsexuais que busquem os serviços de referência.

Considerações

Diante do exposto, o Conselho Federal de Psicologia CONSIDERA que:

1. A Psicologia tem o desafio de garantir à população trans o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde.
2. A transsexualidade e a travestilidade não constituem condição psicopatológica, ainda que não reproduzam a concepção normativa de que deve haver uma coerência entre sexo biológico/gênero/desejo sexual.
3. Na Portaria MS nº 1.707/2008, a psicoterapia "é requerida, consistindo no acompanhamento do usuário no processo de elaboração de sua condição de sofrimento pessoal e social, antes e após a tomada de decisão da cirurgia de transgenitalização e demais alterações somáticas. O processo psicoterapêutico não se restringe, portanto, à tomada de decisão sobre cirurgias de transgenitalização e demais maneiras de modificação corporal.
4. É objetivo da assistência psicológica a promoção da qualidade de vida da pessoa por meio do acolhimento e do apoio, a partir da compreensão de que a transsexualidade e outras vivências trans são algumas das múltiplas possibilidades de vivência da sexualidade humana.
5. As(os) psicólogas(os) devem considerar as inúmeras variáveis presentes no discurso de pessoas que pleiteiam a cirurgia transsexualizadora. As pessoas trans têm autonomia e podem buscar apoio e acompanhamento psicológico na rede de saúde pública e privada, não só em centros de referência específicos, de modo que a psicoterapia deve ser fundamental para a tomada de decisão na realização do processo trans.

Orientações:

Posto isso, o Conselho Federal de Psicologia ORIENTA que:

1. A(o) psicóloga(o) considerará e respeitará a diversidade subjetiva da pessoa que livremente opta pelo processo transsexualizador, garantindo o direito constitucional à saúde, ao atendimento humanizado e livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, conforme assegura a Carta dos

SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office,
Tereso, Sala 104 – CEP 70070-600 – Brasília - DF
Fone: (61) 2109-0100

Home Page: www.cfp.org.br
E-mail: federalfcfp.org.br

Direitos dos Usuários da Saúde, instituída pela Portaria nº 675/GM, de 31 de março de 2006, e o Código de Ética Profissional do(a) Psicólogo(a).

2. O trabalho do(a) psicólogo(a) deve se pautar na integralidade do atendimento psicológico e na humanização da atenção, não estando condicionado, restrito ou centralizado no procedimento cirúrgico de transgenitalização e demais intervenções somáticas, aparentes ou não, conforme determinação da Portaria MS nº 1.707/2008.
3. A assistência psicológica não deve se orientar por um modelo patologizado ou correlativo da transexualidade e de outras vivências trans, mas atuar como ferramenta de apoio ao sujeito, de modo a ajudá-lo a certificar-se da autenticidade de sua demanda, englobando todo o seu contexto social.
4. É objetivo da assistência psicológica a promoção da autonomia da pessoa, a partir de informações sobre a diversidade de gênero e esclarecimentos sobre os benefícios e riscos dos procedimentos de modificação corporal e social. O sujeito deve ter clareza de que a atenção é singular e flexível e que o projeto terapêutico pode ser modificado de acordo com as necessidades de cada um.
5. A(o) psicólogo(a) deverá valer-se de pesquisas e estudos culturais na área de gênero e sexualidade na tentativa de buscar um respaldo teórico para entendimento desse contexto social para superação da heteronormatividade.
6. O acompanhamento psicológico, requerido pelo Ministério da Saúde, deve basear-se no acolhimento, e/ou na escuta e/ou na avaliação psicológica, quando necessário, ao longo de todo o processo transsexualizador.
7. No processo de avaliação psicológica, aspectos não correlatos a vivência trans e/ou ao processo transsexualizador, como traumas, transtornos alimentares, dismorfos corporais e quaisquer características de desordens psíquicas precisam ser devidamente consideradas com a finalidade de promoção da saúde do sujeito.
8. O termo de consentimento informado deve ser um instrumento de esclarecimento ao usuário, no serviço público ou privado. A assinatura do termo pelo usuário não exime o profissional ou o serviço de responsabilidade em relação a sua prática.

Referências

- GUÍA DE BUENAS PRÁCTICAS PARA LA ATENCIÓN SANITARIA A PERSONAS TRANS EN EL MARCO DEL SISTEMA NACIONAL DE SALUD. Editada por la Red por la Despatologización de las Identidades Trans del Estado español. 2012.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. *Lei nº 8.080*, de 19 de setembro de 1990.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde*. Portaria. N° 675/GM/2006. 31 de março de 2006.
- BRASIL. Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM nº 1.955/2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. 3 set 2010a. Seção 1, p.80-1.
- CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1.482/87. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/cfm/1997/1482_1997.htm>. Acesso em: 10 de agosto de 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Resolução CFP nº 17/1999*, de 22 de março de 1999.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria MS nº 457*, de 19 de agosto de 2008.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Portaria MS nº 1.707*, de 18 de agosto de 2008.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa*. Brasília, 2008.

PARECER DO CFP SOBRE O PLC 003/2013

Parecer favorável do Conselho Federal de Psicologia (CFP) sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados 003/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual.

I. O histórico do assunto na Psicologia

A defesa intransigente dos direitos das mulheres é um tema fundamental para a Psicologia. O Conselho Federal de Psicologia (CFP) luta pela promoção da saúde integral da mulher e pelo reconhecimento de sua autonomia e diversidade, sendo favorável aos direitos das mulheres e à soberania destas sobre o próprio corpo. No Código de Ética Profissional do Psicólogo, a determinação, segundo os seus Princípios Fundamentais é que: o psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos e demais Tratados Internacionais que afirmem direitos assinados pelo Estado Brasileiro, nos quais se compromete a garantir o acesso das mulheres brasileiras aos seus direitos, inclusive reprodutivos e sexuais.

Ademais, ainda em conformidade com o Art. 2º do Código de Ética Profissional do Psicólogo, ao psicólogo é vedado:

- Praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão;*
- Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando do exercício de suas funções profissionais.*

Nesse sentido, ganha destaque sobretudo o inciso IV do artigo 3º, o qual inclui a profilaxia da gravidez como serviço de atendimento imediato e obrigatório na rede SUS. Sobre o tema, o CFP entende que, dadas as controvérsias sobre a legalidade do aborto, esse dispositivo deve ser resguardado frente aos interesses

SAB SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office,
Tereso, Sala 104 - CEP 70070-600 - Brasília - DF
Fone: (61) 2109-0100

Home Page: www.cfp.org.br
E-mail: federal@cfp.org.br

políticas diversos em jogo, a fim de garantir que esse importante direito não permaneça sendo aviltado.

II. O percurso do assunto do PLC

No dia 05/03/2013 o Projeto de Lei nº 60/1999 (nº 003/2013 no Senado Federal), o qual estabelece que o atendimento deverá ser imediato e multidisciplinar para o controle e tratamento do ponto de vista físico e emocional da vítima de violência sexual foi aprovado no plenário da Câmara dos Deputados. Em 12/07/2013 foi aprovado no Senado Federal e encaminhado para sanção Presidencial.

O PLC foi sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff em 1º de agosto de 2013, e passará a valer daqui a 90 dias, depois de ser devidamente regulamentada.

III. Argumentos

No Brasil, estima-se que sejam realizados, por ano, em torno de um milhão de abortos em condições de risco para a saúde e a vida das mulheres (Adesse, 2008). A OMS estima que 31% dos casos de gravidez terminam em abortoamento (quase três em cada dez mulheres grávidas abortam). Já conforme estimativas do Ministério da Saúde, todos os anos ocorrem cerca de 1,4 milhão de abortamentos espontâneos e ou inseguros, com uma taxa de 3,7 abortos para 100 mulheres de 15 a 49 anos (Adesse, 2008). E, infelizmente, essa situação pode ser ainda pior, justamente em razão das condições restritivas que a legislação brasileira impõe à prática do abortoamento no Brasil, o que deve ser considerado em face do enorme sub-registro dessas ocorrências.

Preocupar-se com a mortalidade materna significa pensar em políticas públicas de saúde como o planejamento reprodutivo e prevenção da gestação indesejada. É imprescindível o empenho conjunto das esferas da sociedade civil,

SAB SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office,
Tereso, Sala 104 - CEP 70070-600 - Brasília - DF
Fone: (61) 2109-0100

Home Page: www.cfp.org.br
E-mail: federal@cfp.org.br

governamental e legislativa para progredir e não permitir que haja mortes, especialmente por ineficiência do Estado.

Outrossim, cabe ressaltar ainda que embora o conceito de violência sexual seja considerado momento como tipo de violência de gênero, cujas principais destinatárias continuam sendo as mulheres, este abrange outros diversos tipos de violência sexual, para os quais também urge que sejam revistas as políticas públicas de referência, de forma que seja oportunizado atendimento imediato e obrigatório também para essa população. Assim, consideremos que não raro "homens, crianças, adultos ou adolescentes, notadamente em situação de cárcere ou internação e crianças, em especial, em ambiente intrafamiliar/doméstico, sofrem essa violência... lésbicas, gays, bissexuais, mulheres e homens transsexuais ou que vivenciam a transexualidade, travestis, transgêneros, bem como pessoas que exercem a prostituição..." (Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes: Nota Técnica. Ministério da Saúde, 3ª Edição, 2012).

IV. Posicionamento da Psicologia

O CFP vem a público se manifestar a respeito da importância dessa nova lei, especialmente do que expressa o artigo 3º, inciso IV, que torna a proflaxia da gravidez atendimento imediato e obrigatório. Caso o inciso fosse vetado, a autonomia da mulher sobre seu corpo não seria respeitada, seus direitos reprodutivos seriam aviltados, complicações sérias e até letais decorrentes do abortamento poderiam não ser evitadas. Enfim, não haveria o amparo legal e estatal que lhe é devido e a saúde integral da mulher não seria atendida, provocando assim uma revilitização.

Sobre o assunto, cumpre destacar o teor da Norma Técnica "Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes", publicada pelo Ministério da Saúde, a qual informa que a mulher "em situação de gravidez decorrente de violência sexual, bem como a adolescente e seus representantes legais, devem ser esclarecidos sobre as alternativas legais

quanto ao destino da gestação e sobre as possibilidades de atenção nos serviços de saúde", informando-as, da mesma forma e com mesma ênfase, tanto da possibilidade de interrupção da gravidez (conforme Decreto-Lei 2848, de 7 de dezembro de 1940, artigo 128, inciso II do Código Penal brasileiro) quanto do direito e da possibilidade de manterem a gestação até o seu término, garantindo-se os cuidados pré-natais apropriados para a situação, bem como, inclusive, da alternativa de doação e seus procedimentos legais.

Diante do exposto, o CFP defende, sobretudo, o acolhimento e escuta às mulheres em situação de violência sexual, de modo a auxiliá-las na tomada da própria decisão acerca de uma possível gravidez à medida que assim desejarem, e pela promoção da saúde da mulher, tanto física quanto mental, e pelo reconhecimento e integração dos diversos momentos e vivências na subjetividade dela, entre eles a decisão de ter filhos. Da mesma forma, que esses direitos se estendam a todos os tipos de violência sexual.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA

Brasília, 2 de agosto de 2013.

REFERÊNCIAS

ADESSE L, Monteiro MFG e Levin J. Abortamento, um grave problema de saúde pública e de justiça social in -Revista Radis- Comunicação em Saúde, Nº 66, http://www.ensp.iloctuz.br/radis/66/pdf/radis_66.pdf [09 mar 2008]

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de Ética Profissional do Psicólogo. Disponível em <http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo_etica.pdf>.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual Contra Mulheres e Adolescentes. Nota Técnica. 3ª Edição, 2012.

ANEXO XI

RESOLUÇÃO CFP Nº 014 /11

Dispõe sobre a inclusão do nome social no campo “observação” da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais, que lhe são conferidas pela Lei nº 5.766, de 20/12/1971;

CONSIDERANDO o direito à cidadania e o princípio da dignidade da pessoa humana, previstos no artigo 1º, inc. I e III da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o direito à igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, previsto no art. 5º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 6.206/75, a qual dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional;

CONSIDERANDO que nos termos do artigo 14 da Lei nº 5.766/71 e art.47 do Decreto nº 79.822/77 e art. 47 da Resolução CFP nº 003/2007, o documento de identificação do psicólogo é a carteira de identidade profissional;

CONSIDERANDO que o artigo 47 do Decreto nº 79.822/77 estabelece que deferida a inscrição será fornecida ao Psicólogo Carteira de Identidade Profissional, em que serão feitas anotações relativas à atividade do portador, e

CONSIDERANDO decisão do Plenário do Conselho Federal de Psicologia do dia 17 de junho de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Assegurar às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido no campo “observação” da Carteira de Identidade Profissional do Psicólogo, por meio da indicação do nome social.

Art. 2º - A pessoa interessada solicitará, por escrito, ao Conselho Regional de Psicologia a inclusão do prenome que corresponda à forma pela qual se reconheça e é identificada, reconhecida e denominada por sua comunidade e em sua inserção social.

Art. 3º - Fica permitida a assinatura nos documentos resultantes do trabalho da(o) psicóloga(o) ou nos instrumentos de sua divulgação o uso do nome social, juntamente com o nome e o número de registro do profissional.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília (DF), 20 de junho de 2011.

HUMBERTO COTA VERONA
Conselheiro - Presidente

ANEXO XII

RESOLUÇÃO CFP Nº 007 /11

Cria o Prêmio Profissional DEMOCRACIA E CIDADANIA PLENA DAS MULHERES.

CONSIDERANDO a importância da presença das mulheres na profissão Psicologia e considerando que se aproxima a data de 8 de março, dia internacional da mulher;

CONSIDERANDO decisão da diretoria do CFP de tratar o tema da cidadania das mulheres e das relações de gênero como transversal às ações do Conselho, valorizando a atuação feminina na profissão e dialogando com as psicólogas e psicólogos sobre seu papel na construção de cidadania e na consolidação dos direitos das mulheres;

CONSIDERANDO reunião da diretoria do CFP em 27 de janeiro de 2011 que definiu pela realização da campanha de comunicação sobre mulheres e a Psicologia;

CONSIDERANDO que uma das atividades da campanha será a realização de concessão de Prêmio Profissional sobre o tema, com o título “DEMOCRACIA E CIDADANIA PLENA DAS MULHERES”;

CONSIDERANDO a decisão da Plenária em sessão realizada no dia 27 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir o prêmio monográfico “DEMOCRACIA E CIDADANIA PLENA DAS MULHERES”, e aprovar o seu regulamento a ser disponibilizado nos sites www.pol.org.br e [HTTP://mulheres.pol.org.br](http://mulheres.pol.org.br).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Brasília (DF), 03 de março de 2011.

HUMBERTO COTA VERONA
Conselheiro Presidente

ANEXO XIII

PROTOCOLO Nº 11.577.013-6

PARECER CEE/CES Nº 57/12

APROVADO EM 03/10/2012

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

INTERESSADA: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE – UNICENTRO

MUNICÍPIO: GUARAPUAVA

ASSUNTO: Pedido de renovação do reconhecimento do curso de graduação em Psicologia – Bacharelado, da UNICENTRO, ofertado no *Campus* de Irati.

RELATOR: JOSE DORIVAL PEREZ

I – RELATÓRIO 1. Histórico

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino

Superior/SETI, por meio do ofício CES/SETI nº 726, de 25/07/12 (fls. 424) e Informação Técnica nº 44/2012-CES/SETI (fls. 423), da mesma data, encaminha o protocolado da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, município de Guarapuava, mantida pelo Governo do Estado do Paraná, em que solicita a renovação do reconhecimento do curso de graduação em Psicologia – Bacharelado, ofertado no *Campus* de Irati, com fundamento no artigo 52 da Deliberação nº 01/10-CEE/PR.

1.1 Dados Gerais do Curso

O curso de graduação em Psicologia – Bacharelado foi reconhecido pelo Decreto Estadual nº 2064, publicado no Diário Oficial do Estado em 16/01/08, embasado do Parecer CEE/CES/PR nº 673/2007, com carga horária de 4.148 (quatro mil cento e quarenta e oito) horas, regime de matrícula seriado anual, turno de funcionamento integral, 30 (trinta) vagas anuais e período de integralização: mínimo de 05 (cinco) e máximo de 07 (sete) anos. As Resoluções nºs 39-COU/UNICENTRO, de 09/03/09 (fls. 310) e 2-COU/UNICENTRO, de 02/01/12 (fls. 363) alteraram o projeto políticopedagógico do curso, com as seguintes características: Carga horária: 4.176 (quatro mil e cento e setenta e seis) horas.

Turno de funcionamento: integral

Regime de matrícula: anual

Número de vagas: 30 (trinta)

Período de integralização: mínimo de 05 (cinco) e máximo de 07 (sete) anos.

CURSO: PSICOLOGIA (Psicólogo) (480/I – Integral – Cur. 2009)

COD.	DEPTO.	DISCIPLINAS	SÉRIES					C/H Anual		
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	T.	P.	Total
0167/I	DEPSI/I	Anatomia e Fisiologia Humanas	3						x	102
0168/I	DEMAT/I	Estatística Aplicada à Psicologia	3					x		102
0169/I	DENAM/I	Genética Humana	2					x		68
1100/I	DEHIS/I	História da Filosofia	4					x		136
0171/I	DEPSI/I	História, Teorias e Sistemas em Psicologia	4					x		136
0172/I	DEPSI/I	Introdução à Psicologia **	4					x	x	136
0173/I	DEPSI/I	Metodologia da Investigação Psicológica I	3					x		102
0174/I	DELET/I	Produção e Editoração de Texto	3					x	x	102
1101/I	DEPSI/I	Psicologia do Desenvolvimento	4					x		136
0176/I	DEPSI/I	Análise Experimental do Comportamento	4					x		136
1195/I	DEPSI/I	Dinâmicas de Grupo	3					x		102
1196/I	DEPSI/I	Metodologia da Investigação Psicológica II	3					x		102
0179/I	DEPSI/I	Neurofisiologia	2					x		68
---	---	Optativa	2					x		68
0180/I	DEPSI/I	Psicologia da Educação	3					x		102
0181/I	DEPSI/I	Psicologia da Personalidade	3					x		102
1197/I	DEPSI/I	Psicologia Social *	4					x	x	136
0183/I	DEHIS/I	Sociologia	2					x		68
0184/I	DEPSI/I	Técnicas de Exame Psicológico	4					x	x	136
1198/I	DEHIS/I	Antropologia Cultural		3				x		102
---	---	Optativa		2				x		68
---	---	Optativa		2				x		68
1199/I	DEPSI/I	Psicologia Clínica e da Saúde		4				x		136
1200/I	DEPSI/I	Psicologia da Pessoa Portadora de Deficiência *		3				x	x	102
0188/I	DEPSI/I	Psicologia do Trabalho I		3				x		102
1201/I	DEPSI/I	Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem **		4				x	x	136
1202/I	DEPSI/I	Psicopatologia *		4				x	x	136
0190/I	DEPSI/I	Psicomotricidade		3				x		102
0829/I	DEPSI/I	Abordagens Teórico-Metodológicas da Psicologia Contemporânea I			3			x		102
1203/I	DEPSI/I	Ética Profissional			3			x		102
---	---	Optativa			2			x		68
---	---	Optativa			2			x		68
1204/I	DEPSI/I	Orientação para a Escolha Profissional **			4			x	x	136
0197/I	DEPSI/I	Psicopatologia da Criança e do Adolescente			3			x		102
1205/I	DEPSI/I	Psicologia do Trabalho II			4			x		136
1206/I	DEPSI/I	Técnicas de Aconselhamento Psicológico **			4			x	x	136
0831/I	DEPSI/I	Abordagens Teórico-Metodológicas da Psicologia Contemporânea II					2	x		68
---	---	Optativa					2	x		68
---	---	Optativa					2	x		68
---	---	Optativa					2	x		68
1207/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Psicologia Clínica ***					4	x		136
1208/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Instituições e Organizações I ***					4	x		136
1209/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Instituições e Organizações II ***					4	x		136
		SUBTOTAL (horas-aula)	30	30	28	25	20			4522
		SUBTOTAL (horas)								3768
		Estágio Profissional Supervis. em Psicologia Clínica (horas)								136
		Estágio Profissional Supervisionado em Instituições e Organizações I (horas)								136
		Estágio Profissional Supervisionado em Instituições e Organizações II (horas)								136
		TOTAL (horas)								4176

(*) Estágio Básico 17 horas

(**) Estágio Básico 34 horas

(***) Cada turma é composta por 8 alunos.

Início: 2009

CÓD. DIS.	DEPTOS.	DISCIPLINAS	C/H
0833/I	DEPSI/I	Análise Institucional	68
0834/I	DEPSI/I	Atuação do Psicólogo em Instituições de Saúde	68
0835/I	DEPSI/I	Avaliação Psico-Educacional	68
0207/I	DEPED/I	Educação Inclusiva	68
0836/I	DEPSI/I	Introdução à Psicanálise e de J. Lacan I	68
0837/I	DEPSI/I	Introdução à Psicanálise e de J. Lacan II	68
1497/I	DELET/I	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68
0208/I	DEPSI/I	Linguagem e Pensamento	68
0838/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia Clínica	68
0839/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia da Saúde	68
0840/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento	68
0841/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia Social	68
1210/I	DEPSI/I	Prática da Pesquisa Psicológica II	136
0842/I	DEPSI/I	Prática em Pesquisa Psicológica	68
0843/I	DEPSI/I	Psicodiagnóstico	68
0210/I	DEPSI/I	Psicofarmacologia	68
0211/I	DEPSI/I	Psicologia Ambiental	68
0844/I	DEPSI/I	Psicologia Análise de C. G. Jung	68
0212/I	DEPSI/I	Psicologia Comunitária	68
0845/I	DEPSI/I	Psicologia da Adolescência	68
0846/I	DEPSI/I	Psicologia da Gravidez, Parto e Puerpério	68
0213/I	DEPSI/I	Psicologia da Morte e Paciente Terminal	68
0847/I	DEPSI/I	Psicologia da Personalidade II	68
0214/I	DEPSI/I	Psicologia da Terceira Idade	68
0848/I	DEPSI/I	Psicologia do Esporte	68
0849/I	DEPSI/I	Psicologia do Trânsito	68
0850/I	DEPSI/I	Psicologia e Arte	68
0851/I	DEPSI/I	Psicologia Hospitalar	68
0852/I	DEPSI/I	Psicologia Judiciária	68
0853/I	DEPSI/I	Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	68
0854/I	DEPSI/I	Psicoterapia de Família e de Casal	68
0855/I	DEPSI/I	Psicoterapia Infantil	68
0856/I	DEPSI/I	Psicoterapias Corporais	68
0216/I	DEPSI/I	Relações de Gênero	68
0857/I	DEPSI/I	Subjetividade e Corporeidade	68
0858/I	DEPSI/I	Técnicas de Entrevista Psicológica	68
0859/I	DEPSI/I	Técnicas de Observação Psicológica	68
0860/I	DEPSI/I	Técnicas Projetivas	68
0861/I	DEPSI/I	Tópicos em Psicologia do Trabalho	68
0217/I	DEPSI/I	Tópicos Especiais em Psicologia Clínica	68
0219/I	DEPSI/I	Tópicos Especiais em Psicologia Escolar	68

Início: 2009

1.3 Objetivos do Curso

A UNICENTRO, às folhas 89, descreve os objetivos do curso:

- Formar o psicólogo, construindo as habilidades e competências necessárias para a atuação profissional nos vários contextos existentes e potenciais.
- Propiciar a atitude profissional ética e comprometida com a transformação social.
- Estimular o trabalho interdisciplinar e o diálogo com as demais ciências.
- Promover a sensibilização e capacitação para o trabalho com segmentos sociais excluídos, estimulando a produção de conhecimento psicológico e interdisciplinar neste campo.
- Estimular a formação contínua através da educação continuada, em particular na pós-graduação *strictu sensu*.
- Construção do desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia.
- Compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais.

- h) Reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico.
- i) Compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão.
- j) Atuação em diferentes contextos considerando as necessidades sociais, os direitos humanos tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades.
- k) Respeito a ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações.

1.4 Perfil do Egresso

O perfil profissional do curso de graduação em Psicologia – Bacharelado, é descrito pela UNICENTRO, às folhas 92:

O psicólogo formado pelo Campus Universitário de Irati da Universidade Estadual Centro-Oeste deve estar comprometido com práticas profissionais marcadas pela competência e compromisso ético e político permeados pela contínua construção e aplicação do conhecimento científico.

1.5 Quadro Docente (fls. 73 a 80)

O quadro de docentes é constituído de 29 (vinte e nove) professores, todos com Regime Integral (RT- 40), sendo 11 (onze) doutores, 12 (doze) mestres, 05 (cinco) especialistas e 01 (um) graduado.

2. No Mérito

O curso de graduação em Psicologia - Bacharelado, ofertado pela Universidade Estadual do Centro–Oeste – UNICENTRO, participou do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade/2009) e obteve o CPC-4 (fls. 08), ficando dispensado de avaliação externa, com fundamento no artigo 52, da Deliberação nº 01/10-CEE/PR que dispõe que “ para fins de renovação de reconhecimento, ficam dispensados de avaliação externa os cursos, cujo Conceito Preliminar de Cursos Superiores – CPCs seja 3, 4 ou 5.”

O projeto político-pedagógico do curso de graduação em Psicologia – Bacharelado atende a legislação pertinente.

II – VOTO DO RELATOR

Face ao exposto somos favoráveis à renovação do reconhecimento do curso de graduação em Psicologia - Bacharelado, da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO, do município de Guarapuava, mantida pelo Governo do Estado do Paraná, ofertado no *Campus* de Irati, pelo prazo de 04 (quatro) anos, com fundamento nos artigos 48 e 52 da Deliberação nº 01/10-CEE/PR.

O projeto político-pedagógico atualizado do curso apresenta carga horária de 4.176 (quatro mil cento e setenta e seis) horas, turno de funcionamento integral, regime de matrícula seriado anual, 30 (trinta) vagas anuais e período de integralização de no mínimo 05 (cinco) e no máximo 07 (sete) anos.

Encaminhe-se cópia deste Parecer à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior/SETI, para fins de homologação (artigos 8º e 54, da Deliberação nº 01/10-CEE/PR).

Devolva-se o processo à instituição para constituir fonte de informação e acervo.

É o Parecer.

Jose Dorival Perez

Relator

PROCESSO Nº 1277/12

DECISÃO DA CÂMARA A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o Voto do Relator.

Curitiba, 03 de outubro de 2012.

Maria Helena Silveira Maciel
Presidente da CES

Oscar Alves
Presidente do CEE

ANEXO XIV

RESOLUÇÃO Nº 119-COU/UNICENTRO, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2013.

**ALTERADA A NOMENCLATURA DESSE CURSO
PARA LICENCIATURA EM PSICOLOGIA –
COMPLEMENTAÇÃO, CONFORME
RESOLUÇÃO
Nº 182/2014-GR/UNICENTRO.**

**Aprova o Projeto Pedagógico do Curso
de Complementação para a Licenciatura
em Psicologia, da UNICENTRO,
Campus de Irati, e dá outras
providências.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE,
UNICENTRO:

Faço saber que o Conselho Universitário, COU, considerando os incisos II e
IV, do art. 53, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB;

considerando a Resolução nº 5-CNE/CES, de 15 de março de 2011, do
Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que Institui as Diretrizes
Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas
para o projeto

pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia;

considerando a Resolução nº 1-CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002, do
Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno, que institui as Diretrizes Curriculares
Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de
licenciatura, de

graduação plena, alterada pela Resolução nº 1-CNE/CP, de 17 de novembro de 2005;

considerando a Resolução nº 3-CNE/CES, de 2 de julho de 2007, do Conselho
Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, que dispõe sobre procedimentos a
serem adotados quanto ao conceito de hora-aula;

considerando o art. 1º, da Resolução nº 62-CEPE/UNICENTRO, de 18 de
junho de 2008, que aprovou o Regulamento da oferta de disciplinas dos cursos presenciais
na modalidade a distância; considerando o contido no Parecer nº 349-CEPE, de 6 de
dezembro de 2013; aprovou, pelo Parecer nº 90-COU, de 12 de dezembro de 2013, contido
no Protocolo

nº 6.289, de 15 de maio de 2013, e eu sanciono, nos termos do art. 9º, inciso X, do Regimento
da UNICENTRO, a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Complementação para a Licenciatura em Psicologia, da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, *Campus* de Irati, conforme o contido nesta Resolução.

Parágrafo único. O Projeto Pedagógico de que trata o *caput* deste artigo passa a

vigorar a partir do ano de 2014.

Art. 2º A carga horária do Curso de que trata esta Resolução é de 816 horas.

Parágrafo único. Até 20% da carga horária total do curso pode ser ministrada na

modalidade de ensino a distância.

Art. 3º O período de integralização desse Curso é de, no mínimo, três e, no máximo, cinco anos.

Art. 4º Esse Curso é oferecido em período integral, com trinta vagas anuais.

Art. 5º A matriz curricular e o ementário das disciplinas constam nos Anexos I e II,

desta Resolução.

Art. 6º A matriz curricular desse Curso está organizada segundo o Regime Seriado Anual previsto no Regimento da UNICENTRO.

Art. 7º Os objetivos desse Curso são:

I – complementar a formação dos psicólogos, articulando os saberes específicos da área com os conhecimentos didáticos e metodológicos, para atuar na construção de políticas públicas de educação, na educação básica, no nível médio, no curso de formação para o magistério em nível médio, em cursos profissionalizantes e em cursos técnicos, na educação continuada, assim como em contextos de educação não formal como instituições de acolhimento, centros socioeducativos, instituições comunitárias e outros;

II – possibilitar a formação de professores de Psicologia comprometidos com as transformações político-sociais, adequando sua prática pedagógica às exigências de uma educação para a diversidade;

III – formar professores de Psicologia comprometidos com os valores de promoção e garantia de direitos e da cidadania, capazes de refletir, expressar e construir, de modo crítico e criativo, novos contextos de pensamentos e ação;

IV – formar professores que dominem teórica e tecnicamente os processos de ensino e aprendizagem no âmbito da Psicologia para os diversos contextos.

Art. 8º O Licenciado em Psicologia deve possuir o seguinte perfil profissional:

I – possua uma formação generalista e múltipla, com solidez teórico-metodológica e comprometida com a construção do conhecimento em Psicologia;

II – tenha capacidade de análise dos campos de atuação, considerando os desafios contemporâneos;

III – saiba identificar espaços e/ou situações em que o ensino e divulgação da Psicologia possam contribuir para o desenvolvimento de indivíduos, comunidades ou organizações;

IV – consiga desenvolver e implementar propostas relacionadas ao ensino de Psicologia em diferentes contextos;

V – utilize tecnologias para o ensino de Psicologia;

VI – articule as possibilidades de atuação do professor de Psicologia com as Políticas Públicas;

VII – compreenda e analise o funcionamento de instituições educacionais e o lugar do ensino da Psicologia nessas instituições;

VIII – contribua na construção de políticas educacionais e atue na gestão educacional dentro da instituição escolar e/ou fora dela;

IX – realize leitura crítica do contexto educacional e, a partir da práxis, instrumentalize os sujeitos para os processos emancipatórios e de cidadania;

X – compreenda a multiplicidade dos processos de avaliação educacional, implementando-as considerando a perspectiva institucional de seu contexto de atuação.

Art. 9º O projeto pedagógico do curso de Complementação para a Licenciatura em Psicologia da UNICENTRO visa formar um profissional com os conhecimentos requeridos para o exercício das seguintes habilidades e competências:

I – garantir um campo de conhecimentos e práticas educacionais e capacidade para utilizá-los no ensino de Psicologia em diferentes contextos;

II – conhecer a história da educação brasileira, sua estrutura, legislação e funcionamento, bem como as políticas públicas educativas vigentes;

III – conhecer os conteúdos próprios do ensino de Psicologia para as diferentes modalidades educativas;

IV – planejar e executar atividades didático-pedagógicas para os diferentes níveis de ensino de ambientes formais e não-formais;

V – elaborar estratégias e instrumentos de avaliação do processo de ensino e aprendizagem;

VI – contribuir para o debate multidisciplinar acerca do processo de avaliação nos diversos âmbitos em que o licenciado em Psicologia atua;

VII – identificar e respeitar a diversidade que compõe o conjunto da sociedade;

VIII – compreender a necessidade do processo de formação continuada;

IX – manter-se atualizado frente aos temas e aos desafios contemporâneos da educação.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste,
UNICENTRO.

Prof. Dr. Aldo Nelson
Bona, Reitor.

CURRÍCULO PLENO

CURSO: COMPLEMENTAÇÃO PARA A LICENCIATURA EM PSICOLOGIA (Integral)

		SÉRIES/SEMESTRES						
DEPTOS.	DISCIPLINAS	1ª		2ª		3ª		C/H Total
		1º	2º	1º	2º	1º	2º	
DEPED/I	História da Educação	3						51
DEPED/I	Políticas Públicas Educacionais I	2						34
DELET/I	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	4						68
DEPED/I	Políticas Públicas Educacionais II		2					34
DEPED/I	Didática		3					51
DEHIS/I	Estudos Afro-Brasileiros: Questões Raciais, Mestiçagens e Multiculturalismos no Brasil		4					68
DEPSI/I	Ensino da Psicologia em Contextos Educacionais Formais e Não-Formais I			3				51
DEPSI/I	Psicologia, Educação e Diversidade I			3				51
DEPSI/I	Ensino da Psicologia em Contextos Educacionais Formais e NãoFormais II				2			34
DEPSI/I	Psicologia, Educação e Diversidade II				3			51
DEPSI/I	Estágio Supervisionado em Ensino de Psicologia em Contextos Formais e Não-Formais I				4			68
DEPSI/I	Ensino da Psicologia em Contextos Educacionais Formais e NãoFormais III					3		51
DEPSI/I	Estágio Supervisionado em Ensino de Psicologia em Contextos Formais e Não-Formais II					4		68
DEPSI/I	Tópicos Contemporâneos em Psicologia e Educação						4	68
DEPSI/I	Estágio Supervisionado em Ensino de Psicologia em Contextos Formais e Não-Formais III						4	68
	SUBTOTAL (horas-aula)	9	9	6	9	7	8	816
	SUBTOTAL (horas)							680
	Estágio em Ensino de Psicologia em Contextos Formais e NãoFormais I				x			34
	Estágio em Ensino de Psicologia em Contextos Formais e NãoFormais II					x		51
	Estágio em Ensino de Psicologia em Contextos Formais e NãoFormais III						x	51
	TOTAL (horas)							816

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

CURSO DE COMPLEMENTAÇÃO PARA A LICENCIATURA EM PSICOLOGIA, CAMPUS DE IRATI

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS

DIDÁTICA

A Didática e seu objeto de estudo. Análise crítica dos processos de ensino e de aprendizagem, à luz das tendências pedagógicas. O planejamento e a avaliação escolar no processo pedagógico. A pesquisa e a reflexão como elementos constituintes da formação inicial e continuada do professor.

ENSINO DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS FORMAIS E NÃO-FORMAIS I

Definição e apresentação dos contextos formais e não-formais de educação, considerando as contribuições da Educação Ambiental. Análise crítica do processo de construção das condições necessárias para o ensino de psicologia. Planejamento de ações focadas nos conteúdos de psicologia demandados pelo contexto.

ENSINO DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS FORMAIS E NÃO-FORMAIS II

Metodologias e conteúdos no ensino da psicologia em contextos formais a partir das análises processuais e institucionais.

ENSINO DA PSICOLOGIA EM CONTEXTOS EDUCACIONAIS FORMAIS E NÃO-FORMAIS III

Metodologias e conteúdos no ensino da psicologia em contextos não formais a partir das análises processuais e institucionais.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE PSICOLOGIA EM CONTEXTOS FORMAIS E NÃOFORMAIS I

Aproximação do campo de licenciatura com o planejamento das atividades de ensino e acompanhamento de atividades em diferentes contextos, áreas de conhecimento e níveis de ensino. Análise de cenário onde se inserem cursos e disciplinas em que licenciados em psicologia possam atuar, bem como avaliação das contribuições da psicologia para tais cursos e disciplinas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE PSICOLOGIA EM CONTEXTOS FORMAIS E NÃOFORMAIS II

Planejamento, a partir de uma avaliação prévia, de práticas de ensino em contextos formais e não-formais em que o licenciado em psicologia possa atuar. Avaliação das contribuições da Psicologia para tais especificidades.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM ENSINO DE PSICOLOGIA EM CONTEXTOS FORMAIS E NÃOFORMAIS III

Efetivação e avaliação de práticas de ensino em contextos formais e/ou não-formais em que o licenciado em psicologia possa atuar. Avaliação das contribuições da Psicologia para a Educação.

ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS: QUESTÕES RACIAIS, MISTIÇAGENS E

MULTICULTURALISMOS NO BRASIL

História dos africanos no Brasil. Questões raciais-mestiçagem. Ideias da democracia racial – construção de estereótipos. A reinvenção da identidade africana em território brasileiro – a cultura negra. Resistências, lutas e conquistas contemporâneas.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Interpretação dos fatos históricos e suas influências no Brasil – do Brasil colônia ao dias atuais. As relações entre psicologia e educação no contexto educacional brasileiro.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS

A Língua Brasileira de Sinais: aspectos históricos, culturais e educacionais. Introdução dos elementos essenciais da língua, datilologia, vocabulário em sinais e estruturas gramaticais simples que capacitem para a comunicação elementar com pessoas surdas.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS I

Concepções teóricas de Estado e Educação. Políticas públicas educacionais: fundamentos e determinantes teórico-metodológicos. A influência internacional no processo de elaboração de políticas educacionais. Políticas educacionais e Legislação de Ensino em sua construção histórica.

POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS II

Políticas educacionais enquanto políticas públicas sociais. A organização do sistema de ensino brasileiro. Processos democráticos e organização do trabalho pedagógico na educação brasileira. Políticas públicas de formação de profissionais da educação.

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE I

A constituição da subjetividade nos processos educativos e suas relações com os direitos humanos e a diversidade étnica, racial e cultural, com focos específicos relacionados à realidade paranaense. A cultura e a diversidade como foco de trabalho do licenciado em Psicologia nas ações educativas pertinentes ao seu trabalho.

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE II

Constituição da subjetividade na perspectiva das relações de gênero. Diversidade sexual e os processos de subjetivação. Processos educativos, espaços de atuação do licenciado em Psicologia e a educação para as relações de gênero e diversidade sexual.

TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Temas contemporâneos pertinentes às relações entre a Psicologia e a Educação, problematizando conceitos, ideologias e valores que atuem como norteadores de uma reflexão acerca dessas temáticas.

Gabinete do Reitor da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO.

Prof. Dr. Aldo Nelson
Bona, Reitor.

ANEXO XV**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO**

Setor de Ciências da Saúde
Unidade Universitária de Irati

CURRÍCULO PLENO

CURSO: PSICOLOGIA (Psicólogo) (480/I – Integral – Cur. 2009)

COD.	DEPTO.	DISCIPLINAS	SÉRIES					C/H Anual		
			1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	T.	P.	Total
0167/I	DEPSI/I	Anatomia e Fisiologia Humanas	3						x	102
0168/I	DEMAT/I	Estatística Aplicada à Psicologia	3					x		102
0169/I	DENAM/I	Genética Humana	2					x		68
1100/I	DEHIS/I	História da Filosofia	4					x		136
0171/I	DEPSI/I	História, Teorias e Sistemas em Psicologia	4					x		136
0172/I	DEPSI/I	Introdução à Psicologia **	4					x	x	136
0173/I	DEPSI/I	Metodologia da Investigação Psicológica I	3					x		102
0174/I	DELET/I	Produção e Editoração de Texto	3					x	x	102
1101/I	DEPSI/I	Psicologia do Desenvolvimento	4					x		136
0176/I	DEPSI/I	Análise Experimental do Comportamento		4					x	136
1195/I	DEPSI/I	Dinâmicas de Grupo		3				x		102
1196/I	DEPSI/I	Metodologia da Investigação Psicológica II		3				x		102
0179/I	DEPSI/I	Neurofisiologia		2				x		68
---	---	Optativa		2				x		68
0180/I	DEPSI/I	Psicologia da Educação		3				x		102
0181/I	DEPSI/I	Psicologia da Personalidade		3				x		102
1197/I	DEPSI/I	Psicologia Social *		4				x	x	136
0183/I	DEHIS/I	Sociologia		2				x		68
0184/I	DEPSI/I	Técnicas de Exame Psicológico		4				x	x	136
1198/I	DEHIS/I	Antropologia Cultural			3			x		102
---	---	Optativa			2			x		68
---	---	Optativa			2			x		68

1199/I	DEPSI/I	Psicologia Clínica e da Saúde			4			x		136
1200/I	DEPSI/I	Psicologia da Pessoa Portadora de Deficiência *			3			x	x	102
0188/I	DEPSI/I	Psicologia do Trabalho I			3			x		102
1201/I	DEPSI/I	Psicologia Escolar e Problemas de Aprendizagem **			4			x	x	136
1202/I	DEPSI/I	Psicopatologia *			4			x	x	136
0190/I	DEPSI/I	Psicomotricidade			3			x		102
0829/I	DEPSI/I	Abordagens Teórico-Metodológicas da Psicologia Contemporânea I			3			x		102
1203/I	DEPSI/I	Ética Profissional			3			x		102
---	---	Optativa			2			x		68
---	---	Optativa			2			x		68
1204/I	DEPSI/I	Orientação para a Escolha Profissional **			4			x	x	136
0197/I	DEPSI/I	Psicopatologia da Criança e do Adolescente			3			x		102
1205/I	DEPSI/I	Psicologia do Trabalho II			4			x		136
1206/I	DEPSI/I	Técnicas de Aconselhamento Psicológico **			4			x	x	136
0831/I	DEPSI/I	Abordagens Teórico-Metodológicas da Psicologia Contemporânea II				2		x		68
---	---	Optativa				2		x		68
---	---	Optativa				2		x		68
---	---	Optativa				2		x		68
1207/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Psicologia Clínica ***				4		x		136
1208/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Instituições e Organizações I ***				4		x		136
1209/I	DEPSI/I	Supervisão de Estágio em Instituições e Organizações II ***				4		x		136
SUBTOTAL (horas-aula)			30	30	28	25	20			4522
SUBTOTAL (horas)										3768
Estágio Profissional Supervis. em Psicologia Clínica (horas)										136
Estágio Profissional Supervisionado em Instituições e Organizações I (horas)										136
Estágio Profissional Supervisionado em Instituições e Organizações II (horas)										136
TOTAL (horas)										4176

(*) Estágio Básico 17 horas

(**) Estágio Básico 34 horas

(***) Cada turma é composta por 8 alunos. Início: 2009 Integralização: mínima - 5 anos / máxima - 7 anos

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO

**Setor de Ciências da Saúde
Unidade Universitária de Irati**

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CURSO: PSICOLOGIA (Psicólogo) (480/I – Integral – Cur. 2009)

CÓD. DIS.	DEPTOS.	DISCIPLINAS	C/H
0833/I	DEPSI/I	Análise Institucional	68
0834/I	DEPSI/I	Atuação do Psicólogo em Instituições de Saúde	68
0835/I	DEPSI/I	Avaliação Psico-Educacional	68
0207/I	DEPED/I	Educação Inclusiva	68
0836/I	DEPSI/I	Introdução à Psicanálise e de J. Lacan I	68
0837/I	DEPSI/I	Introdução à Psicanálise e de J. Lacan II	68
1497/I	DELET/I	Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	68
0208/I	DEPSI/I	Linguagem e Pensamento	68
0838/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia Clínica	68
0839/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia da Saúde	68
0840/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento	68
0841/I	DEPSI/I	Pesquisa em Psicologia Social	68
1210/I	DEPSI/I	Prática da Pesquisa Psicológica II	136
0842/I	DEPSI/I	Prática em Pesquisa Psicológica	68
0843/I	DEPSI/I	Psicodiagnóstico	68
0210/I	DEPSI/I	Psicofarmacologia	68
0211/I	DEPSI/I	Psicologia Ambiental	68
0844/I	DEPSI/I	Psicologia Análise de C. G. Jung	68
0212/I	DEPSI/I	Psicologia Comunitária	68
0845/I	DEPSI/I	Psicologia da Adolescência	68
0846/I	DEPSI/I	Psicologia da Gravidez, Parto e Puerpério	68
0213/I	DEPSI/I	Psicologia da Morte e Paciente Terminal	68
0847/I	DEPSI/I	Psicologia da Personalidade II	68
0214/I	DEPSI/I	Psicologia da Terceira Idade	68
0848/I	DEPSI/I	Psicologia do Esporte	68
0849/I	DEPSI/I	Psicologia do Trânsito	68

0850/I	DEPSI/I	Psicologia e Arte	68
0851/I	DEPSI/I	Psicologia Hospitalar	68
0852/I	DEPSI/I	Psicologia Judiciária	68
0853/I	DEPSI/I	Psicoterapia Cognitivo-Comportamental	68
0854/I	DEPSI/I	Psicoterapia de Família e de Casal	68
0855/I	DEPSI/I	Psicoterapia Infantil	68
0856/I	DEPSI/I	Psicoterapias Corporais	68
0216/I	DEPSI/I	Relações de Gênero	68
0857/I	DEPSI/I	Subjetividade e Corporeidade	68
0858/I	DEPSI/I	Técnicas de Entrevista Psicológica	68
0859/I	DEPSI/I	Técnicas de Observação Psicológica	68
0860/I	DEPSI/I	Técnicas Projetivas	68
0861/I	DEPSI/I	Tópicos em Psicologia do Trabalho	68
0217/I	DEPSI/I	Tópicos Especiais em Psicologia Clínica	68
0219/I	DEPSI/I	Tópicos Especiais em Psicologia Escolar	68

Início: 2009

Integralização: mínima - 5 anos / máxima - 7 anos

ANEXO XVI

EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE PSICOLOGIA (Currículo iniciado em 2009):

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA I C/H 102
(0829/I)

Diferentes linhas de intervenção teórico-metodológicas da Psicologia contemporânea

ABORDAGENS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA PSICOLOGIA CONTEMPORÂNEA II C/H 68
(0831/I)

Diferentes linhas de intervenção teórico-metodológicas da Psicologia contemporânea abordadas na forma de seminários.

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO C/H 136 (0176/I)

Postulados teóricos do Behaviorismo. Condicionamento operante. Esquemas de reforçamento. Controle de estímulos: condicionamento pavloviano, discriminação, discriminação e generalização de estímulos. Modelagem. Controle de estímulos aversivos: esquiva, fuga e supressão condicionada. Discriminações e de contexto. Aplicações destes princípios prática psicológica.

ANATOMIA E FISIOLOGIA HUMANAS C/H 102 (0167/I)

Anatomia e fisiologia humanas: conceitos e métodos de estudo. Noções anátomo-fisiológicas: sistema esquelético, sistema articular, sistema muscular, sistema circulatório, sistema respiratório. Sistema nervoso, sistema genital masculino e feminino, sistema endócrino.

ANTROPOLOGIA CULTURAL C/H 102 (1198/I)

Os seres humanos e as sociedades. Os seres humanos e a subjetividade. Relações de poder. Relações de gênero. Relações étnico-raciais na sociedade brasileira.

DINÂMICAS DE GRUPO C/H 102 (1195/I)

Pequenos grupos: características e interação. Contribuições teórico-metodológicas: grupos operativos e psicodrama. Técnicas de dinâmica de grupos aplicáveis nos vários contextos da Psicologia.

ESTATÍSTICA APLICADA À PSICOLOGIA C/H 102 (0168/I)

Introdução. Fases de um trabalho estatístico. Representação tabular e gráfica. Distribuição de frequência. Medidas de posição e dispersão. Amostragem. Análise de regressão. Teste de hipóteses. Probabilidade. Distribuição Binominal e Normal. Uso de programas e aplicativos estatísticos.

ÉTICA PROFISSIONAL C/H 102 (1203/I)

Ética: história e fundamentos. Regulamentação da profissão de psicólogo e dos órgãos de classe. O Código de Ética brasileiro. A Ética profissional nos diferentes contextos de atuação do psicólogo.

A partir de 2015:

Ética: história e fundamentos. Regulamentação da profissão de psicólogo e dos órgãos de classe. O Código de Ética brasileiro. A Ética profissional nos diferentes contextos de atuação do psicólogo. Psicologia e Direitos Humanos. Psicologia e questões ambientais.

GENÉTICA HUMANA C/H 68 (0169/I)

Genética humana: estudo dos princípios gerais. Transmissão, expressão e alteração do material genético. Aconselhamento genético.

HISTÓRIA DA FILOSOFIA C/H 136 (1100/I)

O estudo da Filosofia a partir de seu surgimento na Grécia antiga, considerando as orientações gerais do pensamento grego, medieval, moderno e contemporâneo. A questão do nascimento das Ciências Humanas e a problemática do seu estatuto de cientificidade.

HISTÓRIA, TEORIAS E SISTEMAS EM PSICOLOGIA C/H 136 (0171/I)

História da Psicologia até a contemporaneidade. Abordagens, sua construção e pressupostos: Estruturalismo, Funcionalismo, Behaviorismo, Gestalt e Psicanálise. A história da Psicologia no Brasil e no Paraná.

INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA C/H 136 (0172/I)

A Psicologia como ciência e como profissão. Áreas de atuação e contextos de trabalho. Os agentes no processo de trabalho do profissional psicólogo nos âmbitos clínico, escolar e organizacional. Fundamentos éticos do trabalho.

A disciplina solicita de cada aluno atividades como entrevistas com profissionais psicólogos e outros com os quais poderá interagir, visitas e observações documentadas a instituições onde desenvolvam-se trabalhos em Psicologia e leituras orientadas de documentos exarados pelos Conselhos da classe (federal e regional).

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA I C/H 102 (0173/I)

A Psicologia como ciência, suas bases epistemológicas. Concepções teórico-metodológicas de investigação da realidade e formas de delineamento às pesquisas delas decorrentes. A pesquisa bibliográfica: planejamento, elaboração e apresentação do trabalho científico.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO PSICOLÓGICA II C/H 102 (1196/I)

Planejamento da pesquisa, suas etapas de execução. Métodos e técnicas. Instrumentos de coleta de dados. Análise de dados: a superação da falsa dicotomia entre pesquisa quantitativa e a qualitativa.

NEUROFISIOLOGIA C/H 68 (0179/I)

Estudo fisiológico do Sistema Nervoso, buscando articulações com os fenômenos psicológicos.

ORIENTAÇÃO PARA A ESCOLHA PROFISSIONAL C/H 136 (1204/I)

A visão da orientação como processo: suas etapas e elementos. Testes e outras alternativas. Análise dos contextos econômicos, sociais e familiares na orientação. Práticas individual, com pequenos grupos e comunidade.

PRODUÇÃO E EDITORAÇÃO DE TEXTO C/H 102 (0174/I)

Linguística textual. Análise dos fatores textuais de coesão e coerência no texto escrito. Prática de leitura, produção e editoração de textos, seus conceitos e aplicações.

PSICOLOGIA CLÍNICA E DA SAÚDE C/H 136 (1199/I)

Psicologia clínica: campos de atuação, aspectos históricos, éticos e contextuais. As instituições de saúde e sua dinâmica de funcionamento. A psicoterapia individual: o contrato ou enquadre, o cliente, diagnóstico, intervenção terapêutica, prognóstico. Psicoterapia de grupo. A prática do psicólogo clínico nas instituições de saúde: alternativas de atuação.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO C/H 102 (0180/I)

Principais abordagens em Psicologia da Educação: pressupostos epistemológicos e teórico/metodológicos.

PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE C/H 102 (0181/I)

Teorias da personalidade: culturalismo, C.G. Jung, W. Reich e S. Freud.

PSICOLOGIA DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA C/H 102 (1200/I)

A categoria excluído. Normalidade: aspectos históricos, estatísticos, sociais, legais e críticos. Características e diagnósticos nas áreas mental, sensorial e motora. Intervenção junto à pessoa portadora de deficiência na educação, trabalho, esporte, lazer, reabilitação, entre outros contextos.

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO C/H 136 (1101/I)

Estudo do desenvolvimento humano: pré-natal, infância, adolescência, maturidade e velhice.

PSICOLOGIA DO TRABALHO I C/H 102 (0188/I)

Estudo dos sistemas de Recursos Humanos: recrutamento, seleção, capacitação, avaliação de desempenho, desenvolvimento organizacional e ergonomia.

PSICOLOGIA DO TRABALHO II C/H 136 (1205/I)

Relações de trabalho. Saúde do trabalhador. Projeto de intervenção em organizações: planejamento, execução e avaliação.

PSICOLOGIA ESCOLAR E PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM C/H 136 (1201/I)

Psicologia escolar: alternativas de atuação. A instituição escola: sua dinâmica e equipe. Procedimentos metodológicos para diagnóstico e intervenção. Problemas de aprendizagem.

PSICOLOGIA SOCIAL C/H 136 (1197/I)

Retrospectiva histórica da produção de conhecimentos na Psicologia Social. Atitudes. Percepção social. Linguagem, comportamento e interação. Processos de socialização. Controle social. Diversidade e exclusão. Relações étnico-raciais e Psicologia Cultural. Planejamento e intervenção nas questões sociais.

PSICOMOTRICIDADE C/H 102 (019/I)

Aspectos introdutórios: histórico da Psicomotricidade, campos de atuação, conceitos básicos. Condutas. Métodos e técnicas de trabalho em Psicomotricidade. Planejamento e intervenção em educação, reabilitação e clínica.

PSICOPATOLOGIA C/H 136 (1202/I)

Estudo dos quadros nosológicos em suas várias dimensões. Contato orientado com o trabalho realizado em Psicologia tanto em nível ambulatorial quanto hospitalar.

PSICOPATOLOGIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE C/H 102 (0197/I)

Transtornos mentais da criança e do adolescente. Diagnóstico e alternativas de intervenção, considerando fatores de ordem familiar e social.

SOCIOLOGIA C/H 68 (0183/I)

O estudo das manifestações e comportamentos humanos dentro da sociedade. Privilegia a discussão das diversas correntes que permeiam o pensamento sociológico, bem como seus representantes e as concepções da produção de conhecimento. Assim como, as influências das ideologias no desempenho das práticas humanas nos diversos grupos sociais.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES I C/H 136 (1208/I)

Supervisão teórico-prática de intervenções nas diferentes áreas de atuação do Psicólogo em Instituições e Organizações.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES II C/H 136 (1209/I)

Supervisão teórico-prática de intervenções nas diferentes áreas de atuação do Psicólogo em Instituições e Organizações.

SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM PSICOLOGIA CLÍNICA C/H 136 (1207/I)

Supervisão teórico-prática de casos clínicos nas diferentes abordagens teórico-metodológicas em Psicologia.

TÉCNICAS DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO C/H 136 (1206/I)

Aconselhamento: histórico, fundamentos teórico-metodológicos. Aconselhamento nos diversos contextos de atuação psicológica.

TÉCNICAS DE EXAME PSICOLÓGICO C/H 136 (0184/I)

A Entrevista e a observação. Testes psicológicos: histórico, características e aspectos éticos. Avaliação de nível mental, interesse, aptidão e psicomotor. Técnicas para avaliação da personalidade: os testes projetivos. Elaboração de laudos e outros documentos.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

ANÁLISE INSTITUCIONAL C/H 68 (0833/I)

Histórico da Análise Institucional. A análise institucional e a prática da saúde coletiva. A transformação das instituições a partir das práticas e discursos dos sujeitos.

ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO EM INSTITUIÇÕES DE SAÚDE C/H 68 (0834/I)

Estudos sobre a prática do psicólogo em instituições de saúde. Possibilidades, procedimentos, instrumentos e perspectivas teóricas da Psicologia Clínica e da Saúde. Políticas públicas e privadas de saúde. Legislação.

AValiação Psico-Educacional C/H 68 (0835/I)

Técnicas psicométricas de avaliação. Fundamentos da Psiconeurologia. Diagnóstico e intervenções. Ações educativas na diversidade.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA C/H 68 (0207/I)

Abordagens do processo educacional na área da Educação Especial e o atendimento aos portadores de necessidades especiais. Política nacional de Educação Especial. O processo de inclusão: estratégias e adaptações curriculares na escola inclusiva.

INTRODUÇÃO À PSICANÁLISE E DE J. LACAN I C/H 68 (0836/I) O sentido de retorno à Freud. Princípios teóricos da obra de J. Lacan.

INTRODUÇÃO À PSICANÁLISE E DE J. LACAN II C/H 68 (0837/I)

A clínica psicanalítica.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS C/H 68 (1497/I)

Aspectos Históricos: cultura surda, identidade e língua de sinais. Estudo da legislação e das políticas de inclusão de pessoas com surdez. O ensino de Libras e noções básicas dos aspectos linguísticos. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS por meio do uso de estruturas e funções comunicativas elementares.

LINGUAGEM E PENSAMENTO C/H 68 (0208/I)

As relações linguagem e pensamento nas várias abordagens da Psicologia da Educação. Psicologia sóciointeracionista de Lev S. Vygotsky.

PESQUISA EM PSICOLOGIA CLÍNICA C/H 68 (0838/I)

A pesquisa em Psicologia Clínica: fundamentos, relação com objeto, material clínico e delimitação de campo da pesquisa.

PESQUISA EM PSICOLOGIA DA SAÚDE C/H 68 (0839/I)

A Psicologia e a produção de conhecimento no campo da saúde. Os principais delineamentos de pesquisa epidemiológicos. Perspectivas futuras para a Psicologia da Saúde.

PESQUISA EM PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO C/H 68 (0840/I)

Métodos e técnicas de pesquisa aplicados a Psicologia do Desenvolvimento.

PESQUISA EM PSICOLOGIA SOCIAL C/H 68 (0841/I)

A pesquisa visa a relação indivíduo/sociedade gerada pela dimensão social da história humana. Epistemológica da pesquisa social participante. Estudo das condições concretas (sócio, político e históricas) e dialoga com a psicanálise para a compreensão do particular integrado repressivamente à totalidade social.

PRÁTICA DA PESQUISA PSICOLÓGICA II C/H 136 (1210/I)

Prática orientada de pesquisa em Psicologia e discussão sistemática do processo de investigação.

PRÁTICA EM PESQUISA PSICOLÓGICA C/H 68 (0842/I)

Prática orientada de pesquisa em Psicologia e discussão sistemática do processo de investigação.

PSICODIAGNÓSTICO C/H 68 (0843/I)

O psicodiagnóstico como processo que habilita para a realização de intervenção psicológica. A construção de hipóteses diagnósticas e prognósticas, a orientação terapêutica, os encaminhamentos e aspectos éticos do atendimento.

PSICOFARMACOLOGIA C/H 68 (0210/I)

Estudo das características bioquímicas dos agentes farmacológicos e seus efeitos no comportamento. Metodologia do uso das drogas. Alterações comportamentais produzidas por drogas.

PSICOLOGIA ANÁLITICA DE C. G. JUNG C/H 68 (0844/I)

Estudos sobre a teoria de Jung. Histórico, pressupostos epistemológicos e a prática clínica junguiana.

PSICOLOGIA AMBIENTAL C/H 68 (0211/I)

Comportamento humano e ambiente natural e construído. Interfaces com outras ciências. Problemas e métodos em Psicologia Ambiental. Ecologia. Atitudes e territorialidade.

PSICOLOGIA COMUNITÁRIA C/H 68 (0212/I)

Comunidade: conceito e dinâmicas. A Psicologia e as práticas comunitárias. Psicologia preventiva e comunidade. Práticas em saúde, educação e trabalho em comunidades urbanas e rurais.

PSICOLOGIA DA ADOLESCÊNCIA C/H 68 (0845/I)

Teorias psicológicas da adolescência.

PSICOLOGIA DA GRAVIDEZ, PARTO E PUERPÉRIO C/H 68 (0846/I)

Estudo dos aspectos psicológicos da gravidez, parto e puerpério. Maternidade e paternidade.

PSICOLOGIA DA MORTE E PACIENTE TERMINAL C/H 68 (0213/I)

Estudos sobre a morte e o morrer. O paciente crônico. O paciente terminal.

PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II C/H 68 (0847/I)

Abordagem fatorial, dos traços, cognitivista e humanista da personalidade.

PSICOLOGIA DA TERCEIRA IDADE C/H 68 (0214/I)

Conceitos básicos. O envelhecimento como etapa do desenvolvimento humano. Aspectos físicos, psicológicos e sociais do envelhecimento. Alternativas de atuação do psicólogo junto à terceira idade.

Prática de atuação na Universidade Aberta da Terceira Idade.

PSICOLOGIA DO ESPORTE C/H 68 (0848/I)

Psicologia do Esporte histórico e produção científica atual. O esporte no Brasil: iniciação, alto rendimento e políticas públicas. Stress, agressividade e motivação. Prática no âmbito da iniciação esportiva.

PSICOLOGIA DO TRÂNSITO C/H 68 (0849/I)

Aspectos psicológicos do comportamento no trânsito. A relação da Psicologia do trânsito com outras ciências e profissões, bem como causas de riscos, conflitos e acidentes.

PSICOLOGIA E ARTE C/H 68 (0850/I)

As relações entre a Psicologia e a arte.

PSICOLOGIA HOSPITALAR C/H 68 (0851/I)

A Psicologia da Saúde e a Psicologia Hospitalar. O hospital como instituição: história e funções. O psicólogo em hospital geral. Métodos de avaliação e intervenção psicológica. A pesquisa em Psicologia Hospitalar.

PSICOLOGIA JUDICIÁRIA C/H 68 (0852/I)

A atuação do psicólogo no campo forense: vitimização de crianças, adolescentes e idosos, disputa de guarda, prática de delitos, entre outras questões. A legislação pertinente à criança e o adolescente, ao idoso e ao portador de deficiência. Instrumentos de trabalho e equipe multidisciplinar.

PSICOTERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL C/H 68 (0853/I)

Abordagem cognitivo-comportamental de intervenção clínica e de saúde.

PSICOTERAPIA DE FAMÍLIA E DE CASAL C/H 68 (0854/I)

O surgimento da Psicoterapia de Família e de casal como estratégias de intervenção clínica. Teoria sistêmica e a prática clínica.

PSICOTERAPIA INFANTIL C/H 68 (0855/I)

Estratégias de atendimento psicoterápico à infância, diagnóstico e intervenção.

PSICOTERAPIAS CORPORAIS C/H 68 (0856/I)

Evolução da Psicologia corporal. Os fundamentos teóricos e estratégias de intervenção. William Reich, Alexandre Lowen.

RELAÇÕES DE GÊNERO C/H 68 (0216/I)

Caminhos históricos da constituição das relações de gênero. As relações de gênero na cultura latinoamericana e brasileira.

SUBJETIVIDADE E CORPOREIDADE C/H 68 (0857/I)

A dualidade corpo e psique (alma).Do pensamento grego, passando pela cultura cristã (sagrado/profano) até o discurso científico iluminista e a disciplinarização do corpo. Crítica à assimilação do corpo pelas tecnociências e captura da subjetividade.

TÉCNICAS DE ENTREVISTA PSICOLÓGICA C/H 68 (0858/I)

A entrevista psicológica:teoria e prática. Diferentes utilizações e abordagens da entrevista em Psicologia.

TÉCNICAS DE OBSERVAÇÃO PSICOLÓGICA C/H 68 (0859/I)

A observação em Psicologia: teoria e prática. A observação em diferentes contextos.

TÉCNICAS PROJETIVAS C/H 68 (0860/I)

Técnicas de avaliação psicológica: técnicas gráficas projetivas e técnicas projetivas na prática clínica.

TÓPICOS EM PSICOLOGIA DO TRABALHO C/H 68 (0861/I)

Estudos de tópicos de discussão em Psicologia do Trabalho

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA CLÍNICA C/H 68 (0217/I) Estudos de tópicos de discussão na área da Psicologia Clínica.

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA ESCOLAR C/H 68 (0219/I) Estudos de tópicos de discussão em Psicologia Escolar.

ANEXO XVII

PSICOLOGIA

1. TURNO: Integral

HABILITAÇÃO: Formação de Psicólogo

GRAU ACADÊMICO: Psicólogo

PRAZO PARA CONCLUSÃO: Mínimo = 5 anos Máximo = 9 anos

2. OBJETIVO/PERFIL DO PROFISSIONAL A SER FORMADO

O curso de Psicologia da UEM tem por objetivo formar psicólogos com condições para a reflexão crítica acerca dos conhecimentos e práticas produzidas pela Psicologia, bem como as circunstâncias históricas, sociais, econômicas e políticas de sua construção e consolidação.

O Psicólogo formado pelo curso de Psicologia da UEM deverá ser um profissional com uma sólida formação científica, que domine os conhecimentos psicológicos necessários a uma atuação profissional em diferentes contextos, reconhecendo a diversidade de perspectivas necessárias a compreensão do ser humano, sendo capaz de atuar em equipes multiprofissionais, fazer a integração entre a teoria e a prática, assim como aprimorar-se constantemente. Deverá estar capacitado a desenvolver procedimentos de avaliação, diagnóstico, planejamento, prevenção e intervenção; em nível individual, grupal, institucional/organizacional e comunitário, assim como, a realização de pesquisas que possibilitem a reflexão e a produção de conhecimento, além da compreensão crítica da realidade social, cultural, econômica e política, no respeito a princípios éticos nas relações humanas, profissionais e de pesquisa.

3. HISTÓRICO DO CURSO

O curso de Psicologia da UEM, criado em 1979, buscou uma proposta alternativa ao modelo médico/clínico historicamente predominante no Brasil. Desde a sua criação, a dialética entre a formação predominantemente clínica e técnica e as demandas sociais, bem como o dimensionamento do saber e o acesso a novos "saberes" têm permeado nossas discussões. Com as novas diretrizes Curriculares para os Cursos de Psicologia, aprovadas em 2001, o curso de Psicologia da UEM precisou ser reformulado. O novo projeto pedagógico a ser implantado em 2007, visa contemplar componentes curriculares integrados e integradores que dêem base para uma sólida e

pluralista formação profissional mantendo a meta em defesa da saúde mental e da contextualização histórica e social da constituição do sujeito. O Departamento de Psicologia da UEM, atualmente, conta com 47 professores efetivos em seu quadro docente. No que se refere à titulação, possui 18 doutores, 19 mestres, 09 doutorandos e 01 graduado (dados de 2005). Destacamos que o quadro de doutores corresponde a 38.29% do total de docentes. O DPI conta, ainda, com 07 professores colaboradores.

4. ESPECIFICIDADES DO CURSO/CAMPO DE ATUAÇÃO

O curso de Psicologia é ministrado em tempo integral, diurno, com duração de cinco anos, com a habilitação em Formação de Psicólogo. Oferece uma formação básica generalista, contemplando os principais referenciais teórico-metodológicos do campo de conhecimento da Psicologia de maneira a: 1. Subsidiar o desenvolvimento científico e a atuação em novas áreas, 2. Possibilitar aos estudantes uma fundamentação que dê sustentação às possíveis ênfases oferecidas para a sua formação profissional; 3. Sustentar posterior aprofundamento acadêmico e profissional.

Para o desenvolvimento dos conteúdos práticos, o curso conta com Laboratório de Psicologia Experimental, Sala de Exames Psicológicos; Laboratórios de Ensino e Pesquisa e com a Unidade de Psicologia Aplicada (UPA) onde, desde a primeira turma do Curso, acontecem os estágios dos alunos do 5º ano, com objetivo de ensino e também de oferecer atendimento à comunidade nas áreas de Psicologia Clínica, Escolar e Trabalho. Esse serviço é gratuito e prioriza o atendimento às instituições públicas e comunitárias. Mantém ainda intercâmbio com a Diretoria de Recursos Humanos, Creche, Ambulatório, Hospital Universitário e outros; assim como convênio com instituições municipais e estaduais no campo educacional e da saúde e com empresas da cidade.

Em relação à Pós-Graduação, o Departamento de Psicologia conseguiu aprovar o seu projeto de Pós-Graduação *Strito Sensu*, na UEM e na CAPES, elegendo como área de Concentração a Constituição do sujeito e Historicidade, resgatando o objetivo inicial do Curso de contextualizar historicamente a realidade social e a própria constituição do sujeito. No que se refere à Pós-graduação em nível *lato sensu*, até 2005 foram ofertados 14 cursos de especialização por este Departamento.

Além disso, o Departamento desenvolve 15 projetos de extensão atendendo famílias, crianças, adolescentes e dependentes químicos. Desenvolve 16 projetos de ensino compreendendo a reflexão e o aprofundamento de abordagens teóricas do Curso, questões de áreas de atuação profissional, história e epistemologia da Psicologia.

O Departamento também publica a revista “Psicologia em Estudo”, que desde a segunda avaliação realizada pela ANPEPP – CAPES, em 2000, recebeu e se mantém com a nota A em nível nacional. Além disso, cabe destacar que a revista Psicologia em Estudo encontra-se entre as revistas de Psicologia publicadas no Brasil selecionadas para fazer parte da Scielo. Tal revista conta ainda com financiamento do CNPq e Fundação Araucária, e é indexada na American Psychological Association (APA).

O curso de Psicologia da UEM mantém indissociável elo com a comunidade local,

regional e interestadual, recebendo acadêmicos desta ampla faixa geográfica, como também prestando serviços a várias comunidades destas regiões, muitas vezes utilizando-se dos resultados de suas pesquisas. Também contribui para a inserção de profissionais na área da Saúde, Educação e Trabalho, uma vez que os profissionais formados pelo curso têm se inserido no mercado de trabalho predominantemente nas secretarias municipais de educação e saúde, clínicas particulares, empresas, escolas privadas e de educação especial, no magistério de ensino superior e como pesquisadores.

SERIAÇÃO DAS DISCIPLINAS

SER.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEÓR.	TEÓR/ PRÁT.	PRÁT.	TOTAL		1º	2º	
1ª	Filosofia Moderna e Contemporânea	4			4	136			
	Epistemologia e História da Psicologia	4			4	136			
	Tendências Pedag. e Psicologia da Aprendiz.	2			2	68			
	Análise Experimental do Comportamento	2		2	4	136			
	Sociologia Geral	2			2	68			
	Anatomia do Sistema Nervoso		4		4		68		
	Antropologia Cultural	4			4		68		
	Estatística	4			4		68		
	Fisiologia do Sistema Nervoso		4		4			68	
	Iniciação à Ciência e à Pesquisa		2		2			34	
	Psicologia Geral	2			2	68			
2ª	Fundam. da Fenomenol. e do Existencialismo	2			2	68			
	Fun. Teor. e Fil. da Psic. no Cont. do Trabalho	2			2	68			
	Genética Humana	3			3	51			
	Ética Profissional	2			2	68			
	Introdução à Pesquisa em Psicologia	2			2		34		
	Optativa I	3			3	51			
	Processos Grupais	2			2	68			
	Psicologia do Desenvolvimento	4			4	136			
	Psicologia Genética	2			2	68			
	Psicologia Social	4			4	136			
	Teoria Psicanalítica	4			4	136			
	Prática de Pesquisa em Psicologia I		2	1	3			51	

	Psicologia Histórico-Cultural	2			2	68			
3ª	Avaliação e Proc. de Interv. em Psic. Clínica I		4		4	136			
	Optativa II	4			4		68		
	Prática de Pesquisa em Psicologia II		2	2	4	136			
	Psicofarmacologia		2		2	68			
	Psicol. Escolar e Proc. Ens.-Aprendizagem	2			2	68			
	Psicologia, Organizações e Trabalho I	4			4	136			
	Psicopatologia Geral	4			4	136			
	Temas Atuais em Psicologia do Trabalho	4			4			68	
	Práticas em Saúde Mental e Proc. Clínicos		2	2	4	136			
	Psicologia Institucional	4			4		68		
4ª	Avaliação, Proc. de Interv. em Psic. Clínica II		4		4	136			
	Optativa III	4			4		68		
	Práticas em Psicologia Institucional		2	1,5	3,5	119			
	Avaliação Psico-Educ. em Contexto Escolar		3		3		102		
	Psicologia e Educação Especial	4			4		68		
	Psicologia, Organizações e Trabalho II	4			4		68		
	Teorias e Técnicas Psicoterápicas I	4			4		68		
	Teorias e Técnicas Psicoterápicas II	4			4			68	
	Disciplina I da Ênfase	4			4			68	
	Disciplina II da Ênfase	4			4			68	
	Disciplina III da Ênfase	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênfase		5	7	12	408			
	Formação Profissional Básica em Psic. I		4	5	9	306			
	Formação Profissional Básica em Psic. II		4	5	12	306			
	Carga Horária Total: 5.102 h/a (4252h)								

CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO			
Série	Disciplina	Carga Horária	Total
2ª	Prática de Pesquisa em Psicologia I	17	
3ª	Prática de Pesquisa em Psicologia II	68	
3ª	Práticas em Saúde Mental e Processos Clínicos	68	
4ª	Práticas em Psicologia Institucional	51	
5ª	Formação Profissional Básica em Psicologia I (não ênfase)	170	
5ª	Formação Profissional Básica em Psicologia II (não ênfase)	170	
	Total dos Estágios Básicos		544
5ª	Formação Profissional na Ênfase	238	

	Total		782
--	--------------	--	------------

ÊNFASE EM SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS

SER.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEÓR.	TEÓR/ PRÁT.	PRÁT.	TOTAL		1º	2º	
4ª	Teorias e Técnicas Psicoterápicas com crianças e adolescentes	4			4			68	
	Orientação e Aconselhamento Psicológico	4			4			68	
	Psicologia e Saúde Pública	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênfase Saúde e Processos Clínicos		5	7	12	408			
	Formação Profissional Básica em Psic. e Educação		4	5	9	306			
	Formação Profissional Básica em Psic. e Trabalho		4	5	9	306			

ÊNFASE EM EDUCAÇÃO

SER.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEÓR.	TEÓR/ PRÁT.	PRÁT.	TOTAL		1º	2º	
4ª	A Psicologia, a Escola e os Desafios Atuais	4			4			68	
	Psicologia na Escola: Desafios e Possibilidades de Intervenção	4			4			68	
	Tópicos em Educação Especial	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênf. Educação		5	7	12	408			
	Formação Profissional Básica em Psic., Saúde e Processos Clínicos		4	5	9	306			
	Formação Profissional em Psic. e Trabalho		4	5	9	306			

ÊNFASE EM TRABALHO

SER.	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA							
		SEMANAL				ANUAL	SEMESTRE		MOD.
		TEÓR.	TEÓR/ PRÁT.	PRÁT.	TOTAL		1º	2º	
4ª	Modos de Gestão e Construcionismo Social	4			4			68	
	Saúde Mental e Trabalho	4			4			68	
	Subjetiv. e Intersub. nas Rel. de Trabalho	4			4			68	
5ª	Formação Profissional na Ênfase Trabalho		5	7	12	408			
	Formação Profissional em Psic. e Saúde		4	5	9	306			
	Formação Profissional em Psic. e Educação		4	5	9	306			

As disciplinas **Práticas** são compostas por dois módulos interdependentes e concomitantes, Módulo I e Módulo II, com a carga horária dividida entre os módulos, como segue:

Prática de Pesquisa em Psicologia I	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH	CH
	TEOR. PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	ANUAL	SEM.
Módulo I: Estágio Básico em Pesquisa I		01	01		17
Módulo II: Introdução e Acompanhamento de Estágio em Pesquisa I	02		02		34
Total	02	01	03		51

Prática de Pesquisa em Psicologia II	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH	CH
	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	ANUAL	SEM.
Módulo I: Estágio Básico em Pesquisa II		02	02	68	
Módulo II: Introdução e Acompanhamento de Estágio em Pesquisa II	02		02	68	
Total	02	02	04	136	

Práticas em Saúde Mental e Processos Clínicos	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH	CH
	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	ANUAL	SEM.
Módulo I: Estágio Básico em Saúde Mental e Processos Clínicos		02	02	68	
Módulo II: Introdução e Acompanhamento de Estágio Básico em Saúde Mental e Processos Clínicos	02		02	68	
Total	02	02	04	136	

Práticas em Psicologia Institucional	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH	CH
	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	ANUAL	SEM.
Módulo I: Estágio Básico em Psicologia Institucional		1º sem: 01	1,5	51 (17+34)	
		2º sem: 02			
Módulo II: Introdução e Acompanhamento de Estágio Básico em Psicologia Institucional	02		02	68	
Total		02	03	119	

As disciplinas **Formação Profissional na Ênfase Saúde e Processos Clínicos**, **Formação Profissional na Ênfase Educação** e **Formação Profissional na Ênfase Trabalho** se dividem em dois módulos interdependentes e concomitantes, Módulo I e Módulo II, com a carga horária dividida entre eles, como segue:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH ANUAL
	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	
Formação Profissional na Ênfase Saúde e Processos Clínicos				
Módulo I: Estágio Supervisionado na Ênfase Saúde e Processos Clínicos		07	07	238
Módulo II: Formação Teórico-Metodológica Para a Prática Profissional na Ênfase Saúde	05		05	170
Total	05	07	12	408

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH ANUAL
	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	
Formação Profissional na Ênfase Educação				
Módulo I: Estágio Supervisionado na Ênfase Educação		07	07	238

Módulo II: Formação Teórico-Metodológica Para a Prática Profissional na Ênfase Educação	05		05	170
Total	05	07	12	408

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH ANUAL
Formação Profissional na Ênfase Trabalho	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	
Módulo I: Estágio Supervisionado na Ênfase Trabalho		07	07	238
Módulo II: Formação Teórico-Metodológica Para a Prática Profissional na Ênfase Trabalho	05		05	170
Total	05	07	12	408

As disciplinas Formação **Profissional Básica em Psicologia, Saúde e Processos Clínicos**, Formação **Profissional Básica em Psicologia e Educação** e Formação **Profissional Básica em Psicologia e Trabalho** se dividem em dois módulos interdependentes e concomitantes, Módulo I e Módulo II, com a carga horária dividida entre eles, como explicitado nas tabelas abaixo:

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH ANUAL
Formação Profissional em Psicologia , Saúde e Processos Clínicos	TEÓR.PRÁT.	PRÁT.	TOTAL	
Módulo I: Estágio Básico Supervisionado em Psicologia, Saúde e Processos Clínicos		05	05	170
Módulo II: Formação Teórico-Metodológica para a Prática Profissional em Psicologia e Saúde	04		04	136
Total	04	05	09	306

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH ANUAL
Formação Profissional em Psicologia e Educação				
Módulo I: Estágio Básico Supervisionado em Psicologia e Educação		05	05	170
Módulo II: Formação Teórico-Metodológica para a Prática Profissional em Psicologia e Educação	04		04	136
Total	04	05	09	306

DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA SEMANAL			CH ANUAL
Formação Profissional Básica em Psicologia e Trabalho				
Módulo I: Estágio Básico Supervisionado em Psicologia e Trabalho		05	05	170
Módulo II: Formação Teórico-Metodológica para a Prática Profissional em Psicologia e Trabalho	04		04	136
Total	04	05	09	306

ROL DE DISCIPLINAS OPTATIVAS

Optativas I: (a partir da 2ª série)

História da Psicanálise

Historia da Infância e da Família

Fisiologia do Comportamento

Escuta e Acolhimento na Relação Interpessoal

Psicologia Social Comunitária

Fundamentos Filosóficos da Análise do Comportamento

Fundamentos da Periodização do Desenvolvimento na Psicologia Histórico-cultural Psicologia e Assistência Social

Optativas II (a partir da 3ª série)

Psicologia Jurídica

Psicologia Hospitalar

Fenômenos da Comunicação no contexto do trabalho

Teorias e Técnicas Fenomenológico-existenciais

Psicologia da Gestalt

Orientação Profissional: Fundamentos e Aplicação no Campo Educacional

Psicodrama: Fundamentos e Aplicação no Campo Educacional

Constituição Personalidade sob a Abordagem da Psicologia Histórico-Cultural

Introdução a Libras – Língua Brasileira de Sinais

Optativas III (a partir da 4ª série)

Terapia Familiar: abordagem sistêmica
Teorias e Técnicas Analítico-Comportamentais
Teorias e Técnicas de Psicoterapia Analítica
Teorias e Técnicas Psicanalíticas
Fundamentos de Neuropsicologia
Psicologia, Artes e Processos Criativos
Análise do Comportamento e Educação

EMENTAS E OBJETIVOS DAS DISCIPLINAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM

PSICOLOGIA

A PSICOLOGIA, A ESCOLA E OS DESAFIOS ATUAIS

Ementa: Demandas atuais na área da educação e a atuação do psicólogo escolar. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Compreender os desafios atuais da educação. (Res. 107/11-CI/CCH)

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO E EDUCAÇÃO

Ementa: Contribuições do referencial da Análise do Comportamento para a Educação: subsídios teóricos e práticos. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Apresentar as contribuições da Análise do Comportamento para a Educação; Estudar os conceitos de ensino e Aprendizagem, enfocando as proposições de Skinner; Identificar estudos e práticos de aplicabilidade no contexto escolar; Contextualizar a atuação do professor junto aos alunos, na proposta Skinneriana de ensino; Articular a atuação do Psicólogo na Escola, na perspectiva da Análise do Comportamento. (Res. 107/11-CI/CCH)

ANÁLISE EXPERIMENTAL DO COMPORTAMENTO

Ementa: Constituição histórica e princípios da análise experimental do comportamento. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer os fundamentos do modelo comportamental de ciência e do método experimental. Compreender os postulados históricos e epistemológicos da análise experimental do comportamento. Desenvolver a criticidade sobre questões éticas da experimentação na psicologia. (Res. 107/11-CI/CCH)

ANATOMIA DO SISTEMA NERVOSO

Ementa: As estruturas anatômicas do sistema nervoso. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Compreender a estrutura do sistema nervoso, a partir dos subsídios neuro-anatômicos. Visualizar e compreender a estrutura dos sistemas sensoriais, motor e límbico. (Res. 179/06CEP)

ANTROPOLOGIA CULTURAL

Ementa: Estudo antropológico das relações sócio-culturais, de gênero, cognitivas e das representações simbólicas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Apresentar os conceitos básicos e a metodologia de trabalho da antropologia. Proporcionar ao aluno um conhecimento geral sobre as relações entre sociedade e sistemas culturais.

(Res. 179/06-CEP)

AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA I

Ementa: Teoria, método e aplicação dos testes de avaliação psicológica, psicométricos e projetivos no processo diagnóstico do adulto. (Res. 043/2008-CI/CCH)

Objetivos: Fornecer ao aluno subsídios teórico-metodológicos para a realização de psicodiagnósticos em adultos. (Res. 043/2008-CI/CCH)

AVALIAÇÃO E PROCESSOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA II

Ementa: Teoria e prática de técnicas e testes do processo psicodiagnóstico com crianças e técnicas psicoterápicas de referencial psicanalítico com crianças e adolescentes. (Res. 107/11CI/CCH)

Objetivos: Compreender o embasamento teórico-metodológico para a realização de psicodiagnóstico com crianças e psicoterapia de referencial psicanalítico com crianças e adolescentes. (Res. 107/11-CI/CCH)

AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL EM CONTEXTO ESCOLAR

Ementa: O processo de avaliação psicoeducacional tendo como base a análise da queixa escolar e encaminhamentos para a prática pedagógica. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Compreender os aspectos teóricos e metodológicos para a realização da avaliação psicoeducacional. Elaborar relatório. Propor encaminhamentos nas diversas esferas: escolar, familiar, entre outras. (Res. 107/11-CI/CCH)

CONSTITUIÇÃO DA PERSONALIDADE SOB A ABORDAGEM DA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: A personalidade na perspectiva histórico-cultural, como neoformação oriunda da unidade atividade e consciência humana. Implicações político-ideológicas na formação e interação da personalidade no contexto sócio-histórico. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivo: Conhecer os determinantes da personalidade e suas relações de interdependência dialética; Compreender os aspectos dialéticos e estruturais da personalidade; Analisar criticamente a natureza do estudo da personalidade na Psicologia e as principais bases epistemológicas e filosóficas; Problematicar as implicações políticoideológicas das relações formativas da personalidade no contexto histórico atual; Compreender a formação da personalidade e adoecimento psíquico para a Psicologia Histórico-Cultural. (Res. 107/11-CI/CCH)

EPISTEMOLOGIA E HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Ementa: Análise epistemológica e histórica das ideias psicológicas e das principais teorias e sistemas psicológicos. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivo: Apresentar subsídios ao aluno para a compreensão da história da psicologia, a partir da discussão das influências filosófica, científica, econômica e sociológica no contexto do surgimento das primeiras formulações científicas e no desenvolvimento do conhecimento e da prática em psicologia. (Res. 157/10-CI/CCH)

ESCUITA E ACOLHIMENTO NA RELAÇÃO INTERPESSOAL

Ementa: Os fundamentos teóricos e práticos da escuta e do acolhimento no atendimento à saúde. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar o desenvolvimento da escuta e do acolhimento na relação interpessoal na saúde. (Res. 179/06-CEP)

ESTATÍSTICA

Ementa: Distribuição de frequência. Medidas estatísticas. Distribuições amostrais. Intervalos de confiança e teste de hipóteses paramétricas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Proporcionar ao aluno do Curso de Graduação em Psicologia o conhecimento de conceitos básicos de estatística descritiva e inferencial, visando o embasamento para análise de dados. (Res. 179/06-CEP)

ÉTICA PROFISSIONAL

Ementa: Estudo da ética em uma perspectiva histórica e filosófica. Análise da formação e da profissão do psicólogo e de sua ética profissional específica, regulamentação da profissão, relações do psicólogo com a sociedade, aspectos éticos na pesquisa psicológica e no exercício profissional. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Possibilitar ao aluno, por meio da reflexão histórica e filosófica sobre questões éticas e questões postas no código de ética, condições de avaliar sua responsabilidade como profissional.

(Res. 179/06-CEP)

FENÔMENOS DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO DO TRABALHO

Ementa: Os fenômenos de comunicação formal e informal nas relações de trabalho. (Res. 179/06CEP)

Objetivos: Compreender o poder das redes de comunicação formal e informal. Conhecer as implicações do processo de comunicação na saúde física e mental dos trabalhadores. (Res. 179/06-CEP)

FILOSOFIA MODERNA E CONTEMPORÂNEA

Ementa: A filosofia do período moderno e contemporâneo e suas influências sobre o desenvolvimento da Psicologia. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conduzir o aluno a uma reflexão sobre as bases que sustentam a Psicologia, por meio da exposição e discussão de conceitos filosóficos. (Res. 179/06-CEP)

FISIOLOGIA DO COMPORTAMENTO

Ementa: Estudos avançados dos mecanismos neuro-endócrinos dos estados da consciência, das desordens afetivas e seus reflexos sobre o funcionamento do organismo como um todo. (Res.

179/06-CEP)

Objetivos: Compreender as inter-relações entre o funcionamento dos sistemas de controle – nervoso e endócrino – e as manifestações afetivas e psicossomáticas. (Res. 179/06-CEP)

FISIOLOGIA DO SISTEMA NERVOSO

Ementa: A fisiologia do sistema nervoso. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Estudar as principais funções do sistema nervoso desempenhadas pelo sistema sensorial, sistema motor, sistema nervoso autônomo, sistema límbico e a

relação entre estes sistemas necessária para a emissão de comportamentos, dos mais simples aos mais complexos. (Res.

179/06-CEP)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA EM PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Ementa: Análises de pressupostos teórico-metodológicos e prática institucional de atividades de intervenção em Psicologia na Educação. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Apresentar reflexões sobre a função da educação no contexto da realidade atual e sua relação com a atuação da psicologia em instituições educacionais. -Analisar conceitos e desafios atuais de aprendizagem e comportamento, refletindo sobre as formas de enfrentamento. -Tornar o aluno apto ao exercício da profissão proporcionando a vivência no setor da educação oportunizando-lhe a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso. (Res. 107/11CI/CCH)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA EM PSICOLOGIA E TRABALHO

Ementa: Desenvolvimento de práxis direcionadas às demandas do local no qual serão realizadas as intervenções, respeitando suas especificidades e singularidades. (Res. 043/2008-CI/CCH)

Objetivos: Fornecer subsídios teórico-metodológicos para que o aluno possa diagnosticar fenômenos psicológicos, bem como planejar, desenvolver e avaliar intervenções em contextos de trabalho. (Res. 043/2008-CI/CCH)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA, SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS

Ementa: Acompanhamento sistemático das intervenções em psicologia clínica, considerando a reflexão e integração entre a teoria e a prática, necessária à atuação do psicólogo clínico na saúde, compreendendo vivências de triagens, psicodiagnóstico, aconselhamento e psicoterapia breve. (Res. 043/2008-CI/CCH)

Objetivos: Oportunizar ao aluno formação profissional em psicologia clínica, fornecendo subsídios teórico-metodológicos e práticos para a realização de intervenções clínicas na saúde, instrumentalizando-o para a prática de triagens, psicodiagnóstico, aconselhamento e psicoterapia breve. (Res. 043/2008-CI/CCH)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÊNFASE EDUCAÇÃO

Ementa: Análise dos pressupostos teórico-metodológicos e prática institucional de atividades de intervenção em Psicologia na Educação. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Apresentar reflexões sobre a função da educação no contexto da realidade atual e sua relação com a atuação da psicologia em instituições educacionais. - Expor fundamentos teóricos das diretrizes curriculares, das políticas educacionais e suas implicações para a prática do psicólogo. - Analisar conceitos e desafios atuais de aprendizagem e comportamento, refletindo sobre as formas de enfrentamento. - Oportunizar ao aluno o exercício da profissão, proporcionando a vivência no setor da educação, aprofundando na aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso. (Res. 107/11-CI/CCH)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÊNFASE TRABALHO

Ementa: Desenvolvimento de práxis direcionadas às demandas do local no qual serão realizadas as intervenções, respeitando suas especificidades e singularidades, ampliadas por produção de conhecimento pertinente. (Res. 043/2008-CI/CCH)

Objetivos: Fornecer subsídios teórico-metodológicos para que o aluno possa diagnosticar fenômenos psicológicos, bem como planejar, desenvolver e avaliar intervenções em contextos de trabalho. (Res. 043/2008-CI/CCH)

FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA ÊNFASE SAÚDE E PROCESSOS CLÍNICOS

Ementa: Formação e vivência profissional em psicologia clínica, por meio do acompanhamento sistemático das intervenções psicoterápicas na saúde, visando à reflexão e integração entre a teoria e a prática, no atendimento a crianças, a adolescentes, a adultos, a famílias e a grupos. (Res. 043/2008-CI/CCH)

Objetivos: Oportunizar ao aluno formação profissional em psicologia clínica, fornecendo subsídios teórico-metodológicos e práticos para a realização de intervenções clínicas na saúde, instrumentalizando-o para o exercício da profissão de psicólogo clínico. (Res. 043/2008-CI/CCH)

FUNDAMENTOS DA FENOMENOLOGIA E DO EXISTENCIALISMO

Ementa: Estudo dos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da psicologia de abordagem fenomenológica-existencial. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Proporcionar ao aluno o conhecimento dos pressupostos filosóficos que fundamentam a Psicologia Fenomenológico-existencial, assim como sua metodologia, principais representantes e conceitos. (Res. 179/06-CEP)

FUNDAMENTOS DA PERIODIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NA PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: A periodização do desenvolvimento humano na perspectiva da Psicologia Histórico-

Cultural. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Apresentar as bases para compreensão do desenvolvimento humano para a Psicologia Histórico-Cultural; -Compreender o problema da periodização do desenvolvimento psíquico; -Conhecer a perspectiva histórico-dialética da periodização do desenvolvimento infantil e suas implicações para a prática pedagógica. (Res. 107/11-CI/CCH)

FUNDAMENTOS DE NEUROPSICOLOGIA

Ementa: Partindo da Psicologia Histórico-Cultural, fundamentalmente os estudos em neuropsicologia e neurolinguística de Lúria, abordar-se-á como se constituem as funções corticais superiores no homem, propiciando encaminhamentos tanto em termos de habilitação (desenvolvimento funcional) quanto de reabilitação no caso de perdas por lesões corticais. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Compreender as relações cérebro e comportamento a partir da neuropsicologia de A. R. Lúria; - Realizar a crítica em relação à naturalização das funções psicológicas feita pela neuropsicologia moderna, desenvolvida nos EUA e suas consequências para a educação; - Demonstrar a ligação entre a neuropsicologia de Lúria e a Psicologia Histórico-Cultural; - Criar estratégias para o trabalho de habilitação ou desenvolvimento funcional, bem como de reabilitação em indivíduos com danos orgânicos. (Res. 157/10-CI/CCH)

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

Ementa: Bases epistemológicas e históricas da Análise do Comportamento. Discursos ontológico, epistemológico e ético na Análise do Comportamento. Behaviorismo Radical. (Res. 157/10-Ci/CCH)

Objetivos: Apresentar subsídios ao aluno para contextualização da Análise do Comportamento na história da psicologia, identificando diferentes influências filosóficas do Behaviorismo Radical, e discutindo questões ontológicas, epistemológicas e éticas nessa perspectiva. (Res. 157/10-Ci/CCH)

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E FILOSÓFICOS DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO DO TRABALHO

Ementa: A evolução histórica da Psicologia no contexto do trabalho: os saberes e fazeres de cada fase/face. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão das bases filosóficas e teóricas presentes na historiografia da Psicologia no contexto do trabalho. (Res. 179/06-CEP)

GENÉTICA HUMANA

Ementa: Estudo da natureza, transmissão, expressão e alteração do material genético e suas relações com o desenvolvimento biológico. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer os métodos da genética nos estudos e tratamentos das doenças hereditárias que afetam o desenvolvimento normal. Relacionar os princípios da transmissão e expressão gênica com as atividades do profissional da área da Psicologia. *(Res. 179/06-CEP)*

GRUPO DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DE SAÚDE

Ementa: Os fundamentos teóricos, o uso de técnicas grupais e possibilidades de interação do psicólogo na saúde. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Instrumentalizar o aluno com subsídios teórico-práticos na aplicação das técnicas de intervenção em grupo voltados à promoção da saúde. *(Res. 179/06-CEP)*

HISTÓRIA DA PSICANÁLISE

Ementa: Desenvolvimento, polêmicas, mudanças e problemas epistemológicos da teoria psicanalítica na obra de Freud e após sua morte em vários centros (países, instituições e grupos) de produção de conhecimento psicanalítico. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Propiciar ao aluno uma reflexão historicizante e epistemológica dos fundamentos da psicanálise até os dias atuais. *(Res. 179/06-CEP)*

HISTÓRIA DE INFÂNCIA E DA FAMÍLIA

Ementa: A historicidade das representações, sentimentos e atitudes sobre a infância e a família no ocidente. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão da historicidade das representações, sentimentos e atitudes sobre a infância e a família no ocidente, desde a Idade Média a Contemporânea. *(Res. 179/06-CEP)*

INICIAÇÃO À CIÊNCIA E À PESQUISA

Ementa: Ciência e conhecimento: bases metodológicas do conhecimento científico. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: O aluno deverá ser capaz de: 1) Definir o campo científico e sua normatividade. 2) Compreender a coerência e coesão dos textos científicos. 3) Elaborar texto de divulgação científica de acordo com as normas da ABNT. *(Res. 179/06-CEP)*

INTRODUÇÃO À LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Ementa: Noções básicas de LIBRAS com vistas a uma comunicação funcional entre ouvintes e surdos no âmbito escolar no ensino de língua e literaturas da língua portuguesa. (Res. 107/11-

CI/CCH)

Objetivos: Instrumentalizar os alunos para o estabelecimento de uma comunicação funcional com pessoas surdas; favorecer a inclusão da pessoa surda no contexto escolar; expandir o uso de LIBRAS legitimando-a como a segunda língua oficial do Brasil. (Res. 107/11-CI/CCH)

INTRODUÇÃO À PESQUISA EM PSICOLOGIA

Ementa: A pesquisa em Psicologia: funções, pressupostos filosóficos e teóricos. Elementos componentes de um Projeto. Os principais métodos e técnicas, suas aplicações e limitações. A ética na pesquisa. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Auxiliar o aluno a compreender: a importância e o papel das pesquisas científicas nas atividades profissionais dos psicólogos; a perspectiva e os limites práticos e éticos dos processos de pesquisa; as alternativas metodológicas e técnicas da Psicologia e as implicações da adoção das mesmas; as interações dos recursos teóricos e metodológicos na elaboração de projeto de pesquisa. (Res. 157/10-CI-CCH)

MODOS DE GESTÃO E CONSTRUCIONISMO SOCIAL

Ementa: Os diversos modos de gestão relacionados ao trabalho e suas implicações na perspectiva teórico-metodológica do construcionismo social. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Compreender os diferentes modos de gestão relacionados ao trabalho na perspectiva teórico-metodológica do construcionismo social. Discutir as transformações e as adaptações dos processos produtivos. Relacionar as particularidades dos diferentes modos de gestão e suas implicações na prática do psicólogo do trabalho. (Res. 179/06-CEP)

ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO

Ementa: Os fundamentos teórico-práticos da orientação psicológica e do aconselhamento psicológico. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Instrumentalizar o aluno para a prática da orientação e do aconselhamento psicológico em diferentes campos de aplicação na saúde. (Res. 179/06-CEP)

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL: FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Ementa: Concepções de Orientação Profissional como uma intervenção psicológica, resgatando suas raízes históricas, concepções teóricas até a proposição de uma abordagem crítica no campo educacional. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Resgatar o contexto histórico que propicia o surgimento do campo de Orientação Vocacional/Profissional em psicologia, apresentando brevemente as diversas concepções que embasam os trabalhos em Orientação Vocacional e/ou Profissional até o momento atual; Estabelecer as correlações entre o mundo do trabalho e a formação educacional, destacando suas contradições e implicações para a escolha profissional; Articular uma proposta de intervenção no campo da Orientação profissional em uma concepção crítica. (Res. 107/11-CI/CCH)

PENSAMENTO E LINGUAGEM

Ementa: Análise dos conceitos, origem e desenvolvimento do pensamento e da linguagem e de suas funções na formação dos processos mentais. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Apresentar as diversas abordagens teóricas e suas divergências sobre o conceito, origem e desenvolvimento da linguagem. Compreender a função da linguagem, sua importância e a relação com o pensamento. (Res. 179/06-CEP)

POLÍTICAS PÚBLICAS

Ementa: Políticas públicas e as áreas de atuação do psicólogo. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer as políticas públicas relacionadas às áreas de atuação do psicólogo. Discutir o papel do psicólogo como agente transformador. Planejar projetos de intervenção institucional no contexto das políticas públicas. (Res. 179/06-CEP)

POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DA PSICOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES DE LEITURA, ESCRITA E MATEMÁTICA (Ênfase em Educação)

Ementa: O desenvolvimento da linguagem escrita e matemática em seus processos compreensivos e expressivos e as possibilidades de intervenção do psicólogo no campo da educação escolar. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Estudar as principais teorias psicológicas que embasam os métodos de ensino da linguagem escrita e matemática como construtivismo, tendo como base Jean Piaget, Emília Ferreiro e Constance Kamii e a Psicologia Histórico-Cultural,

tendo como base Luria, Vigotski e Leontiev. Analisar as implicações e propor estratégias de intervenção para a atuação docente e do psicólogo na escola frente aos problemas de leitura, escrita e matemática. (Res. 107/11-CI/CCH)

PRÁTICA DE PESQUISA E PSICOLOGIA I

Ementa: Elaboração de projeto de pesquisa em Psicologia: escolha do tema, elaboração da fundamentação teórica, definição do problema, escolha do método e planejamento. (Res. 157/10CI/CCH)

Objetivos: Proporcionar ao aluno o aprendizado das etapas do processo de elaboração de um projeto de pesquisa em psicologia. (Res. 157/10-CI/CCH)

PRÁTICA DE PESQUISA E PSICOLOGIA II

Ementa: Execução de projeto de pesquisa em Psicologia: planejamento, coleta e análise de dados, apresentação de resultados e redação de relatórios de pesquisa. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Proporcionar ao aluno o aprendizado das etapas do processo de elaboração de um projeto de pesquisa em psicologia. (Res. 157/10-CI/CCH)

PRÁTICAS EM SAÚDE MENTAL EM PROCESSOS CLÍNICOS

Ementa: Diagnósticos e intervenções clínicas em saúde mental em instituições. (Res. 157/10CI/CCH)

Objetivos: Fornecer ao aluno subsídios teórico-metodológicos para a realização das Práticas em Saúde Mental e Processos Clínicos. Propiciar ao aluno o conhecimento da política de saúde mental e suas implicações sócio-político-econômicas. (Res. 166/12-CI/CCH)

PRÁTICAS EM PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

Ementa: Diagnóstico e intervenções pontuais direcionadas a contextos institucionais. (Res. 157/10CI/CCH)

Objetivos: Fornecer ao aluno subsídios teórico-metodológicos para a realização das práticas em Psicologia Institucional; Identificar demandas a fim de propor e realizar atividades em situação de grupo no contexto institucional. (Res. 157/10-CI/CCH)

PROCESSOS GRUPAIS

Ementa: Análise de fenômenos grupais por meio de diferentes perspectivas teóricas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Possibilitar o conhecimento necessário para compreender e intervir em diferentes situações grupais. (Res. 179/06-CEP)

PSICODRAMA: FUNDAMENTOS E APLICAÇÃO NO CAMPO EDUCACIONAL

Ementa: Vida e obra de J. L. Moreno, criador do Psicodrama, as influências, as Técnicas básicas, os métodos e principais postulados teóricos, voltado para as aplicações na área educativa e sócioeducativa. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Compreender o período histórico que possibilitou o surgimento do Psicodrama como teoria e técnica; Sistematizar os principais conceitos da abordagem psicodramática; Conhecer as técnicas psicodramáticas, o jogo dramático e suas aplicações no campo educacional. (Res. 107/11-CI/CCH)

PSICOFARMACOLOGIA

Ementa: Generalidades e conceitos de Farmacocinética, de Farmacodinâmica, de Farmacologia do Sistema Nervoso Autônomo e do Sistema Nervoso Central. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Capacitar o aluno a compreender o mecanismo da ação terapêutica de medicamentos de ação periférica e/ou central, bem como seus efeitos colaterais e possíveis interações medicamentosas. Possibilitar por meio de aulas práticas oferecidas em forma de filmes, a visualização dos efeitos de diversos medicamentos administrados em animais experimentais. Possibilitar por meio do estudo de casos clínicos, uma integralização com a disciplina de Psicopatologia Geral, de forma a possibilitar ao aluno uma reflexão sobre os aspectos psicopatológicos e farmacoterapêutico de neuroses e psicoses. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA, ARTES E PROCESSOS CRIATIVOS

Ementa: Arte, sua história e manifestações, como recurso para compreensão da constituição do psiquismo humano em diferentes épocas, e suas implicações para a educação no século XXI. Psicologia Histórico-Cultural e o homem como ser criativo: valorização da arte e das mediações sócio-históricas para o desenvolvimento dos processos criativos. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Abordar a arte como um recurso privilegiado para compreensão do homem e da educação que ele realiza. Estudar a perspectiva vigotskiana de arte e de processos criativos, como contraposição à denúncia de esvaziamento do homem sob a pós-modernidade. Subsidiar a busca de alternativas que valorizem os processos criativos visando o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. (Res. 157/10-CI/CCH)

PSICOLOGIA DA GESTALT

Ementa: Bases epistemológicas e históricas da Psicologia da Gestalt. Críticas da Psicologia da Gestalt às propostas psicológicas tradicionais. Interpretação gestáltica dos fenômenos psicológicos. Questões filosóficas tratadas gestalticamente. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Fornecer subsídios ao aluno para situar a Psicologia da Gestalt na história da psicologia e da ciência em geral, discutindo questões epistemológicas e interpretando, com base nessa perspectiva, alguns fenômenos psicológicos. (Res. 157/10-CI/CCH)

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO

Ementa: O desenvolvimento humano da etapa pré-natal à velhice, segundo as concepções maturacionista, psicanalítica e estudos atuais. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Compreender o desenvolvimento humano de forma integrada e a produção dos conhecimentos por meio de atividades práticas e de pesquisa. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ementa: O trabalho do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): perspectivas comunitárias e interdisciplinares. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Conhecer os aparelhos do SUAS; -Construir habilidades visando o trabalho interdisciplinar na assistência social; -Formar competências baseadas na perspectiva psicossocial de trabalho comunitário. (Res. 107/11-CI/CCH)

PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa: História da Educação Especial e Inclusiva. Deficiências e necessidades educacionais especiais. Desenvolvimento da pessoa com deficiência ou necessidades educacionais especiais e a relação com o processo ensino-aprendizagem. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivos: Apresentar os fundamentos históricos, filosóficos e legais da Educação Especial e Inclusiva; - Conhecer as condições diferenciadas do desenvolvimento humano, decorrentes de deficiências ou de apresentação de necessidades educacionais especiais, enfocando as origens/emergências, caracterização e alternativas de encaminhamento educacional; - Identificar as contribuições da Psicologia para a aprendizagem e o desenvolvimento de pessoas com deficiências ou necessidades educacionais especiais. (Res. 107/11-CI/CCH)

PSICOLOGIA E SAÚDE PÚBLICA

Ementa: A história, os fundamentos e áreas de aplicação da Psicologia no contexto da Saúde Pública. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Promover ao aluno o conhecimento a respeito de saúde pública, seus elementos, finalidades e áreas de aplicação. Propiciar o conhecimento histórico da saúde e saúde mental no

Brasil. Levar o aluno a refletir sobre as políticas de saúde e saúde mental no Brasil. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Ementa: História da Psicologia escolar e as possibilidades de atuação do psicólogo diante das diversas dimensões da escola com vistas ao processo ensino-aprendizagem. (Res. 107/11-CI/CCH) **Objetivos:** Compreender o papel do psicólogo na escola. Estabelecer relações entre a produção das queixas escolares, os processos psicológicos e os aspectos referentes ao ensino/aprendizagem. (Res. 157/10-CI/CCH)

PSICOLOGIA GENÉTICA

Ementa: O desenvolvimento mental segundo a Psicologia Genética de Jean Piaget. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Compreender a psicologia genética como uma teoria do desenvolvimento. Compreender e aplicar o método clínico de investigação do conhecimento e do desenvolvimento. Estabelecer relações entre epistemologia genética e a Psicologia Genética de Jean Piaget. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA GERAL

Ementa: A Psicologia como ciência e profissão e seus temas básicos. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar subsídios ao aluno para compreensão da psicologia como ciência e profissão e seus temas básicos, por meio da perspectiva sócio-histórica da teoria do conhecimento, desde a idade moderna até a contemporaneidade. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: Pressupostos filosóficos da Psicologia Histórico-cultural, compreensão da relação desenvolvimento-aprendizagem e seus desdobramentos pedagógicos. (Res. 107/11-CI/CCH) **Objetivos:** - Apresentar os fundamentos históricos e filosóficos da Psicologia Histórico- Cultural; -Expor os conceitos principais

referentes à relação desenvolvimento e aprendizagem; - Analisar as implicações da Psicologia Histórico-Cultural no processo ensino-aprendizagem referente a formação de conceitos; -Compreender a pré-história da linguagem escrita e matemática e possíveis encaminhamentos pedagógicos. (Res. 107/11-CI/CCH)

PSICOLOGIA HOSPITALAR

Ementa: Breve histórico, áreas e formas de atuação da Psicologia hospitalar, abordando o tema da doença, do sofrimento e da morte na instituição, do processo saúde-doença no âmbito familiar e nas relações humanas na área da saúde. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Caracterizar a Psicologia hospitalar a partir de sua evolução histórica. Destacar semelhanças e diferenças da estrutura física e social da instituição pública e privada de saúde. Identificar áreas e formas de atuação do profissional psicólogo em instituições hospitalares. Reconhecer os pontos divergentes entre a prática clínica e a institucional. Analisar o processo do adoecer numa visão integrada de ser humano (bio-psico-social e espiritual). Analisar, discutir e refletir sobre as reações e sentimentos do paciente, família e equipe de saúde diante do sofrimento e da morte. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA INSTITUCIONAL

Ementa: Análise institucional a partir de diferentes perspectivas teóricas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Proporcionar ao aluno o desenvolvimento de uma leitura crítica das instituições. Instrumentalização teórica para intervenções institucionais. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA JURÍDICA

Ementa: Aspectos teóricos, éticos e práticos da Psicologia no campo jurídico, abordando as diversas áreas de atuação do psicólogo junto à justiça. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Instrumentalizar os alunos de Psicologia, mediante subsídios teórico-práticos, para pesquisarem e atuarem nos diversos campos de trabalho ligados à área da Justiça. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA NA ESCOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO

Ementa: Fundamentos teórico-filosóficos da atuação do psicólogo no campo da educação escolar. (Res. 087/2009-CI/CCH)

Objetivos: Estudar as perspectivas teórico-filosóficas que orientam as possibilidades metodológicas de intervenção do psicólogo no campo da educação escolar. (Res. 087/2009CI/CCH)

PSICOLOGIA, ORGANIZAÇÕES E TRABALHO I

Ementa: Teoria, prática e análise crítica da atuação do profissional de Psicologia, voltada para as relações de trabalho. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer as teorias e práticas hegemônicas das fases/faces da Psicologia Industrial e Organizacional. Analisar criticamente a atuação do profissional de Psicologia focado nas fases/faces da Psicologia Industrial e Organizacional. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA, ORGANIZAÇÕES E TRABALHO II

Ementa: Teoria, prática e análise crítica da atuação do profissional de Psicologia, voltada para a saúde mental e trabalho. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer as teorias e práticas hegemônicas das fases/faces da Psicologia do Trabalho. Analisar criticamente a atuação do profissional de Psicologia focado na fase/face da Psicologia do Trabalho. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA SOCIAL

Ementa: Teorias, temas e perspectivas de aplicação clássicas e atuais da Psicologia Social. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão do desenvolvimento histórico da Psicologia Social, seus pressupostos teóricos, metodológicos, de modo a possibilitar perspectivas de atuação, a partir dos mesmos, frente à realidade. (Res. 179/06-CEP)

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

Ementa: Teorias, temas e perspectivas de aplicação clássicas e atuais da Psicologia Social. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno a compreensão do desenvolvimento histórico da Psicologia Social, seus pressupostos teóricos, metodológicos, de modo a possibilitar perspectivas de atuação, a

partir dos mesmos, frente à realidade. (Res. 179/06-CEP)

PSICOPATOLOGIA GERAL

Ementa: Os quadros nosológicos e as políticas de saúde mental, levando-se em consideração as dimensões bio-psico-sociais e as implicações sócio-político-econômicas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Oportunizar ao aluno o conhecimento teórico dos diversos quadros psicopatológicos da política de saúde mental e suas implicações sócio-político-econômico. *(Res. 157/10-CI/CCH)*

SAÚDE MENTAL E TRABALHO

Ementa: A saúde mental no contexto do trabalho na contemporaneidade, sob a perspectiva de diferentes abordagens teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer abordagens teóricas voltadas para a saúde mental nas relações de trabalho. Identificar métodos e técnicas de intervenções em saúde mental e trabalho, à luz de diferentes abordagens teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

SOCIOLOGIA GERAL

Ementa: Estudo da gênese e do desenvolvimento da sociedade capitalista enfatizando seu caráter histórico, suas contradições e as conseqüências destas sobre o mundo do trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Investigar as bases históricas do modo de produção capitalista. Destacar o papel do trabalho como protoforma da existência social. Avaliar os processos de alienação e de formação da subjetividade estranhada. Conhecer os mecanismos de construção ideológica. Municar os alunos de psicologia com elementos teóricos que permitam adensar sua prática acadêmica presente e sua atuação profissional futura. *(Res. 179/06-CEP)*

SUBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE NAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Ementa: A subjetividade e a intersubjetividade no contexto das relações de trabalho na contemporaneidade sob a perspectiva de diferentes abordagens teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

Objetivos: Conhecer fundamentos teóricos da subjetividade e intersubjetividade. Identificar métodos e técnicas de intervenções nas relações de trabalho, focando a subjetividade e a intersubjetividade, à luz de diferentes abordagens teóricas. *(Res. 179/06-CEP)*

TEMAS ATUAIS EM PSICOLOGIA DO TRABALHO

Ementa: Teorias e métodos de intervenções psicológicas no contexto atual do trabalho. *(Res. 179/06-CEP)*

179/06-CEP)

Objetivos: Conhecer as principais teorias que fundamentam intervenções do psicólogo no contexto do trabalho. Conhecer os métodos decorrentes das respectivas teorias. Discutir a práxis do psicólogo no contexto do trabalho, enfatizando demandas atuais. (Res. 179/06-CEP)

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS E PSICOLOGIA DA APRENSIZAGEM

Ementa: História da educação e das tendências pedagógicas, caracterização da aprendizagem a partir de pressupostos epistemológicos e metodológicos das principais correntes da Psicologia da

Aprendizagem. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivo: Criar condições para que o aluno seja capaz de: conhecer as relações entre a história da educação, das tendências pedagógicas e os pressupostos epistemológicos das principais teorias de aprendizagem; identificar os vários tipos de aprendizagem e as condições para que ela ocorra; analisar criticamente as implicações sociais e aplicações das teorias estudadas. (Res.

157/10-CI/CCH)

TEORIA E TÉCNICAS FENOMENOLÓGICOS-EXISTENCIAIS

Ementa: O método fenomenológico e os fundamentos do existencialismo aplicados à psicoterapia. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Instrumentalizar o aluno para a utilização do método fenomenológico e análise compreensiva de base existencial na psicoterapia. (Res. 179/06-CEP)

TEORIA PSICANALÍTICA

Ementa: Conceitos fundamentais da teoria psicanalítica: Sigmund Freud e Melaine Klein. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar ao aluno os fundamentos da teoria psicanalítica segundo Sigmund Freud e Melaine Klein. (Res. 179/06-CEP)

TEORIAS E TÉCNICAS ANALÍTICO-COMPORTAMENTAIS

Ementa: Os pressupostos do behaviorismo radical e sua aplicabilidade psicoterapêutica. (Res.

179/06-CEP)

Objetivos: Investigar as bases do comportamento humano e sua funcionalidade. Avaliar as técnicas respondentes e operantes aplicadas ao contexto clínico.

Analisar as diferenças entre comportamentos “normais” e “patológicos”. Generalizar os conceitos da pesquisa básica à atuação clínica

(pesquisa aplicada). (Res. 179/06-CEP)

TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOTERAPIA ANALÍTICA

Ementa: Os fundamentos teóricos e técnicos da Psicologia Analítica. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Fornecer aos alunos subsídios teóricos e técnicos para a prática da Psicologia Analítica. (Res. 179/06-CEP)

TEORIAS E TÉCNICAS PSICANALÍTICAS

Ementa: Tópicos especiais da teoria clínica psicanalítica (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Possibilitar ao aluno a compreensão da clínica na infância; Preparar o aluno para a prática da psicoterapia de referencial psicanalítico. (Res. 157/10-CI/CCH)

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS I

Ementa: Os principais conceitos das teorias e das técnicas psicoterápicas. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Propiciar condições para que o aluno conheça as diversas teorias e técnicas psicoterápicas. (Res. 179/06-CEP)

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Ementa: As teorias e técnicas psicoterapêuticas numa perspectiva psicanalítica, com crianças e adolescentes. (Res. 157/10-CI/CCH)

Objetivos: Possibilitar ao aluno a compreensão da psicodinâmica na infância e na adolescência. Preparar o aluno para a prática da psicoterapia de referencial psicanalítico. (Res. 157/10-CI/CCH)

TEORIAS E TÉCNICAS PSICOTERÁPICAS II

Ementa: Os principais conceitos das teorias e técnicas de psicoterapia breve. (Res. 179/06-CEP) **Objetivos:** Possibilitar ao aluno o conhecimento dos conceitos das

teorias e técnicas psicoterápicas, na perspectiva breve, segundo o referencial psicanalítico. (Res. 179/06-CEP)

TERAPIA FAMILIAR: ABORDAGEM SISTÊMICA

Ementa: A terapia familiar de acordo com a abordagem sistêmica. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Oferecer aos alunos subsídios teórico-práticos sobre a terapia familiar sistêmica, considerando-se a inserção familiar no contexto cultural. Contribuir com a reflexão sobre a dinâmica relacional da família a partir do estudo dos fundamentos da Teoria Sistêmica e seus desenvolvimentos na área da Terapia Familiar. Propiciar aos alunos a análise das diferentes fases do ciclo vital, terapia de casal, divórcio, família pluricomposta, mitos e crenças familiares. (Res. 179/06-CEP)

TÓPICOS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Ementa: Intervenção do Psicólogo no atendimento educacional às pessoas com deficiências ou necessidades especiais. (Res. 107/11-CI/CCH)

Objetivo: Instrumentalizar teórica e metodologicamente o aluno para atuação junto à Educação Especial e Inclusiva. -Debater sobre alternativas de intervenção do psicólogo junto ao atendimento educacional ofertado às pessoas com deficiência ou necessidades educacionais especiais, no plano institucional, em grupos e de forma individualizada, considerando os grupos de alunos, professores e famílias. (Res. 107/11-CI/CCH)

TÓPICOS ESPECIAIS EM PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL

Ementa: As contribuições da perspectiva histórico-cultural para compreensão do desenvolvimento do psiquismo humano. (Res. 179/06-CEP)

Objetivos: Analisar a partir dos estudos da Neuropsicologia de Lúria, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Apresentar uma introdução geral do desenvolvimento do psiquismo humano a partir da teoria da atividade de Leontiev. (Res. 179/06-CEP)

ANEXO XVIII
PSICOLOGIA
Habilitação: Bacharelado

Criação

Resolução n.º 53, de 26.10.71

Implantação do Curso na UEL
18.02.72

Reconhecimento

Disponível em:

http://www.uel.br/prograd/docs_prograd/outros/decretos_datas_renovacao_cursos_graduacao.pdf

Grau

Bacharel em Psicologia

Código/Turno

23 - Integral

Perfil do Profissional

O curso visa formar um profissional capacitado teórica e tecnicamente com sólida visão das linhas filosóficas e ideológicas que sustentam os conhecimentos em Psicologia, em condições de avaliar criticamente os novos conhecimentos que surgem na Psicologia e capaz de procurar e desenvolver informações teóricas e técnicas para uma atuação efetiva e responsável.

Objetivo do Curso

Formar profissionais em condições de produzir, utilizar e transmitir conhecimentos em Psicologia frente às condições específicas da população envolvida. Ao final do curso o aluno deverá estar apto a iniciar investigação científica através de metodologia adequada à Psicologia.

Campos de Atuação

Instituições públicas e privadas, hospitais, escolas, etc.

Sistema Acadêmico

Seriado anual

N.º de Estudantes por Turma
80

PSICOLOGIA

Habilitação: Formação de Psicólogo

Objetivo do Curso

Formar profissionais em condições de produzir, utilizar e transmitir conhecimentos em psicologia frente às condições específicas da população envolvida.

Diagnosticar, planejar, executar e avaliar criticamente, intervenções no âmbito dos sistemas educacionais formais e informais; diagnosticar, planejar, executar e avaliar criticamente, procedimentos psicoterapêuticos, preventivos e remediativos; diagnosticar, planejar, executar e avaliar criticamente, intervenções no contexto das organizações sociais e do trabalho; investigar e produzir conhecimentos relativos às questões psicossociais no âmbito de trabalho interdisciplinar; realizar perícias e emitir pareceres sobre assuntos pertinentes à Psicologia.

Campos de Atuação

Organizações públicas e privadas, consultorias, consultório particular, hospitais, escolas etc. A profissão de Psicólogo é regulamentada pelos seguintes dispositivos legais: Lei n.º 4.119, de 27.08.62, Decreto n.º 53.464, de 21/10/64, Lei n.º 5.766, de 20.12.71 e Decreto n.º 79.822, de 17.06.77.

Duração

Mínima: 5 anos Máxima: 10 anos

ANEXO XIX

1ª Série

6SOC132 ANTROPOLOGIA

Fundamentos conceituais da antropologia. A antropologia no quadro das ciências sociais. O homem como ser bio-cultural. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.

6BIO057 EMBRIOLOGIA

Ciclo menstrual e gametogênese. Estudo das quatro primeiras semanas da embriogênese humana. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionário e fetal. Anexos embrionários humanos. Teratologia.

6EMA040 ESTATÍSTICA I

Cálculo das probabilidades. Variáveis aleatórias. Principais distribuições de probabilidade. Distribuição por amostragem. Estimação. Testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos para amostras dependentes e independentes.

6EMA041 ESTATÍSTICA II

Análise de variância. Regressão e correlação. Aplicação da microinformática na análise estatística dos dados e interpretação dos resultados.

6BAV058 ETOLOGIA

Noções básicas dos determinantes biológicos do comportamento em vertebrados, enfatizando sua origem, filogenia e ontogenia em condições naturais. Princípios, definições e métodos.

6FIL112 FILOSOFIA I

A atitude filosófica. O conhecimento e suas formas de manifestação. Filosofia e ciência. Valor e limites da ciência. Principais correntes filosóficas modernas e contemporâneas.

6PEP024 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA I

Epistemologia e a história dos diferentes períodos que influenciaram o surgimento e a consolidação da Psicologia e seus sistemas. Caracterização de paradigmas de ciência e suas repercussões na Psicologia.

6PEP025 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA II Sistemas de psicologia e a história da psicologia no Brasil.

6PSI036 METODOLOGIA I

A evolução do conhecimento. Pesquisa científica e modalidades interpretativas: indução, dedução, hipotético dedutivo, dialética. Técnicas de coleta de dados: entrevista, questionário, observação, experimentação, análise documental.

6MOR028 NEUROANATOMIA

Desenvolvimento do sistema nervoso central. Neurônio e neuroglia. Arco reflexo. Divisão anatômica do sistema nervoso. Anatomia da medula espinhal, do tronco encefálico e do cerebelo. Gânglios da base. Complexo hipófise-hipotálamo. Hemisférios cerebrais e áreas corticais. Sistema límbico. Funções cerebrais superiores.

6PSI037 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM I

Processos de aprendizagem: conceito. Teorias da Aprendizagem. Aspectos éticos da Psicologia da Aprendizagem.

6PSI038 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM II

Aspectos e variáveis que concorrem para os processos de aprendizagem. Práticas pedagógicas na diversidade dos contextos de ensinar e aprender. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

6PAC027 PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Fundamentos e justificativas da experimentação. A psicologia experimental nos diferentes campos teóricos da psicologia. As questões éticas da experimentação na psicologia.

6PAC028 PSICOLOGIA GERAL

A psicologia como ciência. Objeto(s) de estudo da psicologia. Temas de psicologia geral: consciência; inteligência; memória - atenção; linguagem - pensamento; emoção - motivação; sensações - percepção; sexualidade.

6MOD100 SEMINÁRIOS INTEGRADOS I

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

2ª Série

6EST212 ESTÁGIO FUNDAMENTAL DE ÊNFASES

Áreas de atuação do psicólogo. Demandas da sociedade contemporânea e características do mercado de trabalho. Prática de observação do psicólogo em

diferentes contextos. Inserção em campo de estágio que permita a integração de conhecimentos adquiridos no núcleo comum.

6FIL113 FILOSOFIA II

O nascimento da moderna epistemologia. Evolução histórica e desdobramentos na atualidade.

6BIO058 GENÉTICA HUMANA

Introdução à genética e citogenética humanas. Aspectos genéticos da inteligência, do retardo mental e do comportamento. Aconselhamento genético. Noções de genética de populações e evolução.

6HIT022 HISTOLOGIA

Elementos dos tecidos animais: epiteliais, conjuntivos e nervoso. Organização microscópica e histofisiológica das estruturas e órgãos do sistema nervoso e dos sentidos. Histologia e histofisiologia das relações neuroendócrinas.

6PAC029 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS CLÍNICOS

Definição do campo. As diferentes orientações na clínica. A ética na clínica.

6PEP026 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE

Fundamentos e conceitos no campo da saúde. A constituição, representações e conceituações histórico-culturais da saúde e da doença como campo de saberes e práticas de caráter transdisciplinar em indivíduos e populações. Modelos de atenção e organização dos serviços de saúde. Introdução à questão da promoção, prevenção e tratamento em diferentes contextos no campo da Saúde.

6PSI039 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS

Dimensões institucionais, psicossociais e psicológicas dos processos organizacionais e educativos. Atuação do psicólogo em organizações de trabalho e de educação.

6PSI040 METODOLOGIA II

Planejamento de Pesquisa: sistematização e elaboração do projeto de pesquisa; problema de pesquisa; procedimentos metodológicos, análise e sistematização dos resultados. Normas técnicas e bibliográficas. Ética em pesquisa.

6CIF042 NEUROFISIOLOGIA

Noções de fisiologia de sistemas. Bioeletrogênese e Neurotransmissão. Sistemas sensoriais. Funções motoras superiores. Sistema neurovegetativo. Sistemas comportamentais. Ritmos circadianos. Sono e vigília. Mecanismos de memória.

6PEP027 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I

Concepções sobre o homem e conceitos e definições sobre personalidade. Variáveis biológicas, ambientais e sociais e suas influências no desenvolvimento da personalidade.

6PEP028 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II Teorias da personalidade. Avaliação da personalidade e implicações éticas.

6PAC030 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I

Características e transformações da ontogênese. Ênfase nas implicações psicológicas, biológicas, sociais e culturais.

6PAC031 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II

Teorias do desenvolvimento psicológico. Psicologia do desenvolvimento e ética.

6MOD117 SEMINÁRIOS INTEGRADOS II

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

6SOC133 SOCIOLOGIA I

A educação como objeto de estudo sociológico. Fundamentos e significados sociais da educação. Relação entre a estrutura social e a educação. O estudo sociológico da escola como uma organização social complexa. Educação e mudança social.

6SOC134 SOCIOLOGIA II

O contexto histórico do surgimento da sociologia. Estratificação e estrutura de classes. O processo de industrialização na sociedade capitalista e a questão do trabalho. A industrialização brasileira.

3ª Série

6PEP029 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA I

Fundamentação teórica e análise crítica da avaliação psicológica. Princípios da construção de instrumentos de avaliação psicológica: padronização, validade e precisão. Indicadores para a realização de avaliação psicológica. Normas para a utilização dos instrumentos de avaliação psicológica.

6EST213 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE I

Acompanhamento de processos em saúde em diferentes contextos.

6CIF043 FARMACOLOGIA

Aspectos farmacocinéticos: aspectos medicamentosos e tóxicos.

Farmacodinâmica das drogas que agem no sistema nervoso autonômico e no sistema nervoso central. Psicofarmacologia.

6CIF044 NEUROENDOCRINOLOGIA

Ação hormonal. Hormônios neuro-hipofisários e adeno-hipofisários. Sistema Reprodutor. Adrenais. Tireóide. Sinalização insulínica periférica e no sistema nervoso central. Hormônios gastrintestinais.

6PAC034 PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Conceito de prevenção e de promoção na saúde. Fatores de risco e fatores de proteção à saúde e à saúde mental de crianças, adolescentes, mulheres, idosos e outros indivíduos. Programas preventivos e de promoção na área da saúde, baseados em evidências científicas dos resultados. Programas de prevenção ao abuso de tabaco, álcool e outras drogas. Conteúdos e estratégias para orientação de profissionais da saúde, da educação e de outras áreas para prevenção e promoção na saúde e na saúde mental.

6PSI042 PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Aspectos históricos e contemporâneos da área de Políticas Públicas. Processos de formulação, administração e avaliação das Políticas Públicas. As políticas públicas relacionadas à atuação do psicólogo na área da saúde e na área social. A construção do Sistema Único de Saúde como projeto político. Os conceitos de redes, coletivo e gestão nas políticas de saúde. Diretrizes de atuação do psicólogo na saúde. As políticas de proteção social dirigida aos diversos grupos. Avaliação e implantação de medidas de proteção social. Os conceitos de risco, vulnerabilidade e proteção social. Diretrizes de atuação do psicólogo na área social em sua intersecção com a saúde.

6PEP031 PSICOLOGIA E TRATAMENTO EM SAÚDE

As diferentes modalidades e enquadres de intervenção psíquica no campo da saúde (ambulatório, emergência, hospital). Abordagens individuais, grupais, familiar e em equipe no tratamento psicológico em saúde. A atuação do psicólogo na atenção primária e Programa Saúde da Família, secundária, terciária.

6PAC032 PSICOPATOLOGIA I

Psicopatologia como ciência: história e conceitos. Normalidade e anormalidade. Análise crítica da psicopatologia em suas interfaces com a psicologia.

6MOD118 SEMINÁRIOS INTEGRADOS III

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

4ª Série

6PEP030 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA II

Técnicas de exame avaliação psicológica. Testes situacionais. Comunicações técnicas: laudo pericial, parecer, relatório e atestado. Ética e avaliação psicológica.

6PAC035 COMPORTAMENTO E SAÚDE

Estudo da relação entre comportamento, qualidade de vida e saúde: questões conceituais e metodológicas. Aplicação dos conhecimentos científicos sobre comportamento humano em ações de caráter preventivo e de promoção na saúde em nível individual, coletivo e em rede. Capacitação de indivíduos, grupos, instituições e comunidades para protegerem a saúde e a qualidade de vida. Principais tópicos e relações comportamentais estudados na pesquisa em saúde. Questões contemporâneas.

6PEP032 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O TRABALHO EM SAÚDE

Questões éticas e bioética no campo da saúde: privacidade, sigilo, demanda institucional. Pesquisa em saúde e a consideração acerca dos fenômenos psíquicos implicados na pesquisa com seres humanos. A psicologia e a humanização na saúde. O papel do psicólogo e sua função na equipe: considerações sobre transferência, contratransferência, resistência no trabalho em equipe. A psicologia e a demanda por resultados no contexto da saúde.

6EST214 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE II

Planejamento e execução de processos psicológicos de intervenção em Saúde em diferentes contextos.

6PAC033 PSICOPATOLOGIA II

Nosografia e nosologia. Critérios e diagnósticos para prevenção e intervenção. Ética em psicopatologia e crítica aos modelos de doença mental.

6PSI043 SAÚDE MENTAL E A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

A constituição histórica e social do campo da saúde mental. Análise e reflexão da saúde mental a partir dos paradigmas propostos pela Reforma Psiquiátrica e Saúde Coletiva. Diretrizes de atuação do psicólogo na saúde mental. Gestão e organização dos serviços de saúde mental. As políticas de saúde mental e sua relação com os movimentos sociais de trabalhadores, usuários e familiares da saúde mental. Saúde mental e contexto sociocultural.

6MOD119 SEMINÁRIOS INTEGRADOS IV

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

5ª Série

6PEP033 ASPECTOS TEÓRICOS E INTERVENTIVOS EM SAÚDE

Estudo de concepções teóricas e tratamento nas diversas especialidades (transtornos alimentares, transtornos psíquicos, oncologia, dentre outros). A questão do corpo na saúde. Interação corpo-mente: psicossomática, relação entre sintoma físico e psíquico. O paciente crônico, a morte e o paciente terminal.

6PAC036 ATENDIMENTO À SAÚDE DOS ENVOLVIDOS COM USO ABUSIVO DE DROGAS

Perspectivas psicológica, sociológica e antropológica do uso de drogas. Políticas públicas e uso de tabaco, álcool e outras drogas psicoativas. Substâncias psicotrópicas e seus mecanismos de ação. Efeitos do uso agudo e crônico e sintomas de abstinência. Estratégias de avaliação e intervenção para a dependência à nicotina, álcool, cocaína, crack e outras substâncias psicoativas. Especificidades da avaliação e intervenção com crianças, adolescentes, mulheres e idosos dependentes químicos. Intervenções familiares. Entrevista motivacional. Redução de danos. Prevenção de recaída.

6EST215 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE III

Planejamento e execução de processos de intervenção psicológicos em Saúde em intersecção com outras áreas.

6PSI044 PROCESSOS DE TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR

Constituição do campo de relação entre saúde e trabalho. Políticas públicas na área de saúde do trabalhador. Processos de planejamento e intervenção na gestão em saúde e segurança dos trabalhadores. Saúde, trabalho e subjetividade. Saúde mental e trabalho. Promoção da saúde e da qualidade de vida nas relações de trabalho organizacionais e não-organizacionais. Educação, trabalho e saúde. Instituições e serviços de atenção e reabilitação em saúde do trabalhador. Ações dos coletivos de saúde na comunidade,

5ª Série

movimentos operários e sindicais.

6PSI041 ÉTICA

Ética e os fundamentos da ação moral. Imperativo categórico e utilitarismo. A transição do projeto moral para o projeto legal; instrumentos de controle social. Deontologia e exercício profissional. Sigilo profissional. Princípios das responsabilidades objetiva e subjetiva.

1ª Série

6SOC132 ANTROPOLOGIA

Fundamentos conceituais da antropologia. A antropologia no quadro das ciências sociais. O homem como ser bio-cultural. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.

6BIO057 EMBRIOLOGIA

Ciclo menstrual e gametogênese. Estudo das quatro primeiras semanas da embriogênese humana. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionário e fetal. Anexos embrionários humanos. Teratologia.

6EMA040 ESTATÍSTICA I

Cálculo das probabilidades. Variáveis aleatórias. Principais distribuições de probabilidade. Distribuição por amostragem. Estimação. Testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos para amostras dependentes e independentes.

6EMA041 ESTATÍSTICA II

Análise de variância. Regressão e correlação. Aplicação da microinformática na análise estatística dos dados e interpretação dos resultados.

6BAV058 ETOLOGIA

Noções básicas dos determinantes biológicos do comportamento em vertebrados, enfatizando sua origem, filogenia e ontogenia em condições naturais. Princípios, definições e métodos.

6FIL112 FILOSOFIA I

A atitude filosófica. O conhecimento e suas formas de manifestação. Filosofia e ciência. Valor e limites da ciência. Principais correntes filosóficas modernas e contemporâneas.

6PEP024 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA I

Epistemologia e a história dos diferentes períodos que influenciaram o surgimento e a consolidação da Psicologia e seus sistemas. Caracterização de paradigmas de ciência e suas repercussões na Psicologia.

6PEP025 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA II Sistemas de psicologia e a história da psicologia no Brasil.

6PSI036 METODOLOGIA I

A evolução do conhecimento. Pesquisa científica e modalidades interpretativas: indução, dedução, hipotético dedutivo, dialética. Técnicas de coleta de dados: entrevista, questionário, observação, experimentação, análise documental.

6MOR028 NEUROANATOMIA

Desenvolvimento do sistema nervoso central. Neurônio e neuroglia. Arco reflexo. Divisão anatômica do sistema nervoso. Anatomia da medula espinhal, do tronco encefálico e do cerebelo. Gânglios da base. Complexo hipófise-hipotálamo. Hemisférios cerebrais e áreas corticais. Sistema límbico. Funções cerebrais superiores.

6PSI037 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM I

Processos de aprendizagem: conceito. Teorias da Aprendizagem. Aspectos éticos da Psicologia da Aprendizagem.

6PSI038 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM II

Aspectos e variáveis que concorrem para os processos de aprendizagem. Práticas pedagógicas na diversidade dos contextos de ensinar e aprender. En-

sino de História e Cultura Afro-Brasileira.

6PAC027 PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Fundamentos e justificativas da experimentação. A psicologia experimental nos diferentes campos teóricos da psicologia. As questões éticas da experimentação na psicologia.

6PAC028 PSICOLOGIA GERAL

A psicologia como ciência. Objeto(s) de estudo da psicologia. Temas de psicologia geral: consciência; inteligência; memória - atenção; Linguagem - pensamento; emoção - motivação; sensações - percepção; sexualidade.

6MOD100 SEMINÁRIOS INTEGRADOS I

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

2ª Série

6EST212 ESTÁGIO FUNDAMENTAL DE ÊNFASES

Áreas de atuação do psicólogo. Demandas da sociedade contemporânea e características do mercado de trabalho. Prática de observação do psicólogo em diferentes contextos. Inserção em campo de estágio que permita a integração de conhecimentos adquiridos no núcleo comum.

6FIL113 FILOSOFIA II

O nascimento da moderna epistemologia. Evolução histórica e desdobramentos na atualidade.

6BIO058 GENÉTICA HUMANA

Introdução à genética e citogenética humanas. Aspectos genéticos da inteligência, do retardo mental e do comportamento. Aconselhamento genético. Noções de genética de populações e evolução.

6HIT022 HISTOLOGIA

Elementos dos tecidos animais: epiteliais, conjuntivos e nervoso. Organização microscópica e histofisiológica das estruturas e órgãos do sistema nervoso e dos sentidos. Histologia e histofisiologia das relações neuroendócrinas.

6PAC029 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS CLÍNICOS

Definição do campo. As diferentes orientações na clínica. A ética na clínica.

6PEP026 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE

Fundamentos e conceitos no campo da saúde. A constituição, representações e conceituações histórico-culturais da saúde e da doença como campo de saberes e práticas de caráter transdisciplinar em indivíduos e populações. Modelos de atenção e organização dos serviços de saúde. Introdução à questão da promoção, prevenção e tratamento em diferentes contextos no campo da Saúde.

6PSI039 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS

Dimensões institucionais, psicossociais e psicológicas dos processos organizacionais e educativos. Atuação do psicólogo em organizações de trabalho e de educação.

6PSI040 METODOLOGIA II

Planejamento de Pesquisa: sistematização e elaboração do projeto de pesquisa; problema de pesquisa; procedimentos metodológicos, análise e sistematização dos resultados. Normas técnicas e bibliográficas. Ética em pesquisa.

6CIF042 NEUROFISIOLOGIA

Noções de fisiologia de sistemas. Bioeletrogênese e Neurotransmissão. Sistemas sensoriais. Funções motoras superiores. Sistema neurovegetativo. Sistemas comportamentais. Ritmos circadianos. Sono e vigília. Mecanismos de memória.

6PEP027 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I

Concepções sobre o homem e conceitos e definições sobre personalidade. Variáveis biológicas, ambientais e sociais e suas influências no desenvolvimento da personalidade.

6PEP028 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II Teorias da personalidade. Avaliação da personalidade e implicações éticas.

6PAC030 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I

Características e transformações da ontogênese. Ênfase nas implicações psicológicas, biológicas, sociais e culturais.

6PAC031 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II

Teorias do desenvolvimento psicológico. Psicologia do desenvolvimento e ética.

6MOD117 SEMINÁRIOS INTEGRADOS II

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

6SOC133 SOCIOLOGIA I

A educação como objeto de estudo sociológico. Fundamentos e significados sociais da educação. Relação entre a estrutura social e a educação. O estudo sociológico da escola como uma organização social complexa. Educação e mudança social.

6SOC134 SOCIOLOGIA II

O contexto histórico do surgimento da sociologia. Estratificação e estrutura de classes. O processo de industrialização na sociedade capitalista e a questão do trabalho. A industrialização brasileira.

3ª Série**6PEP029 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA I**

Fundamentação teórica e análise crítica da avaliação psicológica. Princípios da construção de instrumentos de avaliação psicológica: padronização, validade e precisão. Indicadores para a realização de avaliação psicológica. Normas para a utilização dos instrumentos de avaliação psicológica.

6EST219 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS I

Diagnóstico e planejamento de intervenções em organizações de trabalho e educativas.

6CIF043 FARMACOLOGIA

Aspectos farmacocinéticos: aspectos medicamentosos e tóxicos. Farmacodinâmica das drogas que agem no sistema nervoso autonômico e no sistema nervoso central. Psicofarmacologia.

6CIF044 NEUROENDOCRINOLOGIA

Ação hormonal. Hormônios neuro-hipofisários e adeno-hipofisários. Sistema Reprodutor. Adrenais. Tireóide. Sinalização insulínica periférica e no sistema nervoso central. Hormônios gastrintestinais.

6PEP037 PROCESSOS GRUPAIS

Contribuições dos referenciais teóricos para a compreensão das relações grupais. Análise dos processos grupais. Liderança, comunicação e conflitos em grupos. Dinâmica de grupo: métodos e técnicas aplicáveis em diferentes áreas de atuação e de intervenção.

6PAC040 PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO

Processo histórico da educação brasileira. Sistema educacional brasileiro. Instituições escolares e instituições educacionais não escolares. Políticas educacionais no Brasil. O

desenvolvimento da psicologia escolar/educacional. Estratégias de investigação no cotidiano escolar.

6PSI048 PSICOLOGIA SOCIAL E DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

Desenvolvimento teórico-metodológico da psicologia social. Sociedade, política, poder e controle. Perspectivas de análise das organizações e instituições. Diagnóstico e intervenção psicológica em instituições e organizações.

6PAC032 PSICOPATOLOGIA I

Psicopatologia como ciência: história e conceitos. Normalidade e anormalidade. Análise crítica da psicopatologia em suas interfaces com a psicologia.

6MOD118 SEMINÁRIOS INTEGRADOS III

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

4ª Série

6PEP030 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA II

Técnicas de exame avaliação psicológica. Testes situacionais. Comunicações técnicas: laudo pericial, parecer, relatório e atestado. Ética e avaliação psicológica.

6PEP038 EDUCAÇÃO, SUBJETIVIDADE E SOCIEDADE

Relação entre educação e contexto social na constituição do sujeito. Processos de ensino-aprendizagem e a organização do trabalho pedagógico. Formação de educadores. Relações entre trabalho pedagógico e constituição do sujeito.

6EST220 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS II

Intervenção do psicólogo em processos educativos.

6PSI049 PRÁTICAS DO PSICÓLOGO EM EDUCAÇÃO

Concepções e fundamentos da Psicologia nos contextos educativos formais e não formais. Diferenciações entre psicologia escolar e psicologia educacional. Análise Institucional e suas contribuições para a psicologia nos contextos educativos. Problemas contemporâneos nos contextos educativos. Práticas do psicólogo nos contextos educativos.

6PAC041 PSICOLOGIA E ORGANIZAÇÕES

O mundo do trabalho. Motivação, atitudes, percepções e emoções no trabalho. Liderança, gestão e processos decisórios. Cultura organizacional, poder e conflito nas organizações.

6PAC033 PSICOPATOLOGIA II

Nosografia e nosologia. Critérios e diagnósticos para prevenção e intervenção. Ética em psicopatologia e crítica aos modelos de doença mental.

6MOD119 SEMINÁRIOS INTEGRADOS IV

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

5ª Série**6EST221 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS III**

Intervenção do psicólogo em processos de gestão.

6PSI050 GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES

Sistemas e estratégias organizacionais modernos. Competências, cargos e desempenho. Recrutamento e seleção. Educação, treinamento e desenvolvimento. Avaliação de desempenho. Planejamento e aconselhamento de carreiras.

6PAC042 INSERÇÃO DO PSICÓLOGO EM ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO

Planejamento da vida profissional: elaboração de projeto de vida profissional e definição de condições para realizá-lo. Avaliação de possibilidades e desafios da inserção do psicólogo em organizações de trabalho e de educação. Trabalho inter e multidisciplinar do psicólogo em organizações de trabalho e de educação.

6PEP039 TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL

Relações de trabalho, emprego, desemprego e subjetividade nos sistemas de produção. Saúde mental no trabalho: mal estar na contemporaneidade, abordagens do estresse, psicodinâmica e epidemiológica.

6PSI041 ÉTICA

Ética e os fundamentos da ação moral. Imperativo categórico e utilitarismo. A transição do projeto moral para o projeto legal; instrumentos de controle social. Deontologia e exercício profissional. Sigilo profissional. Princípios das responsabilidades objetiva e subjetiva.

1ª Série

6SOC132 ANTROPOLOGIA

Fundamentos conceituais da antropologia. A antropologia no quadro das ciências sociais. O homem como ser bio-cultural. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.

6BIO057 EMBRIOLOGIA

Ciclo menstrual e gametogênese. Estudo das quatro primeiras semanas da embriogênese humana. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionário e fetal. Anexos embrionários humanos. Teratologia.

6EMA040 ESTATÍSTICA I

Cálculo das probabilidades. Variáveis aleatórias. Principais distribuições de probabilidade. Distribuição por amostragem. Estimação. Testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos para amostras dependentes e independentes.

6EMA041 ESTATÍSTICA II

Análise de variância. Regressão e correlação. Aplicação da microinformática na análise estatística dos dados e interpretação dos resultados.

6BAV058 ETOLOGIA

Noções básicas dos determinantes biológicos do comportamento em vertebrados, enfatizando sua origem, filogenia e ontogenia em condições naturais. Princípios, definições e métodos.

6FIL112 FILOSOFIA I

A atitude filosófica. O conhecimento e suas formas de manifestação. Filosofia e ciência. Valor e limites da ciência. Principais correntes filosóficas modernas e contemporâneas.

6PEP024 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA I

Epistemologia e a história dos diferentes períodos que influenciaram o surgimento e a consolidação da Psicologia e seus sistemas. Caracterização de paradigmas de ciência e suas repercussões na Psicologia.

6PEP025 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA II Sistemas de psicologia e a história da psicologia no Brasil.

6PSI036 METODOLOGIA I

A evolução do conhecimento. Pesquisa científica e modalidades interpretativas: indução, dedução, hipotético dedutivo, dialética. Técnicas de coleta de dados: entrevista, questionário, observação, experimentação, análise documental.

6MOR028 NEUROANATOMIA

Desenvolvimento do sistema nervoso central. Neurônio e neuroglia. Arco reflexo. Divisão anatômica do sistema nervoso. Anatomia da medula espinhal, do tronco encefálico e do cerebelo. Gânglios da base. Complexo hipófise-hipotálamo. Hemisférios cerebrais e áreas corticais. Sistema límbico. Funções cerebrais superiores.

6PSI037 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM I

Processos de aprendizagem: conceito. Teorias da Aprendizagem. Aspectos éticos da Psicologia da Aprendizagem.

6PSI038 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM II

Aspectos e variáveis que concorrem para os processos de aprendizagem. Práticas pedagógicas na diversidade dos contextos de ensinar e aprender. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

6PAC027 PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Fundamentos e justificativas da experimentação. A psicologia experimental nos diferentes campos teóricos da psicologia. As questões éticas da experimentação na psicologia.

6PAC028 PSICOLOGIA GERAL

A psicologia como ciência. Objeto(s) de estudo da psicologia. Temas de psicologia geral: consciência; inteligência; memória - atenção; linguagem - pensamento; emoção - motivação; sensações - percepção; sexualidade.

6MOD100 SEMINÁRIOS INTEGRADOS I

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

2ª Série

6EST212 ESTÁGIO FUNDAMENTAL DE ÊNFASES

Áreas de atuação do psicólogo. Demandas da sociedade contemporânea e características do mercado de trabalho. Prática de observação do psicólogo em diferentes contextos. Inserção em campo de estágio que permita a integração de conhecimentos adquiridos no núcleo comum.

6FIL113 FILOSOFIA II

O nascimento da moderna epistemologia. Evolução histórica e desdobramentos na atualidade.

6BIO058 GENÉTICA HUMANA

Introdução à genética e citogenética humanas. Aspectos genéticos da inteligência, do retardo mental e do comportamento. Aconselhamento genético. Noções de genética de populações e evolução.

6HIT022 HISTOLOGIA

Elementos dos tecidos animais: epiteliais, conjuntivos e nervoso. Organização microscópica e histofisiológica das estruturas e órgãos do sistema nervoso e dos sentidos. Histologia e histofisiologia das relações neuroendócrinas.

6PAC029 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS CLÍNICOS

Definição do campo. As diferentes orientações na clínica. A ética na clínica.

6PEP026 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE

Fundamentos e conceitos no campo da saúde. A constituição, representações e conceituações histórico-culturais da saúde e da doença como campo de saberes e práticas de caráter transdisciplinar em indivíduos e populações. Modelos de atenção e organização dos serviços de saúde. Introdução à questão da promoção, prevenção e tratamento em diferentes contextos no campo da Saúde.

6PSI039 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS

Dimensões institucionais, psicossociais e psicológicas dos processos organizacionais e educativos. Atuação do psicólogo em organizações de trabalho e de educação.

6PSI040 METODOLOGIA II

Planejamento de Pesquisa: sistematização e elaboração do projeto de pesquisa; problema de pesquisa; procedimentos metodológicos, análise e sistematização dos resultados. Normas técnicas e bibliográficas. Ética em pesquisa.

6CIF042 NEUROFISIOLOGIA

Noções de fisiologia de sistemas. Bioeletrogênese e Neurotransmissão. Sistemas sensoriais. Funções motoras superiores. Sistema neurovegetativo. Sistemas comportamentais. Ritmos circadianos. Sono e vigília. Mecanismos de memória.

6PEP027 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I

Concepções sobre o homem e conceitos e definições sobre personalidade. Variáveis biológicas, ambientais e sociais e suas influências no desenvolvimento da personalidade.

6PEP028 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II Teorias da personalidade. Avaliação da personalidade e implicações éticas.

6PAC030 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I
Características e transformações da ontogênese. Ênfase nas implicações psicológicas, biológicas, sociais e culturais.

6PAC031 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II
Teorias do desenvolvimento psicológico. Psicologia do desenvolvimento e ética.

6MOD117 SEMINÁRIOS INTEGRADOS II
Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

6SOC133 SOCIOLOGIA I
A educação como objeto de estudo sociológico. Fundamentos e significados sociais da educação. Relação entre a estrutura social e a educação. O estudo sociológico da escola como uma organização social complexa. Educação e mudança social.

6SOC134 SOCIOLOGIA II
O contexto histórico do surgimento da sociologia. Estratificação e estrutura de classes. O processo de industrialização na sociedade capitalista e a questão do trabalho. A industrialização brasileira.

3ª Série

6PEP029 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA I
Fundamentação teórica e análise crítica da avaliação psicológica. Princípios da construção de instrumentos de avaliação psicológica: padronização, validade e precisão. Indicadores para a realização de avaliação psicológica. Normas para a utilização dos instrumentos de avaliação psicológica.

6EST216 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROCESSOS CLÍNICOS I
Observação dos processos clínicos em diferentes contextos.

6CIF043 FARMACOLOGIA
Aspectos farmacocinéticos: aspectos medicamentosos e tóxicos. Farmacodinâmica das drogas que agem no sistema nervoso autonômico e no sistema nervoso central. Psicofarmacologia.

6PAC037 FUNDAMENTOS DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA CLÍNICA I

Fundamentos de análise clínica. Procedimentos básicos que compõem o atendimento psicoterápico: da entrevista inicial ao encerramento.

6PSI045 FUNDAMENTOS DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA CLÍNICA II

Interface entre as relações sociais e os processos clínicos.

6PEP034 FUNDAMENTOS DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA CLÍNICA III Diferentes

técnicas de avaliação dos processos clínicos. Psicodiagnóstico.

6CIF044 NEUROENDOCRINOLOGIA

Ação hormonal. Hormônios neuro-hipofisários e adeno-hipofisários. Sistema Reprodutor. Adrenais. Tireóide. Sinalização insulínica periférica e no sistema nervoso central. Hormônios gastrintestinais.

6PAC032 PSICOPATOLOGIA I

Psicopatologia como ciência: história e conceitos. Normalidade e anormalidade. Análise crítica da psicopatologia em suas interfaces com a psicologia.

6MOD118 SEMINÁRIOS INTEGRADOS III

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

4ª Série**6PEP030 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA II**

Técnicas de exame avaliação psicológica. Testes situacionais. Comunicações técnicas: laudo pericial, parecer, relatório e atestado. Ética e avaliação psicológica.

6EST217 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROCESSOS CLÍNICOS II

Diferentes instrumentos de diagnóstico e encaminhamento para ações pertinentes.

6PAC033 PSICOPATOLOGIA II

Nosografia e nosologia. Critérios e diagnósticos para prevenção e intervenção. Ética em psicopatologia e crítica aos modelos de doença mental.

6MOD119 SEMINÁRIOS INTEGRADOS IV

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

6PAC038 TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA I

Avaliação e formulação de casos clínicos. Estratégias de atendimento para diferentes contextos clínicos e para diferentes segmentos da população.

6PSI046 TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA II

Compreensão dos processos clínicos em distintos contextos.

6PEP035 TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA III Fundamentos clínicos para a escuta e intervenção nos processos clínicos.

5ª Série**6EST218 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROCESSOS CLÍNICOS III**

Condução das intervenções nos processos clínicos com ênfase nos aspectos éticos.

5ª Série

6PAC039 MODELOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA I Estratégias de intervenção em processos clínicas.

6PSI047 MODELOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA II

Intervenção nos processos clínicos presentes nas relações sociais. Alternativas de atuação psicossocial.

6PEP036 MODELOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA III Intervenção nos processos clínicos individuais.

6PSI041 ÉTICA

Ética e os fundamentos da ação moral. Imperativo categórico e utilitarismo. A transição do projeto moral para o projeto legal; instrumentos de controle social. Deontologia e exercício profissional. Sigilo profissional. Princípios das responsabilidades objetiva e subjetiva.

1ª Série

6SOC132 ANTROPOLOGIA

Fundamentos conceituais da antropologia. A antropologia no quadro das ciências sociais. O homem como ser bio-cultural. Diversas formas de existir socialmente. Educação das relações étnico-raciais.

6BIO057 EMBRIOLOGIA

Ciclo menstrual e gametogênese. Estudo das quatro primeiras semanas da embriogênese humana. Destino dos folhetos germinativos. Características dos períodos embrionário e fetal. Anexos embrionários humanos. Teratologia.

6EMA040 ESTATÍSTICA I

Cálculo das probabilidades. Variáveis aleatórias. Principais distribuições de probabilidade. Distribuição por amostragem. Estimação. Testes de hipóteses paramétricos e não paramétricos para amostras dependentes e independentes.

6EMA041 ESTATÍSTICA II

Análise de variância. Regressão e correlação. Aplicação da microinformática na análise estatística dos dados e interpretação dos resultados.

6BAV058 ETOLOGIA

Noções básicas dos determinantes biológicos do comportamento em vertebrados, enfatizando sua origem, filogenia e ontogenia em condições naturais. Princípios, definições e métodos.

6FIL112 FILOSOFIA I

A atitude filosófica. O conhecimento e suas formas de manifestação. Filosofia e ciência. Valor e limites da ciência. Principais correntes filosóficas modernas e contemporâneas.

6PEP024 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA I

Epistemologia e a história dos diferentes períodos que influenciaram o surgimento e a consolidação da Psicologia e seus sistemas. Caracterização de paradigmas de ciência e suas repercussões na Psicologia.

6PEP025 HISTÓRIA DA PSICOLOGIA II Sistemas de psicologia e a história da psicologia no Brasil.

6PSI036 METODOLOGIA I

A evolução do conhecimento. Pesquisa científica e modalidades interpretativas: indução, dedução, hipotético dedutivo, dialética. Técnicas de coleta de dados: entrevista, questionário, observação, experimentação, análise documental.

6MOR028 NEUROANATOMIA

Desenvolvimento do sistema nervoso central. Neurônio e neuroglia. Arco reflexo. Divisão anatômica do sistema nervoso. Anatomia da medula espinhal, do tronco encefálico e do cerebelo. Gânglios da base. Complexo hipófise-hipotálamo. Hemisférios cerebrais e áreas corticais. Sistema límbico. Funções cerebrais superiores.

6PSI037 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM I

Processos de aprendizagem: conceito. Teorias da Aprendizagem. Aspectos éticos da Psicologia da Aprendizagem.

6PSI038 PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM II

Aspectos e variáveis que concorrem para os processos de aprendizagem. Práticas pedagógicas na diversidade dos contextos de ensinar e aprender. Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira.

1ª Série

6PAC027 PSICOLOGIA EXPERIMENTAL

Fundamentos e justificativas da experimentação. A psicologia experimental nos diferentes campos teóricos da psicologia. As questões éticas da experimentação na psicologia.

6PAC028 PSICOLOGIA GERAL

A psicologia como ciência. Objeto(s) de estudo da psicologia. Temas de psicologia geral: consciência; inteligência; memória - atenção; linguagem - pensamento; emoção - motivação; sensações - percepção; sexualidade.

6MOD100 SEMINÁRIOS INTEGRADOS I

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

2ª Série

6EST212 ESTÁGIO FUNDAMENTAL DE ÊNFASES

Áreas de atuação do psicólogo. Demandas da sociedade contemporânea e características do mercado de trabalho. Prática de observação do psicólogo em diferentes contextos. Inserção em campo de estágio que permita a integração de conhecimentos adquiridos no núcleo comum.

6FIL113 FILOSOFIA II

O nascimento da moderna epistemologia. Evolução histórica e desdobramentos na atualidade.

6BIO058 GENÉTICA HUMANA

Introdução à genética e citogenética humanas. Aspectos genéticos da inteligência, do retardo mental e do comportamento. Aconselhamento genético.

Noções de genética de populações e evolução.

6HIT022 HISTOLOGIA

Elementos dos tecidos animais: epiteliais, conjuntivos e nervoso. Organização microscópica e histofisiológica das estruturas e órgãos do sistema nervoso e dos sentidos. Histologia e histofisiologia das relações neuroendócrinas.

6PAC029 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS CLÍNICOS

Definição do campo. As diferentes orientações na clínica. A ética na clínica.

6PEP026 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE

Fundamentos e conceitos no campo da saúde. A constituição, representações e conceituações histórico-culturais da saúde e da doença como campo de saberes e práticas de caráter transdisciplinar em indivíduos e populações. Modelos de atenção e organização dos serviços de saúde. Introdução à questão da promoção, prevenção e tratamento em diferentes contextos no campo da Saúde.

6PSI039 INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS

Dimensões institucionais, psicossociais e psicológicas dos processos organizacionais e educativos. Atuação do psicólogo em organizações de trabalho e de educação.

6PSI040 METODOLOGIA II

Planejamento de Pesquisa: sistematização e elaboração do projeto de pesquisa; problema de pesquisa; procedimentos metodológicos, análise e sistematização dos resultados. Normas técnicas e bibliográficas. Ética em pesquisa.

6CIF042 NEUROFISIOLOGIA

Noções de fisiologia de sistemas. Bioeletrogênese e Neurotransmissão. Sistemas sensoriais. Funções motoras superiores. Sistema neurovegetativo.

2ª Série

Sistemas comportamentais. Ritmos circadianos. Sono e vigília. Mecanismos de memória.

6PEP027 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I

Concepções sobre o homem e conceitos e definições sobre personalidade. Variáveis biológicas, ambientais e sociais e suas influências no desenvolvimento da personalidade.

6PEP028 PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II Teorias da personalidade. Avaliação da personalidade e implicações éticas.

6PAC030 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I

Características e transformações da ontogênese. Ênfase nas implicações psicológicas, biológicas, sociais e culturais.

6PAC031 PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II

Teorias do desenvolvimento psicológico. Psicologia do desenvolvimento e ética.

6MOD117 SEMINÁRIOS INTEGRADOS II

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

6SOC133 SOCIOLOGIA I

A educação como objeto de estudo sociológico. Fundamentos e significados sociais da educação. Relação entre a estrutura social e a educação. O estudo sociológico da escola como uma organização social complexa. Educação e mudança social.

6SOC134 SOCIOLOGIA II

O contexto histórico do surgimento da sociologia. Estratificação e estrutura de classes. O processo de industrialização na sociedade capitalista e a questão do trabalho. A industrialização brasileira.

3ª Série

6PEP029 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA I

Fundamentação teórica e análise crítica da avaliação psicológica. Princípios da construção de instrumentos de avaliação psicológica: padronização, validade e precisão. Indicadores para a realização de avaliação psicológica. Normas para a utilização dos instrumentos de avaliação psicológica.

6CIF043 FARMACOLOGIA

Aspectos farmacocinéticos: aspectos medicamentosos e tóxicos. Farmacodinâmica das drogas que agem no sistema nervoso autonômico e no sistema nervoso central. Psicofarmacologia.

6CIF044 NEUROENDOCRINOLOGIA

Ação hormonal. Hormônios neuro-hipofisários e adeno-hipofisários. Sistema Reprodutor. Adrenais. Tireóide. Sinalização insulínica periférica e no sistema nervoso central. Hormônios gastrintestinais.

6PAC032 PSICOPATOLOGIA I

Psicopatologia como ciência: história e conceitos. Normalidade e anormalidade. Análise crítica da psicopatologia em suas interfaces com a psicologia.

6MOD118 SEMINÁRIOS INTEGRADOS III

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

4ª Série

6PEP030 AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA II

Técnicas de exame avaliação psicológica. Testes situacionais. Comunicações técnicas: laudo pericial, parecer, relatório e atestado. Ética e avaliação psicológica.

6PAC033 PSICOPATOLOGIA II

Nosografia e nosologia. Critérios e diagnósticos para prevenção e intervenção. Ética em psicopatologia e crítica aos modelos de doença mental.

6MOD119 SEMINÁRIOS INTEGRADOS IV

Promover a integração dos conteúdos ministrados nas atividades acadêmicas da série.

5ª Série

6PSI041 ÉTICA

Ética e os fundamentos da ação moral. Imperativo categórico e utilitarismo. A transição do projeto moral para o projeto legal; instrumentos de controle social. Deontologia e exercício profissional. Sigilo profissional. Princípios das responsabilidades objetiva e subjetiva.

ANEXO XX

DURAÇÃO: MÉDIA 5 ANOS - MÁXIMA 10 ANOS

SISTEMA ACADÊMICO: **SERIADO ANUAL**

1ª Série

Código	Nome	Carga Horária Oferta				
		Teór. T./Prát.	Prát.	Total		
6MOD100	SEMINÁRIOS INTEGRADOS I (COL)	B	0	0	16	16
6PAC027	PSICOLOGIA EXPERIMENTAL (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	0	60	60
6PAC028	PSICOLOGIA GERAL (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PEP024	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PEP025	HISTÓRIA DA PSICOLOGIA II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PSI036	METODOLOGIA I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PSI037	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
6PSI038	PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
6EMA040	ESTATÍSTICA I	1S	60	0	0	60
6SOC132	ANTROPOLOGIA	1S	60	0	0	60
6BAV058	ETOLOGIA	2S	30	0	30	60
6BIO057	EMBRIOLOGIA	2S	30	0	0	30
6EMA041	ESTATÍSTICA II	2S	60	0	0	60
6FIL112	FILOSOFIA I	2S	60	0	0	60
6MOR028	NEUROANATOMIA	2S	0	60	0	60
Total			540	180	106	826

2ª Série

Código	Nome	Carga Horária				
		Oferta Teór. T./Prát.	Prát.	Total		
6MOD117	SEMINÁRIOS INTEGRADOS II (COL)	B	0	0	16	16

6PAC029	INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS CLÍNICOS (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PAC030	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PAC031	PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
6PEP026	INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS DE PROMOÇÃO E PREVENÇÃO EM SAÚDE (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PEP027	PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PEP028	PSICOLOGIA DA PERSONALIDADE II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
6PSI039	INTRODUÇÃO AOS PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS (PAC20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
6PSI040	METODOLOGIA II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
6BIO058	GENÉTICA HUMANA	1S	60	0	0	60
6FIL113	FILOSOFIA II	1S	30	0	0	30
6HIT022	HISTOLOGIA	1S	0	60	0	60
6SOC133	SOCIOLOGIA I	1S	60	0	0	60
6CIF042	NEUROFISIOLOGIA	2S	60	0	0	60
6EST212	ESTÁGIO FUNDAMENTAL DE ÊNFASES (PSI)	2S	0	0	60	60
6SOC134	SOCIOLOGIA II	2S	60	0	0	60
Código			570	240	76	886
Total						

3ª Série

		3ª Série	Carga Horária				
			Oferta	Teór. T./Prát.	Prát.	Total	
Nome			B	0	0	16	16
6MOD118	SEMINÁRIOS INTEGRADOS III (COL)		B	0	60	0	60
6PAC032	PSICOPATOLOGIA I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)		B	0	60	0	60
6PEP029	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA I (PAC-20/PEP-20/PSI-20)		1S	30	0	0	30
6CIF043	FARMACOLOGIA		1S	30	0	0	30
6CIF044	NEUROENDOCRINOLOGIA			60	120	16	196
Total							

4ª Série

Código	Nome	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total				
6MOD119	SEMINÁRIOS INTEGRADOS IV (COL)	B	0	0	16	16
6PAC033	PSICOPATOLOGIA II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
6PEP030	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA II (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	0	60	0	60
Total			0	120	16	136

5ª Série

Nome	Carga Horária				
	Oferta	Teór. T./Prát.	Prát.	Total	
ÉTICA (PAC-20/PEP-20/PSI-20)	B	60	0	0	60
Total		60	0	0	60

Código
6PSIO41

ÊNFASE EM PSICOLOGIA E PROCESSOS CLÍNICOS

Código

6EST216

6PAC037

6PSIO45

6PEP034

3ª Série

Carga Horária

Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total

Nome

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROCESSOS CLÍNICOS I (PAC)

FUNDAMENTOS DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA CLÍNICA I

FUNDAMENTOS DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA CLÍNICA II

FUNDAMENTOS DA PRÁTICA EM PSICOLOGIA CLÍNICA III

OPCIONAL COMPLEMENTAR 1

OPCIONAL COMPLEMENTAR 2

Total

A	0	0	120	
			120	
1S	0	60	0	60
1S	0	60	0	60
2S	0	60	0	60
B	30	0	0	
			30	
B	30	0	0	30
	60	180	120	360

Código

6EST217

6PAC038

6PEP035

6PSIO46

4ª Série

Nome

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROCESSOS CLÍNICOS II (PAC)

TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA I

TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA III

TEORIAS E TÉCNICAS DE PSICOLOGIA CLÍNICA II

OPCIONAL COMPLEMENTAR 3

OPCIONAL COMPLEMENTAR 4

OPCIONAL COMPLEMENTAR 5

Total

Carga Horária
Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total

A	0	0	120	
			120	
1S	0	60	0	60
2S	0	60	0	60
2S	0	60	0	60
B	30	0	0	
			30	
B	30	0	0	30
B	30	0	0	30
	90	180	120	390

Código

6EST218

6PAC039

6PEP036

6PSIO47

5ª Série

Nome

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PROCESSOS CLÍNICOS III (PAC)

MODELOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA I

MODELOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA III

MODELOS DE INTERVENÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA II

OPCIONAL COMPLEMENTAR 6

OPCIONAL COMPLEMENTAR 7

Carga Horária
Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total

A	0	0	120	
			120	
1S	0	60	0	60
2S	0	60	0	60

OPCIONAL COMPLEMENTAR 8
Total

2S	0	60	0	60
B	30	0	0	
		30		
B	30	0	0	30
B	30	0	0	30
	90	180	120	390

ÊNFASE EM PSICOLOGIA E PROCESSOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO EM SAÚDE

3ª Série

Código	Nome	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total
6EST213	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE I (PEP)	A 0 0 120
6PEP031	PSICOLOGIA E TRATAMENTO EM SAÚDE	120
6PSI042	PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	1S 60 0 0 60
6PAC034		1S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		B 30 0 0
		30
		B 30 0 0 30
		240 0 120 360
Código	Nome	Carga Horária
6EST214	PROMOÇÃO DE SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total
6PEP032	OPCIONAL COMPLEMENTAR 1	A 0 0 120
6PSI043	OPCIONAL COMPLEMENTAR 2	120
6PAC035	Total	1S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		B 30 0 0
		30
		B 30 0 0 30
		B 30 0 0 30
		270 0 120 390
Código	Nome	Carga Horária
6EST215	CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA O TRABALHO EM SAÚDE	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total
6PEP033	OPCIONAL COMPLEMENTAR 3	A 0 0 120
6PSI044	OPCIONAL COMPLEMENTAR 4	120
6PAC036	OPCIONAL COMPLEMENTAR 5	1S 60 0 0 60
	Total	2S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		B 30 0 0
		30
		B 30 0 0 30
		B 30 0 0 30
		270 0 120 390
Código	Nome	Carga Horária
6EST219	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE II (PEP)	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total
	SAÚDE MENTAL E A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL	A 0 0 120
	COMPORTAMENTO E SAÚDE	120
		1S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		B 30 0 0
		30
		B 30 0 0 30
		B 30 0 0 30
		270 0 120 390
Código	Nome	Carga Horária
6EST219	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE III (PEP)	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total
	PROCESSOS DE TRABALHO E SAÚDE DO TRABALHADOR	A 0 0 120
	ATENDIMENTO À SAÚDE DOS ENVOLVIDOS COM USO ABUSIVO DE DROGAS	120
	ASPECTOS TEÓRICOS E INTERVENTIVOS EM SAÚDE	1S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		2S 60 0 0 60
		B 30 0 0
		30
		B 30 0 0 30
		B 30 0 0 30
		270 0 120 390

6PEP037 **ÊNFASE EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS**

6PSI048

6PAC040

3ª Série

Nome	Carga Horária				
	Oferta	Teór.	T./Prát.	Prát.	Total
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS I (PSI)	A	0	0	120	120
PROCESSOS GRUPAIS	1S	60	0	0	60
PSICOLOGIA SOCIAL E DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL	1S	0	60	0	60
PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO	2S	60	0	0	60
OPCIONAL COMPLEMENTAR 1	B	30	0	0	30
OPCIONAL COMPLEMENTAR 2	B	30	0	0	30
Total		180	60	120	360

4ª Série

Código	Oferta Teór. T./Prát. Prát. Total				
6EST220	A	0	0	120	
6PSI049				120	
6PAC041	1S	0	60	0	60
6PEP038	2S	60	0	0	60
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS II (PSI)	2S	60	0	0	60
PRÁTICAS DO PSICÓLOGO EM EDUCAÇÃO	B	30	0	0	
PSICOLOGIA E ORGANIZAÇÕES				30	
EDUCAÇÃO, SUBJETIVIDADE E SOCIEDADE	B	30	0	0	30
OPCIONAL COMPLEMENTAR 3	B	30	0	0	30
OPCIONAL COMPLEMENTAR 4					
OPCIONAL COMPLEMENTAR 5					
Total		210	60	120	390

5ª Série

Nome	Carga Horária				
	Oferta	Teór.	T./Prát.	Prát.	Total
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA E PROCESSOS INSTITUCIONAIS E EDUCATIVOS III (PSI)	A	0	0	120	
GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES				120	
INSERÇÃO DO PSICÓLOGO EM ORGANIZAÇÕES DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	1S	0	60	0	60
TRABALHO, SUBJETIVIDADE E SAÚDE MENTAL	2S	60	0	0	60
OPCIONAL COMPLEMENTAR 6	2S	60	0	0	60
OPCIONAL COMPLEMENTAR 7	B	30	0	0	
OPCIONAL COMPLEMENTAR 8				30	
Total	B	30	0	0	30
	B	30	0	0	30
		210	60	120	390

OBSERVAÇÕES:

a) Além das disciplinas constantes da seriação deverão ser cumpridas 180 horas em Atividades Acadêmicas Complementares(Monitoria Acadêmica, Projetos de Pesquisa em Ensino, Projetos de Pesquisa, Projetos de Extensão e

integrados, Programas de extensão e de formação complementar no ensino de graduação, Disciplinas Especiais, Cursos de extensão, Eventos, Estágios curriculares não obrigatórios e Disciplinas eletivas), resultando em uma carga horária total para o curso de 4564 horas.

- b) Ao renovar a matrícula para a 3ª série o estudante deverá escolher 2 (duas) opções dentre as ofertadas: Ênfase em Psicologia e Processos de Prevenção e Promoção em Saúde (1140 horas); Ênfase em Psicologia e Processos Clínicos (1140 horas) e Ênfase em Psicologia e Processos Institucionais e Educativos (1140 horas).
- c) O estudante deverá cumprir a carga horária de 60, 90 e 90 horas em disciplinas opcionais complementares nas 3ª, 4ª e 5ª séries, respectivamente, em cada uma das duas ênfases de sua matriz curricular.
- d) O estudante poderá se matricular em mais de duas disciplinas opcionais complementares de sua ênfase na 3ª série e em mais de duas nas 4ª e 5ª séries, porém a carga horária em excesso, caso seja aprovado em todas as disciplinas matriculadas, não aproveitará para reduzir a carga horária das complementares das séries subsequentes.
- e) O estudante que reprovar por nota, por falta ou por nota e falta em uma disciplina opcional complementar de ênfase não será impedido de progredir à série subsequente, exceto se descumprir os requisitos do item c).

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO, PROMOÇÃO E RETENÇÃO

Sistema de Avaliação

Considerar-se-á aprovado na atividade acadêmica o estudante que obtiver média parcial igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento).

O estudante terá direito a Exame Final quando obtiver média parcial na atividade acadêmica igual ou superior a 3,0 (três) e inferior a 6,0 (seis).

As atividades acadêmicas obrigatórias de natureza especial, 6EST212 Estágio Fundamental de Ênfases, 6EST213 Estágio Supervisionado em Saúde I, 6EST214 Estágio Supervisionado em Saúde II, 6EST215 Estágio Supervisionado em Saúde III, 6EST216 Estágio Supervisionado em Processos Clínicos I, 6EST217 Estágio Supervisionado em Processos Clínicos II, 6EST218 Estágio Supervisionado em Processos Clínicos III, 6EST219 Estágio Supervisionado em Psicologia e processos institucionais e

educativos I, 6EST220 Estágio Supervisionado em Psicologia e processos institucionais e educativos II, 6EST221 Estágio

Supervisionado em Psicologia e Processos Institucionais e Educativos III atendem aos objetivos do Projeto Pedagógico do Curso

PSICOLOGIA

TURNO: INTEGRAL

e têm sistema de avaliação e controle de frequência definidos em regulamento próprio, aprovado pela Câmara de Graduação do CEPE.

Critérios de Promoção

É obrigatório o cumprimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de frequência.

É vedado o abono de faltas.

Será promovido para a série subsequente o estudante aprovado em todas atividades acadêmicas da série anterior.

Critérios de Retenção

Fica com a matrícula retida na série o estudante que reprovar por nota, por falta ou, simultaneamente, por nota e por falta em quaisquer atividades acadêmicas, exceto as disciplinas opcionais complementares, desde que obedecido o prescrito no item c) da observação desta matriz curricular.

Informações Adicionais

Renovação de Matrícula: ANUAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretária

1

PORTARIA Nº 095/2008 – PROGRAD/UFPR, 28 de novembro 2008.

Aprova o Ajuste Curricular do Curso de Psicologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, aplicável a Resolução 11/08-CEPE.

A PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nas Resoluções 90/06 e 95/06, aprovadas em 27 de outubro de 2006 pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Paraná,

RESOLVE:

Art. 1º - O Currículo Pleno do Curso de Psicologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, é constituído das seguintes disciplinas, estágios e práticas profissionais, agrupadas em núcleos de formação:

§ 1º. O núcleo básico se refere às disciplinas obrigatórias que desenvolvem o conjunto de competências e habilidades comuns a todos os cursos de psicologia, definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Psicologia e o conjunto de competências e habilidades das ênfases em Pesquisa e Promoção da Saúde do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

§ 2º. O núcleo de aprofundamento se refere às disciplinas optativas que desenvolvem especificamente o conjunto de habilidades e competências das ênfases em Pesquisa e Promoção da Saúde do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná e às atividades complementares que também devem desenvolver o conjunto de habilidades e competências das ênfases em Pesquisa e Promoção da Saúde do curso de graduação em Psicologia da Universidade Federal do Paraná.

§ 3º. O aluno pode aprofundar seus conhecimentos em uma ou outra ênfase dependendo das escolhas que faça das disciplinas optativas e atividades complementares.

A. NÚCLEO BÁSICO

A Psicologia como Ciência e Profissão
Abordagem Sistêmica das Organizações
Antropologia das Sociedades Complexas
Avaliação Psicológica I
Avaliação Psicológica II
Avaliação Psicológica III
Bioestatística
Estágio em Psicologia e Saúde: Triagem
Estágio Profissional Supervisionado em Educação I
Estágio Profissional Supervisionado em Educação II
Estágio Profissional Supervisionado em Saúde I
Estágio Profissional Supervisionado em Saúde II
Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho I
Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho II
Ética
Filosofia para Ciências Humanas
Genética e Evolução - Psicologia
História das Ideias Psicológicas
Introdução à Psicanálise
Introdução à Psicologia Behaviorista
Introdução à Psicologia Fenomenológico-existencial
Introdução à Psicologia Sócio Histórica
Metodologia de Pesquisa I
Metodologia de Pesquisa II

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Monografia I
Monografia II
Neuroanatomia Funcional
Neurofisiologia Aplicada à Psicologia
Neuropsicologia
Pessoas com Necessidades Especiais I
Pessoas com Necessidades Especiais II
Psicanálise I
Psicanálise II
Psicanálise III
Psicofarmacologia Aplicada à Psicologia
Psicologia Behaviorista I
Psicologia Behaviorista II
Psicologia Behaviorista III
Psicologia e Educação I
Psicologia e Educação II
Psicologia e Educação III
Psicologia e Práticas Institucionais
Psicologia e Saúde I
Psicologia e Saúde II A
Psicologia e Saúde II B
Psicologia e Saúde II C
Psicologia e Saúde III
Psicologia e Trabalho I
Psicologia e Trabalho II
Psicologia e Trabalho III
Psicologia e Trabalho IV
Psicologia Fenomenológico-existencial I
Psicologia Fenomenológico-existencial II
Psicologia Fenomenológico-existencial III
Psicologia Fenomenológico-existencial IV
Psicologia Genética
Psicologia Social e Psicanálise
Psicologia Sócio Histórica I
Psicologia Sócio Histórica II
Psicologia Sócio Histórica III
Psicologia Sócio Histórica IV
Psicopatologia I
Psicopatologia II

B. NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO

(O aluno deverá escolher dentre o rol abaixo e cursar um mínimo de 210h)

B-1. Disciplinas Optativas na Ênfase em Promoção da Saúde

A Clínica da Psicanálise
A Ética da Psicanálise
Análise Comportamental Clínica: estratégias contemporâneas
Análise Comportamental dos Estados Motivacionais e Subjetivos
Análise do Comportamento e Sociedade
Aquisição de Comportamentos
Avaliação Neuropsicológica
Avaliação Psicológica de Pessoas com Necessidades Especiais
Cérebro e Linguagem
Comportamento Verbal
Desenvolvimento Humano
Desenvolvimento Infantil e Interações Familiares: abordagens etológica e behaviorista
Desenvolvimento Infantil: Uma Abordagem Etológica
Distúrbios do Comportamento

Pró-Reitoria de Graduação – Praça Santos Andrade, 50 – Centro – Curitiba – PR – Cx. Postal 19061 – CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 – FAX: (41) 3310-2759 – E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Distúrbios Psicológicos na Infância
Entrevista Clínica
Eventos Privados
Grupo de Psicodrama
Introdução a Psicopatologia Psicanalítica
Introdução a Teoria Sistêmica
Investigação Psicodramática
Método e Técnica da Psicanálise da Criança
Neurociência e Psicologia do Comportamento
Neuropsicologia Cognitiva
Neuropsicologia e Aprendizagem
Neuropsicologia e Reabilitação
O Preconceito e as Práticas Escolares
Observação do Comportamento
Orientação Profissional na Modalidade Clínica
Peritagem Psicológica
Prática Neuropsicológica
Psicanálise da Criança - A Ética e a Técnica
Psicanálise das Toxicomanias
Psicanálise e Educação
Psicanálise e Literatura
Psicanálise e Saúde
Psicanálise Pós-Freudiana do Adolescente
Psicodiagnóstico de Rorschach
Psicodiagnóstico Infantil
Psicodrama
Psicofarmacologia
Psicologia Analítica
Psicologia da Alfabetização
Psicologia do Desenvolvimento
Psicologia do Trânsito
Psicologia e Religião
Psicologia e Saúde: Abordagem Comportamental II
Psicopatologia Fundamental e Psicanálise
Psicopatologia na Abordagem Comportamental
Psicossociologia
Psicossociologia, Trabalho e Educação
Psicossomática
Psicoterapia Infantil
Recursos e Técnicas em Terapia Analítico-Comportamental
Seminários em Psicologia e Sociedade I
Seminários em Psicologia e Sociedade II
Seminários em Psicologia e Sociedade III
Seminários em Psicologia e Sociedade IV
Seminários em Psicologia e Sociedade V
Técnicas Psicomotoras
Terapia Comportamental
Terapia Corporal
Terapia Familiar
Teste de Apercepção Temática (TAT)
Tópicos de Genética Aplicada a Psicologia
Tópicos Especiais em Psicologia I
Tópicos Especiais em Psicologia Social e Comunidades
Tópicos Especiais: A Pessoa com Necessidades Especiais e a Sociedade
Tópicos Especiais em Psicopatologia I
Tópicos Especiais em Psicopatologia II

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretária

B-2. Disciplinas Optativas na Ênfase em Pesquisa

A Observação em Pesquisa
Abordagem Sócio-Crítica em Psicologia: Emoção e Cognição
Análise Conceitual no Behaviorismo Radical – Teoria e Pesquisa
Análise do Discurso
Aprendizagem e os Processos Sociais na Escola
Citologia
Estatística não Paramétrica
História das Idéias Psicológicas II
Informática Aplicada à Psicologia
Percepção de Risco
Pesquisa em Construtivismo
Pesquisa em Neuropsicologia
Pesquisa em Psicanálise
Pesquisa em Psicologia
Pesquisa em Psicologia do Trânsito
Pesquisa em Psicologia Social
Pesquisa I
Pesquisa II
Práticas Culturais no Behaviorismo Radical
Processos Simbólicos, Subjetividade e Cultura
Psicolinguística
Psicologia e Processos Simbólicos
Psicologia, Comunicação e Semiótica
Questões Contemporâneas e Psicologia
Relacionamento Amoroso: Teoria e Pesquisa
Sociologia Geral I
Tópicos Especiais em Análise do Comportamento
Tópicos Especiais em Behaviorismo
Tópicos Especiais em Instituições, Organizações e Grupos
Tópicos Especiais em Psicanálise
Tópicos Especiais em Psicologia Cognitiva
Tópicos Especiais em Psicologia e Organizações Alternativas
Tópicos Especiais em Psicologia Fenomenológico - Existencial
Tópicos Especiais em Psicologia Histórico – Cultural
Tópicos Especiais em Psicologia Social
Treino em Pesquisa Experimental

Art. 2º - Atividades Formativas Complementares são integrantes do núcleo de aprofundamento, devendo o aluno cumprir um mínimo de 240 horas, desenvolvidas pelo aluno do decorrer do curso e supervisionadas por professor da Universidade Federal do Paraná.

Parágrafo único: As atividades Formativas complementares, serão apreciadas e, aprovadas de acordo com normatização e orientação da Coordenação do Curso, e homologadas pelo Colegiado, estando em conformidade com a Resolução nº.70/04-CEPE.

Art. 3º - As disciplinas do currículo estão articuladas por temas norteadores, orientados pelos eixos estruturantes definidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Psicologia, abrangendo a diversidade do conhecimento e dos campos de atuação em Psicologia.

Parágrafo único: Os temas norteadores são anuais, portando envolvem sempre dois semestres e estão especificados da seguinte forma:

- **Primeiro e Segundo Semestres** - Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Psicologia e Interfaces com Outros Campos do Conhecimento.
- **Terceiro e Quarto Semestres** - Desenvolvimento, Aprendizagem e Personalidade.
- **Quinto e Sexto Semestres** - Grupos, Organizações, Comunidades e Cultura.
- **Sétimo e Oitavo Semestres** - Contextos de Intervenção em Saúde, Educação e Trabalho.
- **Nono e Décimo Semestres** - Atuação do Psicólogo na Saúde, na Educação e no Trabalho.

Pró-Reitoria de Graduação – Praça Santos Andrade, 50 – Centro – Curitiba – PR – Cx.Postal 19061 – CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 – FAX: (41) 3310-2759 – E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Art. 4º - Para a conclusão do Curso de Psicologia é obrigatória a apresentação de Monografia.

- §1º - A Monografia deve ser elaborada sob a orientação de um professor, escolhido pelo aluno dentre os Professores do Curso disponíveis.
- §2º - Caberá a cada Professor Orientador de Monografia, o máximo de 05 (cinco) orientandos por semestre.
- §3º - A avaliação da Monografia será de responsabilidade do Professor Orientador e de um professor convidado para compor a banca, respeitando as normas de Resolução n.º 37/97-CEPE, Capítulo X.
- §4º - As monografias serão regulamentadas de acordo com normas aprovadas pelo Colegiado de Curso.

Art. 5º - O Currículo Pleno do Curso de Psicologia não poderá ocorrer em mais de 7,5 (sete e meio) anos sendo sua duração média de 05 (cinco) anos obedecendo as seguintes cargas horárias:

Descrição	Carga horária				
	Teórica	Prática	Estágio	Sub-Total	Total
1. NÚCLEO BÁSICO	2025	630	945	3600	3600
2. NÚCLEO DE APROFUNDAMENTO	-	-	-	-	-
2.1. DISCIPLINAS OPTATIVAS	-	-	-	210	210
2.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES	-	-	-	240	240
Total Geral	2025	630	945	4050	4050

- Art. 6º - As disciplinas teórico-práticas terão uma carga horária teórica obrigatória em sala de aula com a presença do professor e uma carga horária prática somente do aluno para trabalho em campo, laboratório ou núcleo de pesquisa, sem a presença do professor.
- Art. 7º - Todos os estágios obrigatórios do núcleo comum terão supervisão direta de professor do Departamento de Psicologia, com carga horária de duas horas semanais e estão em conformidade com a Resolução n.º 19/90-CEPE.
- Art. 8º - O regulamento interno dos estágios que definirá as atribuições dos supervisores, conteúdo dos estágios, objetivos, metodologias, direitos e deveres dos estagiários e critérios de avaliação, de acordo com a Resolução n.º 19/90-CPE, Art.10, §2º, será elaborado pelos professores supervisores e homologado pelo colegiado do curso de Psicologia.
- Art. 9º - Todas as disciplinas do currículo reformulado têm equivalência com as disciplinas já cursadas pelos alunos no currículo em vigor apresentadas em quadro em anexo, em conformidade com a Resolução n.º 37/97-CEPE, Capítulo IX, Seção I, Subseção II.
- Art.10 - Sendo a reformulação uma exigência de legislação superior - Resolução n.º 08, de 07 de março de 2004, do Conselho Nacional de Educação, de acordo com a resolução n.º 37/97-CEPE, Art. 71, §1º, todos os alunos que não estejam concluindo o curso no ano de implantação dessa reformulação serão automaticamente transferidos para o novo currículo.
- Art.11 - Acompanha a presente resolução a Periodização recomendada (ANEXO I) e o Plano de Adaptação Curricular (ANEXO II).
- Art.12 - Esta Portaria entrará em vigor no ano letivo de 2009, revogando-se as disposições em contrário.

Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante

Profª Rosana de Albuquerque Sá Brito
Pró-Reitora

Pró-Reitoria de Graduação - Praça Santos Andrade, 50 - Centro - Curitiba - PR - Cx.Postal 19061 - CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 - FAX: (41) 3310-2759 - E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretária

ANEXO I – PERIODIZAÇÃO RECOMENDADA

PRIMEIRO ANO							
TEMA: Fundamentos Históricos e Epistemológicos da Psicologia e Interfaces com Outros Campos do Conhecimento							
Código	Disciplina	Carga Horária Semanal				Créd.	Pré-req.
		AT	AP	EST	Total		
Primeiro Semestre							
HP255	História das Ideias Psicológicas	04	00	00	04	04	---
HP244	A Psicologia como Ciência e Profissão	02	04	00	06	03	---
HF146	Filosofia para Ciências Humanas	04	00	00	04	04	---
HS078	Antropologia das Sociedades Complexas	04	00	00	04	04	---
BA024	Neuroanatomia Funcional	04	00	00	04	04	---
Carga horária total		18	04	00	22	19	
Segundo Semestre							
HP256	Introdução à Psicanálise	02	00	00	02	02	---
HP257	Introdução à Psicologia Behaviorista	02	00	00	02	02	---
HP258	Introdução à Psicologia Fenomenológico-existencial	02	00	00	02	02	---
HP259	Introdução à Psicologia Sócio Histórica	03	00	00	03	03	---
BG032	Genética e Evolução - Psicologia	04	00	00	04	04	---
BF011	Neurofisiologia Aplicada à Psicologia	04	00	00	04	04	---
Carga horária total		17	00	00	17	17	

SEGUNDO ANO							
TEMA: Desenvolvimento, Aprendizagem e Personalidade							
Terceiro Semestre							
HP287	Psicologia Fenomenológico-existencial I	02	00	00	02	02	HP258
HP269	Psicologia Behaviorista I	02	02	00	04	03	HP257
HP265	Psicanálise I	02	00	00	02	02	HP256
HP292	Psicologia Sócio Histórica I	02	02	00	04	03	HP259
HP260	Metodologia de Pesquisa I	02	00	00	02	02	---
HP262	Neuropsicologia	04	00	00	04	04	BA024 +BF011
CE001	Bioestatística	04	00	00	04	04	---
Carga horária total		18	04	00	22	20	
Quarto Semestre							
HP288	Psicologia Fenomenológico-existencial II	02	00	00	02	02	HP287
HP270	Psicologia Behaviorista II	02	00	00	02	02	HP269
HP266	Psicanálise II	02	00	00	02	02	HP265
HP293	Psicologia Sócio Histórica II	02	00	00	02	02	HP292
HP296	Psicopatologia II	02	00	00	02	02	---
HP261	Metodologia de Pesquisa II	02	00	00	02	02	---
HP291	Psicologia Genética	02	02	00	04	04	---
HP241	Avaliação Psicológica I	02	02	00	04	03	---
HP263	Pessoas com Necessidades Especiais I	02	00	00	02	02	---
Carga horária total		18	04	00	22	21

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretária

7

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Gabinete - Secretaria

TERCEIRO ANO

TEMA: Grupos, Organizações, Comunidades e Cultura

Código	Disciplina	Carga Horária Semanal				Créd.	Pré-req.
		AT	AP	EST	Total		
Quinto Semestre							
HP289	Psicologia Fenomenológico-existencial III	02	00	00	02	02	HP288
HP271	Psicologia Behaviorista III	02	00	00	02	02	HP270
HP267	Psicanálise III	03	00	00	03	03	HP266
HP294	Psicologia Sócio Histórica III	03	00	00	03	03	HP293
HP242	Avaliação Psicológica II	02	02	00	04	03	HP241
HP264	Pessoas com Necessidades Especiais II	02	02	00	04	03	HP263
HP254	Ética	02	00	00	02	02	---
Carga horária total		16	04	00	20	18	
Sexto Semestre							
HP297	Psicologia Social e Psicanálise	02	00	00	02	02	HP267
HP277	Psicologia e Práticas Institucionais	03	02	00	05	04	---
HP290	Psicologia Fenomenológico-existencial IV	02	00	00	02	02	HP289
HP272	Psicologia Sócio Histórica IV	02	04	00	06	04	HP294
HP240	Abordagem Sistêmica das Organizações	03	00	00	03	03	---
HP243	Avaliação Psicológica III	02	02	00	04	03	HP241
HP295	Psicopatologia I	02	02	00	04	03	---
Carga horária total		16	10	00	26	21	

QUARTO ANO							
TEMA: Contextos de Intervenção em Saúde, Educação e Trabalho							
Sétimo Semestre							
HP278	Psicologia e Saúde I	02	00	00	02	02	---
HP279	Psicologia e Saúde II A	02	00	00	02	02	HP290 + HP295 + HP296
HP280	Psicologia e Saúde II B	02	00	00	02	02	HP271
HP281	Psicologia e Saúde II C	02	00	00	02	02	HP267 + HP295 + HP296
HP273	Psicologia e Educação I	02	00	00	02	02	---
HP274	Psicologia e Educação II	02	00	00	02	02	---
HP283	Psicologia e Trabalho I	02	00	00	02	02	---
HP284	Psicologia e Trabalho II	02	02	00	04	03	HP240
HP245	Monografia I	02	02	00	04	03	HP260 + HP261
BT036	Psicofarmacologia Aplicada à Psicologia	02	00	00	02	02	BF011 + HP296
Carga horária total		20	04	00	24	22	
Oitavo Semestre							
HP247	Estágio em Psicologia e Saúde: Triagem	00	00	03	03	01	HP254 + HP278 + HP279 + HP280 + HP281
HP282	Psicologia e Saúde III	02	02	00	04	03	HP254 + HP277 + HP278
HP275	Psicologia e Educação III	04	04	00	04	06	HP254 + HP273 + HP274 + HP277
HP285	Psicologia e Trabalho III	02	02	00	04	03	HP254 + HP283
HP286	Psicologia e Trabalho IV	02	02	00	04	03	HP254 + HP283
HP246	Monografia II	02	02	00	04	03	HP245
Carga horária total		12	12	03	27	19	

Pró-Reitoria de Graduação - Praça Santos Andrade, 50 - Centro - Curitiba - PR - Cx.Postal 19061 - CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 - FAX: (41) 3310-2759 - E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretária

Código	Disciplina	Carga Horária Semanal				Cred	Pré-req.
		AT	AP	EST	Total		
HP162	Análise Comportamental dos Estados Motivacionais e Subjetivos	3	0	0	3	3	HP269
HP163	Análise do Comportamento e Sociedade	2	0	0	2	2	HP270
HP165	Aquisição de Comportamentos	2	2	0	4	3	HP269
HP166	Avaliação Neuropsicológica	2	2	0	4	3	HP262
HP167	Avaliação Psicológica de Pessoas com Necessidades Especiais	2	2	0	4	3	HP263
HP168	Cérebro e Linguagem	2	0	0	2	2	HP262
HP170	Comportamento Verbal	2	0	0	2	2	HP271
HP171	Desenvolvimento Humano	3	0	0	3	3	HP292
HP172	Desenvolvimento Infantil: Uma Abordagem Etológica	2	0	0	2	2	HP269
HP173	Distúrbios do Comportamento	2	0	0	2	2	HP296
HP174	Distúrbios Psicológicos na Infância	3	0	0	3	3	HP296
HP176	Eventos Privados	2	0	0	2	2	HP269
HP177	Entrevista Clínica	1	2	0	3	2	HP290 + HP291 + HP267
HP178	Grupo de Psicodrama	1	2	0	3	2	HP289
HP181	Introdução a Psicopatologia Psicanalítica	3	0	0	3	3	HP266
HP182	Introdução a Teoria Sistêmica	2	0	0	2	2	Não há
HP183	Investigação Psicodramática	1	2	0	3	2	HP287
HP184	Método e Técnica da Psicanálise da Criança	3	0	0	3	3	HP265
HP185	Neuropsicologia Cognitiva	2	0	0	2	2	HP262
HP186	Neuropsicologia e Aprendizagem	2	0	0	2	2	HP262
HP187	Neuropsicologia e Reabilitação	2	0	0	2	2	HP262
HP188	Observação do Comportamento	1	2	0	3	2	HP261
HP189	Peritagem Psicológica	1	2	0	3	2	HP242
HP190	Prática Neuropsicológica	1	2	0	3	2	HP262
HP191	Psicanálise da Criança - A Ética e a Técnica	1	2	0	3	2	HP265
HP192	Psicanálise das Toxicomanias	3	0	0	3	3	HP266
HP193	Psicanálise e Educação	2	0	0	2	2	HP266
HP194	Psicanálise e Literatura	2	0	0	2	2	HP266
HP195	Psicanálise e Saúde	3	0	0	3	3	HP266
HP196	Psicanálise Pós-Freudiana do Adolescente	3	0	0	3	3	HP266
HP197	Psicodiagnóstico de Rorschach	2	2	0	4	3	HP243
HP198	Psicodiagnóstico Infantil	4	2	0	6	5	HP243 + HP266
HP200	Psicofarmacologia	4	0	0	4	4	Não há
HP201	Psicodrama	1	2	0	3	2	HP271
HP202	Psicologia e Saúde: Abordagem Comportamental II	2	2	0	4	3	HP280
HP204	Psicologia e Alfabetização	2	0	0	2	2	HP292
HP205	Psicologia do Desenvolvimento	4	0	0	4	4	HP265
HP206	Psicologia do Trânsito	1	2	0	3	2	HP240
HP208	Psicopatologia Fundamental e Psicanálise	2	0	0	2	2	HP295

Pró-Reitoria de Graduação - Praça Santos Andrade, 50 - Centro - Curitiba - PR - Cx. Postal 19061 - CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 - FAX: (41) 3310-2759 - E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Código	Disciplina	Carga Horária Semanal				Cred	Pré-req.
		AT	AP	EST	Total		
HP209	Psicossociologia	2	0	0	2	2	HP297
HP210	Psicossociologia, Trabalho e Educação	3	0	0	3	3	HP297
HP211	Psicoterapia Infantil	2	0	0	2	2	HP280
HP213	Técnicas Psicomotoras	2	2	0	4	3	Não há
HP216	Terapia Comportamental	1	2	0	3	2	HP280
HP217	Terapia Familiar	2	2	0	4	3	HP282
HP218	Teste de Apercepção Temática (TAT)	2	2	0	4	3	HP243
HP221	Tópicos Especiais em Psicologia Social e Comunidades	1	2	0	3	2	HP272
HP300	Análise Comportamental Clínica: estratégias contemporâneas	2	2	0	4	2	HP271
HP302	Orientação Profissional na Modalidade Clínica	2	1	0	3	3	HP273
HP306	Psicologia Analítica	2	2	0	4	3	Não há
HP308	Psicologia e Religião	2	0	0	2	2	Não há
HP309	Psicossomática	2	0	0	2	2	Não há
HP311	Recursos e Técnicas em Terapia Analítico-Comportamental	2	0	0	2	2	HP271
HP314	Desenvolvimento Infantil e Interações Familiares: abordagens etológica e behaviorista	2	2	0	4	3	HP269
HP315	Psicopatologia na Abordagem Comportamental	2	0	0	2	2	HP269 + HP296
HP318	Terapia Corporal	1	2	0	3	2	Não há
HP327	Tópicos Especiais em Psicopatologia I	2	0	0	2	2	Não há
HP328	Tópicos Especiais em Psicopatologia II	2	0	0	2	2	HP327

Na Ênfase em Pesquisa.

Código	Disciplina	Carga Horária Semanal				Cred	Pré-req.
		AT	AP	EST	Total		
BC005	Citologia	4	2	0	6	5	Não há
CE050	Estatística não Paramétrica	4	0	0	4	4	CE001
HC001	Sociologia Geral I	3	0	0	3	3	Não há
HL245	Análise do Discurso	3	0	0	3	3	HP260
HL250	Psicolinguística	3	0	0	3	3	Não há
HP159	Abordagem Sócio-Crítica em Psicologia: Emoção e Cognição	2	0	0	2	2	HP292
HP164	Aprendizagem e os Processos Sociais na Escola	4	0	0	4	4	HP273
HP179	Informática Aplicada à Psicologia	1	2	0	3	2	Não há
HP203	Psicologia, Comunicação e Semiótica	2	0	0	2	2	Não há
HP219	Tópicos Especiais em Psicologia Cognitiva	3	0	0	3	3	Não há
HP220	Tópicos Especiais em Psicologia Social	1	2	0	3	2	HP294
HP222	Tópicos Especiais em Behaviorismo	4	0	0	4	4	HP269
HP223	Tópicos Especiais em Psicologia Fenomenológico - Existencial	4	0	0	4	4	HP287

Pró-Reitoria de Graduação - Praça Santos Andrade, 50 - Centro - Curitiba - PR - Cx.Postal 19061 - CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 - FAX: (41) 3310-2759 - E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Código	Disciplina	Carga Horária Semanal				Cred	Pré-req.
		AT	AP	EST	Total		
HP224	Tópicos Especiais em Instituições, Organizações e Grupos	3	0	0	3	3	HP297
HP225	Tópicos Especiais em Psicanálise	4	2	0	6	5	HP265
HP226	Tópicos Especiais em Psicologia Histórico – Cultural	3	0	0	3	3	HP292
HP227	Tópicos Especiais em Psicologia e Organizações Alternativas	2	0	0	2	2	HP283
HP301	Análise Conceitual no Behaviorismo Radical – Teoria e Pesquisa	2	1	0	3	3	HP269
HP303	Percepção de Risco	4	0	0	4	4	Não há
HP304	Práticas Culturais no Behaviorismo Radical	2	0	0	2	2	HP269
HP305	Processos Simbólicos, Subjetividade e Cultura	2	0	0	2	2	HP287
HP307	Psicologia e Processos Simbólicos	2	0	0	2	2	HP287
HP310	Questões Contemporâneas e Psicologia	2	0	0	2	2	HP287
HP312	Relacionamento Amoroso: Teoria e Pesquisa	2	1	0	3	3	HP269
HP313	Tópicos Especiais em Análise do Comportamento	2	1	0	3	3	HP270
HP316	História das Idéias Psicológicas II	4	0	0	4	4	HP256+HP257+HP258+HP259
HP317	A Observação em Pesquisa	0	0	6	6	2	HP244
HP319	Pesquisa em Psicologia Social	0	0	6	6	2	HP260 + HP261 + HP294
HP320	Pesquisa em Neuropsicologia	0	0	6	6	2	HP260 + HP261 + HP262
HP321	Pesquisa em Psicanálise	0	0	6	6	2	HP260 + HP261 + HP267
HP322	Pesquisa em Construtivismo	0	0	6	6	2	HP260 + HP261 + HP291
HP323	Pesquisa em Psicologia	0	0	6	6	2	HP260 + HP261
HP324	Treino em Pesquisa Experimental	0	0	6	6	2	HP260 + HP261
HP325	Pesquisa I	2	4	0	6	3	HP260 + HP261
HP326	Pesquisa II	2	4	0	6	3	HP325
HP329	Pesquisa em Psicologia do Trânsito	2	4	0	6	3	HP260 + HP261
HA103	Análise da Música na Mídia	2	0	0	2	2	----
HA242	Música e Outras Artes	2	0	0	2	2	----

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

ANEXO II
PLANO DE ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Disciplinas do Núcleo Básico					
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
BA024	Neuroanatomia Funcional	60	BA024	Neuroanatomia Funcional	60
BF011	Neurofisiologia Aplicada à Psicologia	60	BF011	Neurofisiologia Aplicada à Psicologia	60
BG032	Genética e Evolução – Psicologia	60	BG032	Genética e Evolução – Psicologia	60
CE055	Bioestatística A	60	CE001	Bioestatística	60
HF146	Filosofia para Ciências Humanas	60	HF146	Filosofia para Ciências Humanas	60
HP080	Abordagem Sócio-crítica em Psicologia: Pensamento e Linguagem	60	HP292 + HP293	Psicologia Sócio Histórica I	60
				Psicologia Sócio Histórica II	30
HP081	Abordagem Sócio Crítica em Psicologia: Objeto e Método	30	HP259	Introdução à Psicologia Sócio Histórica	45
HP082	Análise do Comportamento	60	HP269	Psicologia Behaviorista I	60
HP083	Análise Funcional do Comportamento	60	HP270	Psicologia Behaviorista II	30
			HP271	Psicologia Behaviorista III	30
HP084	Construtivismo	60	HP291	Psicologia Genética	60
HP085	Dinâmica de Grupo	60	HP289 + HP290	Psicologia Fenomenológico-existencial III	30
				Psicologia Fenomenológico-existencial IV	30
HP090 + HP087	Psicologia e Sociedade	30	HP244	A Psicologia como Ciência e Profissão	90
HP087	Estágio I – Atuação do Psicólogo	45			
HP089	História das Idéias Psicológicas	60	HP255	História das Idéias Psicológicas	60
HP091	História da Psicanálise	30	HP256	Introdução à Psicanálise	30
HP092	Introdução ao Behaviorismo	30	HP257	Introdução à Psicologia Behaviorista	30
HP093	Psicologia da Abordagem Fenomenológica-Existencialista	60	HP258 + HP287 + HP288	Introdução à Psicologia Fenomenológico-existencial	30
				Psicologia Fenomenológico-existencial I	30
				Psicologia Fenomenológico-existencial II	30
HP094	Psicanálise da Criança	30	HP265	Psicanálise I	30
HP095	Metodologia da Pesquisa	60	HP260 + HP261	Metodologia de Pesquisa I	30
				Metodologia de Pesquisa II	30
HP096	Neuropsicologia	60	HP262	Neuropsicologia	60
HP097	Psicanálise do Adolescente	30	HP266	Psicanálise II	30
HP098	Psicanálise da Cultura	60	HP267	Psicanálise III	45
HP099	Psicopatologia	60	HP295 + HP296 + BT036	Psicopatologia I	60
				Psicopatologia II	30
				Psicofarmacologia Aplicada à Psicologia	30

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Gabinete - Secretaria

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
HP100	Psicologia e Pessoas com Necessidades Especiais	60	HP263 + HP264	Pessoas com Necessidades Especiais I Pessoas com Necessidades Especiais II	30 60
HP101	Introdução a Abordagem Sócio-crítica em Psicologia Social	30	HP294	Psicologia Sócio Histórica III	45
HP102	Métodos de Avaliação Psicológica: Entrevista	60	HP243	Avaliação Psicológica III	60
HP103	Métodos de Avaliação Psicológica: Testes	60	HP241 + HP242	Avaliação Psicológica I Avaliação Psicológica II	60 60
HP104	Ética Profissional do Psicólogo	30	HP254	Ética	30
HP105	Instituições, Organizações e Grupos	30	HP297	Psicologia Social e Psicanálise	30
HP107	Prática em Psicologia Institucional	60	HP277	Psicologia e Práticas Institucionais	75
HP108	Psicologia e Comunidades	60	HP272	Psicologia Sócio Histórica IV	90
120 horas dentre:					
HP116	Psicologia e Saúde: Abordagem Comportamental I	60	HP278 +	Psicologia e Saúde I	30
HP117	Psicologia e Saúde: Possibilidades de Intervenção	60	HP279 +	Psicologia e Saúde II A	30
HP118	Psicologia e Saúde: Abordagem Psicanalítica	60	HP280 +	Psicologia e Saúde II B	30
HP119	Psicologia e Saúde: Abordagem Psicodramática	60	HP281 + HP282	Psicologia e Saúde II C Psicologia e Saúde III	30 60
120 horas dentre:					
HP120	Orientação Profissional na Modalidade Clínica	60	HP273 + HP274	Psicologia e Educação I Psicologia e Educação II	30 30
HP121	Aprendizagem e os Processos Sociais na Escola	60			
HP122	Psicologia e Educação	60			
HP123	Psicopedagogia	60			
120 horas dentre:					
HP124	Psicologia e Organizações Alternativas	60	HP283 + HP284 + HP240	Psicologia e Trabalho I Psicologia e Trabalho II Abordagem Sistêmica das Organizações	30 60 45
HP125	Psicologia da Organização e do Trabalho I	60			
HP126	Psicologia da Organização e do Trabalho II	60			
HP127	Tópicos Especiais em Psicologia das Organizações e do Trabalho	60			

Pró-Reitoria de Graduação - Praça Santos Andrade, 50 - Centro - Curitiba - PR - Cx.Postal 19061 - CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 - FAX: (41) 3310-2759 - E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
HP128	Estágio Profissional I – Educação	60	HP275	Psicologia e Educação III	120
HP129	Estágio Profissional I – Saúde	60	HP247	Estágio em Psicologia e Saúde: Triagem	45
HP130	Estágio Profissional I – Trabalho	60	HP285	Psicologia e Trabalho III	60
			HP286	Psicologia e Trabalho IV	60
HP155	Monografia II	30	HP245	Monografia I	60
			HP246	Monografia II	60
HP230	Estágio Profissional de Educação II	150	HP248	Estágio Profissional Supervisionado em Educação I	225
HP231	Estágio Profissional de Saúde II	150	HP250	Estágio Profissional Supervisionado em Saúde I	225
HP232	Estágio Profissional de Trabalho II	150	HP252	Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho I	225
HP233	Estágio Profissional de Educação III	150	HP249	Estágio Profissional Supervisionado em Educação II	225
HP234	Estágio Profissional de Saúde III	150	HP251	Estágio Profissional Supervisionado em Saúde II	225
HP235	Estágio Profissional de Trabalho III	150	HP253	Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho II	225
HS078	Antropologia das Sociedades Complexas	60	HS078	Antropologia das Sociedades Complexas	60

Disciplinas do Núcleo de Aprofundamento

Ênfase em Promoção da Saúde					
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
BF051	Neurociência e Psicologia do Comportamento	60	BF051	Neurociência e Psicologia do Comportamento	60
BG033	Tópicos de Genética Aplicada a Psicologia	60	BG033	Tópicos de Genética Aplicada a Psicologia	60
EM066	O Preconceito e as Práticas Escolares	60	EM066	O Preconceito e as Práticas Escolares	60
HP072	Seminários em Psicologia e Sociedade I	30	HP072	Seminários em Psicologia e Sociedade I	30
HP073	Seminários em Psicologia e Sociedade II	30	HP073	Seminários em Psicologia e Sociedade II	30
HP074	Seminários em Psicologia e Sociedade III	30	HP074	Seminários em Psicologia e Sociedade III	30
HP075	Seminários em Psicologia e Sociedade IV	30	HP075	Seminários em Psicologia e Sociedade IV	30
HP076	Seminários em Psicologia e Sociedade V	30	HP076	Seminários em Psicologia e Sociedade V	30
HP077	Tópicos Especiais em Psicologia I	30	HP077	Tópicos Especiais em Psicologia I	30
HP079	Tópicos Especiais: A Pessoa com Necessidades Especiais e a Sociedade	30	HP079	Tópicos Especiais: A Pessoa com Necessidades Especiais e a Sociedade	30

Pró-Reitoria de Graduação – Praça Santos Andrade, 50 – Centro – Curitiba – PR – Cx. Postal 19061 – CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 – FAX: (41) 3310-2759 – E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
HP106	O Corpo e suas Relações	45	HP318	Terapia Corporal	45
HP160	A Clínica da Psicanálise	30	HP160	A Clínica da Psicanálise	30
HP161	A Ética da Psicanálise	30	HP161	A Ética da Psicanálise	30
HP162	Análise Comportamental dos Estados Motivacionais e Subjetivos	45	HP162	Análise Comportamental dos Estados Motivacionais e Subjetivos	45
HP163	Análise do Comportamento e Sociedade	30	HP163	Análise do Comportamento e Sociedade	30
HP165	Aquisição de Comportamentos	60	HP165	Aquisição de Comportamentos	60
HP166	Avaliação Neuropsicológica	60	HP166	Avaliação Neuropsicológica	60
HP167	Avaliação Psicológica de Pessoas com Necessidades Especiais	60	HP167	Avaliação Psicológica de Pessoas com Necessidades Especiais	60
HP168	Cérebro e Linguagem	30	HP168	Cérebro e Linguagem	30
HP170	Comportamento Verbal	30	HP170	Comportamento Verbal	30
HP171	Desenvolvimento Humano	45	HP171	Desenvolvimento Humano	45
HP172	Desenvolvimento Infantil: Uma Abordagem Etológica	30	HP172	Desenvolvimento Infantil: Uma Abordagem Etológica	30
HP173	Distúrbios do Comportamento	30	HP173	Distúrbios do Comportamento	30
HP174	Distúrbios Psicológicos na Infância	45	HP174	Distúrbios Psicológicos na Infância	45
HP176	Eventos Privados	30	HP176	Eventos Privados	30
HP177	Entrevista Clínica	45	HP177	Entrevista Clínica	45
HP178	Grupo de Psicodrama	45	HP178	Grupo de Psicodrama	45
HP181	Introdução a Psicopatologia Psicanalítica	45	HP181	Introdução a Psicopatologia Psicanalítica	45
HP182	Introdução a Teoria Sistemática	30	HP182	Introdução a Teoria Sistemática	30
HP183	Investigação Psicodramática	45	HP183	Investigação Psicodramática	45
HP184	Método e Técnica da Psicanálise da Criança	45	HP184	Método e Técnica da Psicanálise da Criança	45
HP185	Neuropsicologia Cognitiva	30	HP185	Neuropsicologia Cognitiva	30
HP186	Neuropsicologia e Aprendizagem	30	HP186	Neuropsicologia e Aprendizagem	30
HP187	Neuropsicologia e Reabilitação	30	HP187	Neuropsicologia e Reabilitação	30
HP188	Observação do Comportamento	45	HP188	Observação do Comportamento	45
HP189	Peritagem Psicológica	45	HP189	Peritagem Psicológica	45
HP190	Prática Neuropsicológica	45	HP190	Prática Neuropsicológica	45
HP191	Psicanálise da Criança - A Ética e a Técnica	45	HP191	Psicanálise da Criança - A Ética e a Técnica	45
HP192	Psicanálise das Toxicomanias	45	HP192	Psicanálise das Toxicomanias	45
HP193	Psicanálise e Educação	30	HP193	Psicanálise e Educação	30
HP194	Psicanálise e Literatura	30	HP194	Psicanálise e Literatura	30
HP195	Psicanálise e Saúde	45	HP195	Psicanálise e Saúde	45
HP196	Psicanálise Pós-Freudiana do Adolescente	45	HP196	Psicanálise Pós-Freudiana do Adolescente	45
HP197	Psicodiagnóstico de Rorschach	60	HP197	Psicodiagnóstico de Rorschach	60
HP198	Psicodiagnóstico Infantil	90	HP198	Psicodiagnóstico Infantil	90
HP200	Psicofarmacologia	60	HP200	Psicofarmacologia	60
HP201	Psicodrama	45	HP201	Psicodrama	45
HP202	Psicologia e Saúde: Abordagem Comportamental II	60	HP202	Psicologia e Saúde: Abordagem Comportamental II	60

Pró-Reitoria de Graduação – Praça Santos Andrade, 50 – Centro – Curitiba – PR – Cx.Postal 19061 – CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 – FAX: (41) 3310-2759 – E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
HP204	Psicologia da Alfabetização	30	HP204	Psicologia da Alfabetização	30
HP205	Psicologia do Desenvolvimento	60	HP205	Psicologia do Desenvolvimento	60
HP206	Psicologia do Trânsito	45	HP206	Psicologia do Trânsito	45
HP208	Psicopatologia Fundamental e Psicanálise	45	HP208	Psicopatologia Fundamental e Psicanálise	45
HP209	Psicossociologia	30	HP209	Psicossociologia	30
HP210	Psicossociologia, Trabalho e Educação	30	HP210	Psicossociologia, Trabalho e Educação	30
HP211	Psicoterapia Infantil	60	HP211	Psicoterapia Infantil	60
HP213	Técnicas Psicomotoras	45	HP213	Técnicas Psicomotoras	45
HP216	Terapia Comportamental	60	HP216	Terapia Comportamental	60
HP217	Terapia Familiar	60	HP217	Terapia Familiar	60
HP218	Teste de Apercepção Temática (TAT)	45	HP218	Teste de Apercepção Temática (TAT)	45
HP221	Tópicos Especiais em Psicologia Social e Comunidades	60	HP221	Tópicos Especiais em Psicologia Social e Comunidades	60
	Sem equivalência		HP300	Análise Comportamental Clínica: estratégias contemporâneas	30
	Sem equivalência		HP302	Orientação Profissional na Modalidade Clínica	45
	Sem equivalência		HP306	Psicologia Analítica	30
	Sem equivalência		HP308	Psicologia e Religião	30
	Sem equivalência		HP309	Psicossomática	30
	Sem equivalência		HP311	Recursos e Técnicas em Terapia Analítico-Comportamental	30
	Sem equivalência		HP314	Desenvolvimento Infantil e Interações Familiares: abordagens etológica e behaviorista	60
	Sem equivalência		HP315	Psicopatologia na Abordagem Comportamental	30
	Sem equivalência		HP327	Tópicos Especiais em Psicopatologia I	30
	Sem equivalência		HP328	Tópicos Especiais em Psicopatologia II	30

Ênfase em Pesquisa

Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
BC005	Citologia	90	BC005	Citologia	90
CE013	Testes não Paramétricos	60	CE050	Estatística não Paramétrica	60
HC001	Sociologia Geral I	45	HC001	Sociologia Geral I	45
HL245	Análise do Discurso	45	HL245	Análise do Discurso	45
HL250	Psicolinguística	45	HL250	Psicolinguística	45
HP086	Epistemologia da Psicologia	60	HP316	História das Ideias Psicológicas II	60
HP088	Estágio II – Observação do Cotidiano	90	HP317	A Observação em Pesquisa	90
HP109	Estágio Básico III – Pesquisa em Psicologia Social	90	HP319	Pesquisa em Psicologia Social	90
HP110	Estágio Básico III – Pesquisa em Neuropsicologia	90	HP320	Pesquisa em Neuropsicologia	90

Pró-Reitoria de Graduação – Praça Santos Andrade, 50 – Centro – Curitiba – PR – Cx.Postal 19061 – CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 – FAX: (41) 3310-2759 – E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
HP111	Estágio Básico III – Pesquisa em Psicanálise	90	HP321	Pesquisa em Psicanálise	90
HP112	Estágio Básico III – Construtivismo em Sala de Aula	90	HP322	Pesquisa em Construtivismo	90
HP113	Estágio Básico III – Pesquisa em Psicologia	90	HP323	Pesquisa em Psicologia	90
HP114	Estágio Básico III – Treino em Pesquisa	90	HP324	Treino em Pesquisa Experimental	90
HP156	Estágio em Pesquisa I	90	HP325	Pesquisa I	90
HP157	Estágio em Pesquisa II	90	HP326	Pesquisa II	90
HP159	Abordagem Sócio-Crítica em Psicologia: Emoção e Cognição	30	HP159	Abordagem Sócio-Crítica em Psicologia: Emoção e Cognição	30
HP164	Aprendizagem e os Processos Sociais na Escola	60	HP164	Aprendizagem e os Processos Sociais na Escola	60
HP179	Informática Aplicada à Psicologia	45	HP179	Informática Aplicada à Psicologia	45
HP203	Psicologia, Comunicação e Semiótica	30	HP203	Psicologia, Comunicação e Semiótica	30
HP219	Tópicos Especiais em Psicologia Cognitiva	45	HP219	Tópicos Especiais em Psicologia Cognitiva	45
HP220	Tópicos Especiais em Psicologia Social	45	HP220	Tópicos Especiais em Psicologia Social	45
HP222	Tópicos Especiais em Behaviorismo	60	HP222	Tópicos Especiais em Behaviorismo	60
HP223	Tópicos Especiais em Psicologia Fenomenológico - Existencial	60	HP223	Tópicos Especiais em Psicologia Fenomenológico - Existencial	60
HP224	Tópicos Especiais em Instituições, Organizações e Grupos	45	HP224	Tópicos Especiais em Instituições, Organizações e Grupos	45
HP225	Tópicos Especiais em Psicanálise	90	HP225	Tópicos Especiais em Psicanálise	90
HP226	Tópicos Especiais em Psicologia Histórico – Cultural	45	HP226	Tópicos Especiais em Psicologia Histórico – Cultural	45
HP227	Tópicos Especiais em Psicologia e Organizações Alternativas	30	HP227	Tópicos Especiais em Psicologia e Organizações Alternativas	30
	Sem equivalência		HP301	Análise Conceitual no Behaviorismo Radical – Teoria e Pesquisa	45
	Sem equivalência		HP303	Percepção de Risco	60
	Sem equivalência		HP304	Práticas Culturais no Behaviorismo Radical	30
	Sem equivalência		HP305	Processos Simbólicos, Subjetividade e Cultura	30
	Sem equivalência		HP307	Psicologia e Processos Simbólicos	30
	Sem equivalência		HP310	Questões Contemporâneas e Psicologia	30
	Sem equivalência		HP312	Relacionamento Amoroso: Teoria e Pesquisa	45
	Sem equivalência		HP313	Tópicos Especiais em Análise do Comportamento	45
	Sem equivalência		HP329	Pesquisa em Psicologia do Trânsito	90
EM001	Didática I	60		Sem equivalência	
EM029	Prática de Ensino e Estágio Supervisionado de Psicologia	60		Sem equivalência	
EM043	Metodologia de Ensino de Psicologia	60		Sem equivalência	

Pró-Reitoria de Graduação – Praça Santos Andrade, 50 – Centro – Curitiba – PR – Cx.Postal 19061 – CEP 80020-300
Tel.: (41) 3310-2767 – FAX: (41) 3310-2759 – E-mail: prograd@ufpr.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO E ENSINO PROFISSIONALIZANTE
Gabinete - Secretaria

Resolução n.75/04-CEPE + 11/08-CEPE			Portaria 095/2008-PROGRAD		
Código	Disciplina	Carga Horária	Código	Disciplina	Carga Horária
EP054	Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio	60		Sem equivalência	
HF103	Filosofia da Ciência II	60		Sem equivalência	
HP123	Tópicos Especiais em Filosofia Geral	60		Sem equivalência	
HF129	Tópicos Especiais em Teoria das Ciências Humanas	60		Sem equivalência	
HP158	Monografia I	30		Sem equivalência	
HP169	Comportamento Anti-Social na Infância e na Juventude	45		Sem equivalência	
HP175	Estágio Básico de Observação de Bebês e/ou Crianças até 6 anos	60		Sem equivalência	
HP180	Introdução à Psicoterapia Breve	60		Sem equivalência	
HP199	Psicodiagnóstico Miocinético (PMK)	45		Sem equivalência	
HP207	Psicologia da Abordagem Comportamental	30		Sem equivalência	
HP212	Técnicas de Relaxamento	60		Sem equivalência	
HP214	Teoria e Técnicas Comportamentais I	45		Sem equivalência	
HP215	Teoria e Técnicas Comportamentais II	45		Sem equivalência	
HP402	Psicologia Geral	60		Sem equivalência	
HP405	Psicologia da Aprendizagem	30		Sem equivalência	
HP408	Psicologia da Personalidade I	60		Sem equivalência	
HP416	Técnicas de Exames Psicológicos II	75		Sem equivalência	
HP417	Técnicas de Aconselhamento Psicológico	60		Sem equivalência	
SA216	Organização e Trabalho	60		Sem equivalência	
	Sem equivalência		HA103	Análise da Música na Mídia	30
	Sem equivalência		HA242	Música e Outras Artes	30

ANEXO XXII

DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Disciplina: A Psicologia como ciência e profissão

Carga horária 90 h

Código: HP244

Natureza:

Semestral

Período: 1º

Pré – requisito: Não há

EMENTA:

História da inserção profissional do psicólogo no Brasil em diferentes áreas. História dos cursos de formação de psicólogo e de seus fundamentos no Brasil.

Possibilidades e compromissos atuais da Psicologia como ciência e profissão.

Regulamentação e fiscalização da profissão de psicólogo. Funcionamento do Sistema Conselhos de Psicologia no Brasil.

Princípios éticos da profissão. Observação das práticas profissionais dos psicólogos.

Disciplina: Abordagem Sistêmica das Organizações

Carga horária 45 h

Código: HP240

Natureza: Semestral

Pré – requisito: Não há.

Período: 6º

EMENTA: Teoria de sistemas. Características dos sistemas abertos. As organizações como sistemas. Valores, normas e papéis. Características dos sistemas sociais. O homem e as organizações. Motivação e liderança. Diagnóstico Organizacional.

Disciplina: Antropologia das Sociedades Complexas

Carga horária 60 h

Código: HS078

Natureza: Semestral

Pré – requisito: Não há.

Período: 1º

EMENTA: A dinâmica cultural na sociedade moderna. Indivíduo, identidade e a construção social da subjetividade.

Disciplina: Avaliação Psicológica I

Carga horária 60 h

Código: HP241

Natureza: Semestral

Pré – requisito: Não

EMENTA: há.

Período: 4º ao de

Fundamentos históricos da psicometria. Princípios da construção avaliação psicológica. Contextos de aplicação. Diferenciação entre relatório e atestado.

Instrumentos de laudo pericial, parecer,

Disciplina: Avaliação Psicológica II

Carga horária 60h

Código: HP242

Natureza: Semestral

Pré – requisito: HP241 - Avaliação Psicológica I.

Período: 5º e 6º

EMENTA: Fundamentação teórica e contextualização nas diferentes

funções cognitivas.

áreas da psicologia.

psicologia.

Disciplina: Estágio em Psicologia e Saúde: Triagem

Carga horária 45 h

Código: HP247

Natureza: Semestral

Disciplina: Bioestatística

Carga horária 60 h

Código: CE001

Natureza: Semestral

Pré – requisito: Não há.

Período: 3º

Pré – requisitos: HP254 – Ética		Período: 8º
HP278 – Psicologia e Saúde I		
HP279 – Psicologia e Saúde II A		
HP280 – Psicologia e Saúde II B		
HP281 – Psicologia e Saúde II C		
EMENTA:	recorte da queixa, a Os primeiros contatos com o paciente. Entrevistas de triagem: o hipótese diagnóstica, a entrevista devolutiva, o encaminhamento do paciente.	
EMENTA:	Estatística. Fases de um trabalho estatístico. Representação tabular. Representação gráfica. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central. Medidas de posição. Medidas de dispersão. População. Elementos de probabilidades. Índices e coeficientes de fatos vitais. Noções de amostragem. Teoria da Estimativa. Hipóteses Estatísticas. Teoria da regressão e correlação. Tabelas de contingência.	
Disciplina:	Avaliação Psicológica III	Código: HP243
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP241 - Avaliação Psicológica I.	Período: 6º
EMENTA:	Testes de personalidade: fundamentação dos testes; contextos de aplicação; limitações; padrões de avaliação. Laudos pareceres e relatórios.	
Disciplina:	Estágio Profissional Supervisionado em Educação I	Código: HP248
Carga horária	225 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP275 - Psicologia e Educação III	Período: 9º
EMENTA:	Elaboração de um projeto de intervenção e posterior execução. Elaboração de relatório da intervenção.	
Disciplina:	Estágio Profissional Supervisionado em Educação II	Código: HP249
Carga horária	225 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP248 - Estágio Profissional Supervisionado em Educação I	Período: 10º
EMENTA:	Elaboração de um projeto de intervenção e posterior execução. Elaboração de relatório da intervenção.	
Disciplina:	Estágio Profissional Supervisionado em Saúde I	Código: HP250
Carga horária	225 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP247 - Estágio em Psicologia e Saúde: Triagem HP282 - Psicologia e Saúde III	Período: 9º
Disciplina:	Filosofia para Ciências Humanas	Código: HF146
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Período: 1º
EMENTA:	Tratamento de um ou mais temas filosóficos pertinentes às assim denominadas Ciências Humanas, que possam ser adequados ao objetivo de capacitar o aluno a compreender e dominar fundamentos do trabalho conceitual e argumentativo em filosofia.	
Disciplina:	Ética	Código: HP254
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Período: 5º
EMENTA:	Princípios filosóficos da ética; análise do código de ética do Psicólogo, formação profissional do Psicólogo.	

Disciplina:	Genética e Evolução - Psicologia	Código: BG032
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral Não há. Período: 2º
Pré – requisito:	Fundamentos teóricos e metodológicos da genética. Transmissão dos genes e caracteres. Noções de biologia molecular. Caracterização da variabilidade humana, normal e patológica, nos níveis molecular, cromossômico e fenotípico. Herança e meio. Teoria da evolução. Evolução e diversidade humana.	
EMENTA:	Elaboração de um projeto de intervenção e posterior execução. Elaboração de relatório da intervenção.	

Disciplina:	Estágio Profissional Supervisionado em Saúde II	Código: HP251
Carga horária	225 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP250 - Estágio Profissional Supervisionado em Saúde I	Período: 10º
EMENTA:	Elaboração de um projeto de intervenção e posterior execução. El intervenção.	Elaboração de relatório da
Disciplina:	Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho I	Código: HP252
Carga horária	225 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP284 - Psicologia e Trabalho II HP285 - Psicologia e Trabalho III HP286 - Psicologia e Trabalho IV	Período: 9º
EMENTA:	Elaboração de um projeto de intervenção e posterior execução. Elaboração de relatório da intervenção.	
Disciplina:	Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho II	Código: HP253
Carga horária	225 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP252 - Estágio Profissional Supervisionado em Trabalho I	Período: 10º
EMENTA:	Elaboração de um projeto de intervenção e posterior execução. Elaboração de relatório da intervenção.	

História das Idéias Psicológicas

60 h

Não há.

As idéias psicológicas do mundo antigo até a “era das escolas”: as diferentes formas de conceber e investigar o fenômeno psicológico; as relações entre a filosofia, as ciências e a psicologia; a constituição da psicologia como um ramo autônomo do saber.

Código: HP255

Natureza:

Semestral

Período: 1º

Disciplina: Introdução à Psicanálise

Carga horária 30 h

Pré – requisito: Não há.

EMENTA: Introdução aos fundamentos epistemológicos e históricos da psicanálise. Apresentação do movimento psicanalítico a partir do trabalho teórico/clínico concebido por Freud e seus principais colaboradores. As dissidências internas ao campo psicanalítico e seus desdobramentos teóricos. As principais escolas pós-freudianas, seus fundamentos e contraposições. Principais autores e publicações atuais. Grupos de pesquisa atuais no Brasil e na UFPR.

Código: HP256

Natureza: Semestral

Período: 2º

Disciplina: Introdução à Psicologia Fenomenológico-Existencial

Carga horária 30 h

Pré – requisito: Não há.

EMENTA: A origem do pensamento humanista na Grécia Clássica. A crise nas ciências e a Fenomenologia. O existencialismo e sua influência na Psicologia. Bases teóricas para a construção de uma Psicologia Fenomenológica. Diálogos e confrontos com outras visões de homem e de sociedade. Desdobramentos teórico-metodológicos na contemporaneidade. Principais autores e publicações atuais. Grupos de pesquisa atuais no Brasil e na UFPR.

Código: HP258

Natureza: Semestral

Período: 2º

Disciplina: Introdução à Psicologia Sócio Histórica

Carga horária 45 h Natureza: Semestral Não há. Período: 2º

Pré – requisito: Fundamentos históricos, epistemológicos e metodológicos da Psicologia Sócio

EMENTA: Histórica. O materialismo histórico e dialético. Categorias fundamentais do marxismo. O projeto de uma psicologia marxista. Antecessores e sucessores de Vigotski. A concepção de homem, de sociedade, de fenômeno psicológico e de desenvolvimento humano da Psicologia Sócio Histórica. O método genético experimental de Vigotski. Diálogos e confrontos com outras visões de homem e de sociedade. Desdobramentos teórico-metodológicos na contemporaneidade. A Escola de Vigotski. Principais autores e publicações atuais. Grupos de pesquisa atuais no Brasil e na UFPR.

Código: HP259

Disciplina: Introdução à Psicologia Behaviorista

Carga horária 30 h

Pré – requisito: Não há.

Código: HP257

Natureza: Semestral

Período: 2º

Disciplina:	Metodologia de Pesquisa I	Código: HP260
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Período: 3º
EMENTA:	A pesquisa como processo. Problemas de mensuração em psicologia: validade, precisão, escalas. Formulação do problema e das hipóteses. Definição de conceitos. Projeto de pesquisa: delineamento do modelo, coleta de dados, verificação das hipóteses, análise e interpretação dos dados. Métodos de observação, questionários e entrevistas. Inferência de dados causais. Uso de dados não quantificados na análise e interpretação. Ética em pesquisa.	
EMENTA:	Behaviorismo metodológico e radical: evolução histórica, pressupostos filosóficos e metodológicos. Visão de homem e das relações sociais. Seleção por consequências. Distinção entre comportamento operante e respondente. Diálogos e confrontos com outras teorias e campos do conhecimento. Desdobramentos teórico-metodológicos na contemporaneidade. Principais autores na atualidade. Grupos de Pesquisa no Brasil e na UFPR.	

Metodologia de Pesquisa II
30 h

Não há.

Implicações teóricas e epistemológicas da pesquisa qualitativa em Psicologia. O papel do referencial teórico-metodológico e dos sujeitos na pesquisa qualitativa. O Projeto, o problema, os instrumentos de coleta de dados e de análise. As questões éticas na pesquisa qualitativa. Relatório de pesquisa e monografias.

Código: HP261

Natureza:

Semestral

Período: 4º

Disciplina: Monografia I

Carga horária 60 h

Pré – requisitos: HP260 - Metodologia de Pesquisa I

HP261 - Metodologia de Pesquisa II

Código: HP245

Natureza: Semestral

Período: 7º

EMENTA: Elaborar, de forma orientada, projeto de monografia.

Disciplina: Monografia II

Carga horária 60 h

Pré – requisito: HP245 – Monografia I

EMENTA: Desenvolvimento e defesa de projeto de monografia.

Código: HP246

Natureza: Semestral

Período: 8º

Disciplina: Neuroanatomia

Carga horária 60 h

Pré – requisito: Não há.

EMENTA: Estudo das estruturas anatômicas que compõem o sistema nervoso anatomo-funcionais.

Código: BA024

Natureza: Semestral

Período: 1º so

umano.

Correlações

Disciplina: Neurofisiologia Aplicada à

Carga horária 60 h

Pré – requisito: Não há.

EMENTA: Função Neural e transmissão sináptica. Neurobiologia do comportamento. Reflexos medulares, gustação e olfação. Neurobiol memória. Neurobiologia do sono. Circuitos de recompensa no c sexual e alimentar. Neurobiologia da emoção, depressão.

Código: BF011

Natureza: Semestral

Período: 2º

amento.

Transtornos do ogia

da aprendizagem e

érebro.

Comportamento

Disciplina: Neuropsicologia

Carga horária 60 h

Pré – BA024 - Neuroanatomia Funcional

requisitos: BF011 - Neurofisiologia Aplicada à Psicologia

EMENTA: Relação entre funcionamento cerebral e comportamento. Estudo das funções neuropsicológicas. Introdução aos princípios da avaliação e reabilitação neuropsicológica.

Código: HP262

Natureza: Semestral

Período: 3º

Disciplina:	Pessoas com Necessidades Especiais I	Código: HP263
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Período: 4º
EMENTA:	Os diferentes modelos criados para compreender a deficiência e seus principais conceitos. As mudanças de paradigmas durante a história e suas implicações para a prática do psicólogo. Reflexão crítica sobre os sistemas de classificação das deficiências: problemas teóricos e práticos. Altas Habilidades e a Teoria das inteligências Múltiplas.	
Disciplina:	Pessoas com Necessidades Especiais II	Código: HP264
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP263 - Pessoas com Necessidades Especiais I	Período: 5º
EMENTA:	Aspectos Psicossociais da deficiência: atitudes, as interações sociais, família e sexualidade. Os direitos das pessoas com necessidades especiais: saúde, educação e trabalho. O papel do psicólogo na inclusão social deste grupo.	
Psicanálise I	Código: HP265	
30 h	Natureza:	
	Semestral	
HP256 - Introdução à Psicanálise	Período: 3º	
Apresentar os fundamentos epistemológicos, clínicos e teóricos que sustentaram a constituição do conceito de inconsciente proposta por Freud, em suas relações com a questão do desejo e as pulsões que dinamizam o funcionamento do aparelho psíquico na primeira tópica freudiana.		
Disciplina:	Psicanálise II	Código: HP266
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP265 - Psicanálise I	Período: 4º
EMENTA:	A partir da introdução do conceito de narcisismo e, em decorrência da construção das instâncias ideais, apontar os impasses teóricos impostos à primeira tópica freudiana e as soluções propostas pelo autor, partindo do complexo de Édipo e de castração para apresentar o modelo de aparelho psíquico relativo a segunda tópica em termos de Ego, Id e Superego.	
Disciplina:	Psicanálise III	Código: HP267
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP266 - Psicanálise II	Período: 5º
EMENTA:	Introdução do conceito de pulsão de morte e suas relações com a noção de sujeito constituído a partir de uma relação dialética com a cultura, ainda sobre um mal-que se faz radical. Dessa relação, apresentar a noção de estar relações com a questão da questão da questão.	
	sintoma em suas relações com a noção de sujeito constituído a partir de uma relação dialética com a cultura, ainda sobre um mal-que se faz radical. Dessa relação, apresentar a noção de estar relações com a questão da questão.	
	inconsciente atrelada às estruturas clínicas: neurose, psicose e perversão.	

Disciplina:	Psicofarmacologia Aplicada à Psicologia	Código: BT036
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	BF011 - Neurofisiologia Aplicada à HP296 - Psicopatologia II	Período: 7º
EMENTA:	Histórico, definição e classificação de Psicofarmacodinâmica e clínica de Neuroanatomia. Princípios de novos medicamentos do humor. Psicofarmacologia: pesquisa pré-clínica Antidepressivos e Estabilizantes Farmacologia dos Antipsicóticos e memória. Farmacologia das drogas abuso/dependência de drogas antipsicóticas. Farmacologia dos fitoterápicos em psiquiatria. Outros tratamentos eletroconvulsoterapia, fototerapia, privação de sono e estimulação magnética.	Princípios de Neurofisiologia e Farmacocinética. Farmacologia dos ansiolíticos e hipnóticos. Drogas usadas nos distúrbios de sono farmacológico do convulsivantes. Uso de drogas farmacológicas: genética e transcraniana.
Disciplina:	Psicologia Behaviorista I	Código: HP269
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP257 - Introdução à Psicologia Behaviorista	Período: 3º exos
EMENTA:	Princípios de Aprendizagem. Comportamento respondente: condicionados e Comportamento operante: controle da taxa de respostas; esquemas de motivação e emoção. Laboratório sobre o condicionamento operante.	
Disciplina:	Psicologia Behaviorista II	Código: HP270
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 - Psicologia Behaviorista I	Período: 4º
EMENTA:	Eventos privados na análise do comportamento. Comportamento verbal: categorias; controle por regras e por contingências. Autoconhecimento e autocontrole.	
Disciplina:	Psicologia Behaviorista III	Código: HP271
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP270 - Psicologia Behaviorista II	Período: 5º
EMENTA:	Análise das agências controladoras do comportamento humano. Relações humanas e controle de comportamento: valores e cultura como formas de controle. Planejamento e evolução das culturas.	
Psicologia e Educação I		Código: HP273
30 h		Natureza: Semestral
Não há.		Período: 7º
	Educação Formal, não-formal e informal. Histórico das práticas educativas no Brasil. Projeto político-pedagógico. Os ideários educacionais contemporâneos: da reprodução à emancipação.	
Disciplina:	Psicologia e Educação II	Código: HP274
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Período: 7º

EMENTA: Psicologia e Educação. Psicologia educacional e Psicologia escolar como campos de conhecimento e de prática profissional. Produção de subjetividade a partir da escolarização na sociedade moderna. Fracasso escolar, problemas de aprendizagem e promoção de saúde.

Disciplina:	Psicologia e Educação III	Código: HP275
Carga horária	120 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP254 - Ética HP273 - Psicologia e Educação I HP274 - Psicologia e Educação II HP277 - Psicologia e Práticas Institucionais	Período: 8º
EMENTA:	Intervenção psicológica nos contextos formal, não-formal e informal do psicólogo junto aos educadores, educandos, familiares e comunidade.	I da Educação. Atuação
Disciplina:	Psicologia e Práticas Institucionais	Código: HP277
Carga horária	75 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Período: 6º
EMENTA:	Conceitos de Instituição. Prática instituições. Abordagens em Psicologia institucional e subjetividade. I. Elaboração de Institucional di	Processos Grupais nas agnóstico institucional.
Disciplina:	Psicologia e Saúde	Código: HP278
Carga horária	130 h Não há.	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	História e Políticas Públicas da Saúde no Brasil. Básicos A Saúde Pública	Período: 7º e Privada
EMENTA:	S Saúde como direito. Princípios trabalho de equipe do SU nal. Concepção s de saúde. Asp atendimento, ectos a. Promoção da saúde mental psicosociais da nas atendimentos ambulatoriais e emergenciais, atendimentos unidades básicas, substitutivos do hospital o. Papel do ho ólogo no SUS;spitulares e serviços psiquiátric Psic e n os PSF.	
Disciplina:	Psicologia e Saúde II A	Código: HP279
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP290 - Psicologia Fenomenológico-Existencial IV HP295 - Psicopatologia I HP296 - Psicopatologia II	Período: 7º
EMENTA:	O psicodiagnóstico e o método fenomenológico de investigação: bases teórico-práticas para uma psicologia compreensiva. Principais linhas de pensamento, técnicas e convergências na prática psicoterapêutica.	
Disciplina:	Psicologia e Saúde II B	Código: HP280
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP271 - Psicologia Behaviorista III	Período: 7º
EMENTA:	Treino em entrevista clínica inicial em situação simulada. Relação terapêutica. Introdução à formulação de casos clínicos fundamentada na análise comportamental.	

Psicologia e Saúde II C
30 h

Código: HP281
Natureza:
Semestral
Período: 7º

Pré – requisitos: HP267 - Psicanálise III
HP295 - Psicopatologia I

HP296 - Psicopatologia II

EMENTA: Introdução à teoria da técnica que dá suporte à clínica psicanalítica. A construção do método psicanalítico propriamente dito. A conceituação de transferência em seu tripé: sugestão, resistência e repetição. O manejo transferencial e a condução do trabalho clínico pelo analista: associação-livre, atenção flutuante e interpretação. Apresentar os conceitos de compulsão à repetição, perlaboração e transformação psíquica. Correlacionando-os à condução do trabalho clínico e os mecanismos de defesa e as resistências do id, do ego e do superego, os quais implicam na noção de construções em análise como um instrumento clínico para além da interpretação.

Disciplina: Psicologia e Saúde III
Carga horária 60 h

Código: HP282
Natureza:
Semestral
Período: 8º

Pré – requisitos: HP254 - Ética
HP277 - Psicologia e Práticas Institucionais
HP278 - Psicologia e Saúde I

EMENTA: Elaborar diagnóstico em instituição de saúde pública e propor plano de ação no âmbito da Psicologia.

Disciplina: Psicologia e Trabalho IV
Carga horária 60 h
Pré – requisitos: HP254 - Ética

Código: HP286
Natureza: Semestral
Período: 8º

Disciplina: Psicologia e Trabalho I
Carga horária 30 h

Código: HP283
Natureza: Semestral

HP283 - Psicologia e Trabalho I

EMENTA:

Orientação para diagnóstico, planejamento, intervenção e avaliação na gestão de saúde e segurança do trabalhador. Fundamentos, objetivos, processos, instrumentos. Percepção de risco. Promoção da saúde e da qualidade de vida nas cidades. Espaço e mobilidade.

Pré – requisito: Não há.

Período: 7º

EMENTA: O que é trabalho. O sentido ontológico do trabalho. Trabalho e humanização. História das relações sociais de produção. O trabalho na sociedade contemporânea. Aspectos sociais e psicológicos da organização do trabalho. Considerações sobre o sofrimento no trabalho. A inserção do psicólogo nas relações de trabalho. A Psicologia Organizacional e a Psicologia do Trabalho. Perspectivas de atuação.

Disciplina: Psicologia e Trabalho II

Código: HP284

Carga horária 60 h

Natureza: Semestral

Pré – requisito: HP240 - Abordagem Sistêmica das Organizações

Período: 7º

EMENTA: Orientação para diagnóstico, planejamento, intervenção e avaliação na gestão de pessoas sob a perspectiva sistêmica. O sistema e os subsistemas de recursos humanos: fundamentos, objetivos, processos, instrumentos.

Disciplina: Psicologia e Trabalho III

Código: HP285

Carga horária 60 h

Natureza: Semestral

Pré – requisitos: HP254 - Ética

Período: 8º

HP283 - Psicologia e Trabalho I

EMENTA: O indivíduo e a racionalidade das organizações empresariais e de trabalhadores no capitalismo. Globalização, economia solidária, desenvolvimento sustentável e desemprego. Cooperativismo, associativismo e sindicalismo. Histórico e funcionamento das organizações não governamentais. Poder e gestão nas organizações não-empresariais: a autogestão, a cogestão e a heterogestão. A produção de novas subjetividades nas experiências associativas de trabalhadores - considerações sobre o sofrimento no trabalho e a ação dos coletivos de saúde dos sindicatos dos trabalhadores. Instrumentos de diagnóstico e intervenção emancipatórios.

Psicologia Fenomenológico-Existencial I

Código: HP287

30 h

Natureza: Semestral

Pré – requisito: HP258 – Introdução à Psicologia Fenomenológico-Existencial

Período: 3º

EMENTA: As grandes linhas da Psicologia fenomenológico-existencial e Humanista. A Terceira Força em Psicologia, estudo da Personalidade e as Escolas Humanistas (Norte-Americanas). O conceito de Homem para a Psicologia Existencial-Humanista.

Disciplina: Psicologia Fenomenológico-Existencial II

Código: HP288

Carga horária 30 h

Natureza: Semestral

Pré – requisito: HP287 - Psicologia Fenomenológico-Existencial I

Período: 4º

EMENTA: As grandes linhas da Psicologia Fenomenológico-Existencial. Escolas Européias. Estudo da personalidade, desenvolvimento humano, fenomenologia e existencialismo.

Disciplina:	Psicologia Fenomenológico-Existencial III	Código: HP289
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP288 - Psicologia Fenomenológico-existencial II	Período: 5º
EMENTA:	O processo grupal na vertente fenomenológico-existencial-humanista. Modalidades de existência social e relacional. Alternativas para a compreensão do comportamento grupal e social: teorias existencial-humanistas das relações interpessoais.	
Disciplina:	Psicologia Fenomenológico-Existencial IV	Código: HP290
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP289 - Psicologia Fenomenológico-Existencial III	Período: 6º
EMENTA:	Vivência de trabalho com grupos em Psicologia Existencial-Humanista: contribuições dos principais autores.	
Disciplina:	Psicologia Genética	Código: HP291
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Período: 4º no.
EMENTA:	Raízes históricas da psicologia genética. Projeto epistêmico piagetiano modelo de desenvolvimento da criança. Concepção de inteligência avaliação de desenvolvimento na perspectiva piagetiana. Implicação da teoria piagetiana.	
Disciplina:	Psicologia Social e Psicanálise	Código: HP297
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP267 - Psicanálise III	Período: 6º
EMENTA:	Categorias fundamentais da psicossociologia. O Imaginário e o Simbólico na coesão e identidade grupal. Análise institucional e intervenções psicossociais.	
Disciplina:	Psicologia Sócio Histórica I	Código: HP292
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP259 - Introdução à Psicologia Sócio Histórica	Período: 3º
EMENTA:	Interfaces entre a Psicologia Sócio Histórica de Vigotski e a Psicologia do Desenvolvimento. Conceitos e categorias fundamentais do desenvolvimento humano na perspectiva teóricometodológica de Vigotski. Gênese e articulação das funções psicológicas superiores no sistema interfuncional da consciência. Signo e instrumento. Pensamento e linguagem. A formação dos conceitos. A relação do desenvolvimento e aprendizagem (a brincadeira, a imaginação, a arte, o desenho e a escrita).	
Disciplina:	Psicologia Sócio Histórica II	Código: HP293
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP292 - Psicologia Sócio Histórica I	Período: 4º
EMENTA:	Articulação da psicologia da personalidade com o marxismo. O psiquismo humano na perspectiva de Leontiev. Apropriação e objetivação. Alienação e humanização. Significação social e sentido pessoal. Atividade, consciência e a personalidade. As necessidades humanas e os motivos da atividade. Formação e transformação da personalidade. A personalidade como sistema vivo de relações sociais.	

	Psicologia Sócio Histórica III 45 h	Código: HP294 Natureza: Semestral Período: 5º
Pré – requisito:	HP293 - Psicologia Sócio Histórica II	
EMENTA:	Interfaces entre a Psicologia Sócio histórica e a Psicologia Social. Origens e contexto histórico da Psicologia Social Latino-americana (confronto com os pontos de vista da psicologia social americana e europeia). Categorias fundamentais da Psicologia Social Latino Americana (consciência, identidade, ideologia e processo grupal). Diálogos e confrontos com outras teorias críticas (os estudos culturais da Escola de Frankfurt). Perspectivas metodológicas da pesquisa e formas de intervenção em psicologia social de abordagem Sócio Histórica nas áreas da educação, da saúde e do trabalho.	
<hr/>		
Disciplina:	Psicologia Sócio Histórica IV	Código: HP272
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP294 - Psicologia Sócio Histórica III	Período: 6º
EMENTA:	Histórico da Psicologia social comunitária; grupos e comunidade; identidade pessoal, social e coletiva; movimentos sociais e identidades coletivas. Identidade e territorialidade. Interfaces e concepções do trabalho com comunidades; Psicologia comunitária e promoção da saúde; metodologias de trabalho com comunidades.	
<hr/>		
Disciplina:	Psicopatologia I	Código: HP295
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Período: 7º
EMENTA:	O sofrimento humano na perspectiva psicoterapêutica. A Psicopat sofrimento das singularidades subjetivas.	ologia Fundamental e o
<hr/>		
Disciplina:	Psicopatologia II	Código: HP296
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Período: 4º segundo
EMENTA:	Patologia das funções mentais. Classificação das doenças mentais de classificação das doenças mentais: DSM e CID. Grandes sínd clínicos da infância, adolescência, vida adulta e terceira idade.	atuais códigos romes clínicas. Quadros
<hr/>		
DISCIPLINAS OPTATIVAS		
<hr/>		
Disciplina:	A Clínica da Psicanálise	Código: HP160
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP265 - Psicanálise I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A lógica na direção da cura, seus impasses, sua temporalidade. A Clínica e o conceito de Real.	
<hr/>		
Disciplina:	A Ética da Psicanálise	Código: HP161
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP265 – Psicanálise I	Ênfase: Prom.
EMENTA:	A articulação entre a demanda e o desejo na perspectiva psicana	Saúde lítica. O fazer Ético e o
	Dever Moral. O Sujeito da Ética e sua relação ao Desejo Inconsciente.	

Disciplina:	A Observação em Pesquisa	Código: HP317
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP244 – A Psicologia como Ciência e Profissão Ênfase: Pesquisa A observação	
EMENTA:	segundo diferentes métodos de investigação: experimental, fenomenológico, clínico, dialético e outros. Estudo de campo sistematizando diferentes formas de observação. Registro, análise e interpretação de dados.	
Disciplina:	Abordagem Sócio-Crítica em Psicologia: Emoção e Cognição	Código: HP159
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP292 – Psicologia Sócio Histórica I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Motivação, emoção, imaginação e jogo.	
Análise Comportamental Clínica: estratégias contemporâneas		
	Código: HP300	
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP271 - Psicologia Behaviorista III	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Histórico da Análise Comportamental Clínica. Introdução à Psicoterapia Analítico-funcional (FAP) de R. Kohlenberg e M. Tsai. Introdução à Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) de S. Hayes. Estudos de caso.	
Disciplina:	Análise Comportamental dos Estados Motivacionais e Subjetivos	Código: HP162
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 – Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Estados motivacionais e subjetivos: motivação, emoção, afeição, agressão. Consciência e liberdade: controle e contra-controle.	
Disciplina:	Análise conceitual no Behaviorismo Radical-Teoria e Pesqui	Código: HP301
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 - Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Definição de análise conceitual. Áreas de estudo na análise conceitual. Metodologia da Análise Conceitual. Prática de pesquisa em Análise Conceitual.	
Disciplina:	Análise da Música na Mídia	Código: HA103
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:		Ênfase: Pesquisa
EMENTA:		
Disciplina:	Análise do Comportamento e Sociedade	Código: HP163
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP270 – Psicologia Behaviorista II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Análise das agências controladoras do comportamento: estado, s e psicoterapia, relações humanas e controle de comportamento. Terapias práticas da análise funcional do comporta	istema educacional, religião Valores e cultura como mento em instituições.

Disciplina:	Análise do Discurso	Código: HL245
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral Não há Ênfase: Pesquisa
Pré – requisito:	Texto (escrito e oral), co-texto e contexto. Condições de produção. Estratégias de	
EMENTA:	compreensão e produção de mensagens verbais.	
Disciplina:	Aprendizagem e os Processos Sociais na Escola	Código: HP164
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP273 – Psicologia e Educação I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	O estudo da dinâmica dos movimentos grupais que compõem professores e técnicos). Disciplinas e currículo. As minorias e o resistência.	
Disciplina:	Aquisição de Comportamentos	Código: HP165
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 – Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Modelos operantes e respondentes. Teoria da Aprendizagem Social: Noção de Personalidade.	
Disciplina:	Avaliação Neuropsicológica	Código: HP166
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP262 – Neuropsicologia	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A Bateria Neuropsicológica de Luria - adaptação Curitiba. Investigação das funções perceptivas, da linguagem, da memória, do pensamento e da ação. Os procedimentos para anamnese e para o diagnóstico. Lesões cerebrais focais.	
Avaliação Psicológica de Pessoas com Necessidades		Código: HP167 Especiais
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP263 – Pessoas com Necessidades Especiais I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Adaptações necessárias para a utilização de técnicas e procedimentos de avaliação psicológica no contexto de populações minoritárias.	
Disciplina:	Cérebro e Linguagem	Código: HP168
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP262 – Neuropsicologia	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Organização neuropsicológica da fala. Linguagens receptiva e expressiva. As afasias. Compreensão dos processos de leitura e escrita.	
Disciplina:	Citologia	Código: BC005
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Aspectos morfo-funcionais básicos da célula. Conceitos básicos dos tecidos e sistemas fundamentais com ênfase nas suas características neuro-funcionais.	
Disciplina:	Comportamento Verbal	Código: HP170
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP271 – Psicologia Behaviorista III	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Definição. Aquisição. Comportamento Verbal. Psicoterapia.	

Disciplina:	Comunicação em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS	Código: ET082
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Ênfase: Prom.
EMENTA:	Familiarização lingüística com a Língua Brasileira de Sinais e o espaço de comunicação. Aspectos lingüísticos da Libras	saúde utros processos visuais-
Disciplina:	Desenvolvimento Humano	Código: HP171
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP292 – Psicologia Sócio Histórica I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Desenvolvimento humano ao longo do ciclo vital. Equacionamento dos fatores biológicos, sociais, psicológicos e culturais que permeiam o desenvolvimento humano ao longo de sua trajetória. O adulto jovem, sexualidade, profissão e projeto de vida. O desenvolvimento adulto, a terceira idade e a preparação para a aposentadoria. Metodologias de intervenção na área.	
Disciplina:	Desenvolvimento infantil e interações familiares: abordagens etológica e behaviorista	Código: HP314
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 - Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A abordagem etológica e o estudo do desenvolvimento. Competências do bebê e relações mãe-filho: desenvolvimento do apego; separação e reação a estranhos. O papel da aprendizagem no desenvolvimento humano e nos padrões de interação familiar. Estilos e práticas educativas parentais na visão da análise do comportamento. Interações anti-sociais. Programa de orientação familiar.	
Disciplina:	Desenvolvimento Infantil: Uma Abordagem Etológica	Código: HP172
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 – Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A etologia humana: características metodológicas e contribuições da abordagem etológica e o estudo do desenvolvimento. Competências da relação mãe-filho: desenvolvimento do apego; separação e re	
Disciplina:	Distúrbios do Comportamento	Código: HP173
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP296 – Psicopatologia II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Comportamento “norma”, excessos comportamentais. Déficits comportamentais. Avaliação e modos de intervenção.	
Distúrbios Psicológicos na Infância	Código: HP174	
45 h	Natureza: Semestral	
HP296 – Psicopatologia II	Ênfase: Prom. Saúde	
O desenvolvimento infantil. A questão da normalidade. “Déficits” e excessos comportamentais. A família, a escola e a sociedade frente aos distúrbios do comportamento.		
Disciplina:	Eventos Privados	Código: HP176
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 – Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	O mundo dentro da pele. Sentimentos, emoções, fantasia, sonho, Teoria e aplicações.	

Disciplina:	Entrevista Clínica	Código: HP177
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP267 – Psicanálise III HP290 – Psicologia Fenomenológico-existencial IV HP291 – Psicologia Genética	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A entrevista como instrumento do Psicólogo clínico. Conteúdo. Processo. O processo de entrevista.	
Disciplina:	Estatística não Paramétrica	Código: CE050
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	CE001 – Bioestatística	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Métodos estatísticos não paramétricos: suas vantagens e desvantagens. O caso de 1 amostra de 2 amostras relacionadas e amostras relacionadas e independentes. Medidas de significância. Testes de hipóteses. Teste t para amostras independentes, teste de "k" para amostras dependentes e seus testes de correlação.	
Disciplina:	Grupo de Psicodrama	Código: HP178
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP289 - Psicologia Fenomenológico-existencial III	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Vivência da abordagem psicodramática: as bases filosóficas, o método, o desempenho de papéis e a aplicação do psicodrama aplicado na área da educação e da organização.	

Disciplina:	História das Ideias Psicológicas II	Código: HP316
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP256 – Introdução à Psicanálise HP257 – Introdução à Psicologia Behaviorista HP258 – Introdução à Psicologia Fenomenológico-Existencial HP259 – Introdução à Psicologia Sócio Histórica	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Analisar e confrontar a construção epistemológica das principais correntes teóricas da Psicologia.	

Disciplina:	Informática Aplicada à Psicologia	Código: HP179
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Tecnologias emergentes e sua aplicação à psicologia. Análise e uso de softwares aplicados à Psicologia. Informática educativa - pedagógica. A Internet como ferramenta auxiliar para a Psicologia. Considerações epistemológicas sobre a evolução tecnológica e o comportamento humano.	
	Introdução à Teoria Sistêmica	Código: HP182
	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Ênfase: Prom. Saúde

Disciplina:	Introdução à Psicopatologia Psicanalítica	Código: HP181
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP266 – Psicanálise II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A posologia psicanalítica. O complexo de Édipo e a estruturação psicopatológica do sujeito do inconsciente. Introdução às contribuições de Freud sobre as três estruturas psicopatológicas clássicas: neurótica, perversa e psicótica. Freud e as cinco psicanálises clássicas: o caso Dora, o pequeno Hans, o Presidente Schreber, o homem dos ratos, o homem dos lobos.	
EMENTA:	Fundamentos da cibernética e da teoria geral dos sistemas e suas implicações para a teoria sistêmica. A Renovação da ciência contemporânea e a sistêmica de vida. Os paradoxos no pensamento contemporâneo. Para além da simplicidade: a epistemologia da complexidade. O fim da Universidade. A relatividade. Relações de incerteza e de complementariedade. Do objetivismo ao construcionismo social. O paradoxo da subjetividade científica. Para além do sujeito e do objeto.	
Disciplina:	Investigação Psicodramática	Código: HP183
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP287 – Psicologia Fenomenológico–existencial I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A investigação psicodramática dos contextos humanos: família, empresa, escola, comunidade.	
Disciplina:	Método e Técnica da Psicanálise da Criança	Código: HP184
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP265 – Psicanálise I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Técnicas de ludoterapia dentro da abordagem e escuta psicanalítica. A utilização do brinquedo, da caixa de ludoterapia. A triagem com crianças, utilizando o brinquedo como mediador e como objeto de deslocamento e projeções dos conflitos infantis.	
Disciplina:	Música e Outras Artes	Código: HA242
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:		Ênfase: Pesquisa
EMENTA:		
Disciplina:	Neurociência e Psicologia do Comportamento	Código: BF051
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	BA024 – Neuroanatomia Funcional BF011 – Neurofisiologia Aplicada à Psicologia	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:		
Disciplina:	Neuropsicologia Cognitiva	Código: HP185
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP262 – Neuropsicologia	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Cérebro e aprendizagem. Leitura neuropsicológica Compreensão dos processos da leitura e escrita.	
Disciplina:	Neuropsicologia e Aprendizagem	Código: HP186
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP262 – Neuropsicologia	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Conceito de aprendizagem, histórico da neuropsicologia, educação de aprendizagem, avaliação e intervenção.	

Observação do Comportamento
45 h
HP261 – Metodologia de Pesquisa II

Código: HP185
Natureza: Semestral
Ênfase: Prom.
Saúde

Disciplina:	Neuropsicologia e Reabilitação	Código: HP187
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP262 – Neuropsicologia	Ênfase: Prom.
EMENTA:	A prevenção e estimulação neuropsicológica. A reabilitação e saúde opções de n reorganização neuronais. elasticidade e	
Disciplina:	O Preconceito e as Práticas Escolares	Código: EM066
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Ênfase: Prom.
EMENTA:	A construção do privilégio. Porque as pessoas estigmatizam. Pdaúde onceito; Globalização, discriminação e racismo. Aonde o preconceito chdiscriminação e na Escola hoje. Por uma didática do antipreconceito.	
Observação como instrumento em Psicologia. Métodos de observação. Observação em situação natural.		

Disciplina:	Orientação Profissional na Modalidade Clínica	Código: HP302
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP273 - Psicologia e Educação I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Profissão e subjetividade nos cenários contemporâneos. Escolha profissional na adolescência e projeto de vida: aspectos sociais e psicodinâmicos. Orientação profissional na modalidade clínica: conceituação e fundamentos. Contextos e instrumentos de atuação em orientação profissional clínica.	

Disciplina:	Percepção de Risco	Código: HP303
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Comportamento humano e percepção de risco. Fatores em ão (individuais, intera sociais, ideológicos). A pesquisa e percepção de risco. grupais,	

Disciplina:	Pesquisa em Neuropsicologia	Código: HP320
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP260 – Metodologia de Pesquisa I HP261 – Metodologia de Pesquisa II HP262 – Neuropsicologia	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Desenvolvimento de pesquisa em Neuropsicologia.	

Disciplina:	Pesquisa em Psicanálise	Código: HP321
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP260 – Metodologia de Pesquisa I HP261 – Metodologia de Pesquisa II HP267 – Psicanálise III	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Desenvolvimento de pesquisa em Psicanálise.	

Pesquisa em Psicologia

90 h

Código: HP323

Natureza:

Semestral

Ênfase: Pesquisa

Pré – requisitos: HP260 – Metodologia de Pesquisa I

Disciplina:	Peritagem Psicológica	Código: HP189
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP242 – Avaliação Psicológica II	Ênfase: Prom.
EMENTA:	Atribuições profissionais do psicólogo perito no Brasil. Atuação n Responsabilidades gerais. Laudo pericial, parecer e atestado.	Saúde o Trânsito e na justiça.

Disciplina:	Pesquisa I	Código: HP325
Carga horária	90 h	Natureza:
		Semestral
Pré – requisitos:	HP260 – Metodologia de Pesquisa I	Ênfase:
	HP261 – Metodologia de Pesquisa II	Pesquisa
EMENTA:	Elaboração de projeto de pesquisa.	

Disciplina:	Pesquisa II	Código: HP326
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP325 – Pesquisa I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Desenvolvimento de pesquisa em psicologia e elaboração de relatório final.	

Disciplina:	Pesquisa em Construtivismo	Código: HP322
Carga horária	90 h	Natureza:
		Semestral
Pré – requisitos:	HP260 – Metodologia de Pesquisa I	Ênfase: Pesquisa
	HP261 – Metodologia de Pesquisa II	
	HP291 – Psicologia Genética	
EMENTA:	Desenvolvimento de projeto de pesquisa com abordagem construtivista.	
	HP261 – Metodologia de Pesquisa II	
EMENTA:	Desenvolvimento de pesquisa em temas contemporâneos em psicologia.	

Disciplina:	Pesquisa em Psicologia do Trânsito	Código: HP329
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP260 – Metodologia de Pesquisa I	Ênfase: Pesquisa
	HP261 – Metodologia de Pesquisa II	
EMENTA:	Desenvolvimento de pesquisas sobre Psicologia do Trânsito.	

Psicanálise e Literatura

30 h

HP266 – Psicanálise II

Código: HP194

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

Disciplina: Pesquisa em Psicologia Social

Carga horária 90 h

Código: HP319

Natureza:

Semestral

Ênfase: Pesquisa

Pré – requisitos: HP260 – Metodologia de Pesquisa I

HP261 – Metodologia de Pesquisa II

HP294 – Psicologia Sócio Histórica III

EMENTA: Elaboração e desenvolvimento de projeto de investigação em Psicologia social.**Disciplina:** Prática Neuropsicológica

Carga horária 45 h

Pré – requisito: HP262 – Neuropsicologia

EMENTA: Conceito de neuropsicologia, teoria do sistema funcional, prática e intervenção.**Código: HP190**

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom. Saúde

Infantil e adulta, testes

Disciplina: Práticas Culturais no Behaviorismo Radical

Carga horária 30 h

Pré – requisito: HP269 - Psicologia Behaviorista I

EMENTA: O terceiro nível de seleção por consequências em Skinner e suas práticas culturais enquanto unidades da evolução cultural. Planejamento cultural, políticas da filosofia behaviorista radical. Extensões éticas e**Código: HP304**

Natureza: Semestral

Ênfase: Pesquisa

Disciplina: Processos Simbólicos, Subjetividade e Cultura

Carga horária 30 h

Pré – requisito: HP287 - Psicologia Fenomenológico-Existencial I

EMENTA: Processos simbólicos na subjetividade: sonho, criação artística e dinâmicas culturais. Processos simbólicos na cultura: mito, religião e personalidade. Dinâmica sócio-cultural. Alienação e mudança cultural. Ideologia, sagrado e**Código: HP305**

Natureza: Semestral

Ênfase: Pesquisa

Disciplina: Psicanálise da Criança – A Ética e a Técnica

Carga horária 45 h

Pré – requisito: HP265 – Psicanálise I

EMENTA: A técnica psicanalítica na clínica da criança - a ética. A utilização da triagem com crianças. Psicopatologia da infância. Brinquedos. A**Código: HP191**

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde e a caixa de

Disciplina: Psicanálise das Toxicomanias

Carga horária 45 h

Pré – requisito: HP266 – Psicanálise II

EMENTA: Freud e a toxicomania. Contribuições pós-freudianas para a psicanálise**Código: HP192**

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde e das

toxicomanias.

Disciplina: Psicanálise e Educação

Carga horária 30 h

Pré – requisito: HP266 – Psicanálise II

EMENTA: Sexualidade infantil e educação. A impossibilidade de educar. Do poder ao desejo: a transferência na relação professor - aluno. O desafio: o encontro da psicanálise com a educação.**Código: HP193**

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom. Saúde

Fundamentos freudianos para a aplicação da psicanálise na literatura. Contribuições pósfreudianas para aplicação da psicanálise do romance. Ilustrações práticas do uso da psicanálise na releitura de romance e na crítica literária.

Disciplina:	Psicanálise e Saúde	Código: HP195
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP266 – Psicanálise II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A questão da oferta de trabalho. A elaboração de uma demanda. A questão da morte. Intervenção terapêutica: possibilidades e limites. Casos clínicos: apresentação e discussão.	
Disciplina:	Psicanálise Pós-Freudiana do Adolescente	Código: HP196
Carga horária	45h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP266 – Psicanálise II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Contribuições pós-freudianas para a psicanálise do adolescente.	
Disciplina:	Psicodiagnóstico de Rorschach	Código: HP197
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP243 – Avaliação Psicológica III	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Fundamentação do teste, técnica de aplicação e classificação das respostas. Dinamismo psicológico e interpretação.	
Disciplina:	Psicodiagnóstico Infantil	Código: HP198
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP243 – Avaliação Psicológica III HP266 – Psicanálise II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Introdução às técnicas de entrevista em psicodiagnóstico, estudo de métodos gráficos projetivos de avaliação psicodiagnóstico e a “hora do jogo” como um instrumento diagnóstico.	
Disciplina:	Psicodrama	Código: HP201
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP271 – Psicologia Behaviorista III	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A investigação psicodramática dos contextos humanos; família, empresa, escola, comunidade.	
Disciplina:	Psicofarmacologia	Código: HP200
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral Não há
Pré – requisito:		Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Funcionamento neuroquímico e cerebral. Efeito dos psico-fármacos.	
Disciplina:	Psicolinguística	Código: HL250
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral Não há.
Pré – requisito:		Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	A Psicolinguística e seu objeto. Aquisição da linguagem. Linguagem e cognição. Linguagem e escolarização.	
Disciplina:	Psicologia, Comunicação e Semiótica	Código: HP203
Carga horária	30 h Não há.	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Semiótica nos diferentes tipos de comunicação. Estudos	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	interdiscipli nares.	

Psicologia da Alfabetização

30 h

HP292 – Psicologia Sócio Histórica I

Código: HP204

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

Disciplina:**Psicologia Analítica****Código: HP306**

Carga horária

30 h

Natureza: Semestral Não há

Ênfase: Prom. Saúde

Pré – requisito:

EMENTA:

Psicologia Analítica: histórico e epistemologia. Abordagem simbólica, relacionamento entre consciente e inconsciente, complexos estruturais da personalidade e o processo terapêutico.

Linguagem e inserção na cultura. Histórico da representação. Concepções e práticas da alfabetização na educação infantil e no ensino fundamental. Análise psicológica dos processos de aquisição da leitura e da escrita.

Disciplina:**Psicologia do Desenvolvimento****Código: HP205**

Carga horária

60 h

Natureza: Semestral

Pré – requisito: HP265 – Psicanálise I Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA: Desenvolvimento segundo Freud, Meline Klein, Spitz. A estruturação da personalidade, em Id, Ego e superego e Ideal de Ego. A dinâmica psíquica a partir do Édipo. A pulsão. A libido. A progressão, fixação e regressão.

Disciplina: **Psicologia do Trânsito** **Código: HP206**
 Carga horária 45 h Natureza: Semestral
 Pré – requisito: HP240 – Abordagem Sistêmica das Organizações Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA: Definição, objetivos e a área de intervenção. Atitudes de desajuste social. Correlação com outras áreas da Psicologia. Mudança de comportamento. Avaliação psicológica. Avaliação e orientação de condutores acidentados e infratores.

Disciplina: **Psicologia e Processos Simbólicos** **Código: HP307**
 Carga horária 30 h Natureza: Semestral
 Pré – requisito: HP287 - Psicologia Fenomenológico-existencial I Ênfase: Pesquisa
EMENTA: Teoria semiótica, semântica e simbologia. Sinal, signo, símbolo e imagem: usos, significações e relações com o psiquismo. Linguagem. Análise semiótica e simbólica. Processos simbólicos e cultura. Pesquisas em Psicologia.

Disciplina: **Psicologia e Religião** **Código: HP308**
 Carga horária 30h Natureza: Semestral
 Pré – requisito: Não há Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA: Aspectos históricos e fundamentos filosóficos de algumas religiões. Interseção entre paradigmas religiosos e psicológicos. O par dimensão da religiosidade. Psicologia e religião. Fronteiras e áreas de interseção da ciência e da religião.

Disciplina: **Psicologia e Saúde: Abordagem Comportamental II** **Código: HP202**
 Carga horária 60 h Natureza: Semestral
 Pré – requisito: HP280 – Psicologia e Saúde II B Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA: Vivência prática observacional da atuação psicológica na área de saúde em contextos (clínica psicológica, ambulatório de saúde mental, unidades hospitalares gerais e hospitais psiquiátricos, etc.), diferentes abordagens básicas de saúde, intervenção psicológica na prática observacional. Psicologia a nível inicial em saúde.

Disciplina: **Psicopatologia Fundamental e Psicanálise** **Código: HP208**
 Carga horária 45 h Natureza: Semestral
 Pré – requisito: HP295 – Psicopatologia Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA: A conceituação da Psicopatologia Fundamental. Os fundamentos psicanalíticos da Psicopatologia Fundamental. Pesquisas recentes no campo da Psicopatologia Fundamental e da Psicanálise.

Disciplina: **Psicopatologia na Abordagem Comportamental** **Código: HP315**
 Carga horária 30 h Natureza: Semestral
 Pré – requisitos: HP269 - Psicologia Behaviorista I Ênfase: Prom. Saúde
 HP296 - Psicopatologia II
EMENTA: Classificação sindrômica versus classificação funcional. Modelo médico versus modelo psicológico. Análise de contingências aplicada a questões clínicas. Estudos de caso.

Psicossociologia

30 h

HP297 – Psicologia Social e Psicanálise

Código: HP209

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

Origens e desenvolvimento da psicossociologia. Principais concepções objeto, método e teoria. Relações sociais e subjetividade. Análise social e intervenção psicossociológicas em organizações e comunidade. Algumas questões relativas ao mundo do trabalho e da educação escolar em psicossociologia.

Disciplina: Psicossociologia, Trabalho e Educação

Carga horária 45 h

Pré – requisito: HP297 – Psicologia Social e Psicanálise

Código: HP210

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom. Saúde

EMENTA: Relações sociais, capitalismo, trabalho e educação. As relações de psicossociologia com a psicanálise, o marxismo e a pedagogia histórico crítica. Contribuições foucaultianas. Relações de poder e subjetividade. Emancipação e dominação nos campos: político, cognitivo e afetivo. A análise social e intervenção psicossociológica no campo de trabalho e na educação.

Disciplina: Psicossomática

Carga horária 30 h

Pré – requisito: Não há

Código: HP309

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

EMENTA: Fundamentos históricos e epistemológicos da Psicossomática e das relações entre psiquismo, subjetividade e corpo. Abordagens teóricas sobre o sintoma psicossomático e o seu significado. O sintoma psicossomático e sua relação com a subjetividade e estrutura do sujeito. Possibilidades de tratamento e intervenção.

Disciplina: Psicoterapia Infantil

Carga horária 30 h

Pré – requisito: HP280 – Psicologia e Saúde II B

Pré – requisito: Manejo clínico da criança (análise funcional, instrumentos de intervenção A criança e o seu contexto: família, escola e comunidade.

Código: HP211

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde em criança, técnicas infantis).

Disciplina: Questões Contemporâneas e Psicologia

Carga horária 30 h

Pré – requisito: HP287 - Psicologia Fenomenológico-existencial I

EMENTA: Subjetividade, indivíduo, cultura e sociedade frente aos dilemas de suas transformações sócio-culturais e problemas epistemológicos da psicologia.

Código: HP310

Natureza: Semestral

Ênfase: Pesquisa e

contemporaneidade e correntes para o campo

Disciplina: Recursos e Técnicas em Terapia Analítico-Comportamental

Carga horária 30 h

Pré – requisito: HP271 - Psicologia Behaviorista III

Pré – requisito: Introdução ao emprego de recursos e técnicas na Terapia Analítico-

EMENTA: comportamental. Seleção de recursos e técnicas. Introdução à ludoterapia comportamental.

Código: HP311

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom. Saúde

Seminários em Psicologia e Sociedade II
30 h
HP272 – Psicologia Sócio-Histórica IV

Código: HP073
Natureza: Semestral
Ênfase: Prom.
Saúde

Disciplina:	Relacionamento amoroso: Teoria e pesquisa	Código: HP312
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 - Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Relacionamento amoroso humano: perspectivas histórica, etológica, psicológica, antropológica e sociológica. A química da paixão, do amor e da separação. O cortejamento e a seleção de parceiros. Manutenção de um relacionamento amoroso e diferenças de gênero: estilos de amor, apego, sexualidade, ciúme e infidelidade. Estratégias de enfrentamento: traição e timidez. Trabalho de campo.	

Disciplina:	Seminários em Psicologia e Sociedade I	Código: HP072
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP244 – A Psicologia como Ciência e Profissão	Ênfase: Prom.
EMENTA:	Discussão da temática: psicologia, ciência e profissão; reflexão profissionais diversas.	Saúde

Discussão da temática: psicologia, infância, juventude e sociedade. Conhecer e participar de conselhos, fórum, organizações governamentais de assistência à infância e adolescência; o papel do psicólogo.

Disciplina:	Seminários em Psicologia e Sociedade III	Código: HP074
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP278 – Psicologia e Saúde I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Discussão da temática: psicologia e saúde. Atenção primária; secundária – os centros de saúde mental; e terciária – hospitais públicos. Reforma psiquiátrica. SUS e Conselhos Municipais. O papel do psicólogo na saúde pública.	

Disciplina:	Seminários em Psicologia e Sociedade IV	Código: HP075
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP278 – Psicologia e Saúde I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Discussão da temática: psicologia e organizações comunitárias. Conceito de trabalho comunitário e comunidade; o local, o social e o planetário. O papel do psicólogo.	

Disciplina:	Seminários em Psicologia e Sociedade V	Código: HP076
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP244 – A Psicologia como Ciência e Profissão HP254 - Ética HP260 – Metodologia de Pesquisa I HP261 – Metodologia de Pesquisa II	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Discussão da temática: psicologia, ciência e profissão. Questões psicológicas e sua prática profissional. A ética na ciência psicológica.	

Teste de Apercepção Temática (TAT)

45 h

HP243 – Avaliação Psicológica III

Código: HP218

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

Disciplina:

Carga horária

Sociologia Geral I

Pré – requisito:

45 h Natureza: Semestral Não há. Ênfase: Pesquisa

EMENTA:

Fundamentos das Ciências Sociais. Conceitos operacionais de análise sociológica: estrutura, organização, integração e funcionamento da sociedade.

Código: HC001**Disciplina:**

Carga horária

Técnicas

Pré – requisito:

Psicomotoras 45 h**EMENTA:**

Não há.

Estudo das técnicas psicomotoras: Hurguette Bucher, Dalila Coste Depart, Popporic e Ajuraguerra. Relaxamento: Jacobson, Sousien, autógeno de Schultz.

Código: HP213

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde Ilar,

Souvbiran, Le Bom

Claronia e

treinamento

Disciplina:

Carga horária

Terapia Comportamental

60 h

Pré – requisito:

HP280 – Psicologia e Saúde II B

Pré – requisito:

Intervenção clínica com base na análise do comportamento.

EMENTA:

Definição comportamental, conceitos básicos. Abordagem aos comportamentos

Código: HP216

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde Ilar e histórico

da terapia s

desviantes.

Disciplina:

Carga horária

Terapia Corporal

45 h

Pré – requisito:

Natureza: Semestral Não há Ênfase: Prom. Saúde

EMENTA:

Principais abordagens da terapia corporal: histórico, categorias teóricas e práticas; desenvolvimento humano integrando aspectos psíquicos e corporais.

Código: HP318**Disciplina:**

Carga horária

Terapia Familiar

60 h

Pré – requisito:

HP282 – Psicologia e Saúde III

EMENTA:

Histórico, teorias, avaliação e intervenção.

Código: HP217

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

A aplicação do teste: análise horizontal e vertical das histórias; as categorias avaliativas; síntese. A adaptação da técnica para crianças (CAT-A, CAT-H).

Disciplina:

Carga horária

Tópicos de Genética Aplicada à Psicologia

60 h

Pré – requisito:

BG032 – Genética e Evolução - Psicologia

EMENTA:**Código: BG033**

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom.

Saúde

Disciplina:

Carga horária

Tópicos Especiais: A Pessoa com Necessidades Especiais e a Sociedade

30 h

Pré – requisito:

HP264 – Pessoas com Necessidades Especiais II

EMENTA:

Da exclusão às tentativas de inclusão. Institucionalização da diferença. Aspectos sóciopolíticos psicológicos, educacionais e culturais da pessoa com necessidades especiais. Paradigmas do conceito de deficiência.

Código: HP079

Natureza: Semestral

Ênfase: Prom. Saúde

Disciplina:	Tópicos Especiais em Análise do Comportamento	Código: HP313
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP270 - Psicologia Behaviorista II	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Estudo de temas especiais na Análise do Comportamento nos ângulos da Análise Experimental do Comportamento e da Análise Conceitual e delimitação do estado da arte.	Área de Pesquisa em Psicologia
Disciplina:	Tópicos Especiais em Behaviorismo	Código: HP222
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP269 – Psicologia Behaviorista I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Contribuições atuais do behaviorismo para a pesquisa e intervenção	em Psicologia.
Disciplina:	Tópicos Especiais em Instituições, Organizações e Grupos	Código: HP224
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP297 – Psicologia Social e Psicanálise	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Estudos interdisciplinares; pesquisas e formas de intervenção.	
Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicanálise	Código: HP225
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP265 – Psicanálise I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	A Psicanálise, seu campo de ação e de pesquisa. A clínica como possibilidades e seus limites.	Área de Pesquisa em Psicologia
Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicologia I	Código: HP077
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP244 – A Psicologia como Ciência e Profissão	Ênfase: Prom. Saúde
	HP255 – História das Ideias Psicológicas	
	HP265 – Psicanálise I	
	HP269 – Psicologia Behaviorista I	
	HP287 – Psicologia Fenomenológico-existencial I	
	HP291 – Psicologia Genética	
	HP292 – Psicologia Sócio Histórica I	
EMENTA:	Pesquisa e discussão sobre temas atuais relacionados à Psicologia.	
Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicologia Cognitiva	Código: HP219
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Temas atuais em Psicologia cognitiva e suas principais contribuições para a compreensão da atividade mental humana.	
	Tópicos Especiais em Psicologia e Organizações Alternativas	Código: HP227
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP283 – Psicologia e Trabalho I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Temas contemporâneos em Psicologia e organizações alternativas.	
Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicologia Fenomenológico-Existencial	Código: HP223
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP287 – Psicologia Fenomenológico-existencial I	Ênfase: Pesquisa

EMENTA: As contribuições atuais da Psicologia fenomenológico-existencial e intervenção na psicologia.

Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicologia Histórico-Cultural	Código: HP226
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP292 – Psicologia Sócio Histórica I	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Temas contemporâneos em Psicologia histórico cultural.	

Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicologia Social	Código: HP220
Carga horária	45 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP294 – Psicologia Sócio Histórica III	Ênfase: Pesquisa
EMENTA:	Temas atuais de Psicologia social.	

Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicologia Social e Comunidades	Código: HP221
Carga horária	60 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP272 – Psicologia Sócio Histórica IV	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	Temas contemporâneos em Psicologia social e comunidades.	

Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicopatologia I	Código: HP327
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	Não há.	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A Psicopatologia Geral e o desenvolvimento da psicologia compreendida da pessoa.	Ênfase: Prom. Saúde

Disciplina:	Tópicos Especiais em Psicopatologia II	Código: HP328
Carga horária	30 h	Natureza: Semestral
Pré – requisito:	HP327 - Tópicos Especiais em Psicopatologia I	Ênfase: Prom. Saúde
EMENTA:	A Psicopatologia Geral de Jaspers e a Psicologia explicativa: uma abordagem causal.	Ênfase: Prom. Saúde

Disciplina:	Treino em Pesquisa Experimental	Código: HP324
Carga horária	90 h	Natureza: Semestral
Pré – requisitos:	HP260 – Metodologia de Pesquisa I HP261 – Metodologia de Pesquisa II	Ênfase: Pesquisa

EMENTA: Treino em Pesquisa de acordo com os métodos experimentais.